



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

A contribuição da Geografia Feminista e de Gênero no tema das violências contra as mulheres: de Doreen Massey à Maria Garcia-Ramon, até Joseli Maria Silva

ÉRICA FERRER SANTOS

Orientador: Prof^o Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Brasília, Distrito Federal

Dezembro - 2022

ÉRICA FERRER SANTOS

A contribuição da Geografia Feminista e de Gênero no tema das violências contra as mulheres: de Doreen Massey à Maria Garcia-Ramon, até Joseli Maria Silva

Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho.

Brasília, Distrito Federal

Dezembro - 2022

Ferrer Santos, Érica

A CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO NO
TEMA DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: DE DOREEN MASSEY
À MARIA GARCIA-RAMON, ATÉ JOSELI MARIA SILVA. / Érica Ferrer
Santos; orientador Fernando Luiz Araújo Sobrinho.

-- Brasília, 2022.

232 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília,
2022.

1. Geografia Feminista. 2. Geografia e Gênero. 3. Geografia do crime. 4.
Violência contra a mulher. 5. Geografia e crime. I. Araújo Sobrinho, Fernando
Luiz, orient. II. Título.

ÉRICA FERRER SANTOS

A contribuição da Geografia Feminista e de Gênero no tema das violências contra as mulheres: de Doreen Massey à Maria Garcia-Ramon, até Joseli Maria Silva

BANCA EXAMINADORA

Banca de Defesa de Doutorado da discente Érica Ferrer Santos, realizada em 15 de dezembro de 2022, com participação dos seguintes membros:

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho
GEA – UnB
(Orientador)

Profa. Dra. Altiva Barbosa da Silva
DEGEOGRA - UFRR
(Examinadora externa)

Profa. Dra. Maria Cecília Pedreira de Almeida
FIL – UnB
(Examinadora externa)

Profa. Dra. Maria do Socorro Ferreira
GEA – UnB
(Examinadora interna)

Profa. Dra. Edilene Américo Filho
GEA – UnB
(Examinadora externa – suplente)

Brasília, Distrito Federal

Dezembro - 2022

SUMÁRIO

Lista de abreviaturas e siglas.....	6
Lista de figuras	7
Lista de gráficos	8
Lista de mapas	9
Lista de quadros	10
PRÓLOGO DA TESE	17
INTRODUÇÃO DA TESE	21
SEÇÃO 1: DOREEN MASSEY E A GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO	29
1.1. Métodos de Doreen Massey	33
1.2. Categorias de Doreen Massey	40
SEÇÃO 2: MARIA DOLORS GARCIA-RAMON E A GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO	69
2.1. Métodos de Maria Dolors Garcia-Ramon	74
2.1. Categorias de Maria Dolors Garcia-Ramon	121
SEÇÃO 3: JOSELI MARIA SILVA E A GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO	142
3.1. Métodos de Joseli Maria Silva	147
3.2. Categorias de Joseli Maria Silva	158
SEÇÃO 4 – A REALIDADES DAS MULHERES BRASILEIRAS EM SI: ESTATÍSTICAS SOBRE GEOGRAFIA FEMINISTA (E DE GÊNERO); E SOBRE COMO O LAR SE COMPORTA COMO “TERRITÓRIO INTENCIONALMENTE DE RISCO”	179
4.1. Homicídios de mulheres em casa.....	187
4.2. Divisão desigual do trabalho doméstico entre mulheres e homens.....	193
4.3. Desigualdade salarial entre mulheres e homens.....	200
4.4. Desigualdade na representação política entre mulheres e homens	206

4.5. Sobre como o “lar” se comporta como “território intencionalmente de risco”	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	222
Anexo A - Currículo Lattes com a produção acadêmica durante o Doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília – UnB	228

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IGU - International Geographical Union

EUA - Estados Unidos da América

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONG - Organização não governamental

LGBTQIA+ - Lésbicas; gays; bissexuais; transexuais; travestis, queer; intersexo; assexual; e a inclusão de outros grupos e variações.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tradução de “woman’s place” pelo “site Google Tradutor”	52
Figura 2 – Segundo dados de 2021, 75% do trabalho do cuidado não-remunerado é realizado por mulheres.....	195
Figura 3 – Manchete com dado sobre a desigualdade salarial entre homens e mulheres	200
Figura 4 - Matéria sobre jornada dupla das mulheres em relação com: menor ocupação no mercado de trabalho e direcionamento para serviços menos-remunerados	201
Figura 5 – Notícia com dado sobre baixa representatividade política	206

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Padrão de vitimização dos homicídios em relação ao espaço do incidente e o sexo da vítima	187
Gráfico 2 – Divisão do trabalho doméstico (em horas) entre homens e mulheres	193

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Métodos em Doreen Massey (pertinentes a essa pesquisa)	38
Quadro 2 – Categorias em Doreen Massey (pertinentes a essa pesquisa)	60
Quadro 3 – Métodos em Maria Dolors Garcia-Ramon (pertinentes a essa pesquisa)	108
Quadro 4 – Categorias em Maria Dolors Garcia-Ramon (pertinentes a essa pesquisa)	136
Quadro 5 – Métodos em Joseli Maria Silva (pertinentes a essa pesquisa)	154
Quadro 6 – Categorias em Joseli Maria Silva (pertinentes a essa pesquisa) ..	171
Quadro 7 – Modelo de interpretação nessa pesquisa pretendida na área de Geografia Feminista e de Gênero	182

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Currículo Lattes com a produção acadêmica durante o Doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília – UnB	228
--	-----

Aos meus pais, Eneury Ferrer Cebrian (*in memoriam*)
e Antonio Peron de Carvalho Santos (*in memoriam*),
e à minha avó, Adelina Cebrian Ferrer (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Aos amigos e familiares, que foram essenciais para a esse Tese de Doutorado em Geografia: Marcelo Carmozini, amigo querido, pelo estímulo em não desistir do Doutorado; Fernanda Borgatto, prima querida, pelo apoio emocional; Marly Ferrer, tia querida, que sempre me trouxe pertencimento familiar; Marise Borgatto, prima querida, pelo carinho e felicidade constantes; Gabriela Borgatto, prima querida, pela alegria sempre presente; minha família em Brasília que é essencial na minha vida; Maysa Simão, Sayonara Oliveira, Roberta Alves e Camila Viana, amigos queridos, que sempre alegram meus dias; Fernanda Moura, amiga querida, que sempre tem uma palavra de tranquilidade; Fabiano Soria, amigo querido, que me ajudou muito na elaboração mental dessa tese; Raquel Bauer pelo apoio; e meu orientador Fernando Sobrinho que sempre me apoiou nesse processo e acompanhou todo o meu caminho desde o mestrado.

E a todos os demais amigos e familiares sempre queridos que me apoiaram na confecção dessa tese, cujos nomes não estão aqui supramencionados.

A gente luta por uma sociedade em que as
mulheres possam ser consideradas pessoas.

Djamila Ribeiro

RESUMO

Essa tese visa discutir a questão das violências contra as mulheres no Brasil através da área da Geografia Feminista e de Gênero. Assim, o estudo tem por objetivo: visibilizar o arcabouço teórico-metodológico da Geografia Feminista e de Gênero, aplicando tal teoria na interpretação de alguns dados estatísticos sobre a realidade da vida das mulheres no Brasil. A produção das seguintes geógrafas será analisada: Doreen Massey, Maria Dolors Garcia-Ramon e Joseli Maria Silva. A escolha por Doreen Massey e Maria Dolors Garcia-Ramon é devido ao reconhecimento acadêmico delas através da condecoração com o Prêmio Vautrin Lud (uma espécie de “Nobel da geografia”). Já Joseli Maria Silva é a geógrafa brasileira mais conhecida no ramo da Geografia Feminista e de Gênero. Dessa forma, a tese especificará os Métodos e as Categorias de cada uma das geógrafas (pois uma das intenções dessa pesquisa é tornar mais acessível a utilização das obras das autoras aqui citadas). Após o percurso teórico e metodológico dessas três autoras, serão aplicados esses arcabouços teóricos-geográficos em algumas estatísticas da realidade brasileira, que são: i) Homicídios de mulheres em casa; ii) Divisão desigual do trabalho doméstico entre mulheres e homens; iii) Desigualdade salarial entre mulheres e homens; e, iv) Desigualdade na representação política entre mulheres e homens.

Palavras-chave: geografia; geografia feminista; geografia de gênero; mulheres; violência contra as mulheres; desigualdade salarial; homicídios de mulheres; divisão desigual do trabalho doméstico; baixa representatividade política.

ABSTRACT

This thesis aims to discuss the issue of violence against women through the works of geographers in the area of Feminist Geography & Geography and Gender. Thus, the study aims to: visualize the theoretical-methodological framework of Feminist Geography & Geography and Gender, applying this theory in the interpretation of some statistical data on the reality of women's lives in Brazil. The production of the following geographers will be analyzed: Doreen Massey, Maria Dolors Garcia-Ramon and Joseli Maria Silva. The choice for Doreen Massey and Maria Dolors Garcia-Ramon is due to their academic recognition through the award of the Vautrin Lud Prize (a kind of “Nobel of geography”). Joseli Maria Silva is the best-known Brazilian geographer in the field of Feminist and Gender Geography. Thus, the thesis will specify the Methods (and Methodologies) and Categories of each of the geographers (since one of the intentions of this research is to make the use of the works of the authors cited here more accessible). After the theoretical and methodological journey of these three authors, these theoretical-geographical frameworks will be applied in some statistics of the Brazilian reality, which are: i) Homicides of women at home; ii) Unequal division of domestic work between women and men; iii) Wage inequality between women and men; and, iv) Inequality in political representation between women and men.

Keywords: geography; feminist geography; geography and gender; women; violence against women; wage inequality; homicides of women; unequal division of domestic work; low political representation.

PRÓLOGO:
**MEU RELATO ENQUANTO GEÓGRAFA,
MULHER, ESTUDANTE.**

PRÓLOGO: MEU RELATO ENQUANTO GEÓGRAFA, MULHER, ESTUDANTE.

Esse prólogo visa, pedindo licença à academia, utilizar uma perspectiva mais pessoal sobre o percurso acadêmico.

Assim, serão utilizadas palavras poucos comuns na geografia brasileira como: “eu”, “meu luto”, “meu sofrimento”, “mortes de meus pais”. Assim como, será utilizada a conjugação de verbos na primeira pessoa.

A própria geografia feminista e de gênero, por vezes, estimula trazer a percepção do “fazer-geografia” do ponto de vista das mulheres. Assim, aqui eu estou, enquanto mulher e geógrafa, trazendo o meu relato. Situação, essa, que achei pertinente ao tema.

Durante o mestrado e o doutorado (entre os anos de 2012 e 2021), eu passei por diversas mortes e lutos. A morte deixa marcas na forma como enxergamos o mundo.

Em 2012, eu estava em luto pelo falecimento do meu ex-namorado; em 2015 eu vivenciei o luto pelo falecimento da minha avó Adelina Cebrian Ferrer; em 2017, o pior luto possível, que foi da minha mãe Enery Ferrer Cebrian; em 2021, o luto do meu pai Antonio Peron de Carvalho Santos.

Eu passei pelo falecimento de toda a minha família nuclear. Meu luto foi mais do que doloroso: ele foi (no passado) e é (no presente) excruciante.

Sim, não sobrou ninguém vivo da minha família nuclear.

Exatamente entre 2012 e 2022 que vivenciei todo o meu mestrado e doutorado, o que trouxe dificuldades para produzir academicamente (pois minha vida passava por muitas mortes e lutos).

O que dizer, então, do período do doutorado? Nesse período, eu passei pela morte das pessoas mais importantes da minha vida: minha mãe e meu pai. Aqui saliento, eu não estou pedindo pena e misericórdia diante do meu atraso

em terminar os estudos, mas sim falando sem tabus de uma realidade que outras e (outros) estudantes também passam em seus percursos acadêmicos.

Estou aqui visibilizando minha situação, atitude essa que se faz necessária no meio acadêmico. Meio onde, usualmente, importa mais a lógica produtivista e quantitativa do que a subjetividade dos estudantes. No entanto, a mesma academia é, também, um ambiente que se abre para relatos subjetivos.

Assim, academicamente, as ciências sociais e humanas evoluíram de uma lógica positivista-quantitativa para uma lógica qualitativa-crítica (acrescentando a subjetividade às discussões). Portanto, torna-se importante também visibilizar a subjetividade de seus estudantes.

Enfim, sigo... Esses falecimentos entre 2012 e 2021 marcaram meu corpo e minha alma de uma forma irreversível. Vários campos da minha vida foram afetados, assim como também houve impacto na minha vida acadêmica.

O tema “morte” se tornou insuportável. Falar da relação entre homicídios e infraestrutura (como no meu mestrado) seria muito difícil.

Assim, no doutorado, eu precisei de muito tempo para elaborar um tema que fosse suportável.

Dentre as possibilidades de temas, a opção de abandonar totalmente a temática do mestrado não seria coerente. Logo, eu precisava de uma forma suportável para lidar com os seguintes temas: morte, homicídios, violência.

Dessa forma, o viés interpretativo da área da Geografia Feminista e de Gênero se tornou o meio mais tolerável para tratar de tais temas acima elencados (morte, homicídios, violência). Assim, cheguei ao tema das “violências contra as mulheres” sob uma perspectiva da área da Geografia Feminista e de Gênero.

Como tal área é pouco estudada no Brasil, tive que buscar tal temática na Universidade de Lisboa (cursando a disciplina “Geografia e Gênero num Contexto Global”). Pois, não tive nenhum contato com esse ramo do

conhecimento (Geografia Feminista e de Gênero), nem na graduação, nem no mestrado.

Assim, através de tal área, pude aproveitar a minha produção acadêmica sobre: território, geografia urbana, disputa de poder, segregação espacial, violência, violência na segregação espacial, violência contra populações pobres e negras, violência contra a mulher, e, homicídios.

Logo, essa tese de doutorado é mais do que o produto de uma construção acadêmica desde a graduação até o o mestrado. Essa tese é, também, uma construção subjetiva do que eu suportaria escrever.

Ainda, a jornada individual e coletiva dentro do movimento estudantil e feminista também foram importantes nessa jornada científica. Assim como, também foram essenciais: As discussões acadêmicas, os diálogos com perspectivas feministas, as críticas ao *status quo* (ao que se considera “normal”), e, ainda, a desconstrução de falas preconceituosas (machistas, homofóbicas, racistas, elitistas). Esse percurso acadêmico contou tanto com o debate com interlocutores externos, quanto com a desconstrução interna de valores ligados ao conservadorismo.

Nesse interim, relato um episódio acadêmico difícil. Ao enviar essa tese para revisão, um revisor homem tentou mudar o capítulo da conclusão. Ali, tentou diminuir a importância da análise feminista (para ele, o que era de fato importante, seria a abordagem marxista).

Ainda, apesar das dificuldades, meu percurso acadêmico do doutorado resultou na produção de: seis artigos científicos, um livro publicado em colaboração com mais de trinta pesquisadores, cinco capítulos de livros, nove participações em congressos nacionais e internacionais, uma organização de evento internacional.

Outro ponto, essencial, foi todo o apoio de amigos e familiares ao longo dessa jornada acadêmica. A compreensão do orientador foi determinante durante o doutorado também. Confesso, eu precisei de muita ajuda para conseguir realizar esse doutorado.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Essa tese visa discutir a questão da violência contra as mulheres através da ótica interpretativa da área da Geografia Feminista e de Gênero (a partir de obras de geógrafas que atuam nessa área).

Assim, o estudo perpassa pela construção teórica das seguintes geógrafas feministas e de gênero: Doreen Massey, Maria Dolors Garcia-Ramon e Joseli Maria Silva. Pois, uma das finalidades dessa tese é apresentar o arcabouço teórico-metodológico da Geografia Feminista e de Gênero.

Doreen Massey e Maria Dolors Garcia-Ramon tiveram reconhecidas suas produções acadêmicas através da condecoração com o Prêmio Vautrin Lud (uma espécie de “Nobel da geografia”).

Joseli Maria Silva é a geógrafa brasileira mais conhecida no ramo da geografia feminista e de gênero, o que possibilita trazer esse ramo do conhecimento para a realidade brasileira.

O método de interpretação das violências contra as mulheres refletirá o olhar geográfico de Massey, Garcia-Ramon e Joseli Silva (autoras que optam, em geral, por métodos qualitativos).

Os métodos de análise utilizados nessa tese são: o método qualitativo (através de análises críticas de estatísticas) e o método descritivo (ao descrever o arcabouço-teórico metodológico das autoras). Convém ressaltar, que o método pode ser definido como:

“Um instrumento que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação (SPOSITO, 2004, p. 23).

Na etapa primordialmente descritiva dessa tese serão apresentadas as contribuições à área da Geografia Feminista e de Gênero:

i) de Doreen Massey (na Seção 1);

- ii) de Maria Dolors Garcia-Ramon (na Seção 2); e
- iii) de Joseli Maria Silva (na Seção 3).

Cada Seção será dividida em duas subseções pertinentes a cada uma das autoras: 1) Métodos; 2) Categorias.

Ao final de cada subseção haverá um quadro com o resumo dos Métodos e das Categorias com as citações correspondentes. Tais quadros são uma forma de disponibilizar universalmente o acesso a todas(os) pesquisadoras(es) à produção bibliográfica das autoras em questão.

As citações no idioma original das obras (com a tradução abaixo) é um meio para auxiliar na busca pelas obras através de meio virtual. Pois, se apenas constasse a tradução, seria difícil consultar as obras originais em meio virtual (já que muitas das obras aqui citadas são de difícil acesso). Isso porque, uma das intenções dessa pesquisa é tornar mais acessível a utilização das obras das autoras aqui citadas (Massey, Garcia-Ramon e Joseli Silva).

Após, (na etapa qualitativa-crítica) a tese aplicará esse arcabouço teórico-geográfico (da geografia feminista e de gênero) ao analisar as estatísticas da realidade brasileira.

Os dados e estatísticas serão de:

- i) Homicídios de mulheres em casa;
- ii) Divisão desigual do trabalho doméstico entre mulheres e homens;
- iii) Desigualdade salarial entre mulheres e homens; e,
- iv) Desigualdade na representação política entre mulheres e homens.

Dessa forma, o estudo se baseia na problematização sobre: como aplicar concepções da área da Geografia Feminista e de Gênero, em situações de violências contra as mulheres brasileiras.

O objetivo geral será: visibilizar o arcabouço teórico-metodológico da Geografia Feminista e de Gênero, aplicando tal teoria na interpretação de alguns dados estatísticos sobre a realidade da vida das mulheres no Brasil. Ou seja, a área da Geografia Feminista e de Gênero será uma “lente interpretativa” para analisar dados estatísticos sobre a realidade da vida das mulheres no Brasil.

Os objetivos específicos são: a elaboração de um arcabouço teórico-metodológico na área de Geografia Feminista e de Gênero (porque esse tema é pouco estudado no Brasil); a interpretação através da ótica da geografia feminista e de gênero de dados estatísticos de mulheres brasileiras (trazendo a importância dessa área para a geografia brasileira); visibilizar a mulher na ciência geográfica; contribuir para aumentar a produção acadêmica nessa área; e tornar mais acessível a utilização das obras das autoras aqui citadas.

A justificativa se centra no fato de que no Brasil são raras as produções na área de Geografia Feminista e de Gênero.

A baixa produção no Brasil de estudos em Geografias Feministas e de Gênero é observada por Joseli Silva. Os estudos nessa área são mais concentrados na geografia norte-americana e europeia. Assim:

Outra questão é que diferentemente de outras ciências sociais que legitimaram as mulheres como importante universo temático, como a história, a psicologia, a antropologia e a sociologia, a geografia apresenta um pequeno número de pesquisadores com dedicação a esta temática no Brasil. A vitalidade das discussões das relações de gênero e espaço é maior na geografia norte-americana e europeia, as quais têm contribuído significativamente para legitimar o tema enquanto problema científico, fundamentando seus estudos na existência do feminismo enquanto um parâmetro simbólico (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).

Essa corrente da Geografia Feminista e de Gênero já é amplamente debatida em países do norte-global. No entanto, no Brasil, é desconhecida por muitos.

Os procedimentos metodológicos contarão com o uso de métodos qualitativos, com interpretação da realidade através da ótica da Geografia

Feminista e da Geografia de Gênero. O método descritivo também é utilizado ao se realizar uma ampla descrição sobre as obras das autoras.

A interpretação de dados estatísticos, passará por uma análise qualitativa e crítica através da ótica feminista e de gênero. Cabe salientar que, enquanto por um ângulo, existem muitas estatísticas sobre a violência contra a mulher “em geral” (sem diferenciar os espaços onde ocorrem); por outra perspectiva, existem menos dados “mais específicos” sobre tais violências (diferenciando o espaço do lar/casa). Assim, comparativamente existem menos pesquisas sobre homicídios no lar/casa, sendo raros os dados sobre a divisão sexual do trabalho doméstico no lar/casa. Esse espaço do lar/casa é, ainda, de difícil acesso pelas pesquisas. Por isso, serão utilizadas as estatísticas disponíveis sobre as ocorrências no espaço do lar/casa.

O uso de métodos qualitativos é devido ao fato delas trazerem a possibilidade de interpretação da realidade através da análise crítica, feminista e de gênero.

Sobre a importância do uso de métodos qualitativos, Maria Garcia-Ramon salienta que: “Além disso, muitas vezes apenas os métodos intensivos ou qualitativos oferecem a possibilidade de estudar processos sociais mal padronizados, como é o caso de muitos dos tópicos que são estudados a partir de uma perspectiva de gênero” (GARCIA-RAMON, p. 251, 2019, tradução nossa).

Sobre o enfoque da geografia feminista, este será usado como ferramenta para compreender a realidade concreta da vida das mulheres.

A interpretação dos dados a partir da ótica da Geografia Feminista e de Gênero permitirá visibilizar as desigualdades entre homens e mulheres, assim como trará um questionamento acerca do impacto dos binarismos/dicotomias na questão de gênero para a geografia.

A diferenciação entre geografia feminista e geografia de gênero segundo Maria Garcia-Ramon se centra em duas questões principais: i) Geografia Feminista seria um conceito desenvolvido teoricamente na geografia anglófona,

Geografia de Gênero seria um conceito mais utilizado no mundo latino e espanhol; ii) Geografia Feminista teria um enfoque mais militante e ativista no mundo latino e espanhol, já a Geografia de Gênero teria uma preocupação com a “teoria de gênero” tendo assim um potencial desestabilizador tremendo.

Dessa forma, Maria Garcia-Ramon salienta que a escolha do uso de geografia feminista ou geografia de gênero pode ser utilizada de acordo com o contexto, pois:

¿Geografía del género o geografía feminista?

—Es un tema que en nuestro contexto no terminamos de tener claro. Diría que en todo el mundo académico latino el término más aceptado es el de «género» y se refiere, propiamente, a la «teoría del género»... a la que no todas las feministas dan su apoyo. Entre nosotros, la palabra «feminista» tiene unas connotaciones más militantes y activistas, pero en el ámbito anglosajón la feminist geography comporta una geografía sólidamente inspirada en la teoría. Yo habitualmente utilizo el concepto de «género» porque, dado que se trata de una construcción social entiendo que tiene un potencial revolucionario y desestabilizador tremendo. Con todo, también soy muy pragmática y, estratégicamente, creo que podemos y debemos utilizar ambos conceptos según la necesidad y el contexto (GARCIA-RAMON, 2019, p. 67).

Geografia de gênero ou geografia feminista?

—É uma questão que, em nosso contexto, não temos muita clareza. Eu diria que em todo o meio acadêmico latino o termo mais aceito é ‘gênero’ e se refere, propiamente, à “teoria do gênero” ... à qual nem todas as feministas dão seu apoio. Entre nós, a palavra ‘feminista’ tem conotações mais militantes e ativistas, mas na esfera anglo-saxônica a geografia feminista tem uma geografia fortemente inspirada pela teoria. Costumo usar o conceito de ‘gênero’ porque, por se tratar de uma construção social, entendo que tem um enorme potencial revolucionário e desestabilizador. No entanto, também sou muito pragmática e, estrategicamente, acredito que podemos e devemos usar ambos os conceitos de acordo com a necessidade e o contexto (GARCIA-RAMON, 2019, p. 67).

Assim, essa pesquisa utilizará a visão das duas áreas (Geografia Feminista e Geografia de Gênero) de acordo com o enfoque pretendido.

Dessa forma, se terá uso de métodos qualitativos, com a interpretação de dados estatísticos pelo viés da Geografia Feminista e de Gênero.

O recorte territorial será o Brasil e dados brasileiros sobre a realidade das mulheres no Brasil.

As categorias a serem estudadas serão: casa; lar; lugar; território; violências; desigualdade; espaço público e espaço privado; dicotomias e binarismos; e poder.

Os pressupostos teórico-metodológicos contarão principalmente com a produção dessas três geógrafas com produções na área da Geografia Feminista e de Gênero: Doreen Massey, Maria Dolors Garcia-Ramon e Joseli Maria Silva.

O uso do termo “mulheres” é devido ao fato de incluir nessa perspectiva a diversidade de mulheres existentes: negras, brancas, indígenas, LGBTQIA+, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras no mercado formal, solteiras, casadas, etc. Termo também usado por Garcia-Ramon (2019, p. 250).

Sobre a delimitação temporal e espacial, serão usados dados sobre o Brasil, em diferentes períodos de tempo. Isso porque são mais escassas as pesquisas “especializadas/territorializadas” no lar/casa sobre: mulheres, divisão sexual do trabalho doméstico, homicídios em casa de mulheres. Pesquisas “em geral” sobre violência contra a mulher são muitas, mas pesquisas “específicas” sobre o espaço do lar/casa são mais escassas.

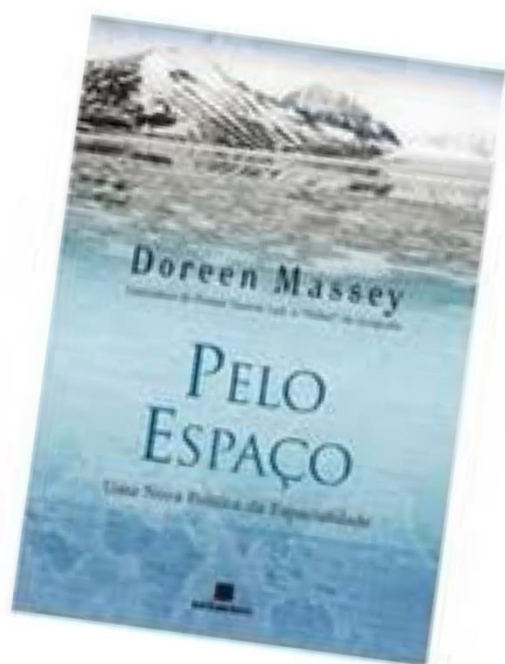
Tal invisibilidade da mulher nas pesquisas é trazida por Joseli Silva. Pois, sobre as dificuldades teórico-metodológicas em visibilizar a mulher na ciência geográfica, algumas seriam: i) “dificuldade de demarcação clara de fronteiras do objeto em questão; ii) “o ser mulher se define num contexto de relações sociais e a identidade feminina é, portanto, permanentemente reelaborada, está em constante movimento” (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).

O uso do termo “violências” é devido a compreender as várias formas de violências e desigualdades existentes na sociedade. As violências (e desigualdades) aqui estudadas serão: i) Homicídios de mulheres em casa; ii) Divisão desigual do trabalho doméstico entre mulheres e homens; iii) Desigualdade salarial entre mulheres e homens; e, iv) Desigualdade na representação política entre mulheres e homens.

SEÇÃO 1

DOREEN MASSEY E A GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO

SEÇÃO 1 – DOREEN MASSEY E A GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO



SEÇÃO 1 – DOREEN MASSEY E A GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO

Doreen Massey foi uma geógrafa britânica mundialmente conhecida por suas contribuições para a geografia feminista e sua crítica ao pensamento tradicional de espaço e lugar. Nascida em 1944, ela começou a desenvolver sua carreira acadêmica na década de 1960 e, desde então, tornou-se uma das mais influentes teóricas da geografia contemporânea.

Massey encerra seus estudos em Geografia em 1966 na Universidade de Oxford (ALBET & BENACH, 2012, p. 15). Em 1968, ela começa a trabalhar no “Centre for Environmental Studies” (CES) em Londres, onde ela desenvolve modelos de localização industrial.

Em 1971-72, Massey ingressa no Mestrado em Economia e Ciência Regional da Universidade da Pensilvânia. Ali, aprofunda seus estudos lendo Marx, Gramsci, Althusser e Mao. Assim, começa a criticar os modelos de localização industrial clássicos.

Na década de 1980, Massey começa a participar de grupos como “Hegemony Group” (de viés marxista) e “Woman and Socialism” (com perspectiva feminista e socialista) onde compartilha conhecimento com outros grandes pensadores da época (ALBET & BENACH, 2012, p. 16).

Doreen incorpora no seu trabalho o viés marxista, ao regressar ao trabalho em 1972 no “Centre for Environmental Studies” (CES) em Londres.

Em 1980 o CES é fechado, trazendo um período difícil para Doreen Massey. Cabe salientar que, durante o final da década de 1970 até 1990, as instituições do Reino Unido foram duramente influenciadas pela Primeira-Ministra Margaret Thatcher (que pregava o anticomunismo, o liberalismo, o conservadorismo e políticas austeras aos pobres).

Em 1981 realiza docência na Universidade da Califórnia (em Berkeley), por um curto período de tempo (ALBET & BENACH, 2012, p. 19).

Em 1982, a sua carreira começa a se desenvolver com mais estabilidade. Pois, nesse ano, foi incorporada ao Departamento de Geografia

da Open University (OU), onde trabalhou até 2009. Essa instituição possuía objetivos (como justiça social e socialdemocracia) que eram mais compatíveis com os valores de Massey (ALBET & BENACH, 2012, p. 19).

Massey é mundialmente reconhecida por sua obra "For Space", publicada em 2005, na qual ela apresenta uma crítica profunda ao modo como o espaço é concebido e representado pela geografia convencional. Em "For Space", Massey argumenta que a noção de espaço é fundamentalmente social e política, e não apenas uma dimensão física ou natural.

Outra obra fundamental de Massey é "Space, Place and Gender", publicada em 1994. Neste livro, ela discute a forma como o gênero é construído e reforçado através da organização social do espaço e lugar. Este livro é amplamente considerado como um marco na geografia feminista e tem sido influente em outras disciplinas, como a sociologia e a antropologia.

Massey foi também uma defensora ativa da diversidade e da igualdade, e trabalhou para promover a representação e a inclusão de diferentes grupos na geografia acadêmica. Em reconhecimento a sua contribuição para a geografia, ela recebeu o prestigioso Prêmio Vautrin Lud em 1988 (uma espécie de "Prêmio Nobel da Geografia").

Seu falecimento se deu em 2016, porém ela segue sendo amplamente respeitada por sua abordagem inovadora e crítica à geografia. Suas ideias têm sido influentes (até hoje) em uma ampla gama de campos, desde a geografia até a economia.

Dentre suas áreas de produção, podem-se destacar as seguintes: Geografia Feminista, Geografia Marxista, Geografia Cultural, Geografia da Indústria e Geografia Regional.

1.1. MÉTODOS DE DOREEN MASSEY

Os métodos apontados por Doreen Massey na área de Geografia Feminista e de Gênero trazem discussões importantes para o campo geográfico.

Os métodos da geografia feminista podem ter diversas intenções: desde a tentativa de denunciar situações visibilizando-as na agenda política, até a criação de novas construções metodológicas com o intuito de mudar a forma como se faz a investigação geográfica.

Assim, sobre as intenções do método da geografia feminista, Massey afirma que:

There is now a very considerable literature in feminist geography which spans the range from attempts simply to get the issue on to the agenda to highly sophisticated theoretical and methodological arguments which should (though whether they will or not remains to be seen) change the very nature of geographical inquiry (MASSEY, 2001, p. 177).

Há agora uma literatura muito considerável na geografia feminista que abrange as motivações desde tentativas de simplesmente colocar o problema na agenda política, até argumentos teóricos e metodológicos sofisticados que devem (embora se eles vão ou não ainda está para ser visto) mudar a própria natureza da investigação geográfica (MASSEY, 2001, p. 177, tradução própria).

Assim, a geografia feminista tem fornecido à investigação geográfica: as críticas feministas na agenda política, argumentos teóricos, análises metodológicas, tentando mudar a natureza da investigação geográfica através do viés feminista.

A questão de colocar metodologicamente as questões feministas e de gênero como “locais”, em geral era visto como uma crítica dentro do âmbito da geografia.

Por outro lado, se colocava como mais importantes as questões “globais” e “universais” que eram associadas às questões de “classe”.

Essa disputa entre abordagens “de classe” e “das feministas” é recorrente na produção acadêmica gerando debates acalorados entre os pesquisadores de cada uma dessas vertentes.

As abordagens “de classe” relacionados às classes sociais ainda têm dificuldade de compreender a importância da contribuição dos estudos que englobam métodos feministas.

Por isso, Massey compreende essa disputa (“abordagens de classe” *versus* “abordagens feministas”) e se coloca como uma autora que defende a importância do uso de métodos feministas.

Ou seja, é importante acrescentar ao debate outras perspectivas que não só as “de classe”, como: questões feministas, antirracistas e ambientais (questões classicamente percebidas geograficamente como “locais” ou “de menor importância” conforme afirma Massey).

Metodologicamente, existe uma associação entre a questão feminista (e de gênero) com questões “locais” e de “lugar” (que seriam classicamente classificadas como de menor importância), Massey aponta que:

Moreover (and quite apart from all the methodological confusions in which the term became entangled), the negative designation of things as (merely) local slipped out of its geographical meaning to be used in relation to a whole variety of issues and struggles. So anti-racism, feminism and environmental concerns, among others were criticized as being 'only local' issues (see part III, especially 'Flexible sexism'). And the global and universal (and the confusion between the two terms was itself symptomatic) concern against which these issues were being compared was that of class (MASSEY, 2001, p. 119).

Além disso (e bem à parte de todas as confusões metodológicas em que o termo tornou-se emaranhado), a designação negativa das coisas como (meramente) locais saiu de seu significado geográfico para ser usado em

relação a toda uma variedade de questões e lutas. Então, anti-racismo, feminismo e as preocupações ambientais, entre outras, foram criticadas como sendo 'apenas questões locais' (ver parte III, especialmente 'Sexismo flexível'). E a global e a universal (e a confusão entre os dois termos era ela própria sintomática) preocupação com a qual essas questões estavam sendo comparadas era a de classe (MASSEY, 2001, p. 119, tradução nossa).

A confusão metodológica de colocar as questões feministas e de gênero como “locais”, pode ser criticada dentro do âmbito da geografia.

Isso porque se colocava como mais importantes as questões “globais” e “universais” que eram associadas às questões de “classe”.

Já as questões feministas e de gênero eram associadas às questões “locais” e de “lugar” (e sendo consideradas menos importantes).

Os métodos da geografia feminista podem ter diversas intenções: desde a tentativa de denunciar situações visibilizando-as na agenda política, até a criação de novas construções metodológicas com o intuito de mudar a forma como se faz a investigação geográfica.

Visibilizar as mulheres na agenda política, retirar as mulheres dos “pontos cegos” dos mapas geográficos, estabelecer novas construções através do viés de gênero e feminista são produtos da investigação em Geografia Feminista e de Gênero.

Metodologicamente, as novas cartografias podem ser usadas por feministas para representar atitudes rígidas do passado e também retrabalhar questões a partir de dentro; inclusive, visibilizando as mulheres. Assevera Massey que:

Mais recentemente houve outras experiências. ‘A figura da cartografia é recorrente na teoria cultural contemporânea’, escreve Elizabeth Ferrier (1990, p. 35) ‘mapear parece ser crucial para a pós-modernidade.’ A figura do mapa tem sido usada em certa literatura pós-colonial e feminista como uma forma que pode, por um lado, representar atitudes rígidas do passado, mas, também, por outro lado, ser retrabalhada a partir de dentro (Huggan, 1989).

Nesses projetos, mapas podem ao mesmo tempo ser desconstruídos, e então reconstruídos, sob uma forma que desafie a reivindicação de singularidade, estabilidade e fechamento que caracterizam nossa noção (e, certamente, na maioria dos casos, a intenção) usual de representação cartográfica” (MASSEY, 2015, p.163).

Metodologicamente, a cartografia (da teoria cultural contemporânea) é uma forma de retrabalhar e visibilizar os sujeitos da literatura pós-colonial e feminista.

Sujeitos tornados invisíveis como: mulheres, indígenas, pretos, pretas, gays, lésbicas por exemplo).

O método das novas cartografias (para as feministas) pode visibilizar os “pontos cegos” e esquecidos das configurações espaciais.

Assim, essas novas cartografias desafiam a construção clássica do mapa como “tecnologia de poder” que, por vezes, invisibilizou as mulheres. Segundo Massey:

O que acontece aqui, então - nessas re-imaginações feministas e pós-coloniais das possibilidades da cartografia -, é um avanço da crítica dos mapas como ‘tecnologias de poder’ para forçar nossa compreensão da própria forma do mapa. E mais ainda ‘pontos cegos’, o esquecimento das configurações espaciais precedentes’. E, de Spivak, a ‘necessária, porém contraditória, suposição de uma terra não inscrita’ (1985, p. 133), todos, no contexto pós-colonial, baseados na noção do texto colonial como escritura sobre, desse modo, um outro obliterado” (MASSEY, 2015, p.163-164).

As novas cartografias desafiam a construção clássica do mapa como “tecnologia de poder” que, por vezes, invisibilizou as mulheres (através de “pontos cegos”).

Ou seja, uma dos métodos é o de cartografar os sujeitos da literatura feminista e pós-colonial a partir da sua própria ótica (utilizando métodos feministas ou de viés pós-colonial).

Assim, é importante produzir estudos que visibilizem esses sujeitos.

Os métodos da geografia feminista (e de gênero) observados por Doreen Massey trazem grandes contribuições ao “fazer geográfico”.

A seguir, é exposta o Quadro 1 com um resumo dos métodos de Doreen Massey (pertinentes a essa pesquisa).

Quadro 1 – Métodos em Doreen Massey

(pertinentes a essa pesquisa)

Métodos em Doreen Massey	
<u>Métodos</u>	<u>Citação</u>
- A geografia feminista tem fornecido à investigação geográfica: as críticas feministas na agenda política, argumentos teóricos, análises metodológicas, tentado mudar a natureza da investigação geográfica através do viés feminista.	- <i>Há agora uma literatura muito considerável na geografia feminista que abrange as motivações desde tentativas de simplesmente colocar o problema na agenda política, até argumentos teóricos e metodológicos sofisticados que devem (embora se eles vão ou não ainda está para ser visto) mudar a própria natureza da investigação geográfica (MASSEY, 2001, p. 177, tradução própria).</i>
- A confusão metodológica de colocar as questões feministas e de gênero como “locais”, pode ser criticada dentro do âmbito da geografia. Isso porque se colocava como mais importantes as questões “globais” e “universais” que eram associadas às questões de “classe”. Já a questão feminista e de gênero era associada às questões “locais” e de “lugar” (e sendo consideradas menos importantes).	- <i>Além disso (e bem à parte de todas as confusões metodológicas em que o termo se tornou emaranhado), a designação negativa das coisas como (meramente) locais saiu de seu significado geográfico para ser usado em relação a toda uma variedade de questões e lutas. Então, antirracismo, feminismo e as preocupações ambientais, entre outras, foram criticadas como sendo ‘apenas questões locais’ (ver parte III, especialmente ‘Sexismo flexível’). E a global e a universal (e a confusão entre os dois termos era ela própria sintomática) preocupação com a qual essas questões estavam sendo comparadas era a de classe (MASSEY, 2001, p. 119, tradução nossa).</i>
- Metodologicamente, a cartografia (da teoria cultural contemporânea) é uma forma de retrabalhar e visibilizar os sujeitos da literatura pós-colonial e feminista (sujeitos como: mulheres, indígenas, pretos, pretas, gays, lésbicas por exemplo).	- <i>Mais recentemente houve outras experiências. ‘A figura da cartografia é recorrente na teoria cultural contemporânea’, escreve Elizabeth Ferrier (1990, p. 35) ‘mapear parece ser crucial para a pós-modernidade.’ A figura do mapa tem sido usada em certa literatura pós-colonial e feminista como uma forma que pode, por um lado, representar atitudes rígidas do passado, mas, também, por outro lado, ser retrabalhada a partir de dentro (Huggan, 1989). Nesses projetos, mapas podem ao mesmo tempo ser desconstruídos, e então reconstruídos, sob uma forma que desafie a reivindicação de singularidade, estabilidade e fechamento que caracterizam nossa noção (e, certamente, na maioria dos casos, a intenção) usual de representação cartográfica” (MASSEY, 2015, p.163).</i>
- As novas cartografias desafiam a construção clássica do mapa como “tecnologia de poder” que, por vezes, invisibilizou as mulheres (através de “pontos cegos”). Ou seja, um dos métodos é o de cartografar os sujeitos	- <i>O que acontece aqui, então - nessas re-imaginações feministas e pós-coloniais das possibilidades da cartografia -, é um avanço da crítica dos mapas como ‘tecnologias de poder’ para forçar nossa compreensão da própria forma do mapa. E mais ainda ‘pontos cegos’, o esquecimento das configurações</i>

<p>da literatura feminista e pós-colonial a partir da sua própria ótica (utilizando métodos feministas ou da pós-colonialidade). Assim, é importante produzir estudos que visibilizem esses sujeitos.</p>	<p><i>espaciais precedentes'. E, de Spivak, a 'necessária, porém contraditória, suposição de uma terra não inscrita' (1985, p. 133), todos, no contexto pós-colonial, baseados na noção do texto colonial como escritura sobre, desse modo, um outro obliterado" (MASSEY, 2015, p.163-164).</i></p>
---	---

1.2. CATEGORIAS DE DOREEN MASSEY

As categorias de Doreen Massey relacionadas à área da Geografia Feminista e de Gênero são inovadoras para o campo da ciência geográfica.

Massey aponta para uma associação de categorias na geografia. O “local” era associado às questões de “gênero” e das “feministas”. Já o “global” e o “universal” eram relacionados às questões de “classe”.

Ainda, ter essa associação como o “local”, era negativa dentro do significado geográfico. Assim:

Moreover (and quite apart from all the methodological confusions in which the term became entangled), the negative designation of things as (merely) local slipped out of its geographical meaning to be used in relation to a whole variety of issues and struggles. So anti-racism, feminism and environmental concerns, among others were criticized as being 'only local' issues (see part III, especially 'Flexible sexism'). And the global and universal (and the confusion between the two terms was itself symptomatic) concern against which these issues were being compared was that of class (MASSEY, 2001, p. 119).

Além disso (e bem à parte de todas as confusões metodológicas em que o termo tornou-se emaranhado), a designação negativa das coisas como (meramente) locais saiu de seu significado geográfico para ser usado em relação a toda uma variedade de questões e lutas. Então, anti-racismo, feminismo e as preocupações ambientais, entre outras, foram criticadas como sendo 'apenas questões locais' (ver parte III, especialmente 'Sexismo flexível'). E a global e a universal (e a confusão entre os dois termos era ela própria sintomática) preocupação com a qual essas questões estavam sendo comparadas era a de classe (MASSEY, 2001, p. 119, tradução nossa).

A distinção entre o “local” e o “global” associava: o “local” como de menor importância, o “global” como sendo mais importante.

No “local” incluíam questões e lutas pertinentes ao: antirracismo, feminismo, preocupações ambientais, dentre outras.

Ao “global” e ao “universal” (utilizando os termos como se fossem sinônimos) se colocavam os temas relacionados à “classe”.

Sobre a relação entre as categorias “espaço” e “tempo”, Massey afirma que comumente há a visão de que o tempo está dominando o espaço.

Ainda, é como se a categoria do “espaço” tivesse perdido prioridade em relação à do “tempo”. Assim Massey afirma que:

“É estranho que o espaço seja tão comumente imaginado como ‘conquistando o tempo’. Parece, em geral, que se percebe o espaço como sendo uma dimensão menos importante do que o tempo: com menos seriedade e magnificência, sendo material/fenomenal, em vez de abstrato, ser em vez de devir e assim por diante, feminino em lugar de masculino (ver, por exemplo, Bondi, 1990, Massey, 1992a, Rose, 1993). É a categoria subordinada, a categoria quase residual, o não-A para o A do tempo, definido contrapositionalmente, simplesmente por uma falta de temporalidade e visto amplamente, dentro da modernidade, como tendo sofrido a perda de prioridade em relação ao tempo” (MASSEY, 2015, p.55).

Sobre as categorias “tempo” e “espaço”, a literatura acadêmica aponta como se o “tempo” estivesse conquistando o “espaço”. Esse é um dos motivos do livro de Massey se intitular “Pelo Espaço”, para retomar sua importância.

A categoria “tempo” é relacionada ao: masculino, abstrato, “ser” (ao invés de devir).

Já a categoria “espaço” seria relacionada ao: feminino, categoria subordinada, menos importante, menos seriedade e magnificência, material/fenomenal, “devir” (ao invés de ser).

Ainda há associação como se a categoria “tempo” fosse relacionada ao “masculino” e ao “homem”. Já a categoria “espaço” seria relacionada à “feminilidade” e à “mulher”. Massey externaliza esses pontos ao citar a visão de Grosz e de Irigaray, assim:

Grosz associa então essa distinção tempo-espaço com a constituição do gênero: “Isto pode explicar por que Irigaray alega que, no Ocidente, o tempo é concebido como masculino (próprio a um sujeito, a um ser com um interior)

e o espaço é associado com feminilidade (feminilidade sendo uma forma de externalidade em relação aos homens). A mulher é/provê espaço para o homem, mas ela mesma não ocupa nenhum. O tempo é a projeção do seu interior [do homem] e é conceitual, introspectivo. A interioridade do tempo vincula-se com a exterioridade do espaço apenas através da posição de Deus (ou do Seu representante, o Homem) como o ponto de sua mediação e eixo de sua coordenação (1995, pp. 98-9)' (MASSEY, 2015, p.92).

A distinção entre as categorias “tempo” e “espaço” perpassa pelo viés de gênero.

O “tempo” é visto como: masculino, próprio a um sujeito, a um ser com um interior, tempo sendo a projeção do seu interior, sendo conceitual, introspectivo, interioridade do tempo.

O “espaço” é associado a: feminilidade, a uma forma de externalidade em relação aos homens, sendo como a visão de que a mulher é/provê o espaço para o homem não ocupando nenhum espaço, exterioridade do espaço.

Sobre a visão da categoria “espaço” pelas feministas: A categoria “espaço”, aponta para uma “construção relacional do espaço” – visão essa das feministas segundo Massey.

No feminismo se aponta para a importância do “relacional” na compreensão da identidade e subjetividade. Ou seja, tanto a experiência íntima (do tempo), quanto relacional (do espaço) são importantes em diversas questões (MASSEY, 2015, p. 93).

Assim, teríamos o conceito do “espaço” como sendo onde se criam as relações (conceito esse associado às visões das feministas). Logo, a experiência do “espaço” tem impactos em vários temas, como: identidade e subjetividade. Assevera Massey:

Talvez, então, se pensarmos e praticarmos o espaço de maneira diferente, isso irá repercutir também em outros domínios (...) Há também aquela linha de questionamento, principalmente de filósofos feministas, que propõe a argumentação política para a compreensão da identidade/subjetividade de um modo mais vigorosamente relacional. Trata-se, de fato, de nos referirmos novamente à construção relacional do espaço. Assim Moira Gatens e

Genevieve Lloyd (1999) basearam-se em Spinoza para explorar a construção relacional da subjetividade, a inseparabilidade entre individualidade e sociabilidade. Isto libera nossas imaginações. Pois se a experiência não é uma sucessão internalizada de sensações (pura temporalidade), mas uma multiplicidade de coisas e relações, então sua espacialidade é tão significativa quanto sua dimensão temporal” (MASSEY, 2015, p.93).

A categoria “espaço” para a filosofia feminista engloba: a construção relacional do espaço. Construção essa, que: ocorre através da identidade/subjetividade, onde existe a construção relacional da subjetividade com a inseparabilidade entre individualidade e sociabilidade, sendo a experiência uma multiplicidade de coisas e relações, assim, a espacialidade é tão significativa quanto a dimensão temporal, segundo Massey.

Aqui, chegamos a um dos conceitos mais importantes: O “espaço” é construído da forma relacional (através das relações).

A Física compreende que o “espaço-tempo é relativo”. No entanto, as feministas também perceberam essa relatividade, porém através de caminhos diferentes. O caminho das feministas foi por um campo relacional, através das relações.

Sobre essas ligações do que seria “espaço” para as feministas e o “espaço-tempo” da Física, Massey argumenta que:

No entanto, já talvez, uma conexão mais precisa, que vai além de uma correspondência, entre conceitos de complexidade, por um lado, e uma reavaliação do significado do espaço, por outro. Argumenta-se frequentemente, por exemplo, que, em termos mais gerais, a teoria da complexidade evoca ‘o espacial’, que tudo ao que ela se refere diz respeito ao tipo de configurações espaciais que são desafiadas pela canalização de energias. Certamente, toda a noção de sistemas distributivos, as práticas de processamentos paralelos e mesmo a própria ideia de emergência, levam, necessariamente, dentro de si, implicações de multiplicidade por oposição a uma linearidade singular. Elas dependem, precisamente, de uma inter-relacionalidade complexa. E a multiplicidade e inter-relacionalidade, por sua vez, no argumento aqui apresentado, implicam espacialidade (isto não quer dizer, ainda assim, que deveríamos nos voltar para a teoria da complexidade para justificar tais pontos de vista. As feministas, trabalhando por um pensamento relacional,

chegaram até aí por caminhos diferentes; aqueles que imaginam o surgimento da identidade através da multiplicidade o fizeram da mesma forma... e eu argumentaria o mesmo sobre nosso pensamento acerca da espacialidade)" (MASSEY, 2015, p.187).

A categoria da "teoria da complexidade" percebe o "espaço" como complexo. Assim, em relação ao "espaço": as configurações espaciais são desafiadas pela canalização de energias, existe uma multiplicidade ao invés de uma singularidade linear, há uma interrelacionalidade complexa. Essa complexidade do espaço foi percebida pelas feministas através do pensamento relacional, segundo Massey.

E nessa categoria da "construção relacional do espaço", existiriam figuras excluídas ("os outros"). Dentre os excluídos e marginalizados no espaço estariam: 1) através da distância do espaço: os localizados em regiões distantes do planeta, 2) na proximidade do espaço: as mulheres, a natureza, o animal e mecânico.

Assim, a categoria "espaço" construído de forma relacional nos mostra também que: existe alteridade e exclusão independentemente da distância. Assevera Massey que:

Mas nem todos os 'outros', cuja existência e diferença foram tão vitais para o estabelecimento da sensibilidade moderna, estavam localizados em regiões distantes do planeta. Também existiam 'outros' no seu interior: não menos, embora também não apenas 'mulheres' e 'natureza'. McClintock (1995) explorou o entrelaçamento entre raça, gênero e classe no estabelecimento do imperialismo britânico. Haraway (1991) chamou a atenção para a importância das figuras excluídas do feminino, do animal e do mecânico. Mesmo dentro da modernidade, houve vários modos de estabelecer a alteridade (exclusão), nem todos dependentes da distância (MASSEY, 2015, p.141).

A categoria dos "outros" engloba: os localizados em regiões distantes do planeta, as mulheres, a natureza etc. Assim percebe-se uma relação entre "raça, gênero, classe" e o "imperialismo britânico". Essa alteridade (dos "outros") é estabelecida de várias formas, não só por distância, segundo Massey.

Outro ponto é que o “espaço” segundo Massey pode ser visto como: 1) espaço sendo construído a partir das relações; 2) espaço não sendo apenas a distância, abertura, conexões, proximidade; 3) espaço a partir da ótica da “articulação das formas de poder dentro das configurações espaciais”, pois o espaço mostra relações de poder ali embutidas.

Esses pontos sobre o que seria “espaço” podem ser observados na seguinte citação de Massey:

O argumento aqui é, simplesmente, de que o que está ou deveria estar em pauta em relatos da modernidade e da globalização (e certamente na construção/conceituação de espaço, em geral) não é em si mesmo um tipo de forma espacial nua (distância, o grau de abertura, o número de interconexões, proximidade etc.,etc.), mas o conteúdo relacional daquela forma espacial e, particularmente, a natureza das relações de poder aí embutidas. Não há correlação mecânica entre distância e diferença. Tanto a alteridade do resto do mundo quanto a alteridade da feminilidade dentro do estabelecimento da figura clássica da modernidade empregaram a manipulação da espacialidade como uma ferramenta poderosa, mas os tipos de poder que estão envolvidos, e os modos pelos quais esses são impostos através da configuração do espacial, foram, em cada caso, muito diferentes (ver Massey, 1996a). A espacialidade foi importante em ambos os casos, mas o espaço é mais do que distância. Localização, confinamento, simbolismo... também desempenham seus papéis. O que está em questão é a articulação das formas de poder dentro das configurações espaciais (MASSEY, 2015, p.141).

As categorias “espaço” e “espacial” englobam: conteúdo relacional, a natureza das relações de poder ali embutidas, a alteridade do resto do mundo e a alteridade da feminilidade, existe a manipulação da espacialidade com uma ferramenta de poder através da configuração espacial, o espaço é mais do que distância, o espaço é também localização / confinamento / simbolismo, existe articulação das formas de poder dentro das configurações espaciais, segundo Massey.

Ainda, existem outras construções do que seriam o “local” e o “global”. O “local” seria visto como: produto do global; ligado ao lugar, trabalho e tradição; associado com as mulheres, minorias, pobres, culturas locais; vítima da

globalização. Já o “global” seria: produto do local por existir uma construção local do global (a partir de uma visão crítica); espaço; capital; história; agenciamento. Denota Massey que:

Há uma esmagadora tendência, tanto na literatura acadêmica quanto política, e em outras formas de discurso e na prática política, de imaginar o local como o produto do global, mas negligenciando o seu oposto: a construção local do global (...). Arturo Escobar caracteriza assim o clássico mantra: ‘o global é associado com espaço, capital, história e agenciamento, enquanto o local, ao contrário está ligado a lugar, trabalho e tradição - bem como com mulheres, minorias, os pobres e, poder-se-ia acrescentar, culturas locais’ (2001, p. 155-6). O lugar, em outras palavras, é descrito como, inevitavelmente, a vítima da globalização” (MASSEY, 2015, p.152).

Sobre a categoria “local” existe a tendência de se perceber o “local” como produto do “global”, negligenciando quando o global é produto do local (ou “a construção local do global”). O “global” é associado a: espaço, capital, história, agenciamento. O “local” a: lugar, trabalho, tradição, mulheres, minorias, pobres, culturas locais, sendo o “lugar” a vítima da globalização, segundo Massey.

Já a categoria “lar”, seria o lugar em que costumavam estar, como costumava ser (na visão de migrantes) – trazendo o passado. Ou seja, “lar” e “tempo” estariam conectados.

Assim, esse espaço do “lar”, do “lugar” se inclinaria no “tempo”, tendo ligações com a ideia da nostalgia também. Segundo Massey:

Pois fazemos tal mágica com as noções usuais de espaço. Não somente o imaginamos como uma superfície, de fato concebemos frequentemente nossos percursos ‘através’ dele, também como temporais (...) Espaço como superfície, assim, mas que se inclina no tempo. Migrantes imaginam o ‘lar’, o lugar em que costumavam estar, como costumava ser (MASSEY, 2015, p.181).

A noção usual de “espaço” imagina este como: superfície, através dos nossos percursos através dele também como temporais, um espaço como superfície que se inclina com o tempo, segundo Massey.

Sobre a categoria “lar”, os migrantes percebem como: o lugar que costumavam ser, como costumava ser, segundo Massey.

Ainda, o “lugar” quando significa “local de origem”, tem conexão com o termo “mãe”. Exemplo disso, são algumas expressões como: “Mãe África”, ou a forma como britânicos do norte falavam do seu local de origem. Segundo Massey:

Os Angry Young Men, britânicos dos anos 50 e 60, tornaram-se um ícone a esse respeito; vindo para o sul para se tornarem famosos, ao mesmo tempo ridicularizando e, algumas vezes, quase sempre na figura da ‘Mãe’, venerando os lugares do norte que eles haviam deixado” (MASSEY, 2015, p.181).

Assim, a categoria “lar” é comumente associada à figura da “Mãe”, como no caso dos migrantes Angry Young Men estudados por Massey.

Outra questão são as categorias “lar” e “casa”, que são relacionadas aos termos: nostalgia, familiaridade, sentimentos, às perdas que sofremos para nos incorporarmos ao projeto da modernidade e da racionalidade.

Essas associações do “lar” e “casa” são também o contrário do que engloba a “racionalidade”. Massey assevera que:

Eu também sou uma nortista que vive atualmente ‘lá embaixo no sul’ e tenho, muitas vezes, pensado nesse contexto de ‘voltar para casa’. (...) Estou ‘em casa’, adoro isto. E parte do que amo, neste caso, é meu mais rico conjunto de conexões, mais precisamente sua familiaridade.

E o que há de errado nisso? Este tipo de saudade - do migrante, por exemplo - de um ‘lar’ que se costumava conhecer? Wendy Wheeler (1994) tratou dessa questão em seu sério trabalho sobre as perdas que sofremos, como um preço pela nossa incorporação ao projeto da modernidade (ver também Wheeler, 1999). Como muitos outros, ela aponta para a proeminência, dentro do pós-moderno, de sentimentos e expressões de nostalgia, inclusive nostalgias de lugar e lar (uma seção tem o título “Pós-modernidade como saudade de casa”) (...). Seu argumento é o de que a modernidade do Iluminismo foi comprada a custo da exclusão radical de tudo o que possa ameaçar a consciência racional (MASSEY, 2015, p.181).

A categoria “lar” engloba: o “voltar para casa”, o “estar em casa”, um rico conjunto de conexões, uma familiaridade, um lar que se costumava conhecer, uma perda sofrida pelo preço do projeto da modernidade, nostalgias de lugar e lar, pode ser associada ao preço da modernidade com a exclusão radical de tudo que possa ameaçar a consciência racional, segundo Massey.

Outra questão é que a categoria da “razão” seria associada à: maturidade; masculinidade; ciência; alta cultura; crítica; política; exclusão radical do ‘outro’; e à modernidade.

Já a categoria “falta de razão” seria conectada à: feminilidade; arte; cultura de massa; afeto; estética; o ‘outro’; e à pós-modernidade.

Massey constrói esse pensamento sobre as categorias de “razão” e “falta de razão” através da leitura de Wheeler. Assim:

Uma das questões que o pós-modernismo coloca para a política é a de uma resposta às necessidades afetivas (Wheeler, 1994, p. 99). Seu argumento é o de que a modernidade do Iluminismo foi comprada a custo da exclusão radical de tudo o que possa ameaçar a consciência racional. Além disso: ‘Essa exclusão radical do ‘outro’ da Razão forma a base, tanto para as principais distinções sobre as quais a modernidade é fundada (razão/falta de razão; maturidade/infantilidade; masculinidade/feminilidade; ciência/arte; alta cultura/cultura de massa; crítica/afeto; política/estética etc.) quanto da própria subjetividade moderna (Wheeler, 1994, p. 96). Este é um argumento importante e que, de muitas maneiras, vincula-se com as teses deste livro” (MASSEY, 2015, p.181-182).

Segundo Massey, a categoria “exclusão radical do ‘outro’ “ é própria da modernidade do Iluminismo (e da ideia de “Razão” ali imaginada). Assim, essa modernidade é fundada a partir de dicotomias: razão/falta de razão; maturidade/infantilidade; masculinidade/feminilidade; ciência/arte; alta cultura/cultura de massa; crítica/afeto; política/estética etc.

A categoria “tecnopolos”, ou “locais de produção do conhecimento” está ligada com a expulsão das mulheres. Exemplos são: tecnopolos, a fuga monástica dos homens em relação às mulheres, as antigas universidades e o deserto. Criando, assim, uma distinção dos locais do “masculino” e do “feminino”.

Assim existe ligação da categoria “locais da produção do conhecimento” com a distinção de gênero e expulsão das mulheres, segundo Massey:

Sobre os tecnopolos e os locais da produção do conhecimento, Massey afirma que: “Outra é que, através da história ocidental, eles fizeram parte e compuseram uma parcela da luta em torno da criação de gêneros inteligíveis, de certas formas do ‘masculino’ e do ‘feminino’. Inúmeras vezes o estabelecimento desses lugares estava ligado com a distinção de gênero e a expulsão das mulheres. Brown, escrevendo a respeito dos primeiros desses espaços, afirma que ‘O temor das mulheres caiu como uma sombra sobre os caminhos que levavam de volta do deserto para as cidades e vilas’ (1989, p. 242), e David Noble, em seu maravilhoso relato dessa intrincada história de mais de dois milênios, escreve sobre ‘a fuga monástica dos homens em relação às mulheres’ (1992, p.77) e documenta em detalhes a ferrenha continuação dessa fuga para dentro das universidades e da ciência moderna. (Somos levados a refletir sobre o retorno do pós-moderno para o deserto, ou, pelo menos, para a imagem do deserto - o espaço de uma ausência de mulheres?) (MASSEY, 2015, p. 207).

Segundo Massey, a categoria dos “tecnopolos e os locais de produção do conhecimento” englobam questões de gênero através de: distinção de gênero, expulsão das mulheres, temor das mulheres, fuga monástica dos homens em relação às mulheres, fuga dos homens para dentro das universidades e da ciência moderna, um deserto pós-moderno como um espaço de uma ausência de mulheres.

Ainda, essa “exclusão das mulheres em alguns lugares” é resultado de uma história da construção do gênero, segundo Massey:

Uma longa história, de fato, não apenas da exclusão das mulheres, mas da contestada constituição do que iria significar ser (um certo tipo de) homem ou mulher. A ‘masculinidade’ dos tecnopolos do mundo, hoje, não é apenas um produto de, nem pode ser medido pelo fato da esmagadora dominância, nele, de empregados homens. É um resultado de uma história mais longa e mais profunda da construção do gênero que, ela própria, foi/é incluída espacialmente na construção de ‘lugares do conhecimento’ defensivos, especializados” (MASSEY, 2015, p. 208).

A categoria da “exclusão das mulheres” explica o porquê da falta de mulheres em alguns espaços (como em tecnopolos, em espaços de

representação política como no Congresso Nacional, em cargos de alto escalão com salários maiores).

Segundo Massey, essa exclusão das mulheres reúne: a masculinidade dos tecnopolos, é o resultado da história profunda da construção do gênero, passa pela ideia de “lugares do conhecimento, defensivos, especializados”, segundo Massey.

A “exclusão das mulheres” em alguns “lugares” é algo que ocorre em outros locais também, como no caso brasileiro, nos setores da política: no Congresso Nacional e no Senado Federal do Brasil.

Sobre tal “exclusão das mulheres” no Congresso Nacional: Até 2016 não existia banheiro feminino no plenário do Senado Federal do Brasil (Folha de São Paulo, 2016).

Assim, na categoria de “lugares não-femininos”, em contraposição com os “lugares femininos” (woman’s place) estariam: mosteiros medievais, tecnopolos, o Congresso Nacional brasileiro, dentre outros exemplos. Segundo Massey:

Os tempo-espacos dos mosteiros medievais, as velhas universidades e os tecnopolos de hoje são todos momentos no entrelaçar das histórias da legitimação de uma certa forma de produção de conhecimento, a geração e manutenção de uma casta masculinizada que se especializa na definição e produção de tal conhecimento e no próprio moldar de tal tipo de masculinidade” (MASSEY, 2015, p.208).

A categoria dos “tecnopolos” é entrelaçada pela questão de gênero pois evidencia: uma casta masculinizada, a presença em mosteiros medievais / velhas universidades / tecnopolos de hoje, a legitimação de uma forma de produção de conhecimento, a expulsão das mulheres, segundo Massey.

A construção da categoria do “lugar de mulher” ou “woman’s place” tem relação com a “casa” e o “lar” (MASSEY, 2001, p. 179).

Ainda, tal conotação do “woman’s place” aponta para a separação entre a casa e o local de trabalho (fato esse verificado no trabalho dos homens, pois o trabalho das mulheres se dá dentro e fora de casa).

Essa categoria do “woman’s place” sofreu uma mudança de paradigma quando as mulheres se tornaram economicamente ativas, não trabalhando somente no “trabalho doméstico não-remunerado”. Assevera Massey:

'A woman's place?' illustrates this theme, by pointing to the specific (though not unique) importance of the spatial separation of home and workplace in generating dismay in certain quarters at women becoming 'economically active' (MASSEY, 2001, p. 179).

'O lugar de mulher'? ilustra este tema, apontando para a importância específica (embora não única) da separação espacial de casa e do local de trabalho em gerar consternação em certos bairros com mulheres se tornando 'economicamente ativas' (MASSEY, 2001, p. 179, tradução nossa)

No entanto, a visão a categoria “woman’s place” (“lugar de mulher”) sendo sinônimo de “casa” segue até os dias de hoje.

Um dos exemplos é a divisão desigual do trabalho doméstico, onde as mulheres dedicam muito mais horas a este do que os homens.

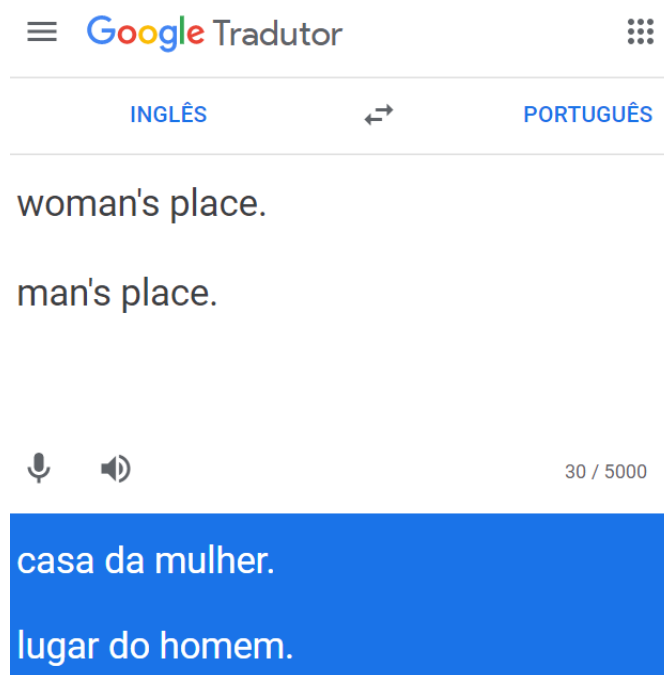
A categoria dos “lugares feminininos”, do “woman’s place”, do “lugar de mulher” seria associada à casa, ao lar, ao domínio do doméstico, do trabalho doméstico, do trabalho desvalorizado.

Outro exemplo bem explícito está no *site* “*Google Translate*”, exposto abaixo visualmente na Figura 1 (a exposição da figura tem por justificativa reforçar a presença da desigualdade até linguística relacionada aos espaços).

Nele, se traduz “woman’s place” como sendo sinônimo de “casa da mulher”.

Já “man’s place” teria como sinônimo “lugar do homem”. A imagem abaixo escancara tal associação:

Figura 1 – Tradução de “woman’s place” pelo site “Google Tradutor”



Fonte: GOOGLE TRADUTOR, 2021.

A categoria “cidades” é vista como relacionada à: viver juntos; como todos os lugares, seria uma tecitura conjunta de indiferença mútuas; onde existe a negociação do lugar de forma chocante e desigual como nas comunidades muradas (na fuga dos brancos); e onde existem geografias de relações de mercado polarizadoras de classes na produção da desigualdade. Assim, Massey ensina que:

As ‘cidades’ podem, certamente, colocar a ‘questão geral de nosso viver juntos’ de uma maneira mais intensa do que muitos outros tipos de lugares. No entanto, o próprio fato de que as cidades (como todos os lugares) são o âmbito da tecitura conjunta de indiferenças mútuas e de francos antagonismos em tamanha miríade de trajetórias, e que isso em si mesmo tem uma forma espacial que ajudará a moldar aquelas relações e diferenciações, significa que, dentro das cidades, a natureza dessa questão - do nosso viver juntos - será articulada de maneiras diferentes. O desafio da negociação do lugar é, de forma chocante, desigual. E a política, a economia e as culturas de espaço - através da fuga dos brancos, através de comunidades muradas, através das geografias de relações de mercado

polarizadoras de classes - são usadas ativamente na produção dessa desigualdade” (MASSEY, 2015, p.239).

Ainda, a fuga do “lar”, da “casa” é vista de forma crítica e cética pelas feministas.

Isso porque dizer “não” para o “lar” não seria em si um avanço político, ou ainda, que nem sempre as alternativas ao trabalho doméstico seriam as melhores. Assim, Massey traz essa visão crítica:

Há uma tendência específica que corre através desse monte de debates. Ela provém, talvez, especificamente, das feministas e sugere cautela contra uma comemoração superentusiasmada com abertura, movimento e fuga (no sentido de escapar) (...) Sobre as aberturas, fechamentos e complexidades dos espaços: “Por um lado, há o animador ceticismo sobre Estado-nação e os fechamentos do ‘lar’ como loci de identidade e lealdade e uma recusa mais incomum de equipar aquele lar com a ‘mulher’; por outro lado há, como Robbins coloca, ‘uma lembrança tangível de que alternativas para domesticidade nem sempre tiram proveito dela’ (p. 166). Simplesmente dizer ‘não’ para a nação, o lar, fronteiras e assim por diante não é, em si, um avanço político (é um fetichismo espacial pensar que o será) - no romance, os europeus, em nome da mobilidade e da falta de limites, casual e sintomaticamente invadem ‘um mundo metade-inventado do deserto’ (Ondaatje, 1992, p. 150; ver Robbins, 1999, p. 166) (MASSEY, 2015, pp.244-246).

Assim, quanto à categoria “fuga do “lar”, “fuga da casa”, as feministas observam que: tal movimento deve ser observado de forma crítica e cética; dizer “não” para o “lar” não seria em si um avanço político; nem sempre as alternativas ao trabalho doméstico são as melhores.

No âmbito das categorias “lar” e “comunidades”, não se deve pensar no “fechamento do lar” ou “fechamento das comunidades”. Essa tentativa de fechamento seria uma tentativa de lidar com a perda do que era no passado essa possibilidade do lar.

Até porque é impossível esse fechamento do “lar imaginado”. Massey critica teorias que focam muito no fechamento do lar, do espaço, das comunidades (ou na fuga através da migração), que não percebem a

complexidade do espaço. Ela concorda com a obra de Donald (1999) ao citá-lo que:

‘Cada uma’, sugere, ‘é uma estratégia política e experiencial para tratar com a perda (mais ou menos consciente) da possibilidade do lar com o qual se vive’ (p. 150). Aquele fechamento do ‘lar’ imaginado é, de qualquer forma, impossível” (MASSEY, 2015, p.247).

Sobre a categoria “lar”, Massey critica não estamos todos querendo voltar a um “lar autocorrespondente”. Isto porque, diante da crítica feminista: As mulheres gostariam de voltar a esse “lar” do passado? Voltar às desigualdades da divisão do trabalho doméstico constantes nesse “lar” do passado? Ou esta teoria é pensada “para” e “pelos” homens?

Ainda, sobre a distinção das categorias “lar” e “comunidade”: o “lar” não seria um lugar que todos nós almejaríamos. Massey ensina que:

É uma distinção que me deixa cautelosa, especialmente em suas asserções/imposições universalizantes (que ‘nós’ estamos todos almejando algum Lar autocorrespondente) e, é claro, na visão da mordaz crítica feminista” (MASSEY, 2015, p.285).

Isto porque: As mulheres gostariam de voltar a esse “lar” do passado? Voltar às desigualdades da divisão do trabalho doméstico constantes nesse “lar” do passado? Ou esta teoria é pensada “para” e “pelos” homens?

Sobre as categorias “casa” e “lar”, nem todos querem “voltar para as antigas coisas familiares, para o modo com que as coisas costumavam ser” (MASSEY, 2015, p. 183). E essa volta ao passado desse “lar imaginado” não é possível.

Exemplo disso é: Ao voltar para casa, a partir de uma nostalgia do passado, se espera que uma mãe faça um bolo da mesma forma que fazia no passado, no entanto a mãe traz um bolo novo. Aqui as associações entre as categorias “casa”, “mãe”, “passado” não são por acaso. Esse é o exemplo que Massey cita, pois:

Minha irmã e eu tínhamos ‘voltado para casa’ e estávamos sentadas, com nossos pais, na sala da frente, tomando chá. A festa em tais ocasiões era o

bolo de chocolate. Era uma especialidade: consistente e com um tipo de mistura de manteiga, calda grossa e chocolate em pó no recheio (...) Eu adorava. Nessa ocasião, porém, mamãe foi até a cozinha e voltou trazendo um bolo de chocolate que era completamente diferente (...). Ela estava satisfeita: uma nova receita que tinha encontrado. Mas a uma só voz minha irmã e eu lançamos um lamento um lamento de protesto: 'Oh mamãe..., mas nós gostamos do antigo bolo de chocolate' (...) Entretanto, os lugares mudam, eles prosseguem sem você. A mãe inventa novas receitas. Uma nostalgia que nega tudo isso está, certamente, precisando ser reformulada (MASSEY, 2015, p. 183).

Sobre a categoria “binarismo”: As feministas mostram que ver o mundo na forma “binária”, sendo uma coisa ou outra, pode levar a discursos opressores. Geograficamente, pensar que um espaço pode ser ou “fechado” ou “aberto” (como no caso do “lar”), esconde as contradições ali existentes.

Deve-se ir para além do “binarismo”. Reconhecer a incerteza, a contradição, a complexidade, a instabilidade, é importante na construção geográfica. Massey ensina que:

As feministas apontaram, muitas vezes, para as cadeias dos binarismos, frouxamente ligados e ocasionalmente contraditórios, através dos quais podem ser reproduzidos discursos opressores. A própria incerteza é um dos recursos que produzem os efeitos do poder. A substituição entre imaginações geograficamente contraditórias, todas menos estáveis do que alegam ser, pode ser uma manobra igualmente significativa (...). A imaginação geográfica fechada de abertura, tanto quanto a de fechamento, é, em si mesma, irremediavelmente instável. As reais necessidades políticas consistem numa insistência no reconhecimento de suas especificidades e num apelo para a particularidade das questões que apresentam” (MASSEY, 2015, p.248).

As categorias “laboratório científico” e “lar” mostraram uma divisão de gênero no projeto de pesquisa de Massey no âmbito dos cientistas *high tech* do Reino Unido. Dentre os cientistas, 95% eram homens (MASSEY, 2015, p. 250).

O contraste entre as categorias “laboratório científico” e “lar” apontaram para: a mobilidade do homem; o isolamento da mulher; uma nítida cartografia de gênero; um contraste perfeito entre abertura global e auto-contenção local. Ensina Massey que:

Primeiro (e este ponto não será debilitado pelas surpresas que a pesquisa produziu), ele exemplifica, no nível local e no nível de vidas individuais, aquela característica emergente da globalização, como a conhecemos, por meio da qual ‘a poderosa’ (de onde quer que derive seu poder) tem a capacidade tanto de conduzir quanto de controlar suas vidas, intencionalmente, e defender um lugar seguro por si mesma. E, segundo, combina com aquela outra estória, de mobilidade do homem e isolamento da mulher, sobre a qual tantos têm escrito. Parecia existir uma nítida cartografia de gênero e um contraste perfeito entre abertura global e auto-contenção local” (MASSEY, 2015, p.251).

A lógica dos “tecnopolos” (onde a identidade do cientista gira em torno do “lógico”, “masculino”) invadiria também os lares desses cientistas através dos “escritórios dos lares”. No entanto, há invasão do “trabalho” no “lar”, mas não o contrário (não há invasão do “lar” no “trabalho”).

A forma como Massey descreve essa masculinização dos espaços reflete essas características: esses escritórios seriam “o escritório do papai”, “não se podia entrar lá”, seria “um santuário interior”. Ou seja, essa divisão de gênero, esses “lugares de homens” existiriam nos tecnopolos, mas também dentro do “lar”, pois:

Tais pensamentos nos fizeram olhar de um modo diferente, também, enquanto conduzíamos nossas entrevistas, para os lares desses pesquisadores-cientistas (...). Frequentemente, também, esses variegados tempo-espacos, que eram lares, tinham escritórios no seu interior, onde o cientista-pesquisador poderia se recolher para trabalhar. E esses lugares-dentro-de-lugares seriam construídos praticamente da mesma forma que os laboratórios. Era o escritório do papai, não se podia entrar lá, um santuário interior (ver também Wigley, 1992). Havia uma invasão, decididamente, unilateral (que, sem dúvida, coloca sob um prisma diferente a retórica comum de um apagamento mal definido dos limites entre lar e trabalho), uma invasão do lar pelo trabalho, mas não vice-versa, e a pesquisa prosseguiu para investigar por que o tempo-espaco de um era tão ‘mais forte’ do que o outro” (MASSEY, 2015, p.252-253).

Nessa pesquisa, Massey percebe que: a categoria “laboratório” estava associada à masculinidade; e a categoria do “lar” associado à feminilidade.

Sobre as categorias “lar” e “laboratório”, Massey percebe: a força dos salários e do mercado no âmbito do “lar” e “laboratório”; a dicotomia entre *Mente/Ciência/Razão versus corpo/lar/cotidiano*; a questão de gênero sendo fundamental na relação “laboratório” (da masculinidade) *versus* “lar” (feminilidade). as relações desiguais de gêneros estabelecidas dentro do lar:

Em poucas palavras, os agrupamentos de eixos em torno dos quais essa dominância parecia estar construída reuniam-se ao redor do seguinte: (i) a força da relação dos salários e do mercado; (ii) o status da *Mente/Ciência/Razão* em relação ao corpo, o lar e o cotidiano; (iii) gênero como influente e reproduzido tanto através da ‘masculinidade’ do laboratório e da ‘feminilidade’ do lar quanto das permanentes relações cotidianas desiguais entre os gêneros já-estabelecidas dentro do lar (MASSEY, 2015, p.285).

As categorias “local” e “global” devem ser vistas relacionalmente porque uma “luta local” produz efeitos também para além do “local” (assim como também dentro do “local”).

Assim, lutas locais no contexto das pautas feministas (como uma denúncia sobre assédio sexual em uma fábrica, ou a luta pela distribuição gratuita de absorventes) podem produzir efeitos para além do local. Conforme assevera Massey:

A topografia é muito diferente quando o local (e, concomitantemente, o global) é pensado relacionalmente. Neste caso, cada luta local já é uma conquista relacional, baseada tanto dentro quanto para além do ‘local’, e é internamente múltipla. Como Featherstone (2001) argumenta, mesmo ‘particularismos militantes’ são produzidos aberta e relacionalmente. A potencialidade, então, é para que o movimento para além do local seja, antes, um movimento de expansão e encontro ao longo de linhas de equivalência construída com componentes de multiplicidades internas de outras lutas locais (MASSEY, 2015, p.256).

Distinções entre as categorias “espaço” e “lugar” também são feitas na obra de Massey.

Massey critica algumas concepções clássicas do que seria “espaço” e “lugar”. Classicamente: i) o “espaço” estaria relacionado: ao “global”; “à

abstração do espaço global”; “abstrato”; ii) já o “lugar” estaria no âmbito: “do local”; “local como real”; “lugar local como material e significativo”; “viver é viver localmente”, “conhecendo os lugares onde se está”; “lugar é o espaço para o qual foi dado significado”. Explica Massey que:

Da maior importância, aqui, é a persistente contraposição de espaço e lugar, que está vinculada a uma contraposição paralela entre global e local (...) Repetidamente, a contraposição de local e global reflete uma equiparação de local com real, com lugar local como material e significativo, colocando-se em oposição a uma suposta abstração do espaço global. É um imaginário político que, numa série de formulações, tem uma poderosa contraparte em grande parcela da literatura acadêmica. Em uma das colocações geográficas fundadoras desse gênero, Yi-Fu Tuan propôs que ‘ espaço é mais abstrato do que lugar ‘ (Tuan, 1977, p. 6). O filósofo Edward Casey afirma que: ‘Viver é viver localmente, e conhecer é, antes de tudo, conhecer os lugares onde se está’ (Casey, 1996, p. 18). E teóricos sociais não raro asseveram que: ‘Lugar é o espaço para o qual foi dado significado’ (Carter et al, 1993, p. xii)” (MASSEY, 2015, p.258-259).

Massey então conceitua tais categorias como: i) a categoria “global” é tão concreta quanto a categoria “local”; ii) a categoria “espaço” deve ser pensada relacionalmente, sendo a soma de nossas relações e interconexões e a ausência delas; iii) o “espaço” também é absolutamente concreto. Assim:

As duplas local/global e lugar/espaço não se projetam na dupla concreto/abstrato. O global é tão concreto quanto é o lugar local. Se o espaço deve, realmente, ser pensado relacionalmente, então ele não é mais do que a soma de nossas relações e interconexões e a ausência delas; ele também é, absolutamente, ‘concreto’ (fica evidente, aqui, o quanto romantizar o local pode ser o oposto de compreender o espaço como uma abstração) (MASSEY, 2015, p.260).

No âmbito das “geografias da proteção”, não se pode associar proteção com proximidade. As relações de proteção também podem ocorrer a longa distância, segundo Massey (2015, pp. 272-273). Esse é o exemplo de mecanismos no combate à violência contra a mulher como a denúncia telefônica através do Disque 180 no Brasil.

Dentre “geografias da proteção”, outro exemplo é que atualmente os condomínios brasileiros são obrigados a informar casos de violência contra a mulher. Assevera Massey que:

Em vez de ‘responsabilidade’, Fiona Robinson explorou as, agora restritas, mas potencialmente mais amplas, geografias da proteção (*geographies of care* – no original). Em seu livro *Globalizing care: ethics, feminist theory, and international relations* (1999) ela desenvolve uma ‘ética crítica da proteção’, (...) a ética relacional da proteção’, (...) ‘uma consideração crítica das relações de poder, da diferença e da exclusão na ordem mundial globalizante’ (...) Trabalhando dessa forma ela evita a abstração formalizada; o enfoque se situa nas relações praticadas (...) O espaço, assim como o lugar, é compreendido como relacional e, portanto, estabelecido, real. Trabalhando também com uma consideração crítica da globalização ela abandona a tendência de associar proteção com proximidade: ‘Proteção não parece, à primeira vista, corresponder a distância’ (p. 45). (...) Como tal, a autora defende, as relações de proteção podem também ocorrer a longa distância (MASSEY, 2015, p.272-273).

Nem sempre quem está perto fornecerá proteção (como no caso da violência dentro de casa). E, também, “relações de proteção” podem ocorrer a longa distância (como no caso de denúncias por meio de aplicativos da internet como no *Instagram*, *Facebook* ou *Tiktok*).

A seguir, é exposto o Quadro 2 com um resumo das categorias de Doreen Massey (pertinentes a essa pesquisa):

Quadro 2 – Categorias de Doreen Massey
(pertinentes a essa pesquisa)

Categorias de Doreen Massey	
<u>Categorias</u>	<u>Citação</u>
<p>- A distinção entre o “local” e o “global” associava: o “local” como de menor importância, o “global” como sendo mais importante. No “local” incluíam questões e lutas pertinentes ao: antirracismo, feminismo, preocupações ambientais, dentre outras. Ao “global” e ao “universal” (utilizando os termos como se fossem sinônimos) se colocavam os temas relacionados à “classe”.</p>	<p>- <i>Além disso (e bem à parte de todas as confusões metodológicas em que o termo tornou-se emaranhado), a designação negativa das coisas como (meramente) locais saiu de seu significado geográfico para ser usado em relação a toda uma variedade de questões e lutas. Então, anti-racismo, feminismo e as preocupações ambientais, entre outras, foram criticadas como sendo 'apenas questões locais' (ver parte III, especialmente 'Sexismo flexível'). E a global e a universal (e a confusão entre os dois termos era ela própria sintomática) preocupação com a qual essas questões estavam sendo comparadas era a de classe (MASSEY, 2001, p. 119, tradução nossa).</i></p>
<p>- Sobre as categorias “tempo” e “espaço”, a literatura acadêmica aponta como se o “tempo” estivesse conquistando o “espaço”. Esse é um dos motivos do livro de Massey se intitular “Pelo Espaço”, para retomar sua importância. A categoria “tempo” é relacionada ao: masculino, abstrato, “ser” (ao invés de devir). Já a categoria “espaço” seria relacionada ao: feminino, categoria subordinada, menos importante, menos seriedade e magnificência, material/fenomenal, “devir” (ao invés de ser).</p>	<p>- <i>É estranho que o espaço seja tão comumente imaginado como 'conquistando o tempo'. Parece, em geral, que se percebe o espaço como sendo uma dimensão menos importante do que o tempo: com menos seriedade e magnificência, sendo material/fenomenal, em vez de abstrato, ser em vez de devir e assim por diante, feminino em lugar de masculino (ver, por exemplo, Bondi, 1990, Massey, 1992a, Rose, 1993). É a categoria subordinada, a categoria quase residual, o não-A para o A do tempo, definido contrapositionalmente, simplesmente por uma falta de temporalidade e visto amplamente, dentro da modernidade, como tendo sofrido a perda de prioridade em relação ao tempo (MASSEY, 2015, p.55).</i></p>
<p>- A distinção entre as categorias “tempo” e “espaço” perpassa pelo viés de gênero. O “tempo” é visto como: masculino, próprio a um sujeito, a um ser com um interior, tempo sendo a projeção do seu interior, sendo conceitual, introspectivo, interioridade do tempo. O “espaço” é associado a: feminilidade, a uma forma de externalidade em relação aos homens, sendo como a visão de que a mulher é/provê espaço para o homem não ocupando nenhum espaço, exterioridade do espaço.</p>	<p>- <i>Grosz associa então essa distinção tempo-espaço com a constituição do gênero: “Isto pode explicar por que Irigaray alega que, no Ocidente, o tempo é concebido como masculino (próprio a um sujeito, a um ser com um interior) e o espaço é associado com feminilidade (feminilidade sendo uma forma de externalidade em relação aos homens). A mulher é/provê espaço para o homem, mas ela mesma não ocupa nenhum. O tempo é a projeção do seu interior [do homem] e é conceitual, introspectivo. A interioridade do tempo vincula-se com a exterioridade do espaço apenas através da posição de Deus (ou do Seu representante, o Homem) como o ponto de sua</i></p>

	<p>mediação e eixo de sua coordenação (1995, pp. 98-9)' (MASSEY, 2015, p.92).</p>
<p>- A categoria “espaço” para a filosofia feminista engloba: a construção relacional do espaço (através da identidade/subjetividade, onde existe a construção relacional da subjetividade com a inseparabilidade entre individualidade e sociabilidade, sendo a experiência uma multiplicidade de coisas e relações, sendo a espacialidade tão significativa quanto a dimensão temporal, segundo Massey.</p>	<p>- Talvez, então, se pensarmos e praticarmos o espaço de maneira diferente, isso irá repercutir também em outros domínios (...) Há também aquela linha de questionamento, principalmente de filósofos feministas, que propõe a argumentação política para a compreensão da identidade/subjetividade de um modo mais vigorosamente relacional. Trata-se, de fato, de nos referirmos novamente à construção relacional do espaço. Assim Moira Gatens e Genevieve Lloyd (1999) basearam-se em Spinoza para explorar a construção relacional da subjetividade, a inseparabilidade entre individualidade e sociabilidade. Isto libera nossas imaginações. Pois se a experiência não é uma sucessão internalizada de sensações (pura temporalidade), mas uma multiplicidade de coisas e relações, então sua espacialidade é tão significativa quanto sua dimensão temporal” (MASSEY, 2015, p.93).</p>
<p>- A categoria da “teoria da complexidade” percebe o “espaço” como complexo. Assim, em relação ao “espaço”: as configurações espaciais são desafiadas pela canalização de energias, existe uma multiplicidade ao invés de uma singularidade linear, há uma interrelacionalidade complexa. Essa complexidade do espaço foi percebida pelas feministas através do pensamento relacional, segundo Massey. Tal construção coaduna com os físicos que concebem o espaço/tempo como relacional.</p>	<p>- No entanto, já talvez, uma conexão mais precisa, que vai além de uma correspondência, entre conceitos de complexidade, por um lado, e uma re-avaliação do significado do espaço, por outro. Argumenta-se frequentemente, por exemplo, que, em termos mais gerais, a teoria da complexidade evoca ‘o espacial’, que tudo ao que ela se refere diz respeito ao tipo de configurações espaciais que são desafiadas pela canalização de energias. Certamente, toda a noção de sistemas distributivos, as práticas de processamentos paralelos e mesmo a própria ideia de emergência, levam, necessariamente, dentro de si, implicações de multiplicidade por oposição a uma linearidade singular. Elas dependem, precisamente, de uma inter-relacionalidade complexa. E a multiplicidade e inter-relacionalidade, por sua vez, no argumento aqui apresentado, implicam espacialidade (isto não quer dizer, ainda assim, que deveríamos nos voltar para a teoria da complexidade para justificar tais pontos de vista. As feministas, trabalhando por um pensamento relacional, chegaram até aí por caminhos diferentes; aqueles que imaginam o surgimento da identidade através da multiplicidade o fizeram da mesma forma... e eu argumentaria o mesmo sobre nosso pensamento acerca da espacialidade)” (MASSEY, 2015, p.187).</p>
<p>- A categoria dos “outros” engloba: os localizados em regiões distantes do planeta, as mulheres, a natureza etc. Assim percebe-se uma relação entre “raça, gênero, classe” e o “imperialismo britânico”. Essa alteridade (dos “outros”) é</p>	<p>- Mas nem todos os ‘outros’, cuja existência e diferença foram tão vitais para o estabelecimento da sensibilidade moderna, estavam localizados em regiões distantes do planeta. Também existiam ‘outros’ no seu interior: não menos, embora também não apenas ‘mulheres’ e ‘natureza’. McClintock (1995) explorou o</p>

<p>estabelecida de várias formas, não só por distância, segundo Massey.</p>	<p><i>entrelaçamento entre raça, gênero e classe no estabelecimento do imperialismo britânico. Haraway (1991) chamou a atenção para a importância das figuras excluídas do feminino, do animal e do mecânico. Mesmo dentro da modernidade, houve vários modos de estabelecer a alteridade (exclusão), nem todos dependentes da distância (MASSEY, 2015, p.141).</i></p>
<p>- As categorias “espaço” e “espacial” englobam: conteúdo relacional, a natureza das relações de poder ali embutidas, a alteridade do resto do mundo e a alteridade da feminilidade, existe a manipulação da espacialidade com uma ferramenta de poder através da configuração espacial, o espaço é mais do que distância, o espaço é também localização / confinamento / simbolismo, existe articulação das formas de poder dentro das configurações espaciais, segundo Massey.</p>	<p><i>- O argumento aqui é, simplesmente, de que o que está ou deveria estar em pauta em relatos da modernidade e da globalização (e certamente na construção/conceituação de espaço, em geral) não é em si mesmo um tipo de forma espacial nua (distância, o grau de abertura, o número de interconexões, proximidade etc.,etc.), mas o conteúdo relacional daquela forma espacial e, particularmente, a natureza das relações de poder aí embutidas. Não há correlação mecânica entre distância e diferença. Tanto a alteridade do resto do mundo quanto a alteridade da feminilidade dentro do estabelecimento da figura clássica da modernidade empregaram a manipulação da espacialidade como uma ferramenta poderosa, mas os tipos de poder que estão envolvidos, e os modos pelos quais esses são impostos através da configuração do espacial, foram, em cada caso, muito diferentes (ver Massey, 1996a). A espacialidade foi importante em ambos os casos, mas o espaço é mais do que distância. Localização, confinamento, simbolismo... também desempenham seus papéis. O que está em questão é a articulação das formas de poder dentro das configurações espaciais (MASSEY, 2015, p.141).</i></p>
<p>- Sobre a categoria “local” existe a tendência de se perceber o “local” como produto do “global”, negligenciando quando o global é produto do local (ou “a construção local do global”). O “global” é associado a: espaço, capital, história, agenciamento. O “local” a: lugar, trabalho, tradição, mulheres, minorias, pobres, culturas locais, sendo o “lugar” a vítima da globalização, segundo Massey.</p>	<p><i>- Há uma esmagadora tendência, tanto na literatura acadêmica quanto política, e em outras formas de discurso e na prática política, de imaginar o local como o produto do global, mas negligenciando o seu oposto: a construção local do global (...). Arturo Escobar caracteriza assim o clássico mantra: ‘o global é associado com espaço, capital, história e agenciamento, enquanto o local, ao contrário está ligado a lugar, trabalho e tradição - bem como com mulheres, minorias, os pobres e, poder-se-ia acrescentar, culturas locais’ (2001, p. 155-6). O lugar, em outras palavras, é descrito como, inevitavelmente, a vítima da globalização” (MASSEY, 2015, p.152).</i></p>
<p>- A noção usual de “espaço” imagina este como: superfície, através dos nossos percursos através dele também como temporais, um espaço como superfície que se inclina com o tempo, segundo Massey.</p>	<p><i>- Pois fazemos tal mágica com as noções usuais de espaço. Não somente o imaginamos como uma superfície, de fato concebemos frequentemente nossos percursos ‘através’ dele, também como temporais (...) Espaço como superfície, assim, mas que se inclina no tempo. Migrantes imaginam o ‘lar’, o lugar em que</i></p>

<p>- Sobre a categoria “lar”, os migrantes a percebem como: o lugar que costumavam ser, como costumava ser, segundo Massey.</p>	<p>costumavam estar, como costumava ser (MASSEY, 2015, p.181).</p>
<p>- A categoria “lar” é comumente associada à figura da “Mãe”, como no caso dos migrantes Angry Young Men estudados por Massey.</p>	<p>- Os Angry Young Men, britânicos dos anos 50 e 60, tornaram-se um ícone a esse respeito; vindo para o sul para se tornarem famosos, ao mesmo tempo ridicularizando e, algumas vezes, quase sempre na figura da ‘Mãe’, venerando os lugares do norte que eles haviam deixado” (MASSEY, 2015, p.181).</p>
<p>- A categoria “lar” engloba: o “voltar para casa”, o “estar em casa”, um rico conjunto de conexões, uma familiaridade, um lar que se costumava conhecer, uma perda sofrida pelo preço do projeto da modernidade, nostalgias de lugar e lar, pode ser associada ao preço da modernidade com a exclusão radical de tudo que possa ameaçar a consciência racional, segundo Massey.</p>	<p>- <i>Eu também sou uma nortista que vive atualmente ‘lá embaixo no sul’ e tenho, muitas vezes, pensado nesse contexto de ‘voltar para casa’. (...) Estou ‘em casa’, adoro isto. E parte do que amo, neste caso, é meu mais rico conjunto de conexões, mais precisamente sua familiaridade. E o que há de errado nisso? Este tipo de saudade - do migrante, por exemplo - de um ‘lar’ que se costumava conhecer? Wendy Wheeler (1994) tratou dessa questão em seu sério trabalho sobre as perdas que sofremos, como um preço pela nossa incorporação ao projeto da modernidade (ver também Wheeler, 1999). Como muitos outros, ela aponta para a proeminência, dentro do pós-moderno, de sentimentos e expressões de nostalgia, inclusive nostalgias de lugar e lar (uma seção tem o título “Pós-modernidade como saudade de casa”) (...). Seu argumento é o de que a modernidade do Iluminismo foi comprada a custo da exclusão radical de tudo o que possa ameaçar a consciência racional (MASSEY, 2015, p.181).</i></p>
<p>- Segundo Massey, a categoria “exclusão radical do ‘outro’ “ é própria da modernidade do Iluminismo (e da ideia de “Razão” ali imaginada). Assim, essa modernidade é fundada a partir de dicotomias: razão/falta de razão; maturidade/infantilidade; masculinidade/feminilidade; ciência/arte; alta cultura/cultura de massa; crítica/afeto; política/estética etc.</p>	<p>- <i>Uma das questões que o pós-modernismo coloca para a política é a de uma resposta às necessidades afetivas (Wheeler, 1994, p. 99). Seu argumento é o de que a modernidade do Iluminismo foi comprada a custo da exclusão radical de tudo o que possa ameaçar a consciência racional. Além disso: ‘Essa exclusão radical do ‘outro’ da Razão forma a base, tanto para as principais distinções sobre as quais a modernidade é fundada (razão/falta de razão; maturidade/infantilidade; masculinidade/feminilidade; ciência/arte; alta cultura/cultura de massa; crítica/afeto; política/estética etc.) quanto da própria subjetividade moderna (Wheeler, 1994, p. 96). Este é um argumento importante e que, de muitas maneiras, vincula-se com as teses deste livro” (MASSEY, 2015, p.181-182).</i></p>
<p>- Segundo Massey, a categoria dos “tecnopolos e os locais de produção do conhecimento” englobam questões de</p>	<p>- <i>Sobre os tecnopolos e os locais da produção do conhecimento, Massey afirma que: “Outra é que, através da história ocidental, eles fizeram parte e</i></p>

<p>gênero através de: distinção de gênero, expulsão das mulheres, temor das mulheres, fuga monástica dos homens em relação às mulheres, fuga dos homens para dentro das universidades e da ciência moderna, um deserto pós-moderno como um espaço de uma ausência de mulheres.</p>	<p><i>compuseram uma parcela da luta em torno da criação de gêneros inteligíveis, de certas formas do 'masculino' e do 'feminino'. Inúmeras vezes o estabelecimento desses lugares estava ligado com a distinção de gênero e a expulsão das mulheres. Brown, escrevendo a respeito dos primeiros desses espaços, afirma que 'O temor das mulheres caiu como uma sombra sobre os caminhos que levavam de volta do deserto para as cidades e vilas' (1989, p. 242), e David Noble, em seu maravilhoso relato dessa intrincada história de mais de dois milênios, escreve sobre 'a fuga monástica dos homens em relação às mulheres' (1992, p.77) e documenta em detalhes a ferrenha continuação dessa fuga para dentro das universidades e da ciência moderna. (Somos levados a refletir sobre o retorno do pós-moderno para o deserto, ou, pelo menos, para a imagem do deserto - o espaço de uma ausência de mulheres?) (MASSEY, 2015, p. 207).</i></p>
<p>- A categoria da “exclusão das mulheres” explica o porquê da falta de mulheres em alguns espaços (como em tecnopolos, em espaços de representação política como no Congresso Nacional, em cargos de alto escalão com salários maiores). Segundo Massey, essa exclusão das mulheres reúne: a masculinidade dos tecnopolos, é o resultado da história profunda da construção do gênero, passa pela ideia de “lugares do conhecimento, defensivos, especializados”, segundo Massey.</p>	<p><i>- Uma longa história, de fato, não apenas da exclusão das mulheres, mas da contestada constituição do que iria significar ser (um certo tipo de) homem ou mulher. A 'masculinidade' dos tecnopolos do mundo, hoje, não é apenas um produto de, nem pode ser medido pelo fato da esmagadora dominância, nele, de empregados homens. É um resultado de uma história mais longa e mais profunda da construção do gênero que, ela própria, foi/é incluída espacialmente na construção de 'lugares do conhecimento' defensivos, especializados” (MASSEY, 2015, p. 208).</i></p>
<p>- A categoria dos “tecnopolos” é entrelaçada pela questão de gênero pois evidencia: uma casta masculinizada, a presença em mosteiros medievais / velhas universidades / tecnopolos de hoje, a legitimação de uma forma de produção de conhecimento, a expulsão das mulheres, segundo Massey.</p>	<p><i>- Os tempo-espacos dos mosteiros medievais, as velhas universidades e os tecnopolos de hoje são todos momentos no entrelaçar das histórias da legitimação de uma certa forma de produção de conhecimento, a geração e manutenção de uma casta masculinizada que se especializa na definição e produção de tal conhecimento e no próprio moldar de tal tipo de masculinidade” (MASSEY, 2015, p.208).</i></p>
<p>- A construção da categoria do “lugar de mulher” ou “woman’s place” tem relação com a “casa” e o “lar”. Ainda, aponta para a separação entre a casa e o local de trabalho (fato esse verificado no trabalho dos homens, pois o trabalho das mulheres se dá dentro e fora de casa). Essa categoria do “woman’s place” sofreu uma mudança de paradigma quando as mulheres se tornaram economicamente ativas, não trabalhando somente no “trabalho doméstico não-remunerado”, segundo Massey.</p>	<p><i>- 'A woman's place?' illustrates this theme, by pointing to the specific (though not unique) importance of the spatial separation of home and workplace in generating dismay in certain quarters at women becoming 'economically active' (MASSEY, 2001, p. 179). 'O lugar de mulher'? ilustra este tema, apontando para a importância específica (embora não única) da separação espacial de casa e do local de trabalho em gerar consternação em certos bairros com mulheres se tornando 'economicamente ativas' (MASSEY, 2001, p. 179, tradução nossa)</i></p>

<p>- A categoria “cidades” é vista como relacionada à: viver juntos; como todos os lugares, seria uma tecitura conjunta de indiferença mútuas; onde existe a negociação do lugar de forma chocante e desigual como nas comunidades muradas (na fuga dos brancos); e onde existem geografias de relações de mercado polarizadoras de classes na produção da desigualdade.</p>	<p>- <i>As ‘cidades’ podem, certamente, colocar a ‘questão geral de nosso viver juntos’ de uma maneira mais intensa do que muitos outros tipos de lugares. No entanto, o próprio fato de que as cidades (como todos os lugares) são o âmbito da tecitura conjunta de indiferenças mútuas e de francos antagonismos em tamanha miríade de trajetórias, e que isso em si mesmo tem uma forma espacial que ajudará a moldar aquelas relações e diferenciações, significa que, dentro das cidades, a natureza dessa questão - do nosso viver juntos - será articulada de maneiras diferentes. O desafio da negociação do lugar é, de forma chocante, desigual. E a política, a economia e as culturas de espaço - através da fuga dos brancos, através de comunidades muradas, através das geografias de relações de mercado polarizadoras de classes - são usadas ativamente na produção dessa desigualdade” (MASSEY, 2015, p.239).</i></p>
<p>- Quanto à categoria “fuga do “lar”, “fuga da casa”, as feministas observam que: tal movimento deve ser observado de forma crítica e cética; dizer “não” para o “lar” não seria em si um avanço político; nem sempre as alternativas ao trabalho doméstico são as melhores.</p>	<p>- <i>Há uma tendência específica que corre através desse monte de debates. Ela provém, talvez, especificamente, das feministas e sugere cautela contra uma comemoração superentusiasmada com abertura, movimento e fuga (no sentido de escapar) (...) Sobre as aberturas, fechamentos e complexidades dos espaços: “Por um lado, há o animador ceticismo sobre Estado-nação e os fechamentos do ‘lar’ como loci de identidade e lealdade e uma recusa mais incomum de equipar aquele lar com a ‘mulher’; por outro lado há, como Robbins coloca, ‘uma lembrança tangível de que alternativas para domesticidade nem sempre tiram proveito dela’ (p. 166). Simplesmente dizer ‘não’ para a nação, o lar, fronteiras e assim por diante não é, em si, um avanço político (é um fetichismo espacial pensar que o será) - no romance, os europeus, em nome da mobilidade e da falta de limites, casual e sintomaticamente invadem ‘um mundo metade-inventado do deserto’ (Ondaatje, 1992, p. 150; ver Robbins, 1999, p. 166) (MASSEY, 2015, pp.244-246).</i></p>
<p>- No âmbito das categorias “lar” e “comunidades”, não se deve pensar no “fechamento do lar” ou “fechamento das comunidades”. Essa tentativa de fechamento seria uma tentativa de lidar com a perda do que era no passado essa possibilidade do lar. Até porque é impossível esse fechamento do “lar imaginado”.</p>	<p>- <i>‘Cada uma’, sugere, ‘é uma estratégia política e experiencial para tratar com a perda (mais ou menos consciente) da possibilidade do lar com o qual se vive’ (p. 150). Aquele fechamento do ‘lar’ imaginado é, de qualquer forma, impossível” (MASSEY, 2015, p.247).</i></p>
<p>- Sobre a categoria “lar”, Massey critica não estamos todos querendo voltar a um “lar autocorrespondente”. Isto porque, diante da crítica feminista: As mulheres gostariam de voltar a esse “lar” do passado? Voltar às desigualdades da</p>	<p>- <i>É uma distinção que me deixa cautelosa, especialmente em suas asserções/imposições universalizastes (que ‘nós’ estamos todos almejando algum Lar autocorrespondente) e, é claro, na visão da mordaz crítica feminista” (MASSEY, 2015, p.285).</i></p>

<p>divisão do trabalho doméstico constantes nesse “lar” do passado? Ou esta teoria é pensada “para” e “pelos” homens? Ainda, sobre a distinção das categorias “lar” e “comunidade”: o “lar” não seria um lugar que todos nós almejaríamos.</p>	
<p>- Sobre as categorias “casa” e “lar”, nem todos querem voltar para as antigas coisas familiares, para o modo com que as coisas costumavam ser, segundo Massey. Essa volta ao passado desse “lar imaginado” não é possível. Exemplo disso é: Ao voltar para casa, a partir de uma nostalgia do passado, se espera que uma mãe faça um bolo da mesma forma que fazia no passado, no entanto a mãe traz um bolo novo. Aqui as associações entre as categorias “casa”, “mãe”, passado” não são por acaso.</p>	<p><i>- Minha irmã e eu tínhamos ‘voltado para casa’ e estávamos sentadas, com nossos pais, na sala da frente, tomando chá. A festa em tais ocasiões era o bolo de chocolate. Era uma especialidade: consistente e com um tipo de mistura de manteiga, calda grossa e chocolate em pó no recheio (...) Eu adorava. Nessa ocasião, porém, mamãe foi até a cozinha e voltou trazendo um bolo de chocolate que era completamente diferente (...). Ela estava satisfeita: uma nova receita que tinha encontrado. Mas a uma só voz minha irmã e eu lançamos um lamento um lamento de protesto: ‘Oh mamãe..., mas nós gostamos do antigo bolo de chocolate’ (...) Entretanto, os lugares mudam, eles prosseguem sem você. A mãe inventa novas receitas. Uma nostalgia que nega tudo isso está, certamente, precisando ser reformulada (MASSEY, 2015, p. 183).</i></p>
<p>- Sobre a categoria “binarismo”: As feministas mostram que ver o mundo na forma “binária”, sendo uma coisa ou outra, pode levar a discursos opressores. Geograficamente, pensar que um espaço pode ser ou “fechado” ou “aberto” (como no caso do “lar”), esconde as contradições ali existentes. Deve-se ir para além do “binarismo”. Reconhecer a incerteza, a contradição, a complexidade, a instabilidade, é importante na construção geográfica.</p>	<p><i>- As feministas apontaram, muitas vezes, para as cadeias dos binarismos, frouxamente ligados e ocasionalmente contraditórios, através dos quais podem ser reproduzidos discursos opressores. A própria incerteza é um dos recursos que produzem os efeitos do poder. A substituição entre imaginações geograficamente contraditórias, todas menos estáveis do que alegam ser, pode ser uma manobra igualmente significativa (...). A imaginação geográfica fechada de abertura, tanto quanto a de fechamento, é, em si mesma, irremediavelmente instável. As reais necessidades políticas consistem numa insistência no reconhecimento de suas especificidades e num apelo para a particularidade das questões que apresentam” (MASSEY, 2015, p.248).</i></p>
<p>- As categorias “laboratório científico” e “lar” mostraram uma divisão de gênero no projeto de pesquisa de Massey no âmbito dos cientistas high tech do Reino Unido. Dentre os cientistas, 95% eram homens (MASSEY, 2015, p. 250). - O contraste entre as categorias “laboratório científico” e “lar” apontaram para: a mobilidade do homem; o isolamento da mulher; uma nítida cartografia de gênero; um contraste perfeito entre abertura global e auto-contenção local.</p>	<p><i>- Primeiro (e este ponto não será debilitado pelas surpresas que a pesquisa produziu), ele exemplifica, no nível local e no nível de vidas individuais, aquela característica emergente da globalização, como a conhecemos, por meio da qual ‘a poderosa’ (de onde quer que derive seu poder) tem a capacidade tanto de conduzir quanto de controlar suas vidas, intencionalmente, e defender um lugar seguro por si mesma. E, segundo, combina com aquela outra estória, de mobilidade do homem e isolamento da mulher, sobre a qual tantos têm escrito. Parecia existir uma nítida cartografia de gênero e um contraste perfeito entre abertura global e auto-contenção local” (MASSEY, 2015, p.251).</i></p>

<p>- A categoria dos “tecnopolos” (onde a identidade do cientista gira em torno do “lógico”, “masculino”) invadiria também os lares desses cientistas através dos “escritórios dos lares”. No entanto, há invasão do “trabalho” no “lar”, mas não o contrário (não há invasão do “lar” no “trabalho”). Esses escritórios seriam “o escritório do papai”, “não se podia entrar lá”, seria “um santuário interior”. Ou seja, essa divisão de gênero, esses “lugares de homens” existiria nos tecnopolos, mas também dentro do “lar”. Nessa pesquisa, se percebe que: a categoria “laboratório” e “escritório” estavam associadas à masculinidade; e a categoria do “lar” associada à feminilidade</p>	<p>- <i>Tais pensamentos nos fizeram olhar de um modo diferente, também, enquanto conduzíamos nossas entrevistas, para os lares desses pesquisadores-cientistas (...). Frequentemente, também, esses variegados tempo-espacos, que eram lares, tinham escritórios no seu interior, onde o cientista-pesquisador poderia se recolher para trabalhar. Esses lugares-dentro-de-lugares seriam construídos praticamente da mesma forma que os laboratórios. Era o escritório do papai, não se podia entrar lá, um santuário interior (ver também Wigley, 1992). Havia uma invasão, decididamente, unilateral (que, sem dúvida, coloca sob um prisma diferente a retórica comum de um apagamento mal definido dos limites entre lar e trabalho), uma invasão do lar pelo trabalho, mas não vice-versa, e a pesquisa prosseguiu para investigar por que o tempo-espaco de um era tão ‘mais forte’ do que o outro” (MASSEY, 2015, p.252-253).</i></p>
<p>- Sobre as categorias “lar” e “laboratório”, Massey percebe: a força dos salários e do mercado no âmbito do “lar” e “laboratório”; a dicotomia entre Mente/Ciência/Razão versus corpo/lar/cotidiano; a questão de gênero sendo fundamental na relação “laboratório” (da masculinidade) versus “lar” (feminilidade).as relações desiguais de gêneros estabelecidas dentro do lar:</p>	<p>- <i>Em poucas palavras, os agrupamentos de eixos em torno dos quais essa dominância parecia estar construída reuniam-se ao redor do seguinte: (i) a força da relação dos salários e do mercado; (ii) o status da Mente/Ciência/Razão em relação ao corpo, o lar e o cotidiano; (iii) gênero como influente e reproduzido tanto através da ‘masculinidade’ do laboratório e da ‘feminilidade’ do lar quanto das permanentes relações cotidianas desiguais entre os gêneros já-estabelecidas dentro do lar (MASSEY, 2015, p.285).</i></p>
<p>- As categorias “local” e “global” devem ser vistas relacionalmente porque uma “luta local” produz efeitos também para além do “local” (assim como também dentro do “local”). Assim, lutas locais no contexto das pautas feministas (como uma denúncia sobre assédio sexual em uma fábrica, ou a luta pela distribuição gratuita de absorventes) podem produzir efeitos para além do local.</p>	<p>- <i>A topografia é muito diferente quando o local (e, concomitantemente, o global) é pensado relacionalmente. Neste caso, cada luta local já é uma conquista relacional, baseada tanto dentro quanto para além do ‘local’, e é internamente múltipla. Como Featherstone (2001) argumenta, mesmo ‘particularismos militantes’ são produzidos aberta e relacionalmente. A potencialidade, então, é para que o movimento para além do local seja, antes, um movimento de expansão e encontro ao longo de linhas de equivalência construída com componentes de multiplicidades internas de outras lutas locais (MASSEY, 2015, p.256).</i></p>
<p>- Massey critica algumas concepções clássicas do que seria “espaço” e “lugar”. Classicamente: i) o “espaço” estaria relacionado: ao “global”; “à abstração do espaço global”; “abstrato”; ii) já o “lugar” estaria no âmbito: “do local”; “local como real”; “lugar local como material e significativo”; “viver é viver localmente”, “conhecendo os lugares onde se está”;</p>	<p>- <i>Da maior importância, aqui, é a persistente contraposição de espaço e lugar, que está vinculada a uma contraposição paralela entre global e local (...) Repetidamente, a contraposição de local e global reflete uma equiparação de local com real, com lugar local como material e significativo, colocando-se em oposição a uma suposta abstração do espaço global. É um imaginário político que, numa série de formulações, tem uma poderosa contraparte</i></p>

<p>“lugar é o espaço para o qual foi dado significado”. Explica Massey que:</p>	<p><i>em grande parcela da literatura acadêmica. Em uma das colocações geográficas fundadoras desse gênero, Yi-Fu Tuan propôs que ‘ espaço é mais abstrato do que lugar ‘ (Tuan, 1977, p. 6). O filósofo Edward Casey afirma que: ‘Viver é viver localmente, e conhecer é, antes de tudo, conhecer os lugares onde se está’ (Casey, 1996, p. 18). E teóricos sociais não raro asseveram que: ‘Lugar é o espaço para o qual foi dado significado’ (Carter et al, 1993, p. xii)” (MASSEY, 2015, p.258-259).</i></p>
<p>- Massey as categorias como: i) a categoria “global” é tão concreta quanto a categoria “local”; ii) a categoria “espaço” deve ser pensada relacionalmente, sendo a soma de nossas relações e interconexões e a ausência delas; iii) o “espaço” também é absolutamente concreto.</p>	<p><i>- As duplas local/global e lugar/espaço não se projetam na dupla concreto/abstrato. O global é tão concreto quanto é o lugar local. Se o espaço deve, realmente, ser pensado relacionalmente, então ele não é mais do que a soma de nossas relações e interconexões e a ausência delas; ele também é, absolutamente, ‘concreto’ (fica evidente, aqui, o quanto romantizar o local pode ser o oposto de compreender o espaço como uma abstração) (MASSEY, 2015, p.260).</i></p>
<p>- Na categoria das “geografias da proteção”, não se pode associar proteção com proximidade. As relações de proteção também podem ocorrer a longa distância. Esse é o exemplo de mecanismos no combate à violência contra a mulher como a denúncia telefônica através do Disque 180 no Brasil. Dentre “geografias da proteção”, outro exemplo é que atualmente os condomínios brasileiros são obrigados a informar casos de violência contra a mulher. Nem sempre quem está perto fornecerá proteção (como no caso da violência dentro de casa). E, também, “relações de proteção” podem ocorrer a longa distância (como no caso de denúncias por meio de aplicativos da internet como no Instagram, Facebook ou Tiktok).</p>	<p><i>- Em vez de ‘responsabilidade’, Fiona Robinson explorou as, agora restritas, mas potencialmente mais amplas, geografias da proteção. Em seu livro <i>Globalizing care: ethics, feminist theory, and international relations</i> (1999) ela desenvolve uma ‘ética crítica da proteção’, (...) a ética relacional da proteção’, (...) ‘uma consideração crítica das relações de poder, da diferença e da exclusão na ordem mundial globalizante’ (...) <i>Trabalhando dessa forma ela evita a abstração formalizada; o enfoque se situa nas relações praticadas (...)</i> O espaço, assim como o lugar, é compreendido como relacional e, portanto, estabelecido, real. <i>Trabalhando também com uma consideração crítica da globalização ela abandona a tendência de associar proteção com proximidade: ‘Proteção não parece, à primeira vista, corresponder a distância’ (p. 45). (...) Como tal, a autora defende, as relações de proteção podem também ocorrer a longa distância (MASSEY, 2015, p.272-273).</i></i></p>

SEÇÃO 2

MARIA DOLORS

GARCIA-RAMON E A GEOGRAFIA

FEMINISTA E DE GÊNERO

SEÇÃO 2 – MARIA DOLORS GARCIA-RAMON E A GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO



SEÇÃO 2 – MARIA DOLORS GARCIA-RAMON E A GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO

Maria Dolors Garcia-Ramon é uma geógrafa especializada em Geografia do Gênero e tem um papel importante na divulgação do tema. Nascida em 1943 na Espanha, ela tem uma carreira de sucesso e é conhecida por sua pesquisa inovadora.

Garcia-Ramon se licencia em Geografia e História na Universidade de Barcelona (UB) em 1966. Após, inicia seu Mestrado em Geografia na Universidade da Califórnia (em Berkeley) em 1970.

Em Berkeley, ela se relaciona com: a Geografia Cultural de Sauer, os estudos de temas da América Latina, entrando até em contato com métodos quantitativos (diferentes dos métodos aprendidos na Universidade de Barcelona, com base em Vidal de La Blache) (GARCIA-RAMON, 2019, p. 13).

Maria Dolors, em 1969, começa a lecionar Geografia (no cargo de ajudante) no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Em 1969 também se torna ajudante de práticas na Universidade de Barcelona (GARCIA-RAMON, 2019, p. 14).

Em seu Doutorado a partir de 1969-1970 estuda as mudanças da agricultura na Espanha, através da Universidade de Barcelona.

No Pós-Doutorado em 1975 na Universidade de Clark (Estados Unidos) aperfeiçoa seus estudos em geografia agrária, entrando em contato novamente com métodos quantitativos do contexto da geografia norte-americana (GARCIA-RAMON, 2019, p. 15).

Ali, ao entrar em contato com a atmosfera da revista *Antipode*, ela acaba se relacionando com temas como: paisagem agrária anarquista, organização espacial dos coletivos agrários, geografia radical anglo-saxã.

Seu interesse pela área de Geografia de Gênero se inicia em 1983 quando Garcia-Ramon participa do Congresso do “Institute of British Geographers” (IBG)

onde assiste a uma sessão denominada: “Womens’ role in changing the face of the Earth” ou “O papel das mulheres na mudança da face da Terra” (uma crítica feminista à frase de Carl Sauer de “Men’s role in changing the face of the Earth”) (GARCIA-RAMON, 2019, p. 19).

Entre 1987-88 passa um período na Universidade do Arizona (Estados Unidos), participando das atividades do Southwest Institute for Research on Women (SIROW) e do Departamento de Geografia ao lado de Janice Monk.

Em 1988, no Congresso da União Geográfica Internacional (UGI), se torna uma das cofundadoras do Grupo de Trabalho da Geografia e Gênero (sendo secretária e escritora da Newsletter do grupo).

A criação em 1987 do Grupo de Estudos de Geografia e Gênero na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) possibilitou uma série de estudos em equipe na área (GARCIA-RAMON, 2019, p. 22).

Em 1994, um dos produtos dessa investigação em equipe foi o livro “Mujer y agricultura en España: género, trabajo y contexto regional” de Garcia-Ramon et al. Em 2000, Garcia-Ramon em conjunto com Mireia Baylina edita o livro “El nuevo papel de la mujer en el desarrollo rural”. Ou seja, em ambas produções, Garcia-Ramon relaciona os temas: geografia rural e gênero.

Em 2014, com o livro: "Espacios públicos, género y diversidad: Geografías para unas ciudades inclusivas", Garcia-Ramon alcança perspectivas além da geografia rural. Pois, ali explora a relação entre o gênero, a diversidade e o uso dos espaços públicos. O livro examina como os espaços públicos são projetados e utilizados de maneira diferenciada por homens e mulheres, bem como por outras identidades de gênero e orientações sexuais. Além disso, o livro também discute como os espaços públicos podem ser transformados para serem mais inclusivos e acessíveis a todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Em 2016, Maria Dolors Garcia Ramon recebeu o prestigioso Prêmio Vautrin Lud, um reconhecimento internacional de sua contribuição para a

geografia. A partir daí, ela se consolida como uma referência mundial em sua área, continuando a produzir trabalhos notáveis.

Em 2019, ela publica conjuntamente com Abel Albet, seu livro "Geografia y gênero: disidênciã e inovaçãõ", que discute a importância da consideraçãõ do gênero nas análises geográficas e aponta para novas formas de abordagem na área. Ainda, esse livro oferece um panorama da Geografia de Gênero na atualidade.

Maria Dolors Garcia Ramon é atualmente professora emérita da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Além de suas atividades de ensino e pesquisa, ela também é uma ativista social e participa de projetos que buscam promover a igualdade de gênero e combater a discriminaçãõ.

Sua carreira é um exemplo de como a geografia e o gênero podem ser combinados de forma significativa para compreender melhor o mundo e as relações sociais. Maria Dolors Garcia Ramon é uma defensora da importância da diversidade e da inclusãõ, e sua contribuiçãõ para a geografia e a sociedade é inestimável.

Dentre suas áreas de produçãõ, podem-se destacar as seguintes: Geografia de Gênero, Geografia Rural, Pensamento Geográfico e História da Geografia.

2.1. MÉTODOS DE MARIA DOLORS GARCIA-RAMON EM GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO

Os métodos de Maria Dolors Garcia-Ramon relacionadas à área da Geografia Feminista e de Gênero trazem uma série de inovações para o campo da ciência geográfica.

A temática da “Geografia do Gênero” se inicia em 1984 em uma reunião da União Geográfica Internacional (IGU), sendo introduzido o tema por Jan Monk (GARCIA-RAMON, 2019, p. 62).

Assim, em 1986 a sessão de gênero (na temática de Geografia de Gênero) foi incluída nos congressos da IGU, segundo Garcia-Ramon:

Y la geografía del género propiamente dicha, ¿cuándo se inicia?

Es en una reunión de la Unión Geográfica Internacional (UGI) en 1984 en París cuando, de hecho, Jan Monk presentó por primera vez, aunque todavía fuera de programa y de forma algo subrepticia, la geografía del género. Desde mucho antes habíamos estado elaborando una primera lista de contactos de personas interesadas y, aunque a él le parecía algo extraño, convencí a Joan Vilà Valentí (que por aquel entonces era vicepresidente de la UGI) de comprometerse a incluir una sesión sobre género durante el congreso de Barcelona de 1986 y que, esta vez sí, constase oficialmente en el programa. Gemma Cànoves y yo misma (que después sería secretaria del Grupo de Geografía del Género de la UGI) nos encargamos de la organización local: Janet Momsen (que después sería la presidenta del grupo y tenía muchos contactos en el mundo anglosajón) y Jan Monk (posteriormente vicepresidenta) contribuyeron decisivamente a que asistiese una gran cantidad de personas. Para mí esta convocatoria fue crucial. En el congreso de la UGI celebrado en Sídney en 1988 se creó la Comisión de Geografía y Género, que se consolidó definitivamente en los congresos de Beijing en 1990, de Washington en 1992... (GARCIA-RAMON, 2019, p. 62).

E a geografia de gênero propiamente dita, quando começa?

Foi em uma reunião da União Geográfica Internacional (IGU) em 1984 em Paris que Jan Monk de fato apresentou pela primeira vez, embora ainda fora do programa e um tanto sub-repticiamente, a geografia do gênero. Muito antes de estarmos desenvolvendo uma primeira lista de contatos de interessados e, embora lhe parecesse estranho, convenci Joan Vilà Valentí (que na época era vice-presidente da IGU) a se comprometer a incluir uma sessão sobre gênero durante o Congresso de Barcelona de 1986 e que, desta vez, foi oficialmente incluído no programa. Gemma Cànoves e eu (que mais tarde se tornaria a secretária do Grupo de Geografia de Gênero da IGU) cuidamos da organização local: Janet Momsen (que mais tarde se tornaria a presidente do grupo e tinha muitos contatos no mundo anglo-saxão) e Jan Monk (mais tarde vice-presidente) contribuiu decisivamente para a participação de um grande número de pessoas. Para mim, essa ligação foi crucial. No congresso da IGU realizado em Sydney em 1988, foi criada a Comissão de Geografia e Gênero, que se consolidou definitivamente nos congressos de Pequim em 1990, em Washington em 1992 (GARCIA-RAMON, 2019, p. 62, tradução nossa).

Aqui, coloca-se um contraponto à área da “Geografia de Gênero” por Garcia-Ramon, no tocante à comparação com a “Geografia Feminista”.

Cabe salientar que a “Geografia Feminista” (da década de 1970) é anterior à “Geografia de Gênero” (do ano de 1984).

A Geografia Feminista nasce na década de 1970 e nasce no contexto da ebulição das “Novas” Geografias Radicais (NELSON & SEAGER, 2008, p. 2), já que:

Most chroniclers mark the emergence of feminist geography in North America and the UK in the early 1970s, sparked by movements both within and outside the academy. Within geography, feminist critiques emerged as part of the ferment of “new” radical geographies – especially Marxism – that was raising challenges in the 1970s to the hegemonies of positivistic and corporatist geography (for discussion see Mackenzie, 1984). This was a productive, but also thorny, convergence (NELSON & SEAGER, 2008, p. 2).

A maioria das cronistas marca o surgimento da geografia feminista na América do Norte e no Reino Unido no início dos anos 1970, desencadeada por movimentos dentro e fora da academia. Dentro da geografia, as críticas

feministas emergiram como parte do fermento das “novas” geografias radicais - especialmente o marxismo - que estava levantando desafios na década de 1970 para as hegemonias da geografia positivista e corporativista (para discussão ver Mackenzie, 1984). Essa foi uma convergência produtiva, mas também espinhosa (NELSON & SEAGER, 2008, p. 2, tradução nossa).

Metodologicamente, a área de “Geografia do Gênero” permite desenvolver trabalhos com compromisso social (GARCIA-RAMON, 2019).

Sendo que, na visão de Garcia-Ramon, o compromisso social deve impregnar a geografia.

Logo trabalhos na área de “Geografia do Gênero” são essenciais no fazer-geográfico. Assim:

Por un lado, yo me sentía muy feminista, y veía que en la geografía del género o feminista confluían mis dos intereses: la geografía y el feminismo, y me dije: «¡Esto es fantástico!». No se trataba, solo, que yo pretendiese hacer geografía feminista o de género, sino que lo que yo quería era intentar introducir la vertiente de género en todo lo que yo había estado trabajando hasta entonces. En 1987 ya solicité al Ministerio (y me concedieron) el primer proyecto de investigación sobre género y agricultura. Y en el Congreso Mundial Vasco de aquel mismo año presenté un trabajo en el que vinculaba directamente a la geografía del género con el compromiso social: si para mí el compromiso social debía necesariamente impregnar a la geografía, en aquel texto ya proclamaba que dicho compromiso pasaba por introducir la perspectiva de género (GARCIA-RAMON, 2019, p. 62).

Por um lado, me sentia muito feminista, e via que na geografia do gênero ou feminista convergiam meus dois interesses: a geografia e o feminismo, e disse a mim mesma: "Isso é fantástico!" Não se tratava somente que eu pretendesse fazer geografia feminista ou de gênero, mas o que eu queria era tentar introduzir o aspecto de gênero em tudo que eu tinha trabalhado até então. Em 1987 solicitei ao Ministério (e eles me concederam) o primeiro projeto de pesquisa sobre gênero e agricultura. E no Congresso Mundial Basco daquele mesmo ano apresentei um trabalho em que vinculava diretamente a geografia do gênero com o compromisso social: sim, para mim o compromisso social devia necessariamente impregnar a geografia, naquele

texto já proclamava que dito compromisso passava por introduzir a perspectiva de gênero (GARCIA-RAMON, 2019, p. 62, tradução nossa).

A diferenciação teórico-metodológica entre “Geografia Feminista” e “Geografia de Gênero” segundo Maria Garcia-Ramon se centra em duas questões principais: i) Geografia Feminista seria um conceito desenvolvido teoricamente na geografia anglófona, Geografia de Gênero seria um conceito mais utilizado no mundo latino e espanhol; ii) Geografia Feminista teria um enfoque mais militante e ativista no mundo latino e espanhol, já a Geografia de Gênero teria uma preocupação com a “teoria de gênero” tendo assim um potencial desestabilizador tremendo.

Dessa forma, Maria Garcia-Ramon salienta que a escolha do uso de “Geografia Feminista” ou “Geografia de Gênero” pode ser utilizada de acordo com o contexto, pois:

¿Geografía del género o geografía feminista?

—Es un tema que en nuestro contexto no terminamos de tener claro. Diría que en todo el mundo académico latino el término más aceptado es el de «género» y se refiere, propiamente, a la «teoría del género»... a la que no todas las feministas dan su apoyo. Entre nosotros, la palabra «feminista» tiene unas connotaciones más militantes y activistas, pero en el ámbito anglosajón la feminist geography comporta una geografía sólidamente inspirada en la teoría. Yo habitualmente utilizo el concepto de «género» porque, dado que se trata de una construcción social entiendo que tiene un potencial revolucionario y desestabilizador tremendo. Con todo, también soy muy pragmática y, estratégicamente, creo que podemos y debemos utilizar ambos conceptos según la necesidad y el contexto (GARCIA-RAMON, 2019, p. 67).

Geografia de gênero ou geografia feminista?

—É uma questão que, em nosso contexto, não temos muita clareza. Eu diria que em todo o meio acadêmico latino o termo mais aceito é ‘gênero’ e se refere, propiamente, à “teoria do gênero” ... à qual nem todas as feministas dão seu apoio. Entre nós, a palavra ‘feminista’ tem conotações mais militantes e ativistas, mas na esfera anglo-saxônica a geografia feminista tem uma

geografia fortemente inspirada pela teoria. Costumo usar o conceito de 'gênero' porque, por se tratar de uma construção social, entendo que tem um enorme potencial revolucionário e desestabilizador. No entanto, também sou muito pragmática e, estrategicamente, acredito que podemos e devemos usar ambos os conceitos de acordo com a necessidade e o contexto (GARCIA-RAMON, 2019, p. 67, tradução nossa).

Ensina Garcia-Ramon que sobre as linhas de análise-metodológica no âmbito da “Geografia Feminista”, temos: as feministas radicais, feministas socialistas, feministas liberais. Assim:

Todos los enfoques geográficos feministas coinciden en que las diferencias de género asignan a mujeres y a hombres una muy desigual situación en la vida social. Ahora bien, las feministas «radicales» examinan los comportamientos masculinos y femeninos en función sobre todo del concepto de patriarcado, mientras que las feministas «liberales» hacen énfasis en el estudio de la desigualdad espacial, dentro de la tradición de la geografía social y del bienestar. En cambio, las feministas «socialistas» incluyen las relaciones de género dentro del marco conceptual de las relaciones sociales en sentido amplio, y tienden a explicar la subordinación de la mujer sobre una base materialista —la de su capacidad reproductora que no puede concebirse al margen de las relaciones de producción y reproducción de la sociedad— (McDowell, 1986) (GARCIA-RAMON, 2019, p. 109).

Todas as abordagens geográficas feministas concordam que as diferenças de gênero atribuem às mulheres e aos homens uma situação muito desigual na vida social. No entanto, feministas "radicais" examinam os comportamentos masculino e feminino em termos do conceito de patriarcado acima de tudo, enquanto feministas "liberais" enfatizam o estudo da desigualdade espacial, dentro da tradição da geografia social e do bem-estar. Em contraste, as feministas "socialistas" incluem as relações de gênero dentro da estrutura conceitual das relações sociais em um sentido amplo e tendem a explicar a subordinação das mulheres em uma base materialista - a de sua capacidade reprodutiva que não pode ser concebida isoladamente. da produção e reprodução da sociedade - (McDowell, 1986) (GARCIA-RAMON, 2019, p. 109, tradução nossa).

As feministas "radicais" pesquisam os comportamentos masculino e feminino em termos do conceito de patriarcado acima de tudo (GARCIA-RAMON, 2019, p. 109).

As feministas "liberais" enfatizam o estudo da desigualdade espacial, dentro da tradição da geografia social e do bem-estar (GARCIA-RAMON, 2019, p. 109).

As feministas "socialistas" incluem as relações de gênero dentro da estrutura conceitual das relações sociais em um sentido amplo e tendem a explicar a subordinação das mulheres em uma base materialista - a de sua capacidade reprodutiva que não pode ser concebida isoladamente. da produção e reprodução da sociedade (GARCIA-RAMON, 2019, p. 109).

Sendo que dentre as áreas-metodológicas clássicas da Geografia (entre as três: geografia neopositivista ou neoweberiana; geografia humanista; geografia radical marxista), Garcia-Ramon considera que a área que melhor deu abertura ao enfoque feminista e de gênero foi a da "geografia radical-marxista".

Sendo que foi na revista *Antipode*, onde foi publicado seu trabalho pioneiro (em 1974). Assim, ensina Garcia-Ramon que:

La geografía radical marxista es la que se adapta mejor a la incorporación del análisis de género y, de hecho, la ya mencionada revista *Antipode* es la que publicó el que se puede considerar su trabajo pionero (Hayford, 1974). Esta misma revista —después de algunas vacilaciones— ha incorporado a sus páginas de forma prácticamente regular dicha perspectiva; en 1984 publicó un número monográfico (*Antipode*, 1984) y en los últimos cuatro números ha incluido cuatro artículos sobre el tema, desarrollando el concepto de patriarcado como instrumento de análisis" (GARCIA-RAMON, 2019, p. 109-110).

A geografia radical marxista é a que melhor se adapta à incorporação da análise de gênero e, de fato, a citada revista *Antipode* é a que publicou o que pode ser considerado seu trabalho pioneiro (Hayford, 1974). Essa mesma revista - depois de alguma hesitação - incorporou essa perspectiva em suas páginas de maneira praticamente regular; em 1984 publicou um número monográfico (*Antipode*, 1984) e nos últimos quatro números incluiu quatro

artigos sobre o assunto, desenvolvendo o conceito de patriarcado como instrumento de análise (GARCIA-RAMON, 2019, p. 109-110, tradução nossa).

Sobre as ligações metodológicas entre abordagens “feministas e de gênero” e “colonialidade” percebe-se que somadas, tais visões tem muito a contribuir, segundo a autora.

Exemplo é do relato de mulheres europeias que eram diferentes dos relatos dos homens europeus, segundo Garcia-Ramon. Assim:

Una gran parte de la bibliografía feminista y postcolonial da por supuesto que las mujeres europeas tenían una experiencia del encuentro colonial distinta de la de los hombres y que, por ello, sus actitudes hacia el colonialismo, según aparecen en sus narraciones de viajes, tenían que ser diferentes (GARCIA-RAMON, 2019, p. 148).

Grande parte da literatura feminista e pós-colonial assume que as mulheres europeias tiveram uma experiência de encontro colonial diferente da dos homens e que, portanto, suas atitudes em relação ao colonialismo, como aparecem em suas narrativas de viagens, tiveram de ser diferente (GARCIA-RAMON, 2019, p. 148, tradução nossa).

Assim, sobre as relações metodológicas entre abordagens “feministas e de gênero” e da “colonialidade”, se percebeu a importância das mulheres no âmbito da revisão da literatura colonial, segundo Garcia-Ramon.

Exemplos são os papéis e a importância das mulheres, e sua conexão com a história colonial, ensina Garcia-Ramon. Dessa forma:

En términos más generales, la investigación feminista más reciente ha subrayado el sesgo de género de la literatura colonial y ha destacado la complejidad de las funciones encomendadas a mujeres en la historia colonial (como, por ejemplo, enfermeras, misioneras, maestras, esposas de funcionarios y oficiales, incluso turistas, etc) (GARCIA-RAMON, 2019, p. 151).

En definitiva, parece que existe un consenso creciente sobre la importancia del papel jugado por las mujeres en la formación de las relaciones coloniales (GARCIA-RAMON, 2019, p. 153).

De forma mais geral, a pesquisa feminista mais recente destacou o preconceito de gênero na literatura colonial e destacou a complexidade dos papéis confiados às mulheres na história colonial (como enfermeiras, missionárias, professoras, esposas de funcionários públicos e funcionários, até turistas, etc.) (GARCIA-RAMON, 2019, p. 151, tradução nossa).

Em suma, parece haver um consenso crescente sobre a importância do papel desempenhado pelas mulheres na formação das relações coloniais (GARCIA-RAMON, 2019, p. 153, tradução nossa).

Sobre exemplos de estudos feministas ou de gênero, um dos exemplos são as pesquisas que tem por métodos estudar os próprios cursos acadêmicos de Geografia ensina Garcia-Ramon.

Garcia-Ramon pesquisou esse tema nos cursos de geografia na Espanha, chegando à conclusão de que existe uma “masculinização da geografia acadêmica”, já que:

La presencia de mujeres en la geografía académica: ¿hacia una masculinización de la disciplina? (...)

Entonces observamos que la presencia de geógrafas en las facultades era relativamente alta (alrededor de un tercio del profesorado, aunque concentradas en las categorías más bajas), pero que publicaban menos y conseguían titularse como doctoras en una proporción menor a la de sus compañeros postgraduados. A pesar de ello, esta situación era mucho mejor que la observada en el Reino Unido, donde en 1982 las geógrafas solamente representaban el 11,4 % del total del profesorado (Johnston et al., 1983)” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 186).

A presença feminina na geografia acadêmica: existe uma masculinização da disciplina? (...)

Observamos, então, que a presença de geógrafas nas faculdades era relativamente elevada (cerca de um terço do corpo docente, embora concentrada nas categorias mais baixas), mas que publicavam menos e conseguiam obter o título de doutor em proporção menor do que seus colegas de pós-graduação. Apesar disso, esta situação era muito melhor do que a observada no Reino Unido, onde em 1982 as geógrafas representavam apenas 11,4% do corpo docente total (Johnston et al., 1983) (GARCIA-RAMON, 2019, p. 186, tradução nossa).

Sobre a produção em geografia feminista e de gênero, Garcia-Ramon critica que a maioria da produção conhecida internacionalmente seja anglófona.

Garcia-Ramon cita o exemplo do livro “Feminist Geographies: Exploration in diversity and difference” que apesar de evocar a diversidade e a diferença, apenas cita apenas a geografia anglo-americana, pois:

Otro ejemplo significativo, esta vez en la geografía feminista internacional, es el caso del excelente manual publicado por el grupo *wgsg* (1997), *Feminist Geographies: Exploration in diversity and difference*. El subtítulo realmente aboga por la diversidad, la diferencia (conceptos muy queridos por la geografía del género) y, por lo tanto, por el conocimiento situado, siguiendo a Haraway (1995) y a Monk (1996). No obstante, el contenido se refiere tan solo a la geografía angloamericana, y la bibliografía, con la excepción de un par de referencias, solo incluye las investigaciones publicadas y llevadas a cabo por la geografía anglófona (GARCIA-RAMON, 2019, p. 209).

Outro exemplo significativo, desta vez na geografia feminista internacional, é o caso do excelente manual publicado pelo grupo *wgsg* (1997), *Feminist Geographies: Exploration in diversity and difference* (Geografias Feministas: Exploração na diversidade e diferença). O subtítulo defende realmente a diversidade, a diferença (conceitos muito apreciados pela geografia do gênero) e, portanto, o conhecimento situado, seguindo Haraway (1995) e Monk (1996). No entanto, o conteúdo se refere apenas à geografia anglo-americana, e a bibliografia, com exceção de algumas referências, inclui apenas pesquisas publicadas e realizadas pela geografia anglófona (GARCIA-RAMON, 2019, p. 209, tradução nossa).

Outra questão, é que o conteúdo anglófono da “Geografia Feminista e de Gênero” internacionalmente é visto como a norma da área, segundo Garcia-Ramon.

Dessa forma, conteúdos de outros países nessa área são pouco citados.

O paradoxo ocorre no fato de que: a geografia e a teoria feminista são pioneiras na defesa da diferença e da diversidade, mas se aplica como norma o conteúdo nascido em meio anglófono. Segundo Garcia-Ramon:

Las diferencias que crea el lugar. Algunos datos numéricos sobre la geografía del género:

A pesar de que la geografía y la teoría feminista han sido pioneras en defender la diferencia y la diversidad, en la realidad diaria se olvida con demasiada frecuencia. Por lo general, se acepta que los temas y las metodologías de estudio de la geografía anglófona son la norma y el punto de referencia para la geografía feminista mundial (GARCIA-RAMON, 2019, p. 212).

As diferenças que o lugar cria. Alguns dados numéricos sobre a geografia do gênero:

Embora a geografia e a teoria feminista tenham sido as pioneiras na defesa da diferença e da diversidade, na realidade cotidiana muitas vezes são esquecidas. Em geral, admite-se que os temas e metodologias de estudo da geografia anglófona são a norma e o ponto de referência para a geografia feminista mundial (GARCIA-RAMON, 2019, p. 212, tradução nossa).

Além disso, nos estudos de Garcia-Ramon & Caballé, se percebeu que cada país produz pesquisas de “Geografia Feminista e de Gênero” de acordo com suas tradições e métodos locais.

Assim, tal estudo percebeu quatro modelos regionais de desenvolvimento-metodológico (em 1998) da “Geografia Feminista e de Gênero”: modelo anglófono; francófono e mediterrâneo; dos países escandinavos e centro-europeus; dos países do Terceiro Mundo. Ensina Garcia-Ramon que:

Los diversos temas tratados se podían agrupar en cuatro modelos regionales de desarrollo de esta geografía. Las revistas anglófonas (...); las revistas francófonas y del área mediterránea; (...) países escandinavos y centroeuropeos (...); los países del Tercer Mundo, y sobre todo en América Latina (GARCIA-RAMON, 2019, p. 212-213).

Os vários temas discutidos podem ser agrupados em quatro modelos regionais de desenvolvimento desta geografia. As revistas anglófonas, (...); as revistas francófonas e da área mediterrânea; (...) países escandinavos e da Europa Central; (...) o dos países do Terceiro Mundo, e especialmente da América Latina (GARCIA-RAMON, 2019, p. 212-213, tradução nossa).

O modelo metodológico-temático da Geografia Feminista e de Gênero das revistas anglófonas (em 1998) se baseava em: grande enfoque teórico; abordagem de temas como sexualidade, masculinidade, posicionalidade; temas inexistentes nos outros países naquele momento. Assim:

Las revistas anglófonas —que eran la mayoría— se caracterizaban por un enorme peso de la teoría, por un alto nivel de abstracción y por tratar temas como la sexualidad, la masculinidad y la posicionalidad, prácticamente inexistentes en los demás modelos en aquellos momentos (GARCIA-RAMON, 2019, p. 212).

As revistas de anglófonas - que eram a maioria - caracterizavam-se por um enorme peso teórico, por um alto nível de abstração e por tratar de temas como sexualidade, masculinidade e posicionalidade, praticamente inexistentes nos demais modelos da época. (GARCIA -RAMON, 2019, p. 212, tradução nossa).

Já o modelo metodológico-temático da Geografia Feminista e de Gênero das revistas francófonas e mediterrâneas (em 1998) se baseava em: novidades da geografia feminista do mundo anglófono; e grande peso de temas no mundo rural. Garcia-Ramon assevera que:

En las revistas francófonas y del área mediterránea, abundaban los estados de la cuestión sobre las novedades de la geografía feminista en el mundo anglófono —lo que demuestra una cierta dependencia metodológica de

esta—, pero dichas publicaciones también se distinguían por el peso de los temas del mundo rural, con lo cual acusaban la gran tradición de la geografía rural en estos países (GARCIA-RAMON, 2019, p. 212).

Nas revistas de língua francesa e da região mediterrânea, foram muitos os estados da pergunta sobre as novidades da geografia feminista no mundo anglófono - o que mostra uma certa dependência metodológica dela - mas essas publicações também se distinguem pelo peso dos temas do mundo rural, com os quais acusavam a grande tradição da geografia rural nesses países (GARCIA-RAMON, 2019, p. 212, tradução nossa).

No modelo metodológico-temático da Geografia Feminista e de Gênero dos países escandinavos e centro-europeus (em 1998), se baseava em: questões da ocupação e do mercado de trabalho da mulher; e relações com a política de Bem-Estar Social. Garcia-Ramon ensina que:

En el tercer modelo regional —países escandinavos y centroeuropeos— eran mayoritarios los temas de ocupación y mercado de trabajo, con lo cual acusaban la importante participación de la mujer en el mercado laboral y el interés por el estado de bienestar, en particular en los países escandinavos (GARCIA-RAMON, 2019, p. 212).

No terceiro modelo regional - países da Escandinávia e da Europa Central - as questões da ocupação e do mercado de trabalho foram predominantes, evidenciando a participação significativa da mulher no mercado de trabalho e interesse no estado de bem-estar, principalmente nos países escandinavos (GARCIA-RAMON, 2019, p. 212, tradução nossa).

Finalmente, o modelo metodológico-temático da Geografia Feminista e de Gênero dos países do Terceiro Mundo (em 1998) se baseava em: temas urbanos; na participação das mulheres nos movimentos de base; refletiam a difícil realidade política e social da América Latina; e grande peso de temas rurais. Garcia-Ramon aponta que:

Y, finalmente, en el cuarto modelo —el de los países del Tercer Mundo, y sobre todo de América Latina— predominaban los temas urbanos —en particular la participación de las mujeres en los movimientos de base— y

reflejaban la difícil realidad de la vida política y social de las ciudades de América Latina durante el período en que se agravaron los problemas del endeudamiento exterior. Así mismo, en este modelo, también los temas rurales tenían un peso muy significativo (mayor que en las revistas francófonas y mediterráneas), lo cual indicaba la fuerte presencia del sector primario en el Tercer Mundo de esas décadas (GARCIA-RAMON, 2019, p. 213).

E, finalmente, no quarto modelo - o dos países do Terceiro Mundo, e especialmente da América Latina - predominaram as questões urbanas - em particular a participação das mulheres nos movimentos de base - e refletiram a difícil realidade de vida política e social das cidades da América Latina durante o período em que os problemas do endividamento externo se agravaram. Da mesma forma, neste modelo, as questões rurais também tiveram um peso muito significativo (maior do que nas revistas francófonas e mediterrâneas), o que indicava a forte presença do setor primário no Terceiro Mundo daquelas décadas (GARCIA-RAMON, 2019, p. 213, tradução nossa).

Outra questão é a de que para a Geografia do Gênero, a categoria do “lugar” é essencial. Sendo que para Garcia-Ramon:

Jan Monk (1995) afirmaba que el lugar es una categoría fundamental en el desarrollo de la geografía del género y que, por consiguiente, las tradiciones geográficas de los países pesaban mucho. El lugar, pues, importa en la producción de conocimientos situados y el predominio de la geografía feminista anglófona se ha reflejado en la selección de temas estudiados (GARCIA-RAMON, 2019, p. 216).

Jan Monk (1995) afirmou que o lugar é uma categoria fundamental no desenvolvimento da geografia de gênero e que, conseqüentemente, as tradições geográficas dos países pesaram muito. O lugar, então, importa na produção de conhecimento situado, e o domínio da geografia feminista anglófona se refletiu na seleção dos tópicos estudados (GARCIA-RAMON, 2019, p. 216, tradução nossa).

A ênfase teórico-metodológica no mundo anglófono é perceptível em publicações acadêmicas mundiais.

Por exemplo, no editorial da Revista “Gender, Place and Culture” (do ano de 1994 até 2005) são destacadas questões metodológico-temáticas do mundo anglófono, como: crítica às grandes narrativas; giro cultural; identidade; diferença; raça; sexualidade; a "performatividade" das masculinidades e feminilidade; identidades queer; discursos pós-coloniais; (trans) nacionalismo; e cidadania. Assevera Garcia-Ramon que:

Y así lo constatamos en el editorial de *Gender, Place and Culture* a la que me he referido anteriormente, pues es evidente que el peso de las elaboraciones teóricas es muy importante en esta revista, surgida en unos momentos en que la geografía anglosajona se caracterizaba por la crítica a las «grandes narrativas» y la fuerte irrupción del «giro cultural», hechos que se reflejan en su contenido. Así pues, abundan artículos sobre temáticas relacionadas con la identidad, la diferencia, la raza, la sexualidad, la «performatividad» de las masculinidades y las feminidades, las identidades queer y los discursos postcoloniales, el (trans) nacionalismo y la ciudadanía (GARCIA-RAMON, 2019, p. 216).

E é o que vemos no editorial de *Gender, Place and Culture* a que me referi anteriormente, pois é evidente que o peso das elaborações teóricas é muito importante nesta revista, que surgiu numa época em que a geografia anglo-saxônica era caracteriza-se pela crítica às “grandes narrativas” e pela forte irrupção da “giro cultural”, fatos que se refletem em seu conteúdo. Assim, abundam artigos sobre temas relacionados à identidade, diferença, raça, sexualidade, a "performatividade" das masculinidades e feminilidade, identidades queer e discursos pós-coloniais, (trans) nacionalismo e cidadania (GARCIA-RAMON, 2019, p. 216, tradução nossa).

Por outro lado, as questões teórico-metodológica da Espanha e América Latina não são tão perceptíveis (em publicações mundiais).

Por exemplo, no editorial da Revista “Gender, Place ad Culture” (do ano de 1994 até 2005) não são destacadas questões metodológico-temáticas da Espanha e América Latina, como: emprego, globalização e reestruturação econômica, violência, ativismo e movimentos urbanos e rurais de base. Ensina Garcia-Ramon que:

En cambio, tienen poca presencia temas corrientes en la geografía del género en España y América Latina, como, por ejemplo: empleo, globalización y reestructuración económica, violencia, activismo y movimientos urbanos y rurales desde la base. Es cierto, sin embargo, que, en los últimos años, los temas de sexualidad han penetrado en estas otras geografías feministas, en particular en la brasileña” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 216).

Por outro lado, têm pouca presença questões atuais da geografia de gênero na Espanha e na América Latina, como, por exemplo: emprego, globalização e reestruturação econômica, violência, ativismo e movimentos urbanos e rurais de base. É verdade, porém, que, nos últimos anos, as questões da sexualidade têm penetrado nessas outras geografias feministas, principalmente a brasileira ”(GARCIA-RAMON, 2019, p. 216).

Outra análise, sobre um Seminário internacional organizado com ajuda de Garcia-Ramon en Barcelona en 2006 intitulado “Geografías del género en el mundo: cuestionando la hegemonía anglosajona”, se percebeu as diversas tradições geográficas dos países (em 2006).

A geografia britânica desenvolveu mais teorias gerais (Garcia-Ramon, 2019)..

Sobre a geografia da África Subsaariana se percebeu: “questões relacionadas às culturas locais (por exemplo: diferenças de religião, etnia, idade, etc.); e estavam preocupadas que houvesse um forte viés "ocidental" nas teorias de desenvolvimento que haviam penetrado nos estudos feministas locais” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 216-217). Assim:

La geografía británica era la más proclive a elaborar teorías de tipo general y, en cambio, en los países del África subsahariana, las investigadoras feministas buscaban temas relacionados con las culturas locales (por ejemplo: diferencias en la religión, la etnicidad, la edad, etc.), y estaban preocupadas porque existía un fuerte sesgo «occidental» en las teorías sobre el desarrollo que habían penetrado en los estudios feministas locales. En cambio, la geografía del género de América Latina se orientaba mucho más hacia los análisis de clase social, de la fuerza de trabajo de las mujeres y temas de activismo, sobre todo en las zonas urbanas (Lan y Silva, 2007). En el caso de España, la geografía feminista en los años ochenta y principios de

los noventa se dedicó a estudiar temas rurales, siguiendo, por una parte, la tradición ruralista de la geografía española y, por otra, reflejando la fuerte crisis en la agricultura española al entrar en el Mercado Común. Como la mayoría de las participantes en el seminario no pertenecían al mundo anglosajón, pocas referencias se hicieron a los temas en boga en dicho ámbito, como, por ejemplo: el cuerpo, la sexualidad y la reflexividad y el rol de los investigadores (GARCIA-RAMON, 2019, p. 216-217).

A geografia britânica foi a que teve maior probabilidade de desenvolver teorias gerais e, em contraste, nos países da África subsaariana, as pesquisadoras feministas procuraram questões relacionadas às culturas locais (por exemplo: diferenças de religião, etnia, idade, etc.), e estavam preocupadas que houvesse um forte viés "ocidental" nas teorias de desenvolvimento que haviam penetrado nos estudos feministas locais. Em contraste, a geografia de gênero na América Latina foi muito mais orientada para análises de classes sociais, força de trabalho feminina e questões de ativismo, especialmente em áreas urbanas (Lan e Silva, 2007). No caso da Espanha, a geografia feminista dos anos oitenta e início dos anos noventa dedicou-se ao estudo das questões rurais, seguindo, por um lado, a tradição rural da geografia espanhola e, por outro, refletindo a forte crise da agricultura espanhola ao entrar no Mercado Comum. Como a maioria dos participantes do seminário não pertencia ao mundo anglo-saxão, poucas referências foram feitas aos temas em voga nessa área, como por exemplo: o corpo, a sexualidade e a reflexividade e o papel dos pesquisadores (GARCIA-RAMON, 2019, p. 216-217, tradução nossa).

Já a Geografia de Gênero da América Latina era mais orientada para: classes sociais força de trabalho feminina e questões de ativismo, especialmente em áreas urbanas (Garcia-Ramon, 2019).

A Geografia Feminista da Espanha teve ênfase em questões rurais (seguindo a tradição rural da geografia espanhola, refletindo a forte crise da agricultura espanhola ao entrar no Mercado Comum), segundo Garcia-Ramon (2019).

Para Garcia-Ramon, a "Geografia de Gênero" estaria no âmbito de: expressão acadêmica do movimento feminista; leva em conta a estrutura de gênero da sociedade; "examina as formas pelas quais os processos

socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais criam, reproduzem e transformam não apenas os lugares, mas também as relações de gênero entre os homens e mulheres que o habitam”; e pode “repensar algumas estruturas de poder e relações que não haviam sido questionadas” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 241). Dessa forma:

(...) en este sentido, es posible afirmar que, en buena parte, los estudios de género en geografía (como en otras ciencias sociales) vienen a ser la expresión académica del movimiento feminista. Se ha definido la geografía del género como aquella que toma en consideración de forma explícita la estructura de género de la sociedad y que examina las formas en que los procesos socio-económicos, políticos, culturales y ambientales crean, reproducen y transforman no solo los lugares sino también las relaciones de género entre los hombres y las mujeres que lo habitan. La propuesta postmoderna, que implica un programa de deconstrucción radical de los códigos de la mente humana y de la esencia de la cultura, halla en los estudios de género un ejemplo óptimo de replanteamiento de algunas estructuras de poder y de relaciones que no habían sido cuestionadas durante la Modernidad” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 241).

(...) neste sentido, é possível afirmar que, em grande medida, os estudos de gênero na geografia (como em outras ciências sociais) passam a ser a expressão acadêmica do movimento feminista. A geografia do gênero foi definida como aquela que leva explicitamente em conta a estrutura de gênero da sociedade e examina as formas pelas quais os processos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais criam, reproduzem e transformam não apenas os lugares, mas também as relações de gênero entre os homens e mulheres que o habitam. A proposta pós-moderna, que implica um programa de desconstrução radical dos códigos da mente humana e da essência da cultura, encontra nos estudos de gênero um ótimo exemplo de repensar algumas estruturas de poder e relações que não haviam sido questionadas. Durante a Modernidade (GARCIA- RAMON, 2019, p. 241, tradução nossa).

Já a Geografia Feminista de (Linda McDowell) se basearia em: relações hierárquicas entre os gêneros; como são afetadas e marcadas nas estruturas espaciais das sociedades; e suas teorias. Ensina Garcia-Ramon que:

Según Linda McDowell, los estudios feministas concentran su atención en «las formas en las que las relaciones jerárquicas entre los géneros son “afectadas por” y, a la vez, “marcadas en” las estructuras espaciales de las sociedades, tal y como sobre las teorías que pretenden explicar estas relaciones» (GARCIA-RAMON, 2019, p. 242).

Segundo Linda McDowell, os estudos feministas concentram sua atenção em “as formas como as relações hierárquicas entre os gêneros são ‘afetadas por’ e, ao mesmo tempo, ‘marcadas em’ nas estruturas espaciais das sociedades, bem como nas teorias que buscam explicar essas relações” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 242, tradução nossa).

Historicamente, os estudos em Geografia Feminista e de Gênero poderiam se dividir em três períodos no tempo (desde a década de 1960 até hoje) segundo Garcia-Ramon.

Assim, as questões teórico-metodológicas se dividiriam em: i) Primeira etapa: associada a geografia do bem-estar; denunciava o preconceito masculino dominante; usava técnica quantitativa; ii) Segunda etapa: de inspiração marxista; avaliava como o capitalismo perpetuava o patriarcado e sua hierarquização entre homens e mulheres; iii) Terceira etapa: relacionada ao pós-modernismo; às desconstruções da ciência racional; às denúncias ao falocentrismo e ao androcentrismo; e críticas ao mundo dual/dicotômico e ao binarismo. Ensina Garcia-Ramon que:

La primera está asociada a la geografía del bienestar, (...) empírico, pretendía denunciar y corregir el sesgo masculino dominante demostrando, gracias a técnicas cuantitativas y poca reflexión teórica, los diferentes usos del espacio doméstico y urbano o el distinto acceso a los lugares de trabajo. La inspiración marxista marcó la segunda etapa de la geografía del género, dedicada a teorizar y evaluar cómo las formas de expansión del capitalismo han utilizado y perpetuado el patriarcado y su jerarquización explícita entre hombres y mujeres. La tercera etapa, (...) con las posiciones postmodernas, reflexivas y deconstructivistas en relación con las metanarrativas de la ciencia racional: no solo se pretende rectificar el evidente androcentrismo que ha caracterizado el pensamiento científico hasta el momento presente, sino denunciar su falocentrismo (en el sentido de ser un posicionamiento autogenerado, masculino y singular que produce su propia forma de poder y

de pensamiento sin preocuparse de nada ni de nadie). La propuesta busca deconstruir una concepción dual del mundo basada únicamente en el enfrentamiento entre lo masculino y lo femenino (..) (GARCIA-RAMON, 2019, p. 242-243).

A primeira está associada à geografia do bem-estar, (...) empiricamente, pretendeu denunciar e corrigir o viés masculino dominante, demonstrando, graças a técnicas quantitativas e pouca reflexão teórica, os diferentes usos do espaço doméstico e urbano ou os distintos acesso aos locais de trabalho. A inspiração marxista marcou a segunda etapa da geografia do gênero, dedicada a teorizar e avaliar como as formas de expansão do capitalismo utilizaram e perpetuaram o patriarcado e sua hierarquização explícita entre homens e mulheres. A terceira etapa, (...) com as posições pós-modernas, reflexivas e desconstrutivistas em relação às metanarrativas da ciência racional: não só pretende retificar o androcentrismo evidente que tem caracterizado o pensamento científico até o momento, mas denunciar seu falocentrismo (no sentido de ser um posicionamento autogerado, masculino e singular que produz sua própria forma de poder e pensamento sem se preocupar com nada nem com ninguém). A proposta busca deconstruir uma concepção dual do mundo baseada unicamente no confronto entre o masculino e o feminino (..) (GARCIA-RAMON, 2019, p. 242-243. Tradução nossa).

Do ponto de vista histórico, os temas teórico-metodológicas em Geografia Feminista e de Gênero se modificaram.

A “geografia das mulheres” (Hayford, 1974) dos primeiros tempos na década de 1960; evoluiu até chegar aos temas atuais da Pós-Modernidade (como a questão da desconstrução dos binarismos, da concepção dual do mundo, para ir além da dicotomia homem/mulher). Assevera Garcia-Ramon que:

Así pues, mientras la «geografía de las mujeres» de los primeros tiempos buscaba tan solo situar la investigación hecha sobre mujeres a un mismo nivel que la de los hombres (en lo que respecta a estadísticas, temas, etc.), ahora, desde la óptica postmoderna, se pretende deconstruir una concepción dual del mundo basada en la dicotomía hombre-mujer, masculino-femenino, etc (GARCIA-RAMON, 2019, p. 243).

Assim, enquanto a "geografia das mulheres" nos primórdios buscava apenas colocar a pesquisa feita com as mulheres no mesmo patamar que a dos homens (em termos de estatísticas, temas, etc.), agora, desde a ótica pós-moderna, pretende-se desconstruir uma concepção dual do mundo a partir da dicotomia homem-mulher, masculino-feminino etc (GARCIA-RAMON, 2019, p. 243, tradução nossa).

A Geografia Feminista e de Gênero critica a tradicional Geografia, nos seguintes pontos teórico-metodológicos: estrutura da geografia formada através da classe masculina e de classe média; visão única/final/arrogante do mundo; percepção sexista e racista; e compreensão limitada, específica e parcial. Garcia-Ramon assevera que:

Algunas geógrafas feministas enmarcan estas reivindicaciones en la crítica abierta por los «saberes situados» argumentados por Donna Haraway: los científicos son simples y modestos testigos de la realidad y no es legítimo que, abusando de su posición, impongan una visión del mundo única, final y prepotente (y, así pues, machista y racista). Ante las redes de poder que implica la formulación del saber único, se trata, según Haraway, de defender los saberes «limitados», «específicos» y «parciales» marcados por su «hibridez» y capaces de integrar la subjetividad de sus autores «en el interior de la matriz de las relaciones sociales» (GARCIA-RAMON, 2019, p. 243).

Algunas geógrafas feministas enquadram essas afirmações na crítica aberta ao «conhecimento situado» argumentado por Donna Haraway: os cientistas são testemunhas simples e modestas da realidade e não é legítimo que, abusando de sua posição, imponham uma visão única, final e arrogante do mundo (e, portanto, sexista e racista). Diante das redes de poder que implica a formulação de um conhecimento único, trata-se, segundo Haraway, de defender conhecimentos "limitados", "específicos" e "parciais" marcados por seu "hibridismo" e capazes de integrar a subjetividade de seus autores "dentro da matriz das relações sociais» (GARCIA-RAMON, 2019, p. 243, tradução nossa).

O tema do “pós-colonialismo” (existente dentro da Pós-Modernidade) auxiliou a Geografia Feminista e de Gênero de forma teórico-metodológica. Isso porque trouxe a questão das críticas à visão de mundo: colonialista, masculina, branca, europeia e da classe média alta.

Com o “pós-colonialismo”, se percebe a importância de pesquisas teórico-metodológicas com: a visão das mulheres, dos negros, dos subalternos, não-masculina, não-européia e das classes pobres. Garcia-Ramon assevera que:

A menudo el postcolonialismo se ha presentado en paralelo a ciertas preocupaciones de género, en la medida que el discurso de conquista y apropiación del espacio colonial fue esencialmente masculino y de clase media-alta: una forma de subvertir este discurso es exhumando testigos subalternos, a ser posible de mujeres viajeras por las zonas anteriormente colonizadas, dado que su experiencia y percepción contribuyen a reinterpretar los procesos de colonización (GARCIA-RAMON, 2019, p. 243-244).

O pós-colonialismo tem sido frequentemente apresentado em paralelo a certas preocupações de gênero, na medida em que o discurso de conquista e apropriação do espaço colonial era essencialmente masculino e de classe média alta: uma forma de subverter esse discurso é exumando testemunhas subalternas, um ser possível para as mulheres viajantes por áreas previamente colonizadas, visto que sua experiência e percepção contribuem para reinterpretar os processos de colonização (GARCIA-RAMON, 2019, p. 243-244).

Sobre a história da “Geografia e Gênero” (Geografia de Gênero), dentre suas questões teóricas e metodológicas se destaca: início na década de 1980 nos países anglo-saxões; nos países latinos não é tão comum seu estudo; critica a visão neutra/assexuada/homogênea sobre a “sociedade e território”; traz questões sobre as diferenças que existem entre homens e mulheres no uso do “espaço e do meio ambiente” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 244). Dessa forma:

La consolidación de los estudios de género en la geografía académica es un hecho destacado en la historia de nuestra disciplina pero se observa una diferencia muy grande según cada contexto espacial: en los países anglosajones (que es donde se originaron a principios de los años ochenta) su desarrollo ha sido muy amplio, tanto desde una perspectiva teórica como metodológica, pero en los países latinos la «normalización» del enfoque de género en la práctica geográfica es todavía una asignatura pendiente. Hasta hace bien poco todavía se consideraba la sociedad y el territorio como un conjunto neutro, asexuado y homogéneo; es verdad que a menudo se tenían

en cuenta las diferencias de clase, pero sin plantear las importantes diferencias que existen entre hombres y mujeres en el uso del espacio y del entorno (GARCIA-RAMON, 2019, p. 244).

A consolidação dos estudos de gênero na geografia acadêmica é um fato marcante na história da nossa disciplina, mas uma diferença muito grande se observa de acordo com cada contexto espacial: nos países anglo-saxões (que é onde eles se originaram no início dos anos oitenta) seu desenvolvimento foi muito amplo, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, mas nos países latinos a "normalização" da abordagem de gênero na prática geográfica ainda é uma questão pendente. Até recentemente, a sociedade e o território ainda eram considerados um todo neutro, assexuado e homogêneo; é verdade que as diferenças de classe muitas vezes foram levadas em consideração, mas sem considerar as diferenças importantes que existem entre homens e mulheres no uso do espaço e do seu entorno (GARCIA-RAMON, 2019, p. 244, tradução nossa).

Dentre as diferenciações entre “Geografia Feminista” e “Geografia de Gênero” destacadas por Garcia-Ramon temos a de: i) A Geografia de Gênero (de Jo Little) examina: os processos socioeconômicos/políticos/ambientais dos lugares onde vivemos, e suas relações sociais entre homens/mulheres; e estudam como as relações de gênero afetam esses processos e suas manifestações no espaço e no ambiente; ii) A Geografia Feminista (de Ana Sabaté) seria: aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo para a explicação e interpretação dos fatos geográficos (GARCIA-RAMON, 2019, p. 245). Assim:

Jo Little ha definido la geografía del género como la que «examina las formas en que los procesos socio-económicos, políticos y ambientales crean, reproducen y transforman, no solo los lugares donde vivimos, sino también las relaciones sociales entre los hombres y mujeres que viven allí y, a la vez, también estudia como las relaciones de género afectan estos procesos y sus manifestaciones en el espacio y en el entorno».

Ana Sabaté, en un excelente manual sobre el tema escrito en castellano, define la geografía feminista como «aquella que incorpora las aportaciones teóricas del feminismo a la explicación e interpretación de los hechos geográficos» (GARCIA-RAMON, 2019, p. 245).

Jo Little definiu a geografia do gênero como aquela que “examina as formas como os processos socioeconômicos, políticos e ambientais criam, reproduzem e transformam, não apenas os lugares onde vivemos, mas também as relações sociais entre homens e mulheres que eles lá vivem e, ao mesmo tempo, estudam como as relações de gênero afetam esses processos e suas manifestações no espaço e no ambiente”.

Ana Sabaté, em um excelente manual sobre o assunto escrito em espanhol, define a geografia feminista como “aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo para a explicação e interpretação dos fatos geográficos” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 245).

Outra questão sobre as diferenciações entre “Geografia Feminista” e “Geografia de Gênero” por Garcia-Ramon é: i) No mundo anglo-saxão, a “geografia feminista” e “geografia de gênero” são praticamente intercambiáveis; ii) Nos países latinos, “geografia feminista” tem uma conotação mais militante e “geografia de gênero” possui um viés mais acadêmico. Assim:

Cabe afirmar que en el mundo anglosajón los conceptos «geografía feminista» y «geografía del género» son prácticamente intercambiables, mientras que en los países latinos la geografía feminista tiene una connotación más militante y la geografía del género una connotación más académica. En cualquier caso, el término «género» se refiere siempre a las diferencias originadas socialmente y culturalmente entre lo femenino y lo masculino, mientras que el término “sexo” se refiere a las diferencias biológicas entre hombre y mujer (GARCIA-RAMON, 2019, p. 245).

Pode-se dizer que no mundo anglo-saxão os conceitos "geografia feminista" e "geografia de gênero" são praticamente intercambiáveis, enquanto nos países latinos a geografia feminista tem uma conotação mais militante e a geografia de gênero uma conotação mais acadêmica. Em qualquer caso, o termo «gênero» sempre se refere às diferenças originadas social e culturalmente entre o feminino e o masculino, enquanto o termo “sexo” se refere às diferenças biológicas entre homem e mulher (GARCIA-RAMON, 2019, p. 245, tradução nossa).

Sobre a evolução teórico-metodológica da Geografia de Gênero (e/ou Geografia Feminista), Garcia-Ramon conclui que esta: i) Não deve ser apenas um estudo estatístico; ii) A construção social do gênero deve ser levada em consideração; iii) deve ser também além do estudo das mulheres; iv) os homens também deve ser objeto de estudo e também podem produzir na área. Assim:

Lo que es cierto es que la geografía del género (y/o geografía feminista) va mucho más allá que la llamada «geografía de las mujeres» de los primeros tiempos en la que simplemente se estudiaban las mujeres de una manera estadística, pero en cambio, no se tenía en cuenta la construcción social del género. Y todavía más, hoy en día está claro que la geografía del género no tiene que ser cultivada solo por mujeres ni debe dedicarse a estudiar solo a las mujeres (a pesar de que no se niega que esto fuese necesario en una etapa inicial) sino que los estudios actuales más interesantes e innovadores ponen su énfasis en el estudio comparativo de los roles de género asignados tanto a hombres como a mujeres. Cabe añadir también que no solo es importante que se incluyan los hombres como objeto de estudio, sino que también lo es que ellos mismos investiguen en esta temática, cosa que afortunadamente ya está sucediendo en los últimos años (GARCIA-RAMON, 2019, p. 245).

O certo é que a geografia do gênero (e / ou geografia feminista) vai muito além da chamada "geografia das mulheres" dos primeiros tempos em que as mulheres eram simplesmente estudadas de forma estatística, mas, não a construção social do gênero. E mais ainda, hoje está claro que a geografia do gênero não deve ser cultivada apenas por mulheres, nem deve se dedicar ao estudo apenas de mulheres (embora não se negue que isso foi necessário em um estágio inicial), mas que o máximo estudos atuais interessantes e inovadores colocam sua ênfase no estudo comparativo dos papéis de gênero atribuídos a homens e mulheres. Deve-se acrescentar que não é importante apenas que os homens sejam incluídos como objeto de estudo, mas também que eles próprios investiguem essa questão, o que felizmente já está acontecendo nos últimos anos (GARCIA-RAMON, 2019, p. 245, tradução nossa).

A Geografia da Percepção foi pioneira nos estudos das mulheres no espaço (segundo Garcia-Ramon).

Os paradigmas teórico-metodológicos nessa corrente foram de: ainda que no paradigma positivista, se observou comportamento das mulheres no espaço; padrões de movimento diferenciados entre mulheres e homens (nas idas ao local de trabalho, no acesso aos serviços); comumente se usava o modelo espaço-temporal de Hägerstrand; percebe-se que mulheres viajam menos que homens; fazem viagens mais curtas; usam o transporte público com mais frequência; estudos teórico-quantitativos; era classificado como “geografia das mulheres”; acesso limitado das mulheres ao espaço e ambiente; e sem interesse em entrar no estudo das relações de gênero (GARCIA-RAMON, 2019, p. 246). Assim:

(..) Gracias a la geografía de la percepción, que abrió las primeras rendijas en el paradigma positivista, se llevaron a cabo los primeros trabajos sobre el comportamiento específico de las mujeres respecto al espacio. Los estudios bajo esta perspectiva se centraban simplemente en la constatación de las pautas de desplazamiento diferenciadas entre hombres y mujeres ya se tratase del viaje al lugar de trabajo, al acceso a los servicios, etc., a menudo utilizando el modelo espacio-temporal de Hägerstrand. En los estudios sobre el desplazamiento al puesto de trabajo, en todo el mundo se constata que las mujeres no solo tienden a viajar menos que los hombres, sino que hacen trayectos más cortos y, además, utilizan los transportes públicos mucho más a menudo. En este tipo de estudio (todavía de tipo teórico-cuantitativo y que se podría clasificar como «geografía de las mujeres») lo más importante era hacer visible la vida de las mujeres y su limitado acceso al espacio y al entorno, sin interés en entrar en el estudio de las relaciones de género (GARCIA-RAMON, 2019, p. 246).

(..) Graças à geografia da percepção, que abriu as primeiras fissuras no paradigma positivista, foram realizados os primeiros trabalhos sobre o comportamento específico das mulheres em relação ao espaço. Os estudos nesta perspectiva focaram simplesmente na verificação dos padrões diferenciados de movimento entre homens e mulheres, já se tratando de viagens ao local de trabalho, acesso a serviços, etc., muitas vezes utilizando o modelo espaço-temporal de Hägerstrand. Estudos sobre deslocamento para o trabalho descobriram que as mulheres não apenas tendem a viajar menos do que os homens, mas também fazem viagens mais curtas e usam o transporte público com muito mais frequência. Neste tipo de estudo (ainda de tipo teórico-quantitativo e que poderia ser classificado como «geografia das mulheres») o mais importante era tornar visível a vida das mulheres e o

seu acesso limitado ao espaço e ao ambiente, sem interesse em entrar no estudo das relações de gênero (GARCIA-RAMON, 2019, p. 246, tradução nossa).

A Geografia Marxista nos estudos das mulheres no espaço possuíam as seguintes características teórico-metodológicas: eram vindas da década de 1970; analisam as questões das mulheres através de categorias marxistas de análise; relações capitalistas eram apontadas como causa da desigualdade entre mulheres e homens (e um dos fatores que aumentaram tal diferença); a capacidade reprodutiva (dentro da base marxista-materialista) foi abordada; mas a geografia marxista deu mais ênfase à produção do que à reprodução; análise da ocupação feminina no mercado de trabalho; constatação de baixa remuneração às mulheres (e naquele momento, baixa qualificação); mão-de-obra feminina vista como barata, flexível e dócil (GARCIA-RAMON, 2019, p. 247). Dessa forma:

Pero ya en la segunda mitad de los años setenta (...) Una buena parte del esfuerzo se centró en el desarrollo de categorías marxistas de análisis; las relaciones capitalistas se identificaron como una causa importante de dicha desigualdad, sobre todo como un factor que la aumentaba. Se plantearon las relaciones de género dentro del marco conceptual más amplio de las relaciones sociales y se explicó la subordinación de la mujer sobre una base materialista: la de la capacidad reproductora.(...) Es cierto que la geografía marxista ponía mayor énfasis en el estudio de la esfera de la producción que en la de la reproducción (que es donde las mujeres son más visibles) (...) Uno de los grandes temas en los que se han centrado los trabajos de esta línea, han sido el análisis de la ocupación femenina: de esta manera se ha podido constatar cómo la mano de obra femenina ha resultado particularmente atractiva para aquellas empresas que buscaban espacios para procesos de trabajo poco cualificados (y mal remunerados) de ensamblaje o con actividades rutinarias; las mujeres han sido una fuente de mano de obra no especializada (al menos, en teoría), barata, flexible y dócil. (GARCIA-RAMON, 2019, p. 247, tradução nossa).

Mas, já na segunda metade da década de 1970 (...) Muito do esforço foi focado no desenvolvimento de categorias marxistas de análise; as relações capitalistas foram apontadas como uma importante causa dessa

desigualdade, especialmente como um fator que a aumentou. As relações de gênero foram consideradas dentro do quadro conceitual mais amplo das relações sociais e da subordinação das mulheres em uma base materialista: a da capacidade reprodutiva. (...) É verdade que a geografia marxista colocou maior ênfase no estudo da esfera da produção do que na da reprodução (que é onde as mulheres são mais visíveis) (...) Um dos principais temas em que se centraram os trabalhos desta linha foi a análise da ocupação feminina no trabalho: desta forma foi possível verificar como a força de trabalho feminina tem sido particularmente atrativa para as empresas que procuravam espaços para processos de trabalho pouco qualificados (e mal pagos) de montagem ou de atividades rotineiras; as mulheres têm sido uma fonte de mão-de-obra não-qualificada (pelo menos em teoria), barata, flexível e dócil (GARCIA-RAMON, 2019, p. 247, tradução nossa).

A partir da percepção teórico-metodológica trazida pela análise marxista, houve evolução até chegar às concepções da Geografia Feminista e de Gênero sobre: trabalho doméstico da mulher e sua situação no mercado de trabalho; exploração do conceito de patriarcado; frágil posição no mercado de trabalho; ocupação em setores pouco qualificados; baixos salários das mulheres; olhar integrador entre o mundo do “lar” e perpetuação do sistema socioespacial; investigação acerca do trabalho não-remunerado dentro do “lar” (sendo remuneração como: valor de troca); estudo sobre trabalho invisível, que tem “valor de uso”; rompendo barreiras entre a Geografia Econômica e Geografia Social (GARCIA-RAMON, 2019, p. 248). Assim:

La investigación sobre el trabajo femenino remunerado implicó el estudio de los vínculos entre el trabajo doméstico de la mujer y su situación en el mercado de trabajo, y conllevó, pues, a la exploración del concepto de patriarcado, sobre el que no se había insistido mucho en un primer momento. La débil posición de la mujer en el mercado de trabajo ayuda a la concentración y segregación de la ocupación en unos sectores determinados, generalmente muy poco cualificados. De hecho, esta segregación está en la base de la baja cualificación y los bajos salarios que tienen las mujeres. Ante el papel esencial que juega el hogar en la perpetuación de nuestro sistema socio-espacial, se propuso, para los estudios de género, una mirada integradora entre el mundo del trabajo y el mundo del hogar que permitiese recuperar una aproximación más amplia del concepto de trabajo que incluyese no solo el remunerado (que tiene valor de cambio) sino también el trabajo «invisible», que solo tiene valor de uso pero que es crucial para la

pervivencia del sistema social. Este enfoque integrador es una aportación muy innovadora porque permite romper las barreras tradicionales (y artificiales) entre la geografía económica (el estudio de la producción) y la geografía social (geografía de la distribución y del consumo, mucho más relacionada con la esfera de la reproducción). En nuestro país, algunas investigaciones han permitido evidenciar la relevancia metodológica de esta perspectiva integradora entre el hogar y el trabajo haciéndose «visible», por ejemplo, el trabajo de la mujer campesina en el seno de la explotación familiar (GARCIA-RAMON, 2019, p. 248).

A investigação sobre o trabalho remunerado feminino envolveu o estudo das ligações entre o trabalho doméstico feminino e sua situação no mercado de trabalho, e assim conduziu à exploração do conceito de patriarcado, sobre o qual não se insistiu muito num primeiro momento. A fraca posição das mulheres no mercado de trabalho contribui para a concentração e segregação do emprego em determinados setores, geralmente muito pouco qualificados. Na verdade, essa segregação está na base das baixas qualificações e baixos salários das mulheres. Dado o papel essencial que o lar desempenha na perpetuação do nosso sistema socioespacial, foi proposta para os estudos de gênero uma visão integradora entre o mundo do trabalho e o mundo do lar, o que nos permitiria resgatar uma abordagem mais ampla do conceito de trabalho que inclui não só o trabalho remunerado (que tem valor de troca), mas também o trabalho "invisível", que só tem valor de uso, mas é crucial para a sobrevivência do sistema social. Esta abordagem integrativa é um contributo muito inovador porque permite quebrar as barreiras tradicionais (e artificiais) entre a geografia económica (o estudo da produção) e a geografia social (geografia da distribuição e do consumo, muito mais ligada à esfera da reprodução). Em nosso país, algumas pesquisas têm permitido demonstrar a relevância metodológica dessa perspectiva integradora entre casa e trabalho, tornando-a "visível", por exemplo, o trabalho das mulheres camponesas na agricultura familiar (GARCIA-RAMON, 2019, p. 248, tradução nossa).

Ainda, sobre as ligações teórico-metodológicas entre a área da Geografia de Gênero e da Geografia Feminista e o tema do Pós-Modernismo, Pós-Colonialismo, temos: uma visão crítica do pensamento ocidental; Geografia do Gênero e Feminista foi pioneira na introdução do debate pós-moderno; criticam a produção de uma visão universal/neutra/objetivo/exclusivamente racional-

lógica; desconstruem o *status quo*; estudam a complexidade; trazem a diversidade das “mulheres” e não somente a categoria “mulher” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250). Assim:

Ya en la década de los noventa, el postmodernismo, el postcolonialismo y el llamado «giro cultural» están en la base de muchas de las discusiones teóricas en geografía, y es cierto que la geografía del género ha sido pionera en la introducción del debate postmoderno en la disciplina. De hecho, la geografía feminista y el postmodernismo comparten una visión crítica del pensamiento occidental y de sus pretensiones totalizadoras y universales, y no creen en la existencia de un conocimiento «real» que sea universal, neutral, objetivo y producto exclusivo de la razón y de la lógica. Desde esta perspectiva ontológica, todas las categorías de análisis deben «deconstruirse» y tienen que adaptarse a los diferentes lugares y circunstancias; y la geografía del género tiene una larga experiencia (obligada) de «deconstrucción». Por ejemplo, el concepto de clase social se ha tenido que adaptar a contextos culturales muy diversos en los que se daban relaciones patriarcales de muy diversa índole; asimismo, se han incorporado las ideas de la teoría de la diferencia, y las nuevas posiciones teóricas invitan al estudio de la complejidad de las experiencias de vida de las «mujeres» (y no de la «mujer») (...) (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250).

Já na década de 1990, o pós-modernismo, o pós-colonialismo e o chamado "giro cultural" ("virada cultural") estão na base de muitas discussões teóricas na geografia, e é verdade que a geografia do gênero foi pioneira na introdução do debate pós-moderno. Na verdade, a geografia feminista e o pós-modernismo compartilham uma visão crítica do pensamento ocidental e de suas reivindicações totalizantes e universais, e não acreditam na existência de um conhecimento "real" que seja produto universal, neutro, objetivo e exclusivo da razão e da lógica. Nessa perspectiva ontológica, todas as categorias de análise devem ser "desconstruídas" e adaptadas a diferentes lugares e circunstâncias; e a geografia do gênero tem uma longa (obrigatória) experiência de "desconstrução". Por exemplo, o conceito de classe social teve que ser adaptado a contextos culturais muito diversos, nos quais existiam relações patriarcais de natureza muito diversa; do mesmo modo, foram incorporadas as ideias da teoria da diferença e os novos posicionamentos teóricos convidam ao estudo da complexidade das experiências de vida das «mulheres» (e não da «mulher») (...) (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250, tradução nossa).

A teoria do giro cultural e da pós-modernidade perceberam que algumas construções metodológicas passam por concepções de gênero (segundo Garcia-Ramon, 2019, p. 250).

Assim, observa-se nos círculos feministas ligações metodológico-clássicas que segundo Garcia-Ramon: (i) correlacionam a geografia quantitativa (racional e objetiva) à masculinidade; (ii) conectam a geografia qualitativa (emocional, a “pesquisa suave”) à feminilidade.

No entanto tal dicotomia deve ser quebrada. Segundo Garcia-Ramon:

También cabe mencionar que el giro cultural y el postmodernismo han revitalizado el debate metodológico en la geografía en general y en la geografía feminista en particular. A menudo, en círculos feministas, se ha afirmado que la investigación racional, cuantitativa y objetiva está ligada a la masculinidad y que la investigación «blanda», cualitativa y emocional, está más vinculada a la feminidad (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250).

Vale ressaltar também que a virada cultural (giro cultural) e o pós-modernismo revitalizaram o debate metodológico na geografia em geral e na geografia feminista em particular. Tem sido frequentemente argumentado nos círculos feministas que a pesquisa racional, quantitativa e objetiva está ligada à masculinidade e que a pesquisa "suave", qualitativa e emocional está mais ligada à feminilidade (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250).

Atualmente, os estudos feministas não teriam que necessariamente optar pelo método qualitativo ou quantitativo. Assim, não havendo a obrigação de respeitar um método específico de análise (em geral anglófono).

O que gera a libertação quanto ao uso dos métodos (e conteúdos) anglófonos (sendo isso produto da crítica do “giro cultural” e do pós-colonialismo). Ensina Garcia-Ramon que:

Pero cabe decir que la opinión actual más extendida en geografía (incentivada probablemente por el debate postmoderno) es que hay que dejar a un lado estas concepciones dualistas (y de adscripción rígida a los géneros) y que se tienen que crear estructuras mentales nuevas que no sean oposicionales, porque lo único que es importante en la elección del método

es el rigor de análisis y los objetivos de estudio (GARCIA-RAMON, 2019, p. 251).

Mas deve ser dito que a opinião corrente mais difundida na geografia (provavelmente encorajada pelo debate pós-moderno) é que essas concepções dualistas (e rígidas atribuições aos gêneros) devem ser postas de lado e que novas estruturas mentais devem ser criadas que não sejam de oposição, porque a única coisa importante na escolha do método é o rigor da análise e os objetivos do estudo (GARCIA-RAMON, 2019, p. 251, tradução nossa).

É perceptível que na prática se utilize mais os métodos qualitativos e intensivos em geografia em geral e na Geografia do Gênero (assim como na Geografia Feminista), segundo Garcia-Ramon.

Ainda, na Geografia de Gênero atual não existe um método feminista de análise específico (apesar de serem mais utilizados métodos qualitativos e intensivos), assevera Garcia-Ramon que:

También cabe mencionar que el giro cultural y el postmodernismo han revitalizado el debate metodológico en la geografía en general y en la geografía feminista en particular (...) Así, se podría decir que en la geografía del género actual no existe un método feminista de análisis, aunque en la práctica se observe un sesgo claro hacia los métodos cualitativos e intensivos” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250-251).

Vale ressaltar também que a virada cultural (giro cultural) e o pós-modernismo revitalizaram o debate metodológico na geografia em geral e na geografia feminista em particular. (...) Assim, pode-se dizer que na atual geografia de gênero não existe um método feminista de análise, embora na prática haja um claro viés para métodos qualitativos e intensivos (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250-251, tradução nossa).

Segundo Garcia-Ramon (2019, p. 251), a crítica no uso dos métodos quantitativos em Geografia de Gênero (e nos métodos feministas) se dá no âmbito de: é necessário criticar a percepção de existência de neutralidade no positivismo; crítica à uma objetividade decorrente de uma pretensa neutralidade;

alguns dados estatísticos não dividem os temas por gênero; poucos estudos sobre o “trabalho invisível” e doméstico.

Assevera Garcia-Ramon que nos estudos com métodos qualitativos e intensivos é possível: Estudar processos sociais mal padronizados, como nos tópicos da perspectiva de gênero; sendo que a Geografia de Gênero contribuiu para o debate teórico-metodológico da geografia do final do século XX; e proporcionou à geografia enfrentar e abordar os desafios do terceiro milênio. Assim:

Por un lado, es cierto que los métodos cuantitativos se han adscrito a un modelo positivista de ciencia, algunos principios del cual (neutralidad y objetividad) son difícilmente conciliables con el proyecto feminista. Por otro lado, los datos estadísticos (que son los que están en la base de estos métodos) a menudo no desagregan por sexo o no ofrecen los matices necesarios para un análisis desde la perspectiva de género. Por ejemplo, muchos censos solo ofrecen información sobre el trabajo remunerado y no sobre el trabajo denominado «invisible», mayoritariamente llevado a cabo por las mujeres. Además, a menudo solo los métodos intensivos o cualitativos ofrecen la posibilidad de estudiar procesos sociales poco estandarizados, como es el caso de muchos de los temas que se estudian desde una perspectiva de género. De hecho, se puede afirmar que la geografía del género ha contribuido de forma muy substancial al debate teórico y metodológico de la geografía de finales del siglo xx y de esta manera ha contribuido a que la geografía fuese capaz de enfrentarse y abordar los retos que se le plantean a principios del tercer milenio (GARCIA-RAMON, 2019, p. 251).

Por um lado, é verdade que os métodos quantitativos foram atribuídos a um modelo positivista de ciência, alguns princípios dos quais (neutralidade e objetividade) são difíceis de conciliar com o projeto feminista. Por outro lado, os dados estatísticos (que são a base destes métodos) muitas vezes não se desagregam por sexo ou não oferecem as nuances necessárias para uma análise a partir de uma perspectiva de gênero. Por exemplo, muitos censos fornecem apenas informações sobre o trabalho remunerado e não sobre o chamado trabalho “invisível”, em sua maioria realizado por mulheres. Além disso, muitas vezes apenas os métodos intensivos ou qualitativos oferecem a possibilidade de estudar processos sociais mal padronizados, como é o

caso de muitos dos tópicos que são estudados a partir de uma perspectiva de gênero. De fato, pode-se afirmar que a geografia de gênero tem contribuído de forma muito substancial para o debate teórico-metodológico da geografia no final do século XX e, dessa forma, tem contribuído para que a geografia seja capaz de enfrentar e abordar os desafios que se apresentam no início do terceiro milênio (GARCIA-RAMON, 2019, p. 251, tradução nossa).

Ainda, como contribuição teórico-metodológica da Geografia de Gênero (e/ou Feminista), Garcia-Ramon percebe que: tal área deixa a geografia mais preparada para as questões do futuro imediato; constrói melhor igualdade entre mulheres e homens; desconstrói teorias que pareciam intocáveis; e abre novos olhares para o mundo. Dessa forma:

Así, el valioso bagaje teórico y metodológico que la geografía del género (y/o la geografía feminista) ha desarrollado hasta la fecha, puede contribuir a hacer que la geografía esté más preparada para responder a las demandas que el futuro inmediato plantea y para ayudar a construir una sociedad más plural y más equitativa en la relación entre hombres y mujeres. Además de una valiosa aportación al estudio del espacio teniendo en cuenta los valores, apreciaciones y necesidades diferenciadas entre hombres y mujeres, la geografía del género ha contribuido notablemente a la deconstrucción de teorías y estructuras que parecían intocables y, así pues, ha ayudado decisivamente a abrir nuevas miradas hacia el mundo (GARCIA-RAMON, 2019, p. 252).

Assim, a valiosa bagagem teórica e metodológica que a geografia do gênero (e / ou geografia feminista) desenvolveu até hoje, pode contribuir para tornar a geografia mais preparada para responder às demandas que o futuro imediato impõe e para ajudar a construir uma e uma sociedade mais igualitária na relação entre homens e mulheres. Para além de um valioso contributo para o estudo do espaço, tendo em conta os valores, apreciações e necessidades diferenciadas entre homens e mulheres, a geografia do gênero tem contribuído de forma significativa para a desconstrução de teorias e estruturas que pareciam intocáveis e, por isso, tem contribuído de forma decisiva ajudou a abrir novos olhares para o mundo (GARCIA-RAMON, 2019, p. 252, tradução nossa).

Assim, a Geografia de Gênero (e/ou Feminista) constitui um importante avanço ao trazer debates que envolvem metade da população mundial (as mulheres).

Dentre importantes avanços da Geografia de Gênero (e/ou Feminista) de Maria Dolors Garcia-Ramon, destacam-se metodologicamente: a importância do uso de métodos qualitativos e intensivos; a importância de utilizar o viés de gênero; utilizar autores não somente do mundo anglófono; trazer outros enfoques correlacionados a gênero como o pós-colonialismo.

A seguir, é exposta o Quadro 3 com um resumo dos métodos de Maria Dolors Garcia-Ramon (pertinentes a essa pesquisa):

**Quadro 3 – Métodos de
Maria Dolors Garcia-Ramon (pertinentes a essa pesquisa)**

Métodos em Maria Dolors Garcia-Ramon	
<u>Métodos</u>	<u>Citação</u>
<p>- A temática da “geografia de gênero” se inicia em 1984 em uma reunião da União Geográfica Internacional (IGU), sendo introduzido o tema por Jan Monk. Assim, em 1986 a sessão de gênero (na temática de Geografia de Gênero) foi incluída nos congressos da IGU, segundo Garcia-Ramon.</p>	<p><i>- E a geografia de gênero propriamente dita, quando começa? Foi em uma reunião da União Geográfica Internacional (IGU) em 1984 em Paris que Jan Monk de fato apresentou pela primeira vez, embora ainda fora do programa e um tanto sub-repticiamente, a geografia de gênero. Muito antes de estarmos desenvolvendo uma primeira lista de contatos de interessados e, embora lhe parecesse estranho, convenci Joan Vilà Valentí (que na época era vice-presidente da IGU) a se comprometer a incluir uma sessão sobre gênero durante o Congresso de Barcelona de 1986 e que, desta vez, foi oficialmente incluído no programa. Gemma Cànoves e eu (que mais tarde se tornaria a secretária do Grupo de Geografia de Gênero da IGU) cuidamos da organização local: Janet Momsen (que mais tarde se tornaria a presidente do grupo e tinha muitos contatos no mundo anglo-saxão) e Jan Monk (mais tarde vice-presidente) contribuiu decisivamente para a participação de um grande número de pessoas. Para mim, essa ligação foi crucial (GARCIA-RAMON, 2019, p. 62, tradução nossa).</i></p>
<p>- Aqui, coloca-se um contraponto à área da “Geografia de Gênero” por Garcia-Ramon. Cabe salientar que a “Geografia Feminista” é anterior à “Geografia de Gênero”. A Geografia Feminista nasce na década de 1970 e nasce no contexto da ebulição das “Novas” Geografias Radicais (segundo NELSON & SEAGER, 2008, p. 2).</p>	<p><i>- A maioria das cronistas marca o surgimento da geografia feminista na América do Norte e no Reino Unido no início dos anos 1970, desencadeada por movimentos dentro e fora da academia. Dentro da geografia, as críticas feministas emergiram como parte do fermento das “novas” geografias radicais - especialmente o marxismo - que estava levantando desafios na década de 1970 para as hegemonias da geografia positivista e corporativista (para discussão ver Mackenzie, 1984). Essa foi uma convergência produtiva, mas também espinhosa (NELSON & SEAGER, 2008, p. 2, tradução nossa).</i></p>

<p>- Metodologicamente, a área de “Geografia do Gênero” permite desenvolver trabalhos com compromisso social</p> <p>Sendo que, na visão de Garcia-Ramon, o compromisso social deve impregnar a geografia; logo trabalhos na área de “Geografia de Gênero” são essenciais no fazer-geográfico.</p>	<p>- <i>Por um lado, me sentia muito feminista, e via que na geografia do gênero ou feminista convergiam meus dois interesses: a geografia e o feminismo, e disse a mim mesma: "Isso é fantástico!" Não se tratava somente que eu pretendesse fazer geografia feminista ou de gênero, mas o que eu queria era tentar introduzir o aspecto de gênero em tudo que eu tinha trabalhado até então. Em 1987 solicitei ao Ministério (e eles me concederam) o primeiro projeto de pesquisa sobre gênero e agricultura. E no Congresso Mundial Basco daquele mesmo ano apresentei um trabalho em que vinculava diretamente a geografia do gênero com o compromisso social: sim, para mim o compromisso social devia necessariamente impregnar a geografia, naquele texto já proclamava que dito compromisso passava por introduzir a perspectiva de gênero (GARCIA-RAMON, 2019, p. 62, tradução nossa).</i></p>
<p>- A diferenciação teórico-metodológica entre “Geografia Feminista” e “Geografia de Gênero” segundo Maria Garcia-Ramon se centra em duas questões principais: i) Geografia Feminista seria um conceito desenvolvido teoricamente na geografia anglófona, Geografia de Gênero seria um conceito mais utilizado no mundo latino e espanhol; ii) Geografia Feminista teria um enfoque mais militante e ativista no mundo latino e espanhol, já a Geografia de Gênero teria uma preocupação com a “teoria de gênero” tendo assim um potencial desestabilizador tremendo.</p> <p>Dessa forma, Maria Garcia-Ramon salienta que a escolha do uso de “Geografia Feminista” ou “Geografia de Gênero” pode ser utilizada de acordo com o contexto.</p>	<p>- <i>Geografia de gênero ou geografia feminista? —É uma questão que, em nosso contexto, não temos muita clareza. Eu diria que em todo o meio acadêmico latino o termo mais aceito é ‘gênero’ e se refere, propriamente, à “teoria do gênero” ... à qual nem todas as feministas dão seu apoio. Entre nós, a palavra ‘feminista’ tem conotações mais militantes e ativistas, mas na esfera anglo-saxônica a geografia feminista tem uma geografia fortemente inspirada pela teoria. Costumo usar o conceito de ‘gênero’ porque, por se tratar de uma construção social, entendo que tem um enorme potencial revolucionário e desestabilizador. No entanto, também sou muito pragmática e, estrategicamente, acredito que podemos e devemos usar ambos os conceitos de acordo com a necessidade e o contexto (GARCIA-RAMON, 2019, p. 67, tradução nossa).</i></p>
<p>- Ensina Garcia-Ramon que sobre as linhas de análise-metodológica no âmbito da “Geografia Feminista”, temos: as feministas radicais, as feministas socialistas, as feministas liberais.</p> <p>As feministas "radicais" pesquisam os comportamentos masculino e feminino em termos do conceito de patriarcado acima de tudo.</p> <p>As feministas "liberais" enfatizam o estudo da desigualdade espacial, dentro da tradição da geografia social e do bem-estar.</p> <p>As feministas "socialistas" incluem as relações de gênero dentro da estrutura conceitual das relações sociais em um sentido amplo e tendem a explicar a subordinação das mulheres em uma base</p>	<p>- <i>Todas as abordagens geográficas feministas concordam que as diferenças de gênero atribuem às mulheres e aos homens uma situação muito desigual na vida social. No entanto, feministas "radicais" examinam os comportamentos masculino e feminino em termos do conceito de patriarcado acima de tudo, enquanto feministas "liberais" enfatizam o estudo da desigualdade espacial, dentro da tradição da geografia social e do bem-estar. Em contraste, as feministas "socialistas" incluem as relações de gênero dentro da estrutura conceitual das relações sociais em um sentido amplo e tendem a explicar a subordinação das mulheres em uma base materialista - a de sua capacidade reprodutiva que não pode ser concebida isoladamente. da</i></p>

<p>materialista - a de sua capacidade reprodutiva que não pode ser concebida isoladamente. da produção e reprodução da sociedade.</p>	<p><i>produção e reprodução da sociedade - (McDowell, 1986) (GARCIA-RAMON, 2019, p. 109, tradução nossa).</i></p>
<p>- Entre as áreas metodológicas clássicas da Geografia (entre as três: geografia neopositivista ou neweberiana; geografia humanista; geografia radical marxista), Garcia-Ramon considera que a área que melhor deu abertura ao enfoque feminista e de gênero foi a da “geografia radical-marxista”.</p>	<p><i>- A geografia radical marxista é a que melhor se adapta à incorporação da análise de gênero e, de fato, a citada revista Antipode é a que publicou o que pode ser considerado seu trabalho pioneiro (Hayford, 1974). Essa mesma revista - depois de alguma hesitação - incorporou essa perspectiva em suas páginas de maneira praticamente regular; em 1984 publicou um número monográfico (Antipode, 1984) e nos últimos quatro números incluiu quatro artigos sobre o assunto, desenvolvendo o conceito de patriarcado como instrumento de análise (GARCIA-RAMON, 2019, p. 109-110, tradução nossa).</i></p>
<p>- Sobre as ligações metodológicas entre abordagens “feministas e de gênero” e “colonialidade” percebe-se que somadas, tais visões tem muito a contribuir. Exemplo é do relato de mulheres europeias que eram diferentes dos relatos dos homens europeus, segundo Garcia-Ramon.</p>	<p><i>- Grande parte da literatura feminista e pós-colonial assume que as mulheres europeias tiveram uma experiência de encontro colonial diferente da dos homens e que, portanto, suas atitudes em relação ao colonialismo, como aparecem em suas narrativas de viagens, tiveram de ser diferentes (GARCIA-RAMON, 2019, p. 148, tradução nossa).</i></p>
<p>- Sobre as relações metodológicas entre abordagens “feministas e de gênero” e da “colonialidade”, se percebeu a importância das mulheres no âmbito da revisão da literatura colonial. Exemplos são os papéis e a importância das mulheres, e sua conexão com a história colonial, ensina Garcia-Ramon.</p>	<p><i>- De forma mais geral, a pesquisa feminista mais recente destacou o preconceito de gênero na literatura colonial e destacou a complexidade dos papéis confiados às mulheres na história colonial (como enfermeiras, missionárias, professoras, esposas de funcionários públicos e funcionários, até turistas, etc.) (GARCIA-RAMON, 2019, p. 151, tradução nossa). Em suma, parece haver um consenso crescente sobre a importância do papel desempenhado pelas mulheres na formação das relações coloniais (GARCIA-RAMON, 2019, p. 153, tradução nossa).</i></p>
<p>- Sobre exemplos de estudos feministas ou de gênero, um dos exemplos são as pesquisas que tem por métodos estudar os próprios cursos acadêmicos de Geografia. Garcia-Ramon pesquisou esse tema nos cursos de geografia na Espanha, chegando à conclusão de que existe uma “masculinização da geografia acadêmica”.</p>	<p><i>- A presença feminina na geografia acadêmica: existe uma masculinização da disciplina? (...)</i> <i>Observamos, então, que a presença de geógrafas nas faculdades era relativamente elevada (cerca de um terço do corpo docente, embora concentrada nas categorias mais baixas), mas que publicavam menos e conseguiam obter o título de doutor em proporção menor do que seus colegas de pós-graduação. Apesar disso, esta situação era muito melhor do que a observada no Reino Unido, onde em 1982 as geógrafas representavam apenas 11,4% do corpo docente total (Johnston et al., 1983)</i></p>

	(GARCIA-RAMON, 2019, p. 186, tradução nossa).
- Sobre a produção em geografia feminista e de gênero, Garcia-Ramon critica que a maioria da produção conhecida internacionalmente seja anglófona. Garcia-Ramon cita o exemplo do livro "Feminist Geographies: Exploration in diversity and difference" que apesar de evocar a diversidade e a diferença, apenas cita apenas a geografia anglo-americana.	- Outro exemplo significativo, desta vez na geografia feminista internacional, é o caso do excelente manual publicado pelo grupo wgsq (1997), <i>Feminist Geographies: Exploration in diversity and difference</i> (Geografias Feministas: Exploração na diversidade e diferença). O subtítulo defende realmente a diversidade, a diferença (conceitos muito apreciados pela geografia do gênero) e, portanto, o conhecimento situado, seguindo Haraway (1995) e Monk (1996). No entanto, o conteúdo se refere apenas à geografia anglo-americana, e a bibliografia, com exceção de algumas referências, inclui apenas pesquisas publicadas e realizadas pela geografia anglófona (GARCIA-RAMON, 2019, p. 209, tradução nossa).
- O conteúdo (temas e metodologias de estudo) anglófono da "Geografia Feminista e de Gênero" internacionalmente é visto como a norma da área, segundo Garcia-Ramon. Dessa forma, conteúdos de outros países são pouco citados. O paradoxo ocorre no fato de que: a geografia e a teoria feminista são pioneiras na defesa da diferença e da diversidade; mas se aplica em geral o conteúdo nascido em meio anglófono.	- As diferenças que o lugar cria. Alguns dados numéricos sobre a geografia do gênero: Embora a geografia e a teoria feminista tenham sido as pioneiras na defesa da diferença e da diversidade, na realidade cotidiana muitas vezes são esquecidas. Em geral, admite-se que os temas e metodologias de estudo da geografia anglófona são a norma e o ponto de referência para a geografia feminista mundial (GARCIA-RAMON, 2019, p. 212, tradução nossa).
- Existem quatro modelos regionais de desenvolvimento-metodológico (em 1998) da "Geografia Feminista e de Gênero": modelo anglófono; francófono e mediterrâneo; dos países escandinavos e centro-europeus; dos países do Terceiro Mundo (segundo Garcia-Ramon).	- Os vários temas discutidos podem ser agrupados em quatro modelos regionais de desenvolvimento desta geografia. As revistas anglófonas, (...); as revistas francófonas e da área mediterrânea; (...) países escandinavos e da Europa Central; (...) o dos países do Terceiro Mundo, e especialmente da América Latina (GARCIA-RAMON, 2019, p. 212-213, tradução nossa).
- O modelo metodológico-temático da Geografia Feminista e de Gênero das revistas anglófonas (em 1998) se baseava em: grande enfoque teórico; abordagem de temas como sexualidade, masculinidade, posicionalidade; temas inexistentes nos outros países naquele momento.	- As revistas de anglófonas - que eram a maioria - caracterizavam-se por um enorme peso teórico, por um alto nível de abstração e por tratar de temas como sexualidade, masculinidade e posicionalidade, praticamente inexistentes nos demais modelos da época. (GARCIA -RAMON, 2019, p. 212, tradução nossa).
- O modelo metodológico-temático da Geografia Feminista e de Gênero das revistas francófonas e mediterrâneas (em 1998) se baseava em: novidades da geografia feminista do mundo anglófono; e grande peso de temas no mundo rural.	- Nas revistas de língua francesa e da região mediterrânea, foram muitos os estados da pergunta sobre as novidades da geografia feminista no mundo anglófono - o que mostra uma certa dependência metodológica dela - mas essas publicações também se distinguem pelo peso dos temas do mundo rural, com os quais acusavam a grande

	<i>tradição da geografia rural nesses países (GARCIA-RAMON, 2019, p. 212, tradução nossa).</i>
- No modelo metodológico-temático da Geografia Feminista e de Gênero dos países escandinavos e centro-europeus (em 1998), se baseava em: questões da ocupação e do mercado de trabalho da mulher; e relações com a política de Bem-Estar Social.	- <i>No terceiro modelo regional - países da Escandinávia e da Europa Central - as questões da ocupação e do mercado de trabalho foram predominantes, evidenciando a participação significativa da mulher no mercado de trabalho e interesse no estado de bem-estar, principalmente nos países escandinavos (GARCIA-RAMON, 2019, p. 212, tradução nossa).</i>
- O modelo metodológico-temático da Geografia Feminista e de Gênero dos países do Terceiro Mundo (em 1998) se baseava em: temas urbanos; na participação das mulheres nos movimentos de base; refletiam a difícil realidade política e social da América Latina; e grande peso de temas rurais.	- <i>E, finalmente, no quarto modelo - o dos países do Terceiro Mundo, e especialmente da América Latina - predominaram as questões urbanas - em particular a participação das mulheres nos movimentos de base - e refletiram a difícil realidade de vida política e social das cidades da América Latina durante o período em que os problemas do endividamento externo se agravaram. Da mesma forma, neste modelo, as questões rurais também tiveram um peso muito significativo (maior do que nas revistas francófonas e mediterrâneas), o que indicava a forte presença do setor primário no Terceiro Mundo daquelas décadas (GARCIA-RAMON, 2019, p. 213, tradução nossa).</i>
- A ênfase teórico-metodológica em torno da geografia anglo-saxônica é perceptível em publicações acadêmicas mundiais. Por exemplo, no editorial da Revista "Gender, Place and Culture" (do ano de 1994 até 2005) são destacados temas metodológicos do mundo anglófono, como: crítica às grandes narrativas; giro cultural; identidade; diferença; raça; sexualidade; a "performatividade" das masculinidades e feminilidade; identidades queer; discursos pós-coloniais; (trans) nacionalismo; e cidadania.	- <i>E é o que vemos no editorial de Gender, Place and Culture a que me referi anteriormente, pois é evidente que o peso das elaborações teóricas é muito importante nesta revista, que surgiu numa época em que a geografia anglo-saxônica era caracterizada pela crítica às "grandes narrativas" e pela forte irrupção da "giro cultural", fatos que se refletem em seu conteúdo. Assim, abundam artigos sobre temas relacionados à identidade, diferença, raça, sexualidade, a "performatividade" das masculinidades e feminilidade, identidades queer e discursos pós-coloniais, (trans) nacionalismo e cidadania (GARCIA-RAMON, 2019, p. 216, tradução nossa).</i>
- As questões teórico-metodológica da Espanha e América Latina não são tão perceptíveis (em publicações mundiais). Dentre suas questões, temos: emprego, globalização e reestruturação econômica, violência, ativismo e movimentos urbanos e rurais de base.	- <i>Por outro lado, têm pouca presença questões atuais da geografia de gênero na Espanha e na América Latina, como, por exemplo: emprego, globalização e reestruturação econômica, violência, ativismo e movimentos urbanos e rurais de base. É verdade, porém, que, nos últimos anos, as questões da sexualidade têm penetrado nessas outras geografias feministas, principalmente a brasileira (GARCIA-RAMON, 2019, p. 216).</i>

<p>- Em um Seminário internacional organizado com ajuda de Garcia-Ramon em Barcelona em 2006 intitulado “Geografias del género en el mundo: cuestionando la hegemonía anglosajona”, se percebeu as diversas tradições geográficas dos países (em 2006).</p> <p>- A geografia britânica desenvolveu mais teorias gerais.</p> <p>- A geografia da África Subsaariana se centrou em: questões relacionadas às culturas locais (por exemplo: diferenças de religião, etnia, idade, etc.); e estavam preocupadas que houvesse um forte viés "ocidental" nas teorias de desenvolvimento que haviam penetrado nos estudos feministas locais.</p> <p>- Já a Geografia de Gênero da América Latina era mais orientada para: classes sociais força de trabalho feminina e questões de ativismo, especialmente em áreas urbanas (Garcia-Ramon, 2019).</p> <p>- A Geografia Feminista da Espanha teve ênfase em questões rurais (segundo a tradição rural da geografia espanhola, refletindo a forte crise da agricultura espanhola ao entrar no Mercado Comum), segundo Garcia-Ramon (2019).</p>	<p>- A geografia britânica foi a que teve maior probabilidade de desenvolver teorias gerais e, em contraste, nos países da África subsaariana, as pesquisadoras feministas procuraram questões relacionadas às culturas locais (por exemplo: diferenças de religião, etnia, idade, etc.), e estavam preocupadas que houvesse um forte viés "ocidental" nas teorias de desenvolvimento que haviam penetrado nos estudos feministas locais. Em contraste, a geografia de gênero na América Latina foi muito mais orientada para análises de classes sociais, força de trabalho feminina e questões de ativismo, especialmente em áreas urbanas (Lan e Silva, 2007). No caso da Espanha, a geografia feminista dos anos oitenta e início dos anos noventa dedicou-se ao estudo das questões rurais, seguindo, por um lado, a tradição rural da geografia espanhola e, por outro, refletindo a forte crise da agricultura espanhola ao entrar no Mercado Comum. Como a maioria dos participantes do seminário não pertencia ao mundo anglo-saxão, poucas referências foram feitas aos temas em voga nessa área, como por exemplo: o corpo, a sexualidade e a reflexividade e o papel dos pesquisadores (GARCIA-RAMON, 2019, p. 216-217, tradução nossa).</p>
<p>- Para Garcia-Ramon, a “Geografia de Gênero” estaria no âmbito de: expressão acadêmica do movimento feminista; leva em conta a estrutura de gênero da sociedade; “examina as formas pelas quais os processos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais criam, reproduzem e transformam não apenas os lugares, mas também as relações de gênero entre os homens e mulheres que o habitam”; e pode “repensar algumas estruturas de poder e relações que não haviam sido questionadas”.</p>	<p>- (...) neste sentido, é possível afirmar que, em grande medida, os estudos de gênero na geografia (como em outras ciências sociais) passam a ser a expressão acadêmica do movimento feminista. A geografia do gênero foi definida como aquela que leva explicitamente em conta a estrutura de gênero da sociedade e examina as formas pelas quais os processos socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais criam, reproduzem e transformam não apenas os lugares, mas também as relações de gênero entre os homens e mulheres que o habitam. A proposta pós-moderna, que implica um programa de desconstrução radical dos códigos da mente humana e da essência da cultura, encontra nos estudos de gênero um ótimo exemplo de repensar algumas estruturas de poder e relações que não haviam sido questionadas. Durante a Modernidade (GARCIA- RAMON, 2019, p. 241, tradução nossa).</p>
<p>- A Geografia Feminista de (Linda McDowell) se basearia em: relações hierárquicas entre os gêneros; como são afetadas e marcadas nas estruturas espaciais das sociedades; e suas teorias.</p>	<p>- Segundo Linda McDowell, os estudos feministas concentram sua atenção em “as formas como as relações hierárquicas entre os gêneros são ‘afetadas por’ e, ao mesmo tempo, ‘marcadas em’ nas estruturas espaciais das sociedades, bem como nas</p>

	<p><i>teorias que buscam explicar essas relações” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 242, tradução nossa).</i></p>
<p>- Historicamente, os estudos em Geografia Feminista e de Gênero poderiam se dividir em três períodos no tempo (desde a década de 1960 até hoje) segundo Garcia-Ramon.</p> <p>- Assim, as questões teórico-metodológicas se dividiriam em: i) Primeira etapa: associada a geografia do bem-estar; denunciava o preconceito masculino dominante; usava técnica quantitativa; ii) Segunda etapa: de inspiração marxista; avaliava como o capitalismo perpetuava o patriarcado e sua hierarquização entre homens e mulheres; iii) Terceira etapa: relacionada ao pós-modernismo; às desconstruções da ciência racional; às denúncias ao falocentrismo e ao androcentrismo; e críticas ao mundo dual/dicotômico e ao binarismo.</p>	<p><i>- A primeira está associada à geografia do bem-estar, (...) empiricamente, pretendeu denunciar e corrigir o viés masculino dominante, demonstrando, graças a técnicas quantitativas e pouca reflexão teórica, os diferentes usos do espaço doméstico e urbano ou os distintos acesso aos locais de trabalho. A inspiração marxista marcou a segunda etapa da geografia do gênero, dedicada a teorizar e avaliar como as formas de expansão do capitalismo utilizaram e perpetuaram o patriarcado e sua hierarquização explícita entre homens e mulheres. A terceira etapa, (...) com as posições pós-modernas, reflexivas e desconstrutivistas em relação às metanarrativas da ciência racional: não só pretende retificar o androcentrismo evidente que tem caracterizado o pensamento científico até o momento, mas denunciar seu falocentrismo (no sentido de ser um posicionamento autogerado, masculino e singular que produz sua própria forma de poder e pensamento sem se preocupar com nada nem com ninguém). A proposta busca desconstruir uma concepção dual do mundo baseada unicamente no confronto entre o masculino e o feminino (..) (GARCIA-RAMON, 2019, p. 242-243. Tradução nossa).</i></p>
<p>- Do ponto de vista histórico, os temas teórico-metodológicos em Geografia Feminista e de Gênero se modificaram. A “geografia das mulheres” (Hayford, 1974) dos primeiros tempos na década de 1960; evoluiu até chegar aos temas atuais da Pós-Modernidade (como a questão da desconstrução dos binarismos, da concepção dual do mundo, para ir além da dicotomia homem/mulher).</p>	<p><i>- Assim, enquanto a “geografia das mulheres” nos primórdios buscava apenas colocar a pesquisa feita com as mulheres no mesmo patamar que a dos homens (em termos de estatísticas, temas, etc.), agora, desde a ótica pós-moderna, pretende-se desconstruir uma concepção dual do mundo a partir da dicotomia homem-mulher, masculino-feminino etc (GARCIA-RAMON, 2019, p. 243, tradução nossa).</i></p>
<p>- A Geografia Feminista e de Gênero critica a tradicional Geografia, nos seguintes pontos teórico-metodológicos: estrutura da geografia formada através da classe masculina e de classe média; visão única/final/arrogante do mundo; percepção sexista e racista; e compreensão limitada, específica e parcial.</p>	<p><i>- Algumas geógrafas feministas enquadram essas afirmações na crítica aberta ao « conhecimento situado » argumentado por Donna Haraway: os cientistas são testemunhas simples e modestas da realidade e não é legítimo que, abusando de sua posição, imponham uma visão única, final e arrogante do mundo (e, portanto, sexista e racista). Diante das redes de poder que implica a formulação de um conhecimento único, trata-se, segundo Haraway, de defender conhecimentos “limitados”, “específicos” e “parciais” marcados por seu “hibridismo” e capazes de integrar a subjetividade de seus. autores “dentro da</i></p>

	<i>matriz das relações sociais» (GARCIA-RAMON, 2019, p. 243, tradução nossa).</i>
- O tema do “pós-colonialismo” (existente dentro da Pós-Modernidade) auxiliou a Geografia Feminista e de Gênero de forma teórico-metodológica. Isso porque trouxe a questão das críticas à visão de mundo: colonialista, masculina, branca, europeia e da classe média alta. Com o “pós-colonialismo”, se percebe a importância de pesquisas teórico-metodológicas com: a visão das mulheres, dos negros, dos subalternos, não-masculina, não-europeia e das classes pobres.	- <i>O pós-colonialismo tem sido frequentemente apresentado em paralelo a certas preocupações de gênero, na medida em que o discurso de conquista e apropriação do espaço colonial era essencialmente masculino e de classe média alta: uma forma de subverter esse discurso é exumando testemunhas subalternas, um ser possível para as mulheres viajantes por áreas previamente colonizadas, visto que sua experiência e percepção contribuem para reinterpretar os processos de colonização (GARCIA-RAMON, 2019, p. 243-244).</i>
- Sobre a história da “Geografia e Gênero” (Geografia de Gênero), dentre suas questões teóricas e metodológicas se destaca: início na década de 1980 nos países anglo-saxões; nos países latinos não é tão comum seu estudo; critica a visão neutra/assexuada/homogênea sobre a “sociedade e território”; traz questões sobre as diferenças que existem entre homens e mulheres no uso do “espaço e do meio ambiente”.	- <i>A consolidação dos estudos de gênero na geografia acadêmica é um fato marcante na história da nossa disciplina, mas uma diferença muito grande se observa de acordo com cada contexto espacial: nos países anglo-saxões (que é onde eles se originaram no início dos anos oitenta) seu desenvolvimento foi muito amplo, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, mas nos países latinos a “normalização” da abordagem de gênero na prática geográfica ainda é uma questão pendente. Até recentemente, a sociedade e o território ainda eram considerados um todo neutro, assexuado e homogêneo; é verdade que as diferenças de classe muitas vezes foram levadas em consideração, mas sem considerar as diferenças importantes que existem entre homens e mulheres no uso do espaço e do seu entorno (GARCIA-RAMON, 2019, p. 244, tradução nossa).</i>
- Dentre as diferenciações entre “Geografia Feminista” e “Geografia de Gênero” destacadas por Garcia-Ramon temos que: i) A Geografia de Gênero (de Jo Little) examina: os processos socioeconômicos/políticos/ambientais dos lugares onde vivemos, e suas relações sociais entre homens/mulheres; e estudam como as relações de gênero afetam esses processos e suas manifestações no espaço e no ambiente; ii) A Geografia Feminista (de Ana Sabaté) seria: aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo para a explicação e interpretação dos fatos geográficos.	- <i>Jo Little definiu a geografia do gênero como aquela que “examina as formas como os processos socioeconômicos, políticos e ambientais criam, reproduzem e transformam, não apenas os lugares onde vivemos, mas também as relações sociais entre homens e mulheres que eles lá vivem e, ao mesmo tempo, estudam como as relações de gênero afetam esses processos e suas manifestações no espaço e no ambiente”. Ana Sabaté, em um excelente manual sobre o assunto escrito em espanhol, define a geografia feminista como “aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo para a explicação e interpretação dos fatos geográficos” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 245).</i>
- Outra questão sobre as diferenciações entre “Geografia Feminista” e “Geografia de Gênero” por Garcia-Ramon é: i) No mundo	- <i>Pode-se dizer que no mundo anglo-saxão os conceitos “geografia feminista” e “geografia de gênero” são praticamente intercambiáveis,</i>

<p>anglo-saxão, a “geografia feminista” e “geografia de gênero” são praticamente intercambiáveis; ii) Nos países latinos, “geografia feminista” tem uma conotação mais militante e “geografia de gênero” possui um viés mais acadêmico.</p>	<p><i>enquanto nos países latinos a geografia feminista tem uma conotação mais militante e a geografia de gênero uma conotação mais acadêmica. Em qualquer caso, o termo «gênero» sempre se refere às diferenças originadas social e culturalmente entre o feminino e o masculino, enquanto o termo “sexo” se refere às diferenças biológicas entre homem e mulher (GARCIA-RAMON, 2019, p. 245, tradução nossa).</i></p>
<p>- Sobre a evolução teórico-metodológica da Geografia de Gênero (e/ou Geografia Feminista), Garcia-Ramon conclui que esta: i) Não deve ser apenas um estudo estatístico; ii) A construção social do gênero deve ser levada em consideração; iii) deve ser também além do estudo das mulheres; iv) os homens também deve ser objeto de estudo e também podem produzir na área.</p>	<p><i>- O certo é que a geografia do gênero (e / ou geografia feminista) vai muito além da chamada "geografia das mulheres" dos primeiros tempos em que as mulheres eram simplesmente estudadas de forma estatística, mas, não a construção social do gênero. E mais ainda, hoje está claro que a geografia do gênero não deve ser cultivada apenas por mulheres, nem deve se dedicar ao estudo apenas de mulheres (embora não se negue que isso foi necessário em um estágio inicial), mas que o máximo estudos atuais interessantes e inovadores colocam sua ênfase no estudo comparativo dos papéis de gênero atribuídos a homens e mulheres. Deve-se acrescentar que não é importante apenas que os homens sejam incluídos como objeto de estudo, mas também que eles próprios investiguem essa questão, o que felizmente já está acontecendo nos últimos anos (GARCIA-RAMON, 2019, p. 245, tradução nossa).</i></p>
<p>- A Geografia da Percepção foi pioneira nos estudos das mulheres no espaço. Os paradigmas teórico-metodológicos foram: ainda que no paradigma positivista, se observou comportamento das mulheres no espaço; padrões de movimento diferenciados entre mulheres e homens (nas idas ao local de trabalho, no acesso aos serviços); comumente se usava o modelo espaço-temporal de Hägerstrand; percebe-se que mulheres viajam menos que homens; fazem viagens mais curtas; usam o transporte público com mais frequência; estudos teórico-quantitativos; era classificado como “geografia das mulheres”; acesso limitado das mulheres ao espaço e ambiente; e sem interesse em entrar no estudo das relações de gênero.</p>	<p><i>- (...) Graças à geografia da percepção, que abriu as primeiras fissuras no paradigma positivista, foram realizados os primeiros trabalhos sobre o comportamento específico das mulheres em relação ao espaço. Os estudos nesta perspectiva focaram simplesmente na verificação dos padrões diferenciados de movimento entre homens e mulheres, já se tratando de viagens ao local de trabalho, acesso a serviços, etc., muitas vezes utilizando o modelo espaço-temporal de Hägerstrand. Estudos sobre deslocamento para o trabalho descobriram que as mulheres não apenas tendem a viajar menos do que os homens, mas também fazem viagens mais curtas e usam o transporte público com muito mais frequência. Neste tipo de estudo (ainda de tipo teórico-quantitativo e que poderia ser classificado como «geografia das mulheres») o mais importante era tornar visível a vida das mulheres e o seu acesso limitado ao espaço e ao ambiente, sem interesse em entrar no estudo das relações de gênero (GARCIA-RAMON, 2019, p. 246, tradução nossa).</i></p>

<p>- A Geografia Marxista nos estudos das mulheres no espaço possuíam as seguintes características teórico-metodológicas: eram vindas da década de 1970; analisam as questões das mulheres através de categorias marxistas de análise; relações capitalistas eram apontadas como causa da desigualdade entre mulheres e homens (e um dos fatores que aumentaram tal diferença); a capacidade reprodutiva (dentro da base marxista-materialista) foi abordada; mas a geografia marxista deu mais ênfase à produção do que à reprodução; análise da ocupação feminina no mercado de trabalho; constatação de baixa remuneração às mulheres (e naquele momento, baixa qualificação); mão-de-obra feminina vista como barata, flexível e dócil.</p>	<p>- Mas, já na segunda metade da década de 1970 (...) Muito do esforço foi focado no desenvolvimento de categorias marxistas de análise; as relações capitalistas foram apontadas como uma importante causa dessa desigualdade, especialmente como um fator que a aumentou. As relações de gênero foram consideradas dentro do quadro conceitual mais amplo das relações sociais e da subordinação das mulheres em uma base materialista: a da capacidade reprodutiva. (...) É verdade que a geografia marxista colocou maior ênfase no estudo da esfera da produção do que na da reprodução (que é onde as mulheres são mais visíveis) (...) Um dos principais temas em que se centraram os trabalhos desta linha foi a análise da ocupação feminina no trabalho: desta forma foi possível verificar como a força de trabalho feminina tem sido particularmente atrativa para as empresas que procuravam espaços para processos de trabalho pouco qualificados (e mal pagos) de montagem ou de atividades rotineiras; as mulheres têm sido uma fonte de mão-de-obra não-qualificada (pelo menos em teoria), barata, flexível e dócil (GARCIA-RAMON, 2019, p. 247, tradução nossa).</p>
<p>- A partir da percepção teórico-metodológica trazida pela análise marxista, houve evolução até chegar às concepções da Geografia Feminista e de Gênero sobre: trabalho doméstico da mulher e sua situação no mercado de trabalho; exploração do conceito de patriarcado; frágil posição no mercado de trabalho; ocupação em setores pouco qualificados; baixos salários das mulheres; olhar integrador entre o mundo do "lar" e perpetuação do sistema socioespacial; investigação acerca do trabalho não-remunerado dentro do "lar" (sendo remuneração como: valor de troca); estudo sobre trabalho invisível, que tem "valor de uso"; rompendo barreiras entre a Geografia Econômica e Geografia Social.</p>	<p>- A investigação sobre o trabalho remunerado feminino envolveu o estudo das ligações entre o trabalho doméstico feminino e sua situação no mercado de trabalho, e assim conduziu à exploração do conceito de patriarcado, sobre o qual não se insistiu muito num primeiro momento. A fraca posição das mulheres no mercado de trabalho contribuiu para a concentração e segregação do emprego em determinados setores, geralmente muito pouco qualificados. Na verdade, essa segregação está na base das baixas qualificações e baixos salários das mulheres. Dado o papel essencial que o lar desempenha na perpetuação do nosso sistema socioespacial, foi proposta para os estudos de gênero uma visão integradora entre o mundo do trabalho e o mundo do lar, o que nos permitiria resgatar uma abordagem mais ampla do conceito de trabalho que inclui não só o trabalho remunerado (que tem valor de troca), mas também o trabalho "invisível", que só tem valor de uso, mas é crucial para a sobrevivência do sistema social. Esta abordagem integrativa é um contributo muito inovador porque permite quebrar as barreiras tradicionais (e artificiais) entre a geografia econômica (o estudo da produção) e a geografia social (geografia da distribuição e do consumo, muito mais ligada à esfera da reprodução). Em nosso país, algumas</p>

	<p>pesquisas têm permitido demonstrar a relevância metodológica dessa perspectiva integradora entre casa e trabalho, tornando-a "visível", por exemplo, o trabalho das mulheres camponesas na agricultura familiar (GARCIA-RAMON, 2019, p. 248, tradução nossa).</p>
<p>- Sobre as ligações teórico-metodológicas entre a área da Geografia de Gênero e da Geografia Feminista e o tema do Pós-Modernismo, Pós-Colonialismo, temos: uma visão crítica do pensamento ocidental; Geografia do Gênero e Feminista foi pioneira na introdução do debate pós-moderno; criticam a produção de uma visão universal/neutra/objetivo/exclusivamente racional-lógica; desconstruem o status quo; estudam a complexidade; trazem a diversidade das "mulheres" e não somente a categoria "mulher".</p>	<p>- Já na década de 1990, o pós-modernismo, o pós-colonialismo e o chamado "giro cultural" ("virada cultural") estão na base de muitas discussões teóricas na geografia, e é verdade que a geografia do gênero foi pioneira na introdução do debate pós-moderno. Na verdade, a geografia feminista e o pós-modernismo compartilham uma visão crítica do pensamento ocidental e de suas reivindicações totalizantes e universais, e não acreditam na existência de um conhecimento "real" que seja produto universal, neutro, objetivo e exclusivo da razão e da lógica. Nessa perspectiva ontológica, todas as categorias de análise devem ser "desconstruídas" e adaptadas a diferentes lugares e circunstâncias; e a geografia do gênero tem uma longa (obrigatória) experiência de "desconstrução". Por exemplo, o conceito de classe social teve que ser adaptado a contextos culturais muito diversos, nos quais existiam relações patriarcais de natureza muito diversa; do mesmo modo, foram incorporadas as ideias da teoria da diferença e os novos posicionamentos teóricos convidam ao estudo da complexidade das experiências de vida das «mulheres» (e não da «mulher») (...) (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250, tradução nossa).</p>
<p>- A teoria do giro cultural e da pós-modernidade perceberam que algumas construções metodológicas passam por concepções de gênero. Assim, observa-se nos círculos feministas ligações metodológico-clássicas que: (i) correlacionam a geografia quantitativa (racional e objetiva) à masculinidade; (ii) conectam a geografia qualitativa (emocional, a "pesquisa suave") à feminilidade.</p>	<p>- Vale ressaltar também que a virada cultural (giro cultural) e o pós-modernismo revitalizaram o debate metodológico na geografia em geral e na geografia feminista em particular. Tem sido frequentemente argumentado nos círculos feministas que a pesquisa racional, quantitativa e objetiva está ligada à masculinidade e que a pesquisa "suave", qualitativa e emocional está mais ligada à feminilidade (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250).</p>
<p>- Atualmente, os estudos feministas não precisam necessariamente optar por métodos qualitativos ou quantitativos. Não há obrigação de respeitar um método específico de análise (que seria em geral, o anglófono). O que gera a liberação quanto ao uso do conteúdo anglófono (sendo isso produto da crítica do "giro cultural" e do pós-colonialismo).</p>	<p>- Mas deve ser dito que a opinião corrente mais difundida na geografia (provavelmente encorajada pelo debate pós-moderno) é que essas concepções dualistas (e rígidas atribuições aos gêneros) devem ser postas de lado e que novas estruturas mentais devem ser criadas que não sejam de oposição, porque a única coisa importante na escolha do método é o rigor da análise e os objetivos</p>

	do estudo (GARCIA-RAMON, 2019, p. 251, tradução nossa).
<p>- É perceptível que na prática se utilize mais os métodos qualitativos e intensivos em geografia em geral e na Geografia do Gênero (assim como na Geografia Feminista). Ainda, na Geografia de Gênero atual não existe um método feminista de análise específico (apesar de serem mais utilizados métodos qualitativos e intensivos).</p>	<p>- Vale ressaltar também que a virada cultural (giro cultural) e o pós-modernismo revitalizaram o debate metodológico na geografia em geral e na geografia feminista em particular. (...) Assim, pode-se dizer que na atual geografia de gênero não existe um método feminista de análise, embora na prática haja um claro viés para métodos qualitativos e intensivos (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250-251, tradução nossa).</p>
<p>- Segundo Garcia-Ramon (2019, p. 251), a crítica no uso dos métodos quantitativos em Geografia de Gênero (e nos métodos feministas) se dá no âmbito de: é necessário criticar a percepção de existência de neutralidade no positivismo; crítica à uma objetividade decorrente de uma pretensa neutralidade; alguns dados estatísticos não dividem os temas por gênero; poucos estudos sobre o “trabalho invisível” e doméstico.</p> <p>- Nos estudos com métodos qualitativos e intensivos é possível: Estudar processos sociais mal padronizados, como nos tópicos da perspectiva de gênero; sendo que a Geografia de Gênero contribuiu para o debate teórico-metodológico da geografia do final do século XX; e proporcionou à geografia enfrentar e abordar os desafios do terceiro milênio.</p>	<p>- Por um lado, é verdade que os métodos quantitativos foram atribuídos a um modelo positivista de ciência, alguns princípios dos quais (neutralidade e objetividade) são difíceis de conciliar com o projeto feminista. Por outro lado, os dados estatísticos (que são a base destes métodos) muitas vezes não se desagregam por sexo ou não oferecem as nuances necessárias para uma análise a partir de uma perspectiva de gênero. Por exemplo, muitos censos fornecem apenas informações sobre o trabalho remunerado e não sobre o chamado trabalho “invisível”, em sua maioria realizado por mulheres. Além disso, muitas vezes apenas os métodos intensivos ou qualitativos oferecem a possibilidade de estudar processos sociais mal padronizados, como é o caso de muitos dos tópicos que são estudados a partir de uma perspectiva de gênero. De fato, pode-se afirmar que a geografia de gênero tem contribuído de forma muito substancial para o debate teórico-metodológico da geografia no final do século XX e, dessa forma, tem contribuído para que a geografia seja capaz de enfrentar e abordar os desafios que se apresentam no início do terceiro milênio (GARCIA-RAMON, 2019, p. 251, tradução nossa).</p>
<p>- Ainda, como contribuição teórico-metodológica da Geografia de Gênero (e/ou Feminista), Garcia-Ramon percebe que: tal área deixa a geografia mais preparada para as questões do futuro imediato; constrói melhor igualdade entre mulheres e homens; desconstrói teorias que pareciam intocáveis; e abre novos olhares para o mundo.</p>	<p>- Assim, a valiosa bagagem teórica e metodológica que a geografia do gênero (e / ou geografia feminista) desenvolveu até hoje, pode contribuir para tornar a geografia mais preparada para responder às demandas que o futuro imediato impõe e para ajudar a construir uma e uma sociedade mais igualitária na relação entre homens e mulheres. Para além de um valioso contributo para o estudo do espaço, tendo em conta os valores, apreciações e necessidades diferenciadas entre homens e mulheres, a geografia do gênero tem contribuído de forma significativa para a desconstrução de teorias e estruturas que pareciam intocáveis e, por isso, tem contribuído de forma decisiva</p>

	<p><i>ajudou a abrir novos olhares para o mundo (GARCIA-RAMON, 2019, p. 252, tradução nossa).</i></p>
--	---

2.2. CATEGORIAS DE MARIA DOLORS GARCIA-RAMON EM GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO

As categorias de Maria Dolors Garcia-Ramon relacionadas à área da Geografia Feminista e de Gênero são essenciais para compreender alguns fenômenos poucos debatidos tradicionalmente na geografia.

A categoria de “gênero” é essencial para Garcia-Ramon, já que: envolve a “teoria do gênero”; e o uso do “conceito de ‘gênero’ por se tratar de uma construção social, que possui enorme potencial revolucionário e desestabilizador.

Desestabilizador porque a categoria “gênero” vai além da dicotomia homem/mulher, abarca a multiplicidade dos gêneros. No âmbito de gênero temos: masculino, feminino, transgênero, gênero neutro, não-binário, agênero, pangênero, genderqueer, two-spirit, terceiro gênero e todos, nenhum ou uma combinação destes, dentre outros. Assim:

Yo habitualmente utilizo el concepto de «género» porque, dado que se trata de una construcción social entiendo que tiene un potencial revolucionario y desestabilizador tremendo (GARCIA-RAMON, 2019, p. 67).

Costumo usar o conceito de “gênero” porque, por ser uma construção social, entendo que tem um tremendo potencial revolucionário e desestabilizador (GARCIA-RAMON, 2019, p. 67, tradução nossa).

Sobre a categoria “mulheres” e a “teoria da diferença” se percebe que as ideias sobre a teoria da diferença convidam ao estudo da complexidade das experiências de vida das "mulheres" (e não da "mulher") e a estudar a masculinidade em relação ao espaço e ao ambiente. (GARCIA-RAMON, 2019). Assim:

La incorporación reciente de las ideas sobre la teoría de la diferencia invita a estudiar la complejidad de las experiencias de la vida de las «mujeres» (y no de la «mujer») y al estudio de la masculinidad en relación con el espacio y el entorno (GARCIA-RAMON, 2019, p. 252).

A recente incorporação das ideias sobre a teoria da diferença convida ao estudo da complexidade das experiências de vida das «mulheres» (e não da «mulher») e ao estudo da masculinidade em relação ao espaço e ao tempo ambiente (GARCIA-RAMON, 2019, pág. 252).

Essa diversidade e complexidade do uso do termo “mulheres” convida à diversidade, à compreender a multiplicidade das mulheres: mulheres pretas, mulheres indígenas, lésbicas, mulheres transexuais, idosas, crianças, etc.

A categoria “divisão sexual do trabalho” é: um mecanismo para manter a subordinação da mulher; permite discriminação de salários, que em parte, empurra mulheres para o casamento; no casamento as mulheres são empurradas para a maior parte do trabalho doméstico; gerando por consequência uma piora de posição no mercado de trabalho, segundo Garcia-Ramon (1990, p. 256).

O tema da “divisão sexual do trabalho” é uma das manifestações mais importantes das relações de poder entre homens e mulheres; essa situação também se deve à organização da nossa sociedade em unidades familiares que predominam as relações de poder patriarcais; mas esse tipo de unidade não é essencial para o funcionamento da sociedade (apenas sendo uma das formas de organização possíveis), de acordo com Garcia-Ramon (1990, p. 256). Assim:

División sexual del trabajo, producción y reproducción: Hartman (1976) señala que la división del trabajo constituye en la sociedad capitalista el mecanismo básico para mantener la subordinación de la mujer. Esta división permite una discriminación de salarios que, en parte, empuja a las mujeres al matrimonio; las casadas son responsables normalmente de la mayor parte del trabajo doméstico, lo que a su vez empeora su posición en el mercado del trabajo. Pero esta situación es también atribuible a la organización de nuestra sociedad en unidades familiares en las que predominan las relaciones de poder patriarcal, y es evidente que este tipo de unidad familiar no es imprescindible para el funcionamiento de la sociedad sino que es solamente una entre varias formas posibles de organización de ésta (Hartman, 1981). En definitiva, al hablar de la división sexual del trabajo se habla en realidad de las relaciones de poder entre hombres y mujeres, que tienen en la división del trabajo una de sus manifestaciones más importantes (Gasson, 1988) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 256).

Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução: Hartman (1976) aponta que a divisão do trabalho constitui na sociedade capitalista o mecanismo básico para manter a subordinação das mulheres. Essa divisão permite a discriminação salarial que, em parte, leva as mulheres ao casamento; as mulheres casadas são normalmente responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico, o que por sua vez piora sua posição no mercado de trabalho. Mas esta situação também se deve à organização da nossa sociedade em unidades familiares em que predominam as relações de poder patriarcais, sendo evidente que este tipo de unidade familiar não é essencial para o funcionamento da sociedade mas é apenas uma entre várias formas de organização possíveis. deste (Hartman, 1981). Em suma, quando falamos da divisão sexual do trabalho, estamos na verdade falando das relações de poder entre homens e mulheres, que têm uma de suas manifestações mais importantes na divisão do trabalho (Gasson, 1988) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 256, tradução nossa).

A categoria “divisão sexual do trabalho”, não é natural, ela é: determinada pelas condições materiais e sociais de cada período histórico, e ainda, é uma criação cultural; segundo Garcia-Ramon.

Sobre a categoria “divisão sexual do trabalho” se percebe diferentes divisões em diferentes sociedades agrárias tradicionais, isso demonstra que tal divisão não é “natural” (através do papel da reprodução das mulheres), mas sim determinadas por: condições materiais, por períodos históricos e por uma criação cultural, assevera Garcia-Ramon. Assim:

En las sociedades agrarias tradicionales la división sexual del trabajo en la esfera productiva es muy variada (Segalen, 1980). Esta flexibilidad en la asignación de las tareas es una prueba más de que la división del trabajo no es algo “natural” ni algo que viene “dado” por el papel que la mujer tiene en la reproducción, sino que las formas de la organización del trabajo en la unidad familiar están muy determinadas por las condiciones materiales y sociales de cada período histórico (Pahl, 1988). Los antropólogos también se han interesado por este tema, y la mayoría consideran que la asignación por género de determinadas tareas es una creación “cultural” (Chibnik, 1987) y que, por lo tanto, es cambiante (GARCIA-RAMON, 1990, p. 257).

Nas sociedades agrárias tradicionais, a divisão sexual do trabalho na esfera produtiva é muito variada (Segalen, 1980). Esta flexibilidade na atribuição de tarefas é mais uma prova de que a divisão do trabalho não é algo "natural" ou "dado" pelo papel que as mulheres desempenham na reprodução, mas sim que as formas de organização do trabalho na unidade familiar estão muito determinadas pelas condições materiais e sociais de cada período histórico (Pahl, 1988). Os antropólogos também se interessaram por essa questão, e a maioria considera que a atribuição de gênero de certas tarefas é uma criação "cultural" (Chibnik, 1987) e que, portanto, é mutável (GARCIA-RAMON, 1990, p 257).

Sobre as características da categoria "trabalho da mulher", Garcia-Ramon (1990) observou em seus estudos sobre geografia rural, alguns pontos em consonância com Beneria (1979) e Gasson (1981).

Assim, dentre as características do "trabalho da mulher", teríamos: 1) ser realizado perto de casa; 2) condicionado por sua classe social e idade; 3) não pode "ameaçar o homem"; 4) ser correlacionadas ao tema das ditas atividades domésticas (exemplo como artesanato, enfermagem e cuidado, professoras primárias etc); 5) tendo caráter não-permanente e remuneração baixa (GARCIA-RAMON, 1990). Assim:

En primero lugar, el trabajo de la mujer tiende a concentrarse en aquellas actividades que son compatibles con la reproducción y, en particular, con la crianza de los hijos, lo que implica una escasa movilidad espacial; por ello, el trabajo de la mujer en el campo suele efectuarse cerca de la casa, por ejemplo el cuidado de los animales domésticos o el cultivo del huerto. En segundo lugar, su trabajo está además condicionado por la clase social y la edad. En tercero lugar, el trabajo femenino no debe "amenazar al del hombre" como también constata Ruth Gasson (1981), por lo que suele ser una ayuda al de éste, lo que se refleja en la terminología utilizada en los censos agrarios ("ayuda familiar"). En cuarto lugar, las actividades femeninas retribuidas suelen ser una extensión de las tareas domésticas, hecho muy claro en el mundo rural (proceso de productos, labores de artesanía, etc.). Y finalmente, el trabajo femenino suele no tener carácter permanente y la remuneración es relativamente baja; por ejemplo, las mujeres asalariadas en el campo cobran salarios bastante más bajos y normalmente se concentran en determinadas tareas – denominadas "femeninas"- lo que facilita la discriminación salarial (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258-259).

Em primeiro lugar, o trabalho feminino tende a concentrar-se nas atividades compatíveis com a reprodução e, em particular, com a criação dos filhos, o que implica pouca mobilidade espacial; por esta razão, o trabalho das mulheres no campo é normalmente realizado perto de casa, por exemplo, cuidando dos animais domésticos ou cultivando a horta. Em segundo lugar, seu trabalho também é condicionado pela classe social e pela idade. Em terceiro lugar, o trabalho feminino não deve "ameaçar o dos homens", como também afirma Ruth Gasson (1981), por isso tende a ser útil para os últimos, o que se reflete na terminologia usada nos censos agrários ("ajudar a família"). Em quarto lugar, as atividades remuneradas femininas costumam ser uma extensão das tarefas domésticas, fato muito claro no mundo rural (beneficiamento de produtos, trabalhos manuais etc.). E, finalmente, o trabalho feminino geralmente não é permanente e a remuneração é relativamente baixa; por exemplo, as mulheres assalariadas do campo ganham salários consideravelmente mais baixos e normalmente se concentram em certas tarefas - chamadas "femininas" - o que facilita a discriminação salarial (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258-259, tradução nossa).

Sobre a categoria "domínio masculino", existe uma diferença de visão entre as teorias marxistas e feministas.

O "domínio masculino", segundo marxistas, desapareceria com a participação da mulher na esfera de produção social, com a eliminação da propriedade privada e com término da sociedade de classes (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258).

Assim, para marxistas, o "domínio masculino" não era anterior à propriedade privada, nem existia antes da sociedade de classes (GARCIA-RAMON, 1990). Assim.

Engels y Marx consideraron que las desigualdades entre hombres y mujeres desaparecerían con la participación de la mujer en la esfera de la producción social y con la eliminación de la propiedad privada y la sociedad de clases (y por tanto daban por supuesto que el dominio masculino no era anterior a la propiedad privada y a la sociedad de clases) (Engels, 1975).

Engels e Marx consideraram que as desigualdades entre homens e mulheres desapareceriam com a participação das mulheres na esfera da produção social e com a eliminação da propriedade privada e da sociedade de classes (e, portanto, eles assumiram que a dominação masculina não era anterior à propriedade privada e à sociedade de classes) (Engels, 1975) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258, tradução nossa).

O “domínio masculino”, segundo a teoria feminista, se desenvolveu historicamente para controlar a reprodução em seus diferentes aspectos. Reprodução, essa, que compreende: 1) reprodução biológica; 2) reprodução da força de trabalho, 3) reprodução social (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258).

Assim, na categoria do “domínio masculino” na perspectiva feminista: As mulheres são estritamente necessárias no aspecto da reprodução biológica, o que assevera o forte controle sobre a reprodução biológica das mulheres.

Sobre a categoria “domínio masculino”, para a teoria feminista, assevera Garcia-Ramon que:

La teoría feminista actual (Beneria, 1979; 1987) sostiene que este dominio se ha desarrollado históricamente en torno a la necesidad de controlar la reproducción en sus diferentes aspectos. En efecto, se ha de entender que el concepto de reproducción no sólo engloba la reproducción biológica (desarrollo físico de los seres humanos) sino también la reproducción de la fuerza de trabajo (proceso por el que los seres humanos se convierten en trabajadores a través de la escolarización, educación, etc.) y la reproducción social (la transmisión del acceso y control de recursos económicos de una generación a otra) y es evidente que la mujer sólo es estrictamente necesaria para el primer aspecto, el de la reproducción biológica (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258).

A teoria feminista atual (Beneria, 1979; 1987) afirma que esse domínio se desenvolveu historicamente em torno da necessidade de controlar a reprodução em seus diferentes aspectos. Com efeito, deve-se entender que o conceito de reprodução não abrange apenas a reprodução biológica (desenvolvimento físico dos seres humanos), mas também a reprodução da força de trabalho (processo pelo qual os seres humanos se tornam trabalhadores por meio da escolaridade, educação, etc.) e reprodução social

(transmissão do acesso e controle dos recursos econômicos de uma geração para outra) e é evidente que as mulheres são estritamente necessárias apenas para o primeiro aspecto, o da reprodução biológica (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258, tradução nossa).

O “domínio masculino”, segundo a teoria feminista, tem como uma das características mais básicas o controle da atividade reprodutiva das mulheres (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258).

Assim o “domínio masculino” acaba controlando as mulheres colocando-as no “lar” (segundo a teoria feminista). Por isso, o lar passaria a ser o foco do trabalho das mulheres, de forma a controlá-las. Assevera Garcia-Ramon que:

Ello no quita que el control de la actividad reproductiva de la mujer – y más concretamente de la sexualidad femenina – sea una de las manifestaciones básicas del dominio del hombre sobre la mujer, y esto tiene como consecuencia que el hogar se convierta en el foco central del trabajo femenino (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258).

Isso não exclui que o controle da atividade reprodutiva das mulheres - e mais especificamente da sexualidade feminina - seja uma das manifestações básicas do domínio dos homens sobre as mulheres, e isso tem como consequência que o lar passa a ser o foco central do trabalho das mulheres (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258).

A categoria “lar”, em uma perspectiva da geografia feminista ou de gênero, seria onde se concentram as atividades dedicadas à reprodução biológicas; fato estruturante na atribuição universal do trabalho doméstico às mulheres (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258).

Dessa forma, a categoria “lar” é relacionada tanto ao controle da reprodução biológica das mulheres, quanto à atribuição das mulheres ao trabalho doméstico. Ensina Garcia-Ramon que:

Pues es en el hogar, en efecto, donde se concentran las actividades dedicadas a la reproducción biológicas, hecho que está en la base de la asignación universal del trabajo doméstico a la mujer (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258).

Pois é no lar, com efeito, onde se concentram as atividades dedicadas à reprodução biológica, fato que está na base da atribuição universal do trabalho doméstico às mulheres (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258, tradução nossa).

Sobre a categoria “trabalho doméstico” percebe-se que: não houve diminuição das horas que as mulheres dedicam ao trabalho; as mulheres não tiveram diminuição de responsabilidades domésticas, sendo que se elevou as exigências do trabalho doméstico (GARCIA-RAMON, 1990. p. 267).

Dessa forma, o “trabalho doméstico”: se perpetuou no tempo; e houve aumento de horas (e de atribuições) dedicadas a este pelas mulheres. Segundo Garcia-Ramon:

Contrariamente a lo que se podría esperar, la innovación tecnológica no ha supuesto una disminución del total de horas dedicadas a la organización o ejecución del trabajo doméstico, aunque ciertamente ha cambiado el carácter del mismo (Delphy, 1983; Hartman, 1981). Tampouco ha supuesto que la mujer tuviera menos responsabilidades domésticas, ya que, en general, han aparecido nuevas necesidades y, sobre todo, se ha elevado el listón de las exigencias en el trabajo doméstico (mayor confort, más limpieza, mayor dedicación a los hijos, cocina más elaborada etc.). De hecho, ello nos recuerda que, normalmente, las innovaciones tecnológicas aceptan y con frecuencia incluso exacerban las normas de la sociedad que las adopta, y sólo en muy contadas ocasiones las ponen en cuestión o las contradicen (Bush, 1982) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 267).

Ao contrário do que se poderia esperar, a inovação tecnológica não levou à diminuição do total de horas dedicadas à organização ou execução do trabalho doméstico, ainda que se tenha mudado o caráter do mesmo (Delphy, 1983; Hartman, 1981). Tampouco fez com que as mulheres tivessem menos responsabilidades domésticas, uma vez que, em geral, novas necessidades surgiram e, sobretudo, elevou-se a lista das exigências do trabalho doméstico (maior conforto, mais limpeza, maior dedicação aos filhos, cozinha mais elaborada etc.). Na verdade, isso nos lembra que, normalmente, as inovações tecnológicas aceitam e muitas vezes até exacerbam as normas da sociedade

que as adota, e apenas raramente as questionam ou contradizem (Bush, 1982) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 267, tradução nossa).

Para evitar a subestimação da contribuição do trabalho da mulher, a teoria feminista sugere que: A categoria “valor de uso” deve ser tão estudada quanto a do “valor de troca” no estudo da contribuição das mulheres para o trabalho. Isso porque os valores de uso são basicamente criados na esfera doméstica (Garcia-Ramon, 1990. p. 259).

A categoria “valor de uso” (para a teoria feminista) implica relações sociais, sendo principalmente criada no âmbito doméstico. Ainda, não deve ser excluída das análises econômicas. Ensina Garcia-Ramon que:

Para paliar esta subestimación de la contribución de la mujer al trabajo, la teoría feminista reciente señala la necesidad de tomar en consideración no sólo la producción de valores de cambio sino también la de los valores de uso, que son los que básicamente se crean en la esfera doméstica (Pahl, 1988) La producción de valores de uso implica relaciones sociales y, por lo tanto, no debería excluirse del campo de la economía política y del análisis de la actividad económica, aunque es evidente que ello plantea problemas de contabilización (Beneria 1981a) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 259-260).

Para amenizar essa subestimação da contribuição das mulheres para o trabalho, a teoria feminista recente aponta a necessidade de levar em conta não só a produção de valores de troca, mas também a de valores de uso, que são aqueles que são basicamente criados na esfera doméstica (Pahl, 1988) A produção de valores de uso implica relações sociais e, portanto, não deve ser excluída do campo da economia política e da análise da atividade econômica, embora isso claramente suscite problemas de contabilização (Beneria, 1981a) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 259-260, tradução nossa).

Ao se pesquisar a categoria do “trabalho” (para as feministas), é necessário pesquisar: a esfera doméstica e o modo de produção capitalista; aprofundamento da análise do lar (e do agregado familiar); relações entre os sexos no lar; relações entre os sexos na natureza da economia doméstica (GARCIA-RAMON, 1990, p. 259-260).

As feministas ensinam que: Para a análise do conceito do “trabalho” é essencial estudar tanto o trabalho doméstico, quanto se debater o patriarcado. Assim Garcia-Ramon ensina que:

Esto significa que la esfera doméstica se ha de integrar en el análisis del modo de producción capitalista, lo que conlleva una profundización en el análisis del hogar (household), de las relaciones entre los sexos en el hogar y en la naturaleza de la economía doméstica. Por ello, el debate sobre el trabajo doméstico (Deplhy, 1983) y el debate sobre el patriarcado (Beneria, 1987) son parte esencial del análisis del concepto de trabajo y, evidentemente, del análisis de la unidad agraria familiar (GARCIA-RAMON, 1990, p. 259-260).

Isso significa que a esfera doméstica deve ser integrada na análise do modo de produção capitalista, o que implica um aprofundamento da análise do lar (agregado familiar), das relações entre os sexos no lar e na natureza da economia doméstica. Por isso, o debate sobre o trabalho doméstico (Deplhy, 1983) e o debate sobre o patriarcado (Beneria, 1987) são parte essencial da análise do conceito de trabalho e, obviamente, da análise da unidade agrária familiar (GARCIA -RAMON, 1990, p. 259-260).

Para a Geografia do Gênero, as categorias “gênero” e “sexo” são fundamentais. A categoria “gênero” se refere às diferenças tradicionais relativas socialmente entre o feminino e masculino. Enquanto a do “sexo”, se refere às diferenças biológicas entre homem e mulher (GARCIA-RAMON, 2019).

Ainda, a Geografia do Gênero está contida nos objetivos da Geografia Radical através de: estudo das desigualdades socioespaciais (derivadas dos diferentes papéis atribuídos pela sociedade a homens e mulheres), relações de gênero, relações de poder entre homens e mulheres (cabe salientar que ignorar as desigualdades de gênero, classe ou raça empobreceria os estudos) segundo Garcia-Ramon (2019, p. 108-109). Assim:

El término «género» se refiere a las diferencias originadas socialmente entre lo femenino y lo masculino, mientras que el término «sexo» se refiere a las diferencias biológicas entre hombre y mujer. Así, la geografía del género entra de lleno dentro de los objetivos de la geografía radical, es decir, el estudio de las desigualdades socio-espaciales, en este caso las derivadas de los

diferentes roles asignados por la sociedad a hombres y mujeres. Las relaciones de género y las relaciones de poder entre hombres y mujeres penetran en todos los rincones de la vida social, por lo que ignorarlas empobrece su análisis del mismo modo que lo empobrecería ignorar las desigualdades de clase o de raza (Bowlby et al., 1986)” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 108-109).

O termo 'gênero' refere-se às diferenças originadas socialmente entre o feminino e o masculino, enquanto o termo 'sexo' se refere às diferenças biológicas entre homem e mulher. Assim, a geografia do gênero insere-se diretamente nos objetivos da geografia radical, ou seja, o estudo das desigualdades socioespaciais, neste caso aquelas derivadas dos diferentes papéis atribuídos pela sociedade a homens e mulheres. As relações de gênero e as relações de poder entre homens e mulheres permeiam todos os cantos da vida social, portanto, ignorá-las empobrece sua análise da mesma forma que ignorar as desigualdades de classe ou raça empobreceria (Bowlby et al., 1986)” (GARCIA-RAMON, 2019 , p. 108-109).

Cabe salientar que a categoria “identidade de gênero” pode se dividir em: mulher, homem, queer etc. A categoria “expressão de gênero” tem por subdivisões: feminino, masculino, andrógino etc. A categoria “sexo biológico” subdivide-se em: fêmea, macho, intersexo etc. A categoria “orientação sexual” tem por exemplo: heterossexual, homossexual, bissexual etc (WEBSITE “IT’S PRONOUNCED METROSEXUAL”, 2021). Aqui, o uso de “etc” é relativo ao “+” da sigla LGBTQIA+; isso porque existem várias outras classificações que podem ser aqui inseridas.

Sobre a categoria “concepção dual do mundo” (situada dentro do “binarismo”, das “dicotomias”) ensina Garcia-Ramon que a Geografia Feminista ou de Gênero pretende: desconstruir a concepção dual do mundo; ir além do enfrentamento das dicotomias entre masculino/feminino, cultura/natureza, intelectual/emocional, racional/mágico; propor releitura das concepções vigentes sobre o espaço; e desconstruir a concepção dual do mundo. Assim:

La propuesta busca desconstruir una concepción dual del mundo basada únicamente en el enfrentamiento entre lo masculino y lo femenino, la cultura y la naturaleza, lo intelectual y lo emocional, lo racional y lo mágico, para así

plantear una relectura de las conceptualizaciones todavía vigentes sobre el espacio.

Así pues, mientras la «geografía de las mujeres» de los primeros tiempos buscaba tan solo situar la investigación hecha sobre mujeres a un mismo nivel que la de los hombres (en lo que respecta a estadísticas, temas, etc.), ahora, desde la óptica postmoderna, se pretende deconstruir una concepción dual del mundo basada en la dicotomía hombre-mujer, masculino-femenino, etc (GARCIA-RAMON, 2019, p. 243).

A proposta busca desconstruir uma concepção dual do mundo baseada unicamente no confronto entre o masculino e o feminino, a cultura e a natureza, o intelectual e o emocional, o racional e o mágico, a fim de propor uma releitura das conceituações ainda atuais. sobre o espaço.

Assim, enquanto a "geografia das mulheres" nos primórdios buscava apenas colocar a pesquisa feita com as mulheres no mesmo patamar que a dos homens (em termos de estatísticas, temas, etc.), agora, desde a ótica pós-moderna, pretende-se desconstruir uma concepção dual do mundo a partir da dicotomia homem-mulher, masculino-feminino etc (GARCIA-RAMON, 2019, p. 243, tradução nossa).

Sobre as categorias “gênero” e “sexo”, Garcia-Ramon assevera que: i) O “gênero” se refere às diferenças originadas social e culturalmente entre o feminino e o masculino”; ii) O “sexo” se refere às diferenças biológicas entre homem e mulher (GARCIA-RAMON, 2019, p. 245). Assim:

En cualquier caso, el término «género» se refiere siempre a las diferencias originadas socialmente y culturalmente entre lo femenino y lo masculino, mientras que el término “sexo” se refiere a las diferencias biológicas entre hombre y mujer (GARCIA-RAMON, 2019, p. 245).

Em qualquer caso, o termo «gênero» sempre se refere às diferenças originadas social e culturalmente entre o feminino e o masculino, enquanto o termo “sexo” se refere às diferenças biológicas entre homem e mulher (GARCIA-RAMON, 2019, p. 245, tradução nossa).

Ainda, o uso da categoria “mulheres”, o uso do termo no plural vem desde: uma concepção do pós-modernismo, do pós-colonialismo e do chamado “giro cultural”; e pretende abarcar a diversidade de mulheres existentes (não somente a mulher branca, mas também as mulheres negras, pobres, LGBTQIA+, indígenas, donas-de-casa, empregadas domésticas, as questões raciais, étnicas, da sexualidade etc), desenvolvendo também a interseccionalidade (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250).

O uso da categoria “mulheres” englobaria as diferenças e a diversidade, como: gênero, etnia, classe social, sexualidade, nacionalidade, dentre outras (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250). Assim:

Ya en la década de los noventa, el postmodernismo, el postcolonialismo y el llamado «giro cultural» están en la base de muchas de las discusiones teóricas en geografía, y es cierto que la geografía del género ha sido pionera en la introducción del debate postmoderno en la disciplina. Por ejemplo, el concepto de clase social se ha tenido que adaptar a contextos culturales muy diversos en los que se daban relaciones patriarcales de muy diversa índole; asimismo, se han incorporado las ideas de la teoría de la diferencia, y las nuevas posiciones teóricas invitan al estudio de la complejidad de las experiencias de vida de las «mujeres» (y no de la «mujer»); también invitan a combinar la dimensión de género (que es aplicable tanto a las mujeres como a los hombres) con otras causas de la diferencia, como pueden ser la etnicidad, la clase social, la sexualidad o la nacionalidad. La discusión sobre la diferencia y sobre el significado del lenguaje y el contexto ha impulsado la geografía del género a plantearse la cuestión de la identidad y la representación, que ya eran, de hecho, los temas estrella de la geografía de finales del siglo xx (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250).

Já na década de 1990, o pós-modernismo, o pós-colonialismo e a chamada "virada cultural" (giro cultural) estão na base de muitas discussões teóricas na geografia, e é verdade que a geografia do gênero foi pioneira na introdução do debate pós-moderno. Por exemplo, o conceito de classe social teve que ser adaptado a contextos culturais muito diversos, nos quais existiam relações patriarcais de natureza muito diversa; da mesma forma, as ideias da teoria da diferença foram incorporadas, e as novas posições teóricas convidam ao estudo da complexidade das experiências de vida de "mulheres" (e não de "mulher"); Também nos convidam a combinar a dimensão de

gênero (aplicável tanto a mulheres quanto a homens) com outras causas de diferença, como etnia, classe social, sexualidade ou nacionalidade. A discussão sobre a diferença e sobre o significado da linguagem e do contexto tem levado a geografia do gênero a considerar a questão da identidade e da representação, que já eram, de fato, os grandes temas da geografia no final do século XX (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250, tradução nossa).

Assim, sobre a categoria “mulheres”, no plural, Garcia-Ramon afirma que: é uma forma de incorporar a teoria da diferença estudando a complexidade da vida das “mulheres”; aborda os temas da identidade e representação; e valoriza a pluralidade.

A contribuição de Geografia do Gênero (e/ou Feminista) traz: a capacidade da geografia contribuir para uma sociedade mais igualitária na relação entre homens e mulheres; percebe os valores, apreciações e necessidades diferenciadas entre homens e mulheres; desconstrói teorias e estruturas que pareciam intocáveis e, por isso, tem contribuído de forma decisiva ajudou a abrir novos olhares para o mundo (GARCIA-RAMON, 2019, p. 252), pois:

La incorporación reciente de las ideas sobre la teoría de la diferencia invita a estudiar la complejidad de las experiencias de la vida de las «mujeres» (y no de la «mujer») y al estudio de la masculinidad en relación con el espacio y el entorno. De la misma manera, la discusión sobre la diferencia y sobre el significado del lenguaje ha impulsado también el análisis de las cuestiones relacionadas con la identidad y la representación. Así, el valioso bagaje teórico y metodológico que la geografía del género (y/o la geografía feminista) ha desarrollado hasta la fecha, puede contribuir a hacer que la geografía esté más preparada para responder a las demandas que el futuro inmediato plantea y para ayudar a construir una sociedad más plural y más equitativa en la relación entre hombres y mujeres. Además de una valiosa aportación al estudio del espacio teniendo en cuenta los valores, apreciaciones y necesidades diferenciadas entre hombres y mujeres, la geografía del género ha contribuido notablemente a la deconstrucción de teorías y estructuras que parecían intocables y, así pues, ha ayudado decisivamente a abrir nuevas miradas hacia el mundo (GARCIA-RAMON, 2019, p. 252).

A recente incorporação de ideias sobre a teoria da diferença convida-nos a estudar a complexidade das experiências de vida de "mulheres" (e não da "mulher") e a estudar a masculinidade em relação ao espaço e ao ambiente. Da mesma forma, a discussão sobre a diferença e sobre o significado da linguagem também suscitou a análise de questões relacionadas com a identidade e a representação. Assim, a valiosa bagagem teórica e metodológica que a geografia do gênero (e / ou geografia feminista) desenvolveu até hoje, pode contribuir para tornar a geografia mais preparada para responder às demandas que o futuro imediato impõe e para ajudar a construir uma e uma sociedade mais igualitária na relação entre homens e mulheres. Para além de um valioso contributo para o estudo do espaço, tendo em conta os valores, apreciações e necessidades diferenciadas entre homens e mulheres, a geografia do género tem contribuído de forma significativa para a desconstrução de teorias e estruturas que pareciam intocáveis e, por isso, tem contribuído de forma decisiva ajudou a abrir novos olhares para o mundo (GARCIA-RAMON, 2019, p. 252, tradução nossa).

Dessa forma, utilizar o termo “mulheres” ao invés de “mulher” é uma estratégia linguística de apontar para a importância em trazer a experiência da diversidade das mulheres.

Mulheres essas, que perpassam vários recortes como: raça, classe social, idade, sexualidade, inserção no mercado de trabalho, dentre outros.

A seguir, é exposta o Quadro 4 com um resumo das categorias de Maria Dolores Garcia-Ramon (pertinentes a essa pesquisa):

**Quadro 4 – Categorias de
Maria Dolores Garcia-Ramon (pertinentes a essa pesquisa)**

Categorias em Maria Dolores Garcia-Ramon	
<u>Categorias</u>	<u>Citação</u>
<p>- A categoria de “gênero” é essencial para Garcia-Ramon, já que: envolve a “teoria do gênero”; e o uso do “conceito de ‘gênero’ por se tratar de uma construção social, que possui enorme potencial revolucionário e desestabilizador. Desestabilizador porque a categoria “gênero” vai além da dicotomia homem/mulher, abarca a multiplicidade dos gêneros. No âmbito de gênero temos: masculino, feminino, transgênero, gênero neutro, não-binário, agênero, pangênero, genderqueer, two-spirit, terceiro gênero e todos, nenhum ou uma combinação destes, dentre outros.</p>	<p>- <i>Costumo usar o conceito de “gênero” porque, por ser uma construção social, entendo que tem um tremendo potencial revolucionário e desestabilizador (GARCIA-RAMON, 2019, p. 67, tradução nossa).</i></p>
<p>- Sobre a categoria “mulheres” e a “teoria da diferença” se percebe que as ideias sobre a teoria da diferença convidam ao estudo da complexidade das experiências de vida das “mulheres” (e não da “mulher”) e a estudar a masculinidade em relação ao espaço e ao ambiente. <i>Essa diversidade e complexidade do uso do termo “mulheres” convida à diversidade, à compreender a multiplicidade das mulheres: mulheres pretas, mulheres indígenas, lésbicas, mulheres transexuais, idosas, crianças, etc.</i></p>	<p>- <i>A recente incorporação das ideias sobre a teoria da diferença convida ao estudo da complexidade das experiências de vida das «mulheres» (e não da «mulher») e ao estudo da masculinidade em relação ao espaço e ao tempo. ambiente (GARCIA-RAMON, 2019, pág. 252).</i></p>
<p>- A categoria “divisão sexual do trabalho” é: um mecanismo para manter a subordinação da mulher; permite discriminação de salários, que em parte, empurra mulheres para o casamento; no casamento as mulheres são empurradas para a maior parte do trabalho doméstico; gerando por consequência uma piora de posição no mercado de trabalho. O tema da “divisão sexual do trabalho” é uma das manifestações mais importantes das relações de poder entre homens e mulheres; essa situação também se deve à organização da nossa sociedade em unidades familiares que predominam as relações de poder patriarcais; mas esse tipo de unidade não é essencial para o funcionamento da sociedade</p>	<p>- <i>Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução: Hartman (1976) aponta que a divisão do trabalho constitui na sociedade capitalista o mecanismo básico para manter a subordinação das mulheres. Essa divisão permite a discriminação salarial que, em parte, leva as mulheres ao casamento; as mulheres casadas são normalmente responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico, o que por sua vez piora sua posição no mercado de trabalho. Mas esta situação também se deve à organização da nossa sociedade em unidades familiares em que predominam as relações de poder patriarcais, sendo evidente que este tipo de unidade familiar não é essencial para o funcionamento da sociedade mas é apenas</i></p>

<p>(apenas sendo uma das formas de organização possíveis).</p>	<p><i>uma entre várias formas de organização possíveis. deste (Hartman, 1981). Em suma, quando falamos da divisão sexual do trabalho, estamos na verdade falando das relações de poder entre homens e mulheres, que têm uma de suas manifestações mais importantes na divisão do trabalho (Gasson, 1988) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 256, tradução nossa).</i></p>
<p>- A categoria “divisão sexual do trabalho”, não é natural, ela é: determinada pelas condições materiais e sociais de cada período histórico, e ainda, é uma criação cultural; segundo Garcia-Ramon. Sobre a categoria “divisão sexual do trabalho” se percebe diferentes divisões em diferentes sociedades agrárias tradicionais, isso demonstra que tal divisão não é “natural” (através do papel da reprodução das mulheres),mas sim determinadas por: condições materiais, por períodos históricos e por uma criação cultural.</p>	<p><i>- Nas sociedades agrárias tradicionais, a divisão sexual do trabalho na esfera produtiva é muito variada (Segalen, 1980). Esta flexibilidade na atribuição de tarefas é mais uma prova de que a divisão do trabalho não é algo "natural" ou "dado" pelo papel que as mulheres desempenham na reprodução, mas sim que as formas de organização do trabalho na unidade familiar estão muito determinadas pelas condições materiais e sociais de cada período histórico (Pahl, 1988). Os antropólogos também se interessaram por essa questão, e a maioria considera que a atribuição de gênero de certas tarefas é uma criação “cultural” (Chibnik, 1987) e que, portanto, é mutável (GARCIA-RAMON, 1990, p 257).</i></p>
<p>- Para a Geografia do Gênero, a categoria do “lugar” é essencial.</p>	<p><i>- Jan Monk (1995) afirmou que o lugar é uma categoria fundamental no desenvolvimento da geografia de gênero e que, conseqüentemente, as tradições geográficas dos países pesaram muito. O lugar, então, importa na produção de conhecimento situado, e o domínio da geografia feminista anglófona se refletiu na seleção dos tópicos estudados (GARCIA-RAMON, 2019, p. 216, tradução nossa).</i></p>
<p>- Sobre as características da categoria “trabalho da mulher”, Garcia-Ramon (1990) observou em seus estudos sobre geografia rural, alguns pontos em consonância com Beneria (1979) e Gasson (1981). Assim, dentre as características do “trabalho da mulher”, teríamos: 1) ser realizado perto de casa; 2) condicionado por sua classe social e idade; 3) não pode “ameaçar o homem”; 4) ser correlacionadas ao tema das ditas atividades domésticas (exemplo como artesanato, enfermagem e cuidado, professoras primárias etc); 5) tendo caráter não-permanente e remuneração baixa.</p>	<p><i>- Em primeiro lugar, o trabalho feminino tende a concentrar-se nas atividades compatíveis com a reprodução e, em particular, com a criação dos filhos, o que implica pouca mobilidade espacial; por esta razão, o trabalho das mulheres no campo é normalmente realizado perto de casa, por exemplo, cuidando dos animais domésticos ou cultivando a horta. Em segundo lugar, seu trabalho também é condicionado pela classe social e pela idade. Em terceiro lugar, o trabalho feminino não deve "ameaçar o dos homens", como também afirma Ruth Gasson (1981), por isso tende a ser útil para os últimos, o que se reflete na terminologia usada nos censos agrários ("ajudar a família"). Em quarto lugar, as atividades remuneradas femininas costumam ser uma extensão das tarefas domésticas, fato muito claro no mundo rural (beneficiamento de produtos, trabalhos manuais etc.). E,</i></p>

	<p><i>finalmente, o trabalho feminino geralmente não é permanente e a remuneração é relativamente baixa; por exemplo, as mulheres assalariadas do campo ganham salários consideravelmente mais baixos e normalmente se concentram em certas tarefas - chamadas "femininas" - o que facilita a discriminação salarial (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258-259, tradução nossa).</i></p>
<p>- Sobre a categoria "domínio masculino", existe uma diferença de visão entre as teorias marxistas e feministas. O "domínio masculino", segundo marxistas, desapareceria com a participação da mulher na esfera de produção social, com a eliminação da propriedade privada e com término da sociedade de classes. Assim, para marxistas, o "domínio masculino" não era anterior à propriedade privada, nem existia antes da sociedade de classes.</p>	<p>- <i>Engels e Marx consideraram que as desigualdades entre homens e mulheres desapareceriam com a participação das mulheres na esfera da produção social e com a eliminação da propriedade privada e da sociedade de classes (e, portanto, eles assumiram que a dominação masculina não era anterior à propriedade privada e à sociedade de classes) (Engels, 1975) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258, tradução nossa).</i></p>
<p>- O "domínio masculino", segundo a teoria feminista, se desenvolveu historicamente para controlar a reprodução em seus diferentes aspectos. Reprodução, essa, que compreende: 1) reprodução biológica; 2) reprodução da força de trabalho, 3) reprodução social.</p> <p>- Na categoria do "domínio masculino" na perspectiva feminista: As mulheres são estritamente necessárias no aspecto da reprodução biológica, o que assevera o forte controle sobre a reprodução biológica das mulheres.</p>	<p>- <i>A teoria feminista atual (Beneria, 1979; 1987) afirma que esse domínio se desenvolveu historicamente em torno da necessidade de controlar a reprodução em seus diferentes aspectos. Com efeito, deve-se entender que o conceito de reprodução não abrange apenas a reprodução biológica (desenvolvimento físico dos seres humanos), mas também a reprodução da força de trabalho (processo pelo qual os seres humanos se tornam trabalhadores por meio da escolaridade, educação, etc.) e reprodução social (transmissão do acesso e controle dos recursos econômicos de uma geração para outra) e é evidente que as mulheres são estritamente necessárias apenas para o primeiro aspecto, o da reprodução biológica (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258, tradução nossa).</i></p>
<p>- O "domínio masculino", segundo a teoria feminista, tem como uma das características mais básicas o controle da atividade reprodutiva das mulheres (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258). Assim o "domínio masculino" acaba controlando as mulheres colocando-as no "lar" (segundo a teoria feminista). Por isso, o lar passaria a ser o foco do trabalho das mulheres, de forma a controlá-las.</p>	<p>- <i>Isso não exclui que o controle da atividade reprodutiva das mulheres - e mais especificamente da sexualidade feminina - seja uma das manifestações básicas do domínio dos homens sobre as mulheres, e isso tem como consequência que o lar passa a ser o foco central do trabalho das mulheres (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258).</i></p>
<p>- A categoria "lar", em uma perspectiva da geografia feminista ou de gênero, seria onde se concentram as atividades dedicadas à reprodução biológicas; fato estruturante na atribuição universal do trabalho doméstico às mulheres. Dessa forma, a categoria "lar" é relacionada tanto ao controle da reprodução</p>	<p>- <i>Pois é no lar, com efeito, onde se concentram as atividades dedicadas à reprodução biológica, fato que está na base da atribuição universal do trabalho doméstico às mulheres (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258, tradução nossa).</i></p>

<p>biológica das mulheres, quanto à atribuição das mulheres ao trabalho doméstico.</p>	
<p>- Sobre a categoria “trabalho doméstico” percebe-se que: não houve diminuição das horas que as mulheres dedicam ao trabalho; as mulheres não tiveram diminuição de responsabilidades domésticas, sendo que se elevou as exigências do trabalho doméstico. Dessa forma, o “trabalho doméstico”: se perpetuou no tempo; e houve aumento de horas (e de atribuições) dedicadas a este pelas mulheres.</p>	<p>- Ao contrário do que se poderia esperar, a inovação tecnológica não levou à diminuição do total de horas dedicadas à organização ou execução do trabalho doméstico, ainda que se tenha mudado o caráter do mesmo (Delphy, 1983; Hartman, 1981). Tampouco fez com que as mulheres tivessem menos responsabilidades domésticas, uma vez que, em geral, novas necessidades surgiram e, sobretudo, elevou-se a lista das exigências do trabalho doméstico (maior conforto, mais limpeza, maior dedicação aos filhos, cozinha mais elaborada etc.). Na verdade, isso nos lembra que, normalmente, as inovações tecnológicas aceitam e muitas vezes até exacerbam as normas da sociedade que as adota, e apenas raramente as questionam ou contradizem (Bush, 1982) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 267, tradução nossa).</p>
<p>- Para evitar a subestimação da contribuição do trabalho da mulher, a teoria feminista sugere que: A categoria “valor de uso” deve ser tão estudada quanto a do “valor de troca” no estudo da contribuição das mulheres para o trabalho. Isso porque os valores de uso são basicamente criados na esfera doméstica. - A categoria “valor de uso” (para a teoria feminista) implica relações sociais, sendo principalmente criada no âmbito doméstico. Ainda, não deve ser excluída das análises econômicas.</p>	<p>- Para amenizar essa subestimação da contribuição das mulheres para o trabalho, a teoria feminista recente aponta a necessidade de levar em conta não só a produção de valores de troca, mas também a de valores de uso, que são aqueles que são basicamente criados na esfera doméstica (Pahl, 1988) A produção de valores de uso implica relações sociais e, portanto, não deve ser excluída do campo da economia política e da análise da atividade econômica, embora isso claramente suscite problemas de contabilização (Beneria, 1981a) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 259-260, tradução nossa).</p>
<p>- Ao se pesquisar a categoria do “trabalho” (para as feministas), é necessário pesquisar: a esfera doméstica e o modo de produção capitalista; aprofundamento da análise do lar (e do agregado familiar); relações entre os sexos no lar; relações entre os sexos na natureza da economia doméstica (GARCIA-RAMON, 1990, p. 259-260). - As feministas ensinam que: Para a análise do conceito do “trabalho” é essencial estudar tanto o trabalho doméstico, quanto se debater o patriarcado.</p>	<p>- Isso significa que a esfera doméstica deve ser integrada na análise do modo de produção capitalista, o que implica um aprofundamento da análise do lar (agregado familiar), das relações entre os sexos no lar e na natureza da economia doméstica. Por isso, o debate sobre o trabalho doméstico (Delphy, 1983) e o debate sobre o patriarcado (Beneria, 1987) são parte essencial da análise do conceito de trabalho e, obviamente, da análise da unidade agrária familiar (GARCIA -RAMON, 1990, p. 259-260).</p>
<p>- Para a Geografia do Gênero, as categorias “gênero” e “sexo” são fundamentais. A categoria “gênero” se refere às diferenças tradicionais relativas socialmente entre o feminino e masculino. Enquanto a do “sexo”, se refere às diferenças biológicas entre homem e mulher.</p>	<p>- O termo 'gênero' refere-se às diferenças originadas socialmente entre o feminino e o masculino, enquanto o termo 'sexo' se refere às diferenças biológicas entre homem e mulher. Assim, a geografia do gênero insere-se diretamente nos objetivos da geografia radical, ou seja, o estudo das desigualdades</p>

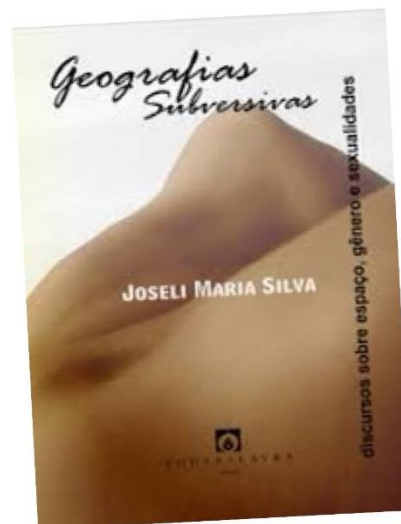
<p>- Ainda, a Geografia do Gênero está contida nos objetivos da Geografia Radical através de: estudo das desigualdades socioespaciais (derivadas dos diferentes papéis atribuídos pela sociedade a homens e mulheres), relações de gênero, relações de poder entre homens e mulheres (cabe salientar que ignorar as desigualdades de gênero, classe ou raça empobreceria os estudos).</p>	<p><i>socioespaciais, neste caso aquelas derivadas dos diferentes papéis atribuídos pela sociedade a homens e mulheres. As relações de gênero e as relações de poder entre homens e mulheres permeiam todos os cantos da vida social, portanto, ignorá-las empobrece sua análise da mesma forma que ignorar as desigualdades de classe ou raça empobreceria (Bowlby et al., 1986) ”(GARCIA-RAMON, 2019 , p. 108-109, tradução nossa).</i></p>
<p>- Sobre a categoria “concepção dual do mundo” (situada dentro do “binarismo”, das “dicotomias”) ensina Garcia-Ramon que a Geografia Feminista ou de Gênero pretende: desconstruir a concepção dual do mundo; ir além do enfrentamento das dicotomias entre masculino/feminino, cultura/natureza, intelectual/emocional, racional/mágico; propor releitura das concepções vigentes sobre o espaço; e desconstruir a concepção dual do mundo.</p>	<p><i>- A proposta busca desconstruir uma concepção dual do mundo baseada unicamente no confronto entre o masculino e o feminino, a cultura e a natureza, o intelectual e o emocional, o racional e o mágico, a fim de propor uma releitura das conceituações ainda atuais. sobre o espaço. Assim, enquanto a "geografia das mulheres" nos primórdios buscava apenas colocar a pesquisa feita com as mulheres no mesmo patamar que a dos homens (em termos de estatísticas, temas, etc.), agora, desde a ótica pós-moderna, pretende-se desconstruir uma concepção dual do mundo a partir da dicotomia homem-mulher, masculino-feminino etc (GARCIA-RAMON, 2019, p. 243, tradução nossa).</i></p>
<p>- Sobre as categorias “gênero” e “sexo”, Garcia-Ramon assevera que: i) O “gênero” se refere às diferenças originadas social e culturalmente entre o feminino e o masculino”; ii) O “sexo” se refere às diferenças biológicas entre homem e mulher.</p>	<p><i>- Em qualquer caso, o termo «gênero» sempre se refere às diferenças originadas social e culturalmente entre o feminino e o masculino, enquanto o termo “sexo” se refere às diferenças biológicas entre homem e mulher (GARCIA-RAMON, 2019, p. 245, tradução nossa).</i></p>
<p>- Ainda, o uso da categoria “mulheres”, o uso do termo no plural vem desde: uma concepção do pós-modernismo, do pós-colonialismo e do chamado “giro cultural”; e pretende abarcar a diversidade de mulheres existentes (não somente a mulher branca, mas também as mulheres negras, pobres, LGBTQIA+, indígenas, donas-de-casa, empregadas domésticas, as questões raciais, étnicas, da sexualidade etc), desenvolvendo também a interseccionalidade. O uso da categoria “mulheres” englobaria as diferenças e a diversidade, como: gênero, etnia, classe social, sexualidade, nacionalidade, dentre outras.</p>	<p><i>- Já na década de 1990, o pós-modernismo, o pós-colonialismo e a chamada "virada cultural" (giro cultural) estão na base de muitas discussões teóricas na geografia, e é verdade que a geografia do gênero foi pioneira na introdução do debate pós-moderno. Por exemplo, o conceito de classe social teve que ser adaptado a contextos culturais muito diversos, nos quais existiam relações patriarcais de natureza muito diversa; da mesma forma, as ideias da teoria da diferença foram incorporadas, e as novas posições teóricas convidam ao estudo da complexidade das experiências de vida de "mulheres" (e não de "mulher"); Também nos convidam a combinar a dimensão de gênero (aplicável tanto a mulheres quanto a homens) com outras causas de diferença, como etnia, classe social, sexualidade ou nacionalidade. A discussão sobre a diferença e sobre o significado da linguagem e do contexto tem levado a geografia do gênero a considerar a</i></p>

	<p><i>questão da identidade e da representação, que já eram, de fato, os grandes temas da geografia no final do século XX (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250, tradução nossa).</i></p>
<p>- Assim, sobre a categoria “mulheres”, no plural, Garcia-Ramon afirma que: é uma forma de incorporar a teoria da diferença estudando a complexidade da vida das “mulheres”; aborda os temas da identidade e representação; e valoriza a pluralidade.</p> <p>- A contribuição de Geografia do Gênero (e/ou Feminista) traz: a capacidade da geografia contribuir para uma sociedade mais igualitária na relação entre homens e mulheres; percebe os valores, apreciações e necessidades diferenciadas entre homens e mulheres; desconstrói teorias e estruturas que pareciam intocáveis e, por isso, tem contribuído de forma decisiva ajudou a abrir novos olhares para o mundo.</p>	<p><i>- A recente incorporação de ideias sobre a teoria da diferença convida-nos a estudar a complexidade das experiências de vida de "mulheres" (e não da "mulher") e a estudar a masculinidade em relação ao espaço e ao ambiente. Da mesma forma, a discussão sobre a diferença e sobre o significado da linguagem também suscitou a análise de questões relacionadas com a identidade e a representação. Assim, a valiosa bagagem teórica e metodológica que a geografia do gênero (e / ou geografia feminista) desenvolveu até hoje, pode contribuir para tornar a geografia mais preparada para responder às demandas que o futuro imediato impõe e para ajudar a construir uma e uma sociedade mais igualitária na relação entre homens e mulheres. Para além de um valioso contributo para o estudo do espaço, tendo em conta os valores, apreciações e necessidades diferenciadas entre homens e mulheres, a geografia do gênero tem contribuído de forma significativa para a desconstrução de teorias e estruturas que pareciam intocáveis e, por isso, tem contribuído de forma decisiva ajudou a abrir novos olhares para o mundo (GARCIA-RAMON, 2019, p. 252, tradução nossa).</i></p>

SEÇÃO 3

JOSELI MARIA SILVA E A GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO

SEÇÃO 3 – JOSELI MARIA SILVA E A GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO



SEÇÃO 3 – JOSELI MARIA SILVA E A GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO

Joseli Maria Silva é uma geógrafa de destaque, conhecida por sua contribuição à Geografia Feminista e à Geografia de Gênero, sendo a geógrafa brasileira mais conhecida na área.

Joseli inicia sua carreira acadêmica em 1988 quando termina a graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Entre 1989 e 1990 realiza estudos em pós-graduação na área de Geografia Humana pela mesma instituição.

Em 1990 se torna professora universitária pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, (UNICENTRO).

Entre 1993 e 1995 cursa o Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com enfoque na área de Geografia Política, Planejamento Urbano e Regional.

Em 1996 se torna professora universitária pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde é docente atualmente.

De 1998 a 2002 realiza seu Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), nas temáticas de: Geografia Política, Desenvolvimento Urbano, Geografia Cultural, Representações Sociais.

Participa desde 2006 da ONG Renascer direitos humanos LGBT.

Em 2008 inicia seu Pós-doutorado em Geografia e Gênero na Universidade Complutense de Madrid.

Em 2010 se torna Editora chefe da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, até hoje. Desde então, é membro da Comissão de Coordenação da Rede Ibero-Latinoamericana de Geografia e Gênero.

Desde 2011 é representante do Brasil na União Geográfica Internacional (UGI) - Seção Gênero.

Em 2015 inicia seu Pós-Doutorado em Geografia e Sexualidades na University of Brighton.

A partir de 2018 começa o Pós-doutorado em 2018 na Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho em Presidente Prudente, desenvolvendo pesquisa sobre a interpretação decolonial sobre gênero e sexualidades na produção científica geográfica brasileira.

Dentre suas obras, destaca-se “Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades”, de 2009. Nesse livro, Joseli Silva propõe a discussão entre gênero, espaço e sexualidades. Dentre os temas, destaca-se: pluriversalidades sobre gênero, a crítica feminista à geografia, os corpos transgressores da heteronormatividade na cidade.

Outra obra destacada, de 2016, é “Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças”. Nessa obra, ela propõe a crítica a geografia brasileira tradicionalmente centrada na análise da “luta de classes”, mas que pouco debate os temas de “gênero”, “sexualidades” e “raça”.

Ainda, Joseli Silva é uma das organizadoras do "The Routledge International handbook of Gender and Feminist Geographies" elaborado com pesquisadores da Inglaterra, Estados Unidos, Nova Zelândia e Índia.

Atualmente, Joseli é professora na Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde trabalha como docente e pesquisadora. Ela é a geógrafa brasileira mais reconhecida mundialmente na área de Geografia Feminista e Geografia de Gênero. Suas pesquisas sobre gênero e espaço, abordam questões como a representação da mulher na sociedade e a desigualdade de gênero no acesso às oportunidades e recursos.

No Brasil, a Geografia Feminista e de Gênero (de Joseli Silva) tem sido uma importante contribuição para a compreensão das interseções geográficas entre gênero, raça e classe. Bem como, para a identificação de desigualdades e discriminações de gênero no espaço. Além disso, sua abordagem interdisciplinar

e crítica tem ajudado a ampliar a compreensão da importância da perspectiva de gênero na geografia e em outras áreas.

Joseli é também uma defensora ativa da equidade de gênero e da diversidade na academia, participando de iniciativas que buscam promover a igualdade de oportunidades e a inclusão de mulheres, de LGBTIA+ em áreas tradicionalmente dominadas por homens.

Em resumo, Joseli Maria Silva é: uma geógrafa de destaque no Brasil e no mundo, docente na Universidade Estadual de Ponta Grossa, reconhecida por sua contribuição à Geografia Feminista e à Geografia de Gênero. Sua pesquisa e ativismo têm ajudado a ampliar a compreensão da importância da perspectiva de gênero na geografia e a promover a equidade de gênero e a diversidade na academia.

Dentre suas áreas de produção, podem-se destacar as seguintes: Geografia Feminista; Geografia de Gênero; Geografia e Sexualidades; Interpretação decolonial sobre gênero e sexualidades na produção científica geográfica brasileira.

3.1. MÉTODOS DE JOSELI MARIA SILVA EM GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO

Os métodos de Joseli Maria Silva relacionadas à área da Geografia Feminista e de Gênero são inovadores e trazem tal discussão para a realidade brasileira.

Sobre os métodos relacionados à “espaço” e “gênero”, Joseli Silva produz três questionamentos: i) Sobre a invisibilidade do papel feminino na organização do espaço (para a geografia); ii) O instrumental teórico-metodológico utilizado pela ciência geográfica é suficiente para a abordagem de gênero e espaço? ; iii) De que forma as mulheres produzem o espaço? (SILVA, Joseli, 2003, p. 32), pois:

Assim, a fim de realizar esta reflexão, estabeleci algumas questões que servem de fio condutor para este texto. Em primeiro lugar, porque a abordagem geográfica é caracterizada por uma invisibilidade do papel feminino na organização do espaço? Em segundo, questiono se o instrumental teórico-metodológico utilizado pela ciência geográfica é suficiente para sustentar a abordagem de gênero e espaço. E, por último, pergunto de que forma as mulheres produzem o espaço? (SILVA, Joseli, 2003, p. 32).

Joseli Silva, ao questionar o quadro teórico-metodológico de “quem” e “para quem” a ciência geográfica é produzida, chega ao entendimento de que: a Geografia é uma ciência masculina. Assim:

Tanto os instrumentos técnicos como o referencial teórico disponível constituem-se em tais recursos e, portanto, os pesquisadores edificam a ciência envolvendo tanto a objetividade, quanto a subjetividade em suas construções teóricas (Morin, 1996). Ao observar a produção da teoria geográfica e questionar a quem serve esta produção ou quem tem se beneficiado com o avanço da ciência, percebe-se que ela é, hegemonicamente, uma ciência masculina (SILVA, Joseli, 2003, p. 32).

Ainda, traz a reflexão de se elaborar uma análise teórico-metodológica ligada à: “uma análise do espaço atrelada à perspectiva feminina” (SILVA, Joseli,

2003). Ainda, que seja difícil tal perspectiva, já que a produção geográfica está conectada ao androcentrismo. Assim:

Geógrafas como Bondi e Domosh (1992) argumentam a importância de se considerar a história da construção do conhecimento para compreender a emergência de certos conceitos enquanto ferramentas teóricas. Além disso, afirmam que a produção do conhecimento geográfico está ligada ao androcentrismo e, assim, justificam a relativa dificuldade de se instituir uma análise do espaço atrelada à perspectiva feminina (SILVA, Joseli, 2003, p. 32-33).

Dessa forma, segundo Joseli Silva, a análise teórico-metodológica precisa: i) ir além de aspectos visíveis do espaço; ii) ir além dos métodos quantitativos (e além do positivismo e questionando a dita “neutralidade desse método”); iii) ir além da perspectiva marxista (e para além da produção do “homem” do espaço). Logo, nenhuma das duas abordagens clássicas (positivista e marxista) da geografia conseguiria explicar questões da Geografia Feminista e de Gênero. Conforme assevera Joseli Silva:

A tradição geográfica em privilegiar aspectos visíveis do espaço, o apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica na geografia convencional e também a abordagem economicista da perspectiva marxista, relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, já que sustentada nesta visão científica a geografia privilegiou os agentes e as paisagens hegemônicas e, portanto, fundadas na dominação masculina, conforme tem declarado McDowell (1999) (SILVA, Joseli, 2003, p. 33).

Joseli Silva aponta algumas questões teórico-metodológicas a serem consideradas como: i) “olhar atento ao cotidiano”; 2) olhar o micro-social; 3) perceber os “grupos marginalizados do poder; 4) trazer essas temáticas que eram consideradas de “menor importância” na análise geográfica (SILVA, Joseli, 2003, p. 33). Assim:

Uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados

do poder e assim, tais temáticas foram consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico (SILVA, Joseli, 2003, p. 33).

Sobre a importância de analisar o micro-social (trazida por Joseli Silva, 2003), podemos questionar as escalas geográficas. Sobre o micro-social, pensemos: “Quais escalas geográficas foram priorizadas na geografia?”.

Joseli Silva assevera que, a partir das críticas da Nova Geografia Cultural, “se abre um novo conjunto de métodos” (2003, p. 34).

Dentre os métodos trazidos pela Nova Geografia Cultural, na análise entre “espaço” e “gênero”, alguns seriam: i) “pensar um espaço complexo”, de “múltiplos processos diferentes e simultâneos”; ii) “relatividade das escalas de abordagem do espaço”; iii) duvidar do tempo linear; iv) criticar as “noções de progresso, desenvolvimento e evolução”; v) perceber os “limites da produção do conhecimento geográfico a partir dos conceitos da modernidade” (SILVA, Joseli, 2003, p. 34). Assim:

É a partir das críticas estabelecidas na nova geografia cultural que se abre a possibilidade de novas abordagens que exigem um novo conjunto de métodos (DUNCAN & DUNCAN, 1996). Essa corrente geográfica permite o pensar de um espaço complexo, composto por múltiplos processos diferentes e simultâneos, coloca em evidência a relatividade das escalas de abordagem do espaço, a dúvida do tempo linear e, definitivamente, coloca em cheque as noções de progresso, desenvolvimento e evolução, argumentando os limites da produção do conhecimento geográfico a partir dos conceitos da modernidade (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).

A Geografia Feminista teve (dentre uma das finalidades), a de denunciar a exclusão das mulheres na ciência geográfica, segundo Joseli Silva (2003, p. 34). Ainda, foi nessa área que se trouxe como objeto de estudo a categoria “gênero”. Assevera Joseli Silva que:

A omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social tem sido denunciada por geógrafas feministas através de seu esforço em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da geografia e, para muitas delas, o estudo da mulher foi uma decisão política e uma estratégia de tornar seu trabalho visível no corpo da pesquisa geográfica (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).

Sobre a denúncia da exclusão das mulheres enquanto sujeitos sociais na ciência geográfica, um dos trabalhos pioneiros na área foi “On not excluding half of the human in human geography” (Não excluam metade da humanidade da Geografia Humana) (HANSON & MONK, 1982). Joseli reforça que:

Mc Dowell cita como uma interessante denúncia da exclusão da mulher na pesquisa geográfica o paper pioneiro de Hanson e Monk de 1982, chamado “*On not excluding half of the human in human geography*” (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).

Sobre as dificuldades teórico-metodológicas em visibilizar a mulher na ciência geográfica, algumas seriam: i) “dificuldade de demarcação clara de fronteiras do objeto em questão; ii) “o ser mulher se define num contexto de relações sociais e a identidade feminina é, portanto, permanentemente re-elaborada, está em constante movimento” (SILVA, Joseli, 2003, p. 34):

Primeiramente, há dificuldade de demarcação clara de fronteiras do objeto em questão. O ser mulher se define num contexto de relações sociais e a identidade feminina é, portanto, permanentemente reelaborada, está em constante movimento. Enquanto produto complexo de relações sociais, a definição da identidade feminina se dá intimamente ligada a construção da masculinidade, arranjando uma ligação complementar e ao mesmo tempo oposicional. As fronteiras identitárias entre os gêneros, masculino e feminino, tornam-se cada vez mais tênues, menos nítidas na sociedade ocidental atual, dificultando uma expressão espacial material desse processo (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).

A baixa produção no Brasil de estudos em Geografias Feministas e de Gênero é observada por Joseli Silva. Os estudos nessa área são mais concentrados na geografia norte-americana e europeia. Assim:

Outra questão é que diferentemente de outras ciências sociais que legitimaram as mulheres como importante universo temático, como a história, a psicologia, a antropologia e a sociologia, a geografia apresenta um pequeno número de pesquisadores com dedicação a esta temática no Brasil. A vitalidade das discussões das relações de gênero e espaço é maior na

geografia norte-americana e europeia, as quais têm contribuído significativamente para legitimar o tema enquanto problema científico, fundamentando seus estudos na existência do feminismo enquanto um parâmetro simbólico (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).

Sobre os métodos de Geografia Feminista: não existe “uma forma específica para fazer geografia feminista”; o ponto central dessa perspectiva é a de que mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo (assim, suas relações com os lugares são diferentes também) (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).

Nesse sentido, torna-se ainda mais difícil a construção de uma geografia sob a perspectiva feminina, além da visão androcêntrica. Entretanto, esta é a busca de muitos pesquisadores que afirmam não haver uma forma específica para fazer geografia feminista, mas que o ponto central dos estudos geográficos através desta perspectiva é o argumento de que mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim, suas relações com os lugares são diferentes também (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).

A categoria da “visão da construção social da feminilidade e da masculinidade” traz ferramentas teórico-metodológicas aos estudos geográficos fazendo que: i) se vá “além da busca pela objetividade científica”; ii) chegando ao “conjunto de relações socioespaciais”; iii) observando “os significados dos lugares”; iv) trazendo uma explanação ampla sobre os lugares (“que são múltiplos, mutáveis e multidimensionais”) (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).

Além disso, essas diferenças são resultado de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres pelos homens em diferentes lugares e em diferentes tempos. A visão da construção social da feminilidade e da masculinidade posicionou os estudos geográficos para além da busca pela objetividade científica e, assim, o conjunto de relações socioespaciais, os significados dos lugares e a explanação sobre eles, são múltiplos, mutáveis e multidimensionais (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).

Através do uso do termo “geografia paradoxal” pode-se chegar a uma construção feminista sobre o espaço. A categoria da “geografia paradoxal” seria uma forma feminista de perceber: o discurso geográfico hegemônico; reconhecer que o espaço é estruturado por uma dinâmica de tensão de localizações de força; que o espaço é multidimensional; sendo o espaço caracterizado pela

diversidade contraditória e simultânea das relações sociais (SILVA, Joseli, 2003, p. 41). Assim:

O objeto do feminismo depende de uma geografia paradoxal, de acordo com o reconhecimento de que há um discurso geográfico hegemônico que pode ser subvertido através do reconhecimento de um espaço estruturado por uma dinâmica de tensão de localizações de força, multidimensional e caracterizado pela diversidade contraditória e simultânea das relações sociais tal qual Gillian Rose tem afirmado (SILVA, Joseli, 2003, p. 41).

Ainda, uma perspectiva teórico-metodológica da Geografia Feminista e de Gênero, envolveria: o universo micro e macro; as relações de caráter familiar e social; a análise do espaço privado e o público (segundo Joseli Silva). Exemplo de investigação nesse viés seria entre o espaço público e privado a partir da perspectiva de gênero (SILVA, Joseli, 2003, p. 41). Assim:

Como foi discutida anteriormente, a abordagem de gênero exige uma relação entre o universo micro e macro, envolvendo as relações de caráter familiar e social e, portanto, a análise do espaço privado e o público. Um campo fértil de investigação geográfica é a interdependência da relação entre estes dois tipos de espaço a partir da perspectiva de gênero (SILVA, Joseli, 2003, p. 41).

Ainda, a análise teórico-metodológica feminista e de gênero também ressalta o alto nível de desigualdade de gênero nas sociedades latino-americanas no universo doméstico e em outras esferas. Exemplo seria a baixa representatividade das mulheres na política:

Notadamente, as sociedades latino-americanas apresentam acentuados níveis de desigualdade social entre os sexos, que envolvem as relações entre homem e mulher tanto no universo doméstico como nas esferas sociais mais amplas (SILVA, Joseli, 2003, p. 41).

A dificuldade de desenvolver estudos teórico-metodológicos na área da Geografia Feminista e de Gênero no Brasil possui alguns fatores, como: dificuldade de institucionalização dessa área de estudos devido à baixa produção dessa temática, falta de interesse das associações de geógrafos na

área, não inserção do tema nos programas acadêmicos (segundo Joseli Silva).

Assim:

Apesar de tantas potencialidades, gostaria ainda de apontar alguns obstáculos a serem vencidos para o desenvolvimento da perspectiva feminista na geografia brasileira. A dificuldade de institucionalização desse campo de estudos, pois se apresenta ainda frágil devido à pequena produção sistemática de pesquisas e de uma discussão mais ampla nos fóruns de discussão da ciência geográfica. Esse universo temático não faz parte do interesse das associações de pesquisadores geógrafos, não consta como eixo temático de simpósios de caráter nacional e regional e, tampouco há uma perspectiva de introdução desse tema nos programas acadêmicos (SILVA, Joseli, 2003, p. 43).

Assim, observamos a partir dessa citação como é escasso o número de publicações na área da Geografia Feminista e de Gênero e sobre a importância de valorizar a produção na área.

A seguir, é exposta o Quadro 5 com um resumo dos métodos de Joseli Maria Silva (pertinentes a essa pesquisa).

**Quadro 5 – Métodos de
Joseli Maria Silva (pertinentes a essa pesquisa)**

Métodos de Joseli Maria Silva	
<u>Métodos</u>	<u>Citação</u>
<p>- Sobre os debates relacionados à “espaço” e “gênero”, Joseli Silva produz três questionamentos: i) Sobre a invisibilidade do papel feminino na organização do espaço (para a geografia); ii) Se o instrumental teórico-metodológico utilizado pela ciência geográfica é suficiente para a abordagem de gênero e espaço ; iii) De que forma as mulheres produzem o espaço?</p>	<p>- Assim, a fim de realizar esta reflexão, estabeleci algumas questões que servem de fio condutor para este texto. Em primeiro lugar, porque a abordagem geográfica é caracterizada por uma invisibilidade do papel feminino na organização do espaço? Em segundo, questiono se o instrumental teórico-metodológico utilizado pela ciência geográfica é suficiente para sustentar a abordagem de gênero e espaço. E, por último, pergunto de que forma as mulheres produzem o espaço? (SILVA, Joseli, 2003, p. 32).</p>
<p>- Joseli Silva, ao questionar o quadro teórico-metodológico de “quem” e “para quem” a ciência geográfica é produzida, chega ao entendimento de que: a Geografia é uma ciência masculina.</p>	<p>- Tanto os instrumentos técnicos como o referencial teórico disponível constituem-se em tais recursos e, portanto, os pesquisadores edificam a ciência envolvendo tanto a objetividade, quanto a subjetividade em suas construções teóricas (Morin, 1996). Ao observar a produção da teoria geográfica e questionar a quem serve esta produção ou quem tem se beneficiado com o avanço da ciência, percebe-se que ela é, hegemonicamente, uma ciência masculina (SILVA, Joseli, 2003, p. 32).</p>
<p>- Joseli Silva, traz a reflexão de se elaborar uma análise teórico-metodológica ligada a uma análise do espaço atrelada à perspectiva feminina. Ainda, que seja difícil tal perspectiva, já que a produção geográfica está conectada ao androcentrismo.</p>	<p>- Geógrafas como Bondi e Domosh (1992) argumentam a importância de se considerar a história da construção do conhecimento para compreender a emergência de certos conceitos enquanto ferramentas teóricas. Além disso, afirmam que a produção do conhecimento geográfico está ligada ao androcentrismo e, assim, justificam a relativa dificuldade de se instituir uma análise do espaço atrelada à perspectiva feminina (SILVA, Joseli, 2003, p. 32-33).</p>
<p>- Dessa, forma, segundo Joseli Silva, a análise teórico-metodológica precisa: i) ir além de aspectos visíveis do espaço; ii) ir além dos métodos quantitativos (e além do positivismo e questionando a dita “neutralidade desse método”); iii) ir além da</p>	<p>- A tradição geográfica em privilegiar aspectos visíveis do espaço, o apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica na geografia convencional e também a abordagem economicista da</p>

<p>perspectiva marxista (e para além da produção do “homem” do espaço). Logo, nenhuma das duas abordagens clássicas (positivista e marxista) da geografia conseguiria explicar questões da Geografia Feminista e de Gênero.</p>	<p><i>perspectiva marxista, relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, já que sustentada nesta visão científica a geografia privilegiou os agentes e as paisagens hegemônicas e, portanto, fundadas na dominação masculina, conforme tem declarado McDowell (1999) (SILVA, Joseli, 2003, p. 33).</i></p>
<p>- Joseli Silva aponta algumas questões teórico-metodológicas a serem consideradas como: i) “olhar atento ao cotidiano”; 2) olhar o micro-social; 3) perceber os “grupos marginalizados do poder; 4) trazer essas temáticas que eram consideradas de “menor importância” na análise geográfica.</p>	<p><i>- Uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados do poder e assim, tais temáticas foram consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico (SILVA, Joseli, 2003, p. 33).</i></p>
<p>- Sobre a importância de analisar o microssocial, se pode questionar as escalas geográficas. Sobre o microssocial: Quais escalas geográficas foram priorizadas na geografia? Joseli Silva assevera que, a partir das críticas da Nova Geografia Cultural, se abre um novo conjunto de métodos.</p> <p>- Dentre os métodos trazidos pela Nova Geografia Cultural, na análise entre “espaço” e “gênero”, alguns seriam: i) “pensar um espaço complexo”, de “múltiplos processos diferentes e simultâneos”; ii) “relatividade das escalas de abordagem do espaço”; iii) duvidar do tempo linear; iv) criticar as “noções de progresso, desenvolvimento e evolução”; v) perceber os “limites da produção do conhecimento geográfico a partir dos conceitos da modernidade”.</p>	<p><i>- É a partir das críticas estabelecidas na nova geografia cultural que se abre a possibilidade de novas abordagens que exigem um novo conjunto de métodos (DUNCAN & DUNCAN, 1996). Essa corrente geográfica permite o pensar de um espaço complexo, composto por múltiplos processos diferentes e simultâneos, coloca em evidência a relatividade das escalas de abordagem do espaço, a dúvida do tempo linear e, definitivamente, coloca em cheque as noções de progresso, desenvolvimento e evolução, argumentando os limites da produção do conhecimento geográfico a partir dos conceitos da modernidade (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).</i></p>
<p>- A Geografia Feminista teve (dentre uma das finalidades), a de denunciar a exclusão das mulheres na ciência geográfica, segundo Joseli Silva (2003, p. 34). Ainda, foi nessa área que se trouxe como objeto de estudo a categoria “gênero”.</p>	<p><i>- A omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social tem sido denunciada por geógrafas feministas através de seu esforço em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da geografia e, para muitas delas, o estudo da mulher foi uma decisão política e uma estratégia de tornar seu trabalho visível no corpo da pesquisa geográfica (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).</i></p>
<p>- Sobre a denúncia da exclusão das mulheres enquanto sujeitos sociais na ciência geográfica, um dos trabalhos pioneiros na área foi “On not excluding half of the human in human geography” (Não excluam metade da humanidade da Geografia Humana) (HANSON & MONK, 1982).</p>	<p><i>- Mc Dowell cita como uma interessante denúncia da exclusão da mulher na pesquisa geográfica o paper pioneiro de Hanson e Monk de 1982, chamado “On not excluding half of the human in human geography” (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).</i></p>
<p>- Sobre as dificuldades teórico-metodológicas em visibilizar a mulher na ciência geográfica, algumas seriam: i) “dificuldade de demarcação clara de fronteiras do objeto em questão; ii) “o ser mulher se define num contexto de relações sociais e a identidade</p>	<p><i>- Outra questão é que diferentemente de outras ciências sociais que legitimaram as mulheres como importante universo temático, como a história, a psicologia, a antropologia e a sociologia, a geografia apresenta um pequeno número de pesquisadores com</i></p>

<p>feminina é, portanto, permanentemente reelaborada, está em constante movimento” (SILVA, Joseli, 2003, p. 34). A baixa produção no Brasil de estudos em Geografias Feministas e de Gênero é observada por Joseli Silva. Os estudos nessa área são mais concentrados na geografia norte-americana e europeia.</p>	<p><i>dedicação a esta temática no Brasil. A vitalidade das discussões das relações de gênero e espaço é maior na geografia norte-americana e europeia, as quais têm contribuído significativamente para legitimar o tema enquanto problema científico, fundamentando seus estudos na existência do feminismo enquanto um parâmetro simbólico (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).</i></p>
<p>- Sobre as dificuldades teórico-metodológicas em visibilizar a mulher na ciência geográfica, algumas seriam: i) “dificuldade de demarcação clara de fronteiras do objeto em questão; ii) “o ser mulher se define num contexto de relações sociais e a identidade feminina é, portanto, permanentemente reelaborada, está em constante movimento.</p>	<p><i>- Primeiramente, há dificuldade de demarcação clara de fronteiras do objeto em questão. O ser mulher se define num contexto de relações sociais e a identidade feminina é, portanto, permanentemente reelaborada, está em constante movimento. Enquanto produto complexo de relações sociais, a definição da identidade feminina se dá intimamente ligada a construção da masculinidade, arranjando uma ligação complementar e ao mesmo tempo oposicional. As fronteiras identitárias entre os gêneros, masculino e feminino, tornam-se cada vez mais tênues, menos nítidas na sociedade ocidental atual, dificultando uma expressão espacial material desse processo (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).</i></p>
<p>- A baixa produção no Brasil de estudos em Geografias Feministas e de Gênero é observada por Joseli Silva. Os estudos nessa área são mais concentrados na geografia norte-americana e europeia.</p>	<p><i>- Outra questão é que diferentemente de outras ciências sociais que legitimaram as mulheres como importante universo temático, como a história, a psicologia, a antropologia e a sociologia, a geografia apresenta um pequeno número de pesquisadores com dedicação a esta temática no Brasil. A vitalidade das discussões das relações de gênero e espaço é maior na geografia norte-americana e europeia, as quais têm contribuído significativamente para legitimar o tema enquanto problema científico, fundamentando seus estudos na existência do feminismo enquanto um parâmetro simbólico (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).</i></p>
<p>- Sobre o conteúdo de Geografia Feminista: não existe “uma forma específica para fazer geografia feminista”: o ponto central dessa perspectiva é a de que mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo (assim, suas relações com os lugares são diferentes também).</p>	<p><i>- Nesse sentido, torna-se ainda mais difícil a construção de uma geografia sob a perspectiva feminina, além da visão androcêntrica. Entretanto, esta é a busca de muitos pesquisadores que afirmam não haver uma forma específica para fazer geografia feminista, mas que o ponto central dos estudos geográficos através desta perspectiva é o argumento de que mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim, suas relações com os lugares são diferentes também (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).</i></p>
<p>- Através do uso do termo “geografia paradoxal” pode-se chegar</p>	<p><i>- O objeto do feminismo depende de uma geografia paradoxal, de acordo com o</i></p>

<p>metodologicamente a uma construção feminista sobre o espaço. A categoria da "geografia paradoxal" seria uma forma feminista de perceber: o discurso geográfico hegemônico; reconhecer que o espaço é estruturado por uma dinâmica de tensão de localizações de força; que o espaço é multidimensional; sendo o espaço caracterizado pela diversidade contraditória e simultânea das relações sociais.</p>	<p><i>reconhecimento de que há um discurso geográfico hegemônico que pode ser subvertido através do reconhecimento de um espaço estruturado por uma dinâmica de tensão de localizações de força, multidimensional e caracterizado pela diversidade contraditória e simultânea das relações sociais tal qual Gillian Rose tem afirmado (SILVA, Joseli, 2003, p. 41).</i></p>
<p>- Ainda, uma perspectiva teórico-metodológica da Geografia Feminista e de Gênero, envolveria: o universo micro e macro; as relações de caráter familiar e social; a análise do espaço privado e o público (segundo Joseli Silva). Exemplo de investigação nesse viés seria entre o espaço público e privado a partir da perspectiva de gênero.</p>	<p><i>- Como foi discutida anteriormente, a abordagem de gênero exige uma relação entre o universo micro e macro, envolvendo as relações de caráter familiar e social e, portanto, a análise do espaço privado e o público. Um campo fértil de investigação geográfica é a interdependência da relação entre estes dois tipos de espaço a partir da perspectiva de gênero (SILVA, Joseli, 2003, p. 41).</i></p>
<p>- Ainda, a análise teórico-metodológica feminista e de gênero também ressalta o alto nível de desigualdade de gênero nas sociedades latino-americanas no universo doméstico e em outras esferas. Exemplo seria a baixa representatividade das mulheres na política.</p>	<p><i>- Notadamente, as sociedades latino-americanas apresentam acentuados níveis de desigualdade social entre os sexos, que envolvem as relações entre homem e mulher tanto no universo doméstico como nas esferas sociais mais amplas (SILVA, Joseli, 2003, p. 41).</i></p>
<p>- A dificuldade de desenvolver estudos teórico-metodológicos na área da Geografia Feminista e de Gênero no Brasil possui alguns fatores, como: dificuldade de institucionalização dessa área de estudos devido à baixa produção dessa temática, falta de interesse das associações de geógrafos na área, não inserção do tema nos programas acadêmicos (segundo Joseli Silva).</p>	<p><i>- Apesar de tantas potencialidades, gostaria ainda de apontar alguns obstáculos a serem vencidos para o desenvolvimento da perspectiva feminista na geografia brasileira. A dificuldade de institucionalização desse campo de estudos, pois se apresenta ainda frágil devido à pequena produção sistemática de pesquisas e de uma discussão mais ampla nos fóruns de discussão da ciência geográfica. Esse universo temático não faz parte do interesse das associações de pesquisadores geógrafos, não consta como eixo temático de simpósios de caráter nacional e regional e, tampouco há uma perspectiva de introdução desse tema nos programas acadêmicos (SILVA, Joseli, 2003, p. 43).</i></p>

3.2. CATEGORIAS DE JOSELI MARIA SILVA EM GEOGRAFIA FEMINISTA E DE GÊNERO

As categorias de Joseli Maria Silva relacionadas à área da Geografia Feminista e de Gênero serão aqui apontadas

A categoria “ser mulher”: é definida através de relações sociais sendo constantemente reelaborada; se estrutura de forma oposicional à construção da masculinidade; no entanto as fronteiras identitárias estão mais tênues na sociedade ocidental atual (SILVA, Joseli, 2003, p. 34). Assim:

Primeiramente, há dificuldade de demarcação clara de fronteiras do objeto em questão. O ser mulher se define num contexto de relações sociais e a identidade feminina é, portanto, permanentemente reelaborada, está em constante movimento. Enquanto produto complexo de relações sociais, a definição da identidade feminina se dá intimamente ligada a construção da masculinidade, arranjando uma ligação complementar e ao mesmo tempo oposicional. As fronteiras identitárias entre os gêneros, masculino e feminino, tornam-se cada vez mais tênues, menos nítidas na sociedade ocidental atual, dificultando uma expressão espacial material desse processo (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).

A categoria da “invisibilidade da mulher na abordagem geográfica” ocorreu através de: i) foi dado privilégio de análise aos “aspectos visíveis do espaço”; ii) “apego aos dados quantitativos”; iii) ideia falaciosa de “neutralidade científica” através do positivismo; iv) “abordagem economicista” através da ótica marxista; v) “geografia privilegiou agentes e paisagens hegemônicas e fundadas na dominação masculina” (SILVA, Joseli, 2003, p. 33). Assim:

A tradição geográfica em privilegiar aspectos visíveis do espaço, o apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica na geografia convencional e também a abordagem economicista da perspectiva marxista, relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, já que sustentada nesta visão científica a geografia privilegiou os agentes e as paisagens hegemônicas e, portanto, fundadas na dominação masculina, conforme tem declarado McDowell (1999) (SILVA, Joseli, 2003, p. 33).

A categoria de “visibilidade da mulher na geografia” pode ser extraída através de: i) “A omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social tem sido denunciada por geógrafas feministas através de seu esforço em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da geografia”; ii) “o estudo da mulher foi uma decisão política e uma estratégia de tornar seu trabalho visível no corpo da pesquisa geográfica”; iii) “uma interessante denúncia da exclusão da mulher na pesquisa geográfica foi o *paper* pioneiro de Hanson e Monk de 1982, chamado *On not excluding half of the human in human geography*” (“Não excluam metade da humanidade da Geografia Humana”), segundo Joseli Silva (2003, p. 34). Assim:

A omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social tem sido denunciada por geógrafas feministas através de seu esforço em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da geografia e, para muitas delas, o estudo da mulher foi uma decisão política e uma estratégia de tornar seu trabalho visível no corpo da pesquisa geográfica (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).

Mc Dowell cita como uma interessante denúncia da exclusão da mulher na pesquisa geográfica o *paper* pioneiro de Hanson e Monk de 1982, chamado “*On not excluding half of the human in human geography*” (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).

A categoria “identidade feminina” nos estudos em Geografia Feminista e de Gênero (vindos dos norte-americanos e europeus): se mostra com importante para compreensão do espaço; abordam questões de poder e hierarquia; externalizam as desigualdades no “desenvolvimento socioespacial nas relações de gênero” (segundo Joseli Silva, 2003), pois:

“Estes estudos, majoritariamente realizados por geógrafas, trazem a identidade feminina como sendo um agente importante na compreensão do espaço e também assumem um compromisso de abordar questões de relações de poder e hierarquia que transformam em assimétricos o desenvolvimento socioespacial nas relações de gênero” (SILVA, Joseli, 2003, p. 35).

A categoria de que “mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo” explica que: i) as relações de mulheres e homens “com os lugares são diferentes também”; e ii) “essas diferenças são resultado de

um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres pelos homens em diferentes lugares e em diferentes tempos” (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).

Assim:

Nesse sentido, torna-se ainda mais difícil a construção de uma geografia sob a perspectiva feminina, além da visão androcêntrica. Entretanto, esta é a busca de muitos pesquisadores que afirmam não haver uma forma específica para fazer geografia feminista, mas que o ponto central dos estudos geográficos através desta perspectiva é o argumento de que mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim, suas relações com os lugares são diferentes também (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).

A categoria da “visão da construção social da feminilidade e da masculinidade” posiciona os estudos geográficos fazendo que: i) se vá “além da busca pela objetividade científica”; ii) chegando ao “conjunto de relações socioespaciais”; iii) observando “os significados dos lugares”; iv) trazendo uma explanação ampla sobre os lugares (“que são múltiplos, mutáveis e multidimensionais”) (SILVA, Joseli, 2003, p. 36). Assim:

Além disso, essas diferenças são resultado de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres pelos homens em diferentes lugares e em diferentes tempos. A visão da construção social da feminilidade e da masculinidade posicionou os estudos geográficos para além da busca pela objetividade científica e, assim, o conjunto de relações socioespaciais, os significados dos lugares e a explanação sobre eles, são múltiplos, mutáveis e multidimensionais (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).

A categoria de “gênero” abrange: a simbolização das diferenças dos corpos (e não os corpos de homens e mulheres em si); o “conjunto de ideias que uma cultura constrói do que é ser mulher e ser homem”, é “resultado de lutas sociais na vivência cotidiana” (SILVA, Joseli, 2003, p. 36). Assim:

Gillian Rose deixa claro que o conceito de gênero permite compreender que não são as diferenças dos corpos de homens e mulheres que os posicionam em diferentes âmbitos e hierarquias, mas sim a simbolização que a sociedade faz delas. Assim, gênero é o conjunto de ideias que uma cultura constrói do que é, ser mulher, e, ser homem, e tal conjunto é resultado de lutas sociais na vivência cotidiana (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).

A categoria da “desnaturalização da diferença sexual” assevera que: é necessário desnaturalizar a diferença sexual; a sexualidade / as identidades / as práticas sociais são afetadas por crenças e ideologias que designam os papéis sociais; assim, o “comportamento é instituído culturalmente por relações de poder” (SILVA, Joseli, 2003, p. 36). Assim:

McDowell também “desnaturaliza” a diferença sexual e compreende que a sexualidade, as identidades e as práticas sociais são afetadas pelas crenças e ideologias que sancionam os papéis sociais, possuindo, portanto, uma história e uma geografia (...) A proposta de .desnaturalização. funda-se na distinção do comportamento humano do corpo biológico que o exercita, argumentando que o comportamento é instituído culturalmente por relações de poder (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).

A categoria “dominação masculina” denuncia que: “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes”; “é um programa social de percepção incorporada”; “conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres” (dominação “inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social”) (SILVA, Joseli, 2003, p. 36). Assim:

A cultura é construída permanentemente e há uma co-determinação entre indivíduo e sociedade, tornando difícil o olhar sobre as relações de poder que determinam suas características, pois as práticas estão encravadas nos gestos mais automáticos ou aparentemente mais insignificantes do corpo.

(...) Pierre Bourdieu em seu estudo sobre a dominação masculina argumenta que o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando- a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU, 1999) (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).

Sobre a relação das categorias “gênero” e “local”, existe uma correlação usual na geografia entre: gênero e local; identidade e lugares particulares

(SILVA, Joseli, 2003). No entanto, é necessário desconstruir tais associações pois tais fenômenos são mais complexos do que essa simples visão.

Para as geógrafas Rose e McDowell há uma complexa e paradoxal associação entre gênero e local, entre identidade e lugares particulares tanto para homens como para mulheres (SILVA, Joseli, 2003, p. 37).

Já as categorias do “espaço público” e “espaço privado” devem ser entendidas para além dos tradicionais eixos binários (que associam “espaço privado” à “mulher” e, por outro lado, o “espaço público” ao “homem”). Assim é necessário repensar as correlações entre gênero e espaço (Silva, Joseli, 2003), pois:

Além disso, as autoras (Rose e McDowell) trazem à tona sua posição crítica ao condenar o simplismo que envolve a análise entre gênero e espaço, associando essas categorias aos tradicionais eixos binários que dividem, por exemplo, espaço público e privado, associando cada um deles respectivamente com homem e mulher (SILVA, Joseli, 2003, p. 37).

Ainda, na categoria de “gênero”: o “gênero” não pode ser estudado separado das categorias de “idade”, “classe”, “raça”, pois estes são interdependentes. E, ainda, são alvo de disputas de poder” (SILVA, Joseli, 2003, p. 37). Assim:

Elas (Rose e McDowell) argumentam que o gênero não pode ser estudado separado de idade, classe, raça e que estes elementos são interdependentes e alvo de disputas de poder. Essas lutas fazem parte das práticas diárias na relação entre grupos sociais e espaço (SILVA, Joseli, 2003, p. 37).

A categoria “relação entre grupos sociais e espaço” explica como: diferentes grupos sociais trazem significados aos espaços; significados que podem variar também ao longo do dia; espaços se constituindo de forma diferente a partir das experiências ali experimentadas; essa história dos espaços também envolve a força simbólica e física; ainda essa relação pode trazer substrato às pesquisas da geografia feminista no tocante à construção do sujeito feminino nas estruturas de dominação socioespaciais (SILVA, Joseli, 2003, p. 37).

Exemplos da “relação entre grupos sociais e espaço” podem ser: territorialidade da prostituição travesti em uma rua à noite, e procissão nessa mesma rua durante feriado religioso durante o dia. Assevera Joseli Silva que:

Essas lutas fazem parte das práticas diárias na relação entre grupos sociais e espaço. Tais grupos atribuem diferentes significados aos espaços e cada espaço pode, ao longo do dia, da semana, mês ou ano, ser ocupado por uma série de diferentes grupos e, sendo assim, as práticas estão imbuídas no mesmo espaço com diferentes significados e distintos tempos. A rua e o parque, por exemplo, durante o dia ou noite, no feriado ou em diferentes estações constituem-se em diferentes espaços a partir das experiências diárias ali vividas. Nesse sentido, história dos espaços também envolve a força, tanto física, como simbólica e, portanto, a geografia feminista quer compreender como o sujeito feminino é construído dentro das estruturas de dominação sócio-espaciais (SILVA, Joseli, 2003, p. 37).

A categoria dos “estereótipos dos lugares femininos e masculinos” aponta que: i) “o ambiente construído reflete os estereótipos dos lugares femininos e masculinos”; ii) “houve uma ótica masculina na produção do espaço urbano”; iii) “o planejamento urbano funcionalista, racionalista que dominou durante muito tempo o modo de concepção de cidade aprisiona as mulheres em determinados lugares ao separar as áreas comerciais, industriais e residenciais”; iv) essa separação acentua “a divisão do trabalho entre os sexos”; v) “a leitura da distribuição funcional da paisagem urbana reflete a dominância da perspectiva masculina sobre o espaço”; vi) “retrata uma relação entre gênero e a ideologia estética nas construções femininas, demonstrando que o controle moral, papel determinado às mulheres na sociedade patriarcal, é repassado pela sua arquitetura” (SILVA, Joseli, 2003, p. 38). Assim:

A ideia de que o ambiente construído reflete os estereótipos dos lugares femininos e masculinos e que houve uma ótica masculina na produção do espaço urbano foi defendida por Bondi. Ela argumenta que o planejamento urbano funcionalista, racionalista que dominou durante muito tempo o modo de concepção de cidade aprisiona as mulheres em determinados lugares ao separar as áreas comerciais, industriais e residenciais, acentuando a divisão do trabalho entre os sexos. Sendo assim, afirma que a leitura da distribuição funcional da paisagem urbana reflete a dominância da perspectiva masculina sobre o espaço. Domosh retrata uma relação entre gênero e a ideologia

estética nas construções femininas, demonstrando que o controle moral, papel determinado às mulheres na sociedade patriarcal, é repassado pela sua arquitetura (SILVA, Joseli, 2003, p. 38).

À categoria “segregação espacial” deve ser incorporado a percepção feminista e de gênero, pois deve-se observar: (i) o “modelo social patriarcal”; (ii) que “muitas áreas são compostas pelo trabalho feminino remunerado de forma desigual em relação ao trabalho masculino, gerando uma “feminização da pobreza urbana”; (iii) “as relações de poder ao espaço” (segundo Joseli Silva, 2003). Assim:

Huxley e Winchester argumentam que os processos de segregação espacial, além da compreensão da lógica capitalista que os define, deve contemplar o modelo social patriarcal, visto que muitas áreas são compostas pelo trabalho feminino remunerado de forma desigual em relação ao trabalho masculino, gerando uma feminização da pobreza urbana (SILVA, Joseli, 2003, p. 38).

No tocante à relação entre as categorias “gênero”, “relações de poder” e “espaço”, se pode observar o seguinte exemplo: a cozinha sendo um espaço de liberdade à mulher pois ali é permitida sua autoridade; já o quarto sendo um espaço opressivo sendo oferecido o corpo feminino ao homem como retribuição aos papéis sociais representados, segundo Joseli Silva. Dessa forma:

Rose apresenta uma série de exemplos associando as relações de poder ao espaço. Apresenta, por exemplo, a cozinha significada como um espaço de liberdade, pois aí é permitido à mulher ter autoridade, porque é conferido a ela o papel de provedora da alimentação familiar”. Entretanto, o quarto já é representado por um espaço opressivo, já que o corpo feminino é oferecido ao homem como retribuição aos papéis sociais desempenhados, aparecendo nesse caso, a sexualidade como uma dimensão subjugada ao projeto familiar/social (SILVA, Joseli, 2003, p. 38).

Ainda sobre a “segregação social” em uma perspectiva feminista e de gênero pode se relacionar com a categoria “rua” onde: a depender do horário ou da localidade existem dificuldades de acesso às mulheres a determinados espaços, é como se existem barreiras invisíveis criadas por olhares e pela força, segundo Joseli Silva:

Enfim, os espaços de constrangimento, como a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são claramente elementos que tanto se referem às diferenças de acesso físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como a construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade (SILVA, Joseli, 2003, p. 38).

Sobre a categoria das “cidades”, percebe-se que: “formam uma teia multidimensional de inúmeras sociabilidades” (possuindo espacialidades próprias); essas teias podem se interceptar, serem autônomas, complementares, contraditórias, estão em constante movimento de transformação no tempo e espaço (SILVA, Joseli, 2003, p. 38). E nesse interim, as mulheres alcançam visibilidade no espaço através de espaços de luta e resistência, segundo Joseli Silva:

Uma interessante proposta conceitual é apresentada por Gillian Rose, a qual afirma que as cidades formam uma teia multidimensional de inúmeras sociabilidades que possuem suas próprias espacialidades. Algumas destas teias se interceptam, outras são autônomas, complementares e ainda contraditórias e, além disso, estão em constante movimento de transformação no tempo e espaço. Em sua proposta teórica, as mulheres somente alcançam visibilidade no espaço quando observadas através do espaço da luta e resistência. E tal perspectiva implica ultrapassar o discurso dominante da geografia e reconhecer um particular senso de espacialidade que ela nomeia de espaço paradoxal (SILVA, Joseli, 2003, p. 38).

A categoria “território” é criticada em seu sentido tradicional de apropriação do espaço pelo poder, pois: esta concepção vem da geografia baseada na teoria masculina heterossexual burguesa; engloba a visão da propriedade conquistada pela violência; percebe o território como proteção com a exclusão dos outros; invisibiliza os outros oprimidos e capturados no território, segundo Joseli Silva. Pois:

Gillian Rose (...) reivindica uma relação existente entre sujeito e território e argumenta que a noção de território desenvolvida pela geografia baseada na teoria masculina heterossexual burguesa envolve um tipo de propriedade conquistada historicamente, sempre pela violência, e imaginada e estruturada como uma fortaleza, como proteção de si e a exclusão de outros. Nesse sentido, observa-se que há uma universalidade em termos de

conquista espacial e esta não deixa de ser uma estratégia subjetiva de tornar invisíveis os outros oprimidos e capturados dentro do território (SILVA, Joseli, 2003, p. 39).

Assim, a categoria do “território” em uma perspectiva feminista e de gênero permitiria observar: i) “a invisibilidade da mulher no espaço”; ii) no “território conquistado pela força masculina também existe o espaço do outro, o feminino”; iii) “o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exerce uma pressão para influenciar a ordem estabelecida”; iv) “o feminino é também elemento do território do conquistador masculino” (SILVA, Joseli, 2003, p. 39). Assim:

Para escamotear a invisibilidade da mulher no espaço é preciso encontrar também saídas epistemológicas e a abordagem feminista argumenta que o território possui suas diferenciações internas e que no território conquistado pela força masculina também existe o espaço do outro, o feminino. Nessa perspectiva, o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exerce uma pressão para influenciar a ordem estabelecida. Portanto, o feminino é também elemento do território do conquistador masculino (SILVA, Joseli, 2003, p. 39).

As feministas percebem que categorias “o mesmo” e “os outros” (e “centro” e “margem”) são interdependentes entre si. Pois a existência dessas categorias é relacional, onde “o centro” existe diante da “margem” e assim por diante reposicionando os sujeitos no território (segundo Joseli Silva). Pois:

As feministas argumentam a impossibilidade de considerar as categorias (o mesmo e os outros), sem estabelecer a interdependência entre elas e adotam a perspectiva de “centro”, posicionando o sujeito com força hegemônica e a “margem”, constituindo os oprimidos. É o jogo tenso entre centro e margem que rearticula e reposiciona os sujeitos sociais no território (SILVA, Joseli, 2003, p. 40).

Joseli Silva ensina que a categoria do “espaço paradoxal” externaliza que: (i) o espaço é complexo, pois envolve variadas articulações e dimensões; (ii) nesse espaço, uma mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social; (iii) todos os elementos constituintes dos sujeitos e dos espaços ocorrem simultaneamente; (iv) as tensões entre “os mesmos” e “os outros” podem ser subvertidas devido a

plurilocalização no território; (v) as posições no espaço são imaginadas através dos múltiplos espaços sociais e dos pólos de cada dimensão; (v) existe pluralidade de masculinidades e de feminilidades e estes não são blocos homogêneos. (SILVA, Joseli, 2003, p. 40). Pois:

O espaço paradoxal constitui-se numa interessante construção metodológica na geografia, sendo complexo, pois envolve variadas articulações e dimensões. Qualquer mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social. Todos esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo, portanto, subverter a ordem de forças entre os “mesmos” e os “outros” devido sua plurilocalização no território. Qualquer posição é imaginada não apenas por ser localizada por múltiplos espaços sociais, mas também por ambos os pólos de cada dimensão. É importante conceber que há pluralidade de masculinidades tanto quanto de feminilidades e que eles não são blocos homogêneos (SILVA, Joseli, 2003, p. 40).

Sobre a categoria da “multidimensionalidade e plurilocalização”, essa constrói: “inúmeras configurações sociais/ territoriais”; é uma das características do conceito do “espaço paradoxal”; seu “movimento pode provocar uma desestabilização da configuração estabelecida e gerar uma nova posição entre os ‘mesmos’, considerados como centro da configuração e os ‘outros’, considerados margem da configuração, entretanto, sempre compreendidos como simultaneamente separados/ conectados. (SILVA, Joseli, 2003, p. 40). Portanto:

As características de multidimensionalidade e plurilocalização oscilam e podem constituir assim, inúmeras configurações sociais/ territoriais. O movimento pode provocar uma desestabilização da configuração estabelecida e gerar uma nova posição entre os “mesmos”, considerados como centro da configuração e os “outros”, considerados margem da configuração, entretanto, sempre compreendidos como simultaneamente separados/ conectados. Essa compreensão envolve a separação que está na construção de identidades diferenciadas, contudo, só possíveis porque são construídas através de um processo de mutualidade e reconhecimento. Através da revisão epistemológica advoga-se que a realidade sócio-espacial construída é um campo contratual, na qual a realidade é redesenhada, redefinida e transformada (SILVA, Joseli, 2003, p. 40).

Assevera Joseli Silva que a categoria do “espaço da transformação” pode ser uma estratégia metodológica em estudos feministas e de gênero, pois: engloba elementos materiais e simbólicos; elementos, esses, típicos das relações gênero/espaço. Ainda o “espaço da transformação” esta para além do mero “espaço de reprodução”, pois:

É a partir da contemplação dos elementos materiais e simbólicos que constituem as relações entre gênero e espaço que se pode ir além do espaço da reprodução, instituindo, assim, o espaço da transformação, conforme argumenta James Duncan (SILVA, Joseli, 2003, p. 41).

A categoria da “geografia paradoxal” seria uma forma feminista de reconhecer que existe um “discurso geográfico hegemônico que pode ser subvertido através do reconhecimento de um espaço estruturado por uma dinâmica de tensão de localizações de força, multidimensional e caracterizado pela diversidade contraditória e simultânea das relações sociais” (SILVA, Joseli, 2003, p. 41). Assim:

O objeto do feminismo depende de uma geografia paradoxal, de acordo com o reconhecimento de que há um discurso geográfico hegemônico que pode ser subvertido através do reconhecimento de um espaço estruturado por uma dinâmica de tensão de localizações de força, multidimensional e caracterizado pela diversidade contraditória e simultânea das relações sociais tal qual Gillian Rose tem afirmado (SILVA, Joseli, 2003, p. 41).

A categoria da “política” também poderia ser representada por uma perspectiva feminista e de gênero que: envolveria as relações de vizinhança; o universo cotidiano visível; e as relações comunitárias (segundo Joseli Silva). Pois:

Um dos aspectos que Gillian Rose toma como importante é a revisão do conceito de política, que deve contemplar as atividades de vizinhança, implicando o envolvimento do universo cotidiano visível nas políticas de base comunitária (SILVA, Joseli, 2003, p. 41).

A categoria do “gênero” geograficamente deve ser vista de: forma dinâmica; constrói/construído “por experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações”; as representações são “fundadas em uma ordem sócio-espacial específica e, portanto, envolvendo tempo, espaço e escala”; “que

a construção de gênero envolve tanto pressões de contexto, como escolhas individuais”; “as identidades e papéis sociais são exercidos concretamente através do espaço” (SILVA, Joseli, 2003, p. 42). Assim:

A utilização do conceito de gênero na geografia deve levar em consideração que é dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações. Tais representações são fundadas em uma ordem sócio-espacial específica e, portanto, envolvendo tempo, espaço e escala. Assim, compreende-se que a construção de gênero envolve tanto pressões de contexto, como escolhas individuais. Essa condição permite a construção da abordagem geográfica do gênero, pois as identidades e papéis sociais são exercidos concretamente através do espaço (SILVA, Joseli, 2003, p. 42).

O estudo da categoria do espaço paradoxal percebe processos socioespaciais contraditórios envolvendo gênero e espaço. Tendo como exemplo: a “participação feminina nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica” através das redes de economia solidária. Onde, as mulheres ali estão à margem da configuração do poder da Igreja Católica. No entanto, elas sustentam essas estruturas de base da Igreja Católica (SILVA, Joseli, 2003, p. 42). Assim:

Nesse sentido, creio que um importante processo sócioespacial envolvendo gênero e espaço pode ser estudado através da participação feminina nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. A expressividade das mulheres nestes espaços de sociabilidade é significativa e a partir delas se constituem redes de solidariedade, envolvendo o funcionamento de muitos modelos baseados na “Economia Solidária”. O “espaço paradoxal” caracteriza-se pela localização das mulheres na margem da configuração do poder da Igreja Católica, embora representem a maioria dos fiéis e ativistas. Pode-se dizer, assim, que, paradoxalmente, o poder da Igreja é sustentado pela atuação das mulheres, cujos papéis sociais são de exclusão e marginalização do poder eclesiástico, embora a dominação masculina apareça como natural. As mulheres pobres, duplamente marginalizadas, muitas vezes encontram possibilidades abertas por estas instituições para atuação social e política. Assim, como compreender a relação entre a mulher pobre, a Igreja e o espaço? (SILVA, Joseli, 2003, p. 42).

Assim, percebe-se que apesar das dificuldades, as mulheres se inserem em comunidades que tradicionalmente são desfavoráveis a elas, esse fenômeno se dá a partir do “espaço paradoxal”.

A seguir, é exposta o Quadro 6 com um resumo das categorias de Joseli Maria Silva (pertinentes a essa pesquisa).

**Quadro 6 – Categorias de
Joseli Maria Silva (pertinentes a essa pesquisa)**

Categorias de Joseli Maria Silva	
<u>Categorias</u>	<u>Citação</u>
<p>- A categoria “ser mulher”: é definida através de relações sociais sendo constantemente reelaborada; se estrutura de forma oposicional à construção da masculinidade; no entanto as fronteiras identitárias estão mais tênues na sociedade ocidental atual.</p>	<p>- <i>Primeiramente, há dificuldade de demarcação clara de fronteiras do objeto em questão. O ser mulher se define num contexto de relações sociais e a identidade feminina é, portanto, permanentemente reelaborada, está em constante movimento. Enquanto produto complexo de relações sociais, a definição da identidade feminina se dá intimamente ligada a construção da masculinidade, arranjando uma ligação complementar e ao mesmo tempo oposicional. As fronteiras identitárias entre os gêneros, masculino e feminino, tornam-se cada vez mais tênues, menos nítidas na sociedade ocidental atual, dificultando uma expressão espacial material desse processo (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).</i></p>
<p>- A categoria da “invisibilidade da mulher na abordagem geográfica” ocorreu através de: i) foi dado privilégio de análise aos “aspectos visíveis do espaço”; ii) “apego aos dados quantitativos”; iii) ideia falaciosa de “neutralidade científica” através do positivismo; iv) “abordagem economicista” através da ótica marxista; v) “geografia privilegiou agentes e paisagens hegemônicas e fundadas na dominação masculina” (segundo Joseli Silva).</p>	<p>- <i>A tradição geográfica em privilegiar aspectos visíveis do espaço, o apego aos dados quantitativos e aos arquivos documentais oficiais, visando atingir a neutralidade científica na geografia convencional e também a abordagem economicista da perspectiva marxista, relegou a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, já que sustentada nesta visão científica a geografia privilegiou os agentes e as paisagens hegemônicas e, portanto, fundadas na dominação masculina, conforme tem declarado McDowell (1999) (SILVA, Joseli, 2003, p. 33).</i></p>
<p>- A categoria de “visibilidade da mulher na geografia” pode ser extraída através de: i) “A omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social tem sido denunciada por geógrafas feministas através de seu esforço em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da geografia”; ii) “o estudo da mulher foi uma decisão política e uma estratégia de tornar seu trabalho visível no corpo da pesquisa geográfica”; iii) “uma interessante denúncia da exclusão da mulher</p>	<p>- <i>A omissão científica da abordagem da mulher enquanto sujeito social tem sido denunciada por geógrafas feministas através de seu esforço em incluir o gênero enquanto um objeto de estudo da geografia e, para muitas delas, o estudo da mulher foi uma decisão política e uma estratégia de tornar seu trabalho visível no corpo da pesquisa geográfica (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).</i> - <i>Mc Dowell cita como uma interessante denúncia da exclusão da mulher na pesquisa</i></p>

<p>na pesquisa geográfica foi o paper pioneiro de Hanson e Monk de 1982, chamado "On not excluding half of the human in human geography" ("Não exclua metade da humanidade da Geografia Humana").</p>	<p><i>geográfica o paper pioneiro de Hanson e Monk de 1982, chamado "On not excluding half of the human in human geography" (SILVA, Joseli, 2003, p. 34).</i></p>
<p>- A categoria "identidade feminina" nos estudos em Geografia Feminista e de Gênero (vindos dos norte-americanos e europeus): se mostra com importante para compreensão do espaço; abordam questões de poder e hierarquia; externalizam as desigualdades no "desenvolvimento socioespacial nas relações de gênero" (segundo Joseli Silva, 2003).</p>	<p><i>- "Estes estudos, majoritariamente realizados por geógrafas, trazem a identidade feminina como sendo um agente importante na compreensão do espaço e também assumem um compromisso de abordar questões de relações de poder e hierarquia que transformam em assimétricos o desenvolvimento socioespacial nas relações de gênero" (SILVA, Joseli, 2003, p. 35).</i></p>
<p>- A categoria de que "mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo" explica que: i) as relações de mulheres e homens "com os lugares são diferentes também"; e ii) "essas diferenças são resultado de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres pelos homens em diferentes lugares e em diferentes tempos" (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).</p>	<p><i>- Nesse sentido, torna-se ainda mais difícil a construção de uma geografia sob a perspectiva feminina, além da visão androcêntrica. Entretanto, esta é a busca de muitos pesquisadores que afirmam não haver uma forma específica para fazer geografia feminista, mas que o ponto central dos estudos geográficos através desta perspectiva é o argumento de que mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim, suas relações com os lugares são diferentes também (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).</i></p>
<p>- A categoria da "visão da construção social da feminilidade e da masculinidade" posiciona os estudos geográficos fazendo que: i) se vá "além da busca pela objetividade científica"; ii) chegando ao "conjunto de relações socioespaciais"; iii) observando "os significados dos lugares"; iv) trazendo uma explanação ampla sobre os lugares ("que são múltiplos, mutáveis e multidimensionais") (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).</p>	<p><i>- Além disso, essas diferenças são resultado de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres pelos homens em diferentes lugares e em diferentes tempos. A visão da construção social da feminilidade e da masculinidade posicionou os estudos geográficos para além da busca pela objetividade científica e, assim, o conjunto de relações socioespaciais, os significados dos lugares e a explanação sobre eles, são múltiplos, mutáveis e multidimensionais (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).</i></p>
<p>- A categoria de "gênero" abrange: a simbolização das diferenças dos corpos (e não os corpos de homens e mulheres em si); o "conjunto de ideias que uma cultura constrói do que é ser mulher e ser homem", é "resultado de lutas sociais na vivência cotidiana" (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).</p>	<p><i>- Gillian Rose deixa claro que o conceito de gênero permite compreender que não são as diferenças dos corpos de homens e mulheres que os posicionam em diferentes âmbitos e hierarquias, mas sim a simbolização que a sociedade faz delas. Assim, gênero é o conjunto de ideias que uma cultura constrói do que é, ser mulher, e, ser homem, e tal conjunto é resultado de lutas sociais na vivência cotidiana (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).</i></p>
<p>- A categoria da "desnaturalização da diferença sexual" assevera que: é necessário desnaturalizar a diferença sexual; a sexualidade / as identidades / as práticas sociais são afetadas por crenças e ideologias</p>	<p><i>- McDowell também "desnaturaliza" a diferença sexual e compreende que a sexualidade, as identidades e as práticas sociais são afetadas pelas crenças e ideologias que sancionam os papéis sociais,</i></p>

<p>que designam os papéis sociais; assim, o “comportamento é instituído culturalmente por relações de poder” (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).</p>	<p><i>possuindo, portanto, uma história e uma geografia (...) A proposta de .desnaturalização. funda-se na distinção do comportamento humano do corpo biológico que o exercita, argumentando que o comportamento é instituído culturalmente por relações de poder (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).</i></p>
<p>- A categoria “dominação masculina” denuncia que: “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes”; “é um programa social de percepção incorporada”; “conformando- a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres” (dominação “inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social”), segundo Joseli Silva.</p>	<p><i>- A cultura é construída permanentemente e há uma co-determinação entre indivíduo e sociedade, tornando difícil o olhar sobre as relações de poder que determinam suas características, pois as práticas estão encravadas nos gestos mais automáticos ou aparentemente mais insignificantes do corpo. (...) Pierre Bourdieu em seu estudo sobre a dominação masculina argumenta que o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando- a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU, 1999) (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).</i></p>
<p>- A categoria da “visão da construção social da feminilidade e da masculinidade” traz ferramentas teórico-metodológicas aos estudos geográficos fazendo que: i) se vá “além da busca pela objetividade científica”; ii) chegando ao “conjunto de relações socioespaciais”; iii) observando “os significados dos lugares”; iv) trazendo uma explanação ampla sobre os lugares (“que são múltiplos, mutáveis e multidimensionais”).</p>	<p><i>- Além disso, essas diferenças são resultado de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres pelos homens em diferentes lugares e em diferentes tempos. A visão da construção social da feminilidade e da masculinidade posicionou os estudos geográficos para além da busca pela objetividade científica e, assim, o conjunto de relações socioespaciais, os significados dos lugares e a explanação sobre eles, são múltiplos, mutáveis e multidimensionais (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).</i></p>
<p>- Sobre a relação das categorias “gênero” e “local”, existe uma correlação usual na geografia entre: gênero e local; identidade e lugares particulares (SILVA, Joseli, 2003). No entanto, é necessário desconstruir tais associações pois tais fenômenos são mais complexos do que essa simples visão.</p>	<p><i>- Para as geógrafas Rose e Mcdowell há uma complexa e paradoxal associação entre gênero e local, entre identidade e lugares particulares tanto para homens como para mulheres (SILVA, Joseli, 2003, p. 37).</i></p>
<p>- Já as categorias do “espaço público” e “espaço privado” devem ser entendidas para além dos tradicionais eixos binários (que associam “espaço privado” à “mulher” e, por outro lado, o “espaço público” ao “homem”).</p>	<p><i>- Além disso, as autoras (Rose e Mcdowell) trazem à tona sua posição crítica ao condenar o simplismo que envolve a análise entre gênero e espaço, associando essas categorias aos tradicionais eixos binários que dividem, por exemplo, espaço público e</i></p>

<p>Assim é necessário repensar as correlações entre gênero e espaço (Silva, Joseli, 2003).</p>	<p><i>privado, associando cada um deles respectivamente com homem e mulher (SILVA, Joseli, 2003, p. 37).</i></p>
<p>- Ainda, na categoria de “gênero”: o “gênero” não pode ser estudado separado das categorias de “idade”, “classe”, “raça”, pois estes são interdependentes. E, ainda, são alvo de disputas de poder” (SILVA, Joseli, 2003, p. 37).</p>	<p><i>- Elas (Rose e McDowell) argumentam que o gênero não pode ser estudado separado de idade, classe, raça e que estes elementos são interdependentes e alvo de disputas de poder. Essas lutas fazem parte das práticas diárias na relação entre grupos sociais e espaço (SILVA, Joseli, 2003, p. 37).</i></p>
<p>- A categoria “relação entre grupos sociais e espaço” explica como: diferentes grupos sociais trazem significados aos espaços; significados que podem variar também ao longo do dia; espaços se constituindo de forma diferente a partir das experiências ali experimentadas; essa história dos espaços também envolve a força simbólica e física; ainda essa relação pode trazer substrato às pesquisas da geografia feminista no tocante à construção do sujeito feminino nas estruturas de dominação socioespaciais (SILVA, Joseli, 2003, p. 37).</p> <p>- Exemplos da “relação entre grupos sociais e espaço” podem ser: territorialidade da prostituição travesti em uma rua à noite, e procissão nessa mesma rua durante feriado religioso durante o dia.</p>	<p><i>- Essas lutas fazem parte das práticas diárias na relação entre grupos sociais e espaço. Tais grupos atribuem diferentes significados aos espaços e cada espaço pode, ao longo do dia, da semana, mês ou ano, ser ocupado por uma série de diferentes grupos e, sendo assim, as práticas estão imbuídas no mesmo espaço com diferentes significados e distintos tempos. A rua e o parque, por exemplo, durante o dia ou noite, no feriado ou em diferentes estações constituem-se em diferentes espaços a partir das experiências diárias ali vividas. Nesse sentido, história dos espaços também envolve a força, tanto física, como simbólica e, portanto, a geografia feminista quer compreender como o sujeito feminino é construído dentro das estruturas de dominação sócio-espaciais (SILVA, Joseli, 2003, p. 37).</i></p>
<p>- A categoria dos “estereótipos dos lugares femininos e masculinos” aponta que: i) “o ambiente construído reflete os estereótipos dos lugares femininos e masculinos”; ii) “houve uma ótica masculina na produção do espaço urbano”; iii) “o planejamento urbano funcionalista, racionalista que dominou durante muito tempo o modo de concepção de cidade aprisiona as mulheres em determinados lugares ao separar as áreas comerciais, industriais e residenciais”; iv) essa separação acentua “a divisão do trabalho entre os sexos”; v) “a leitura da distribuição funcional da paisagem urbana reflete a dominância da perspectiva masculina sobre o espaço”; vi) “retrata uma relação entre gênero e a ideologia estética nas construções femininas, demonstrando que o controle moral, papel determinado às mulheres na sociedade patriarcal, é repassado pela sua arquitetura” (segundo Joseli Silva, 2003).</p>	<p><i>- A ideia de que o ambiente construído reflete os estereótipos dos lugares femininos e masculinos e que houve uma ótica masculina na produção do espaço urbano foi defendida por Bondi. Ela argumenta que o planejamento urbano funcionalista, racionalista que dominou durante muito tempo o modo de concepção de cidade aprisiona as mulheres em determinados lugares ao separar as áreas comerciais, industriais e residenciais, acentuando a divisão do trabalho entre os sexos. Sendo assim, afirma que a leitura da distribuição funcional da paisagem urbana reflete a dominância da perspectiva masculina sobre o espaço. Domosh retrata uma relação entre gênero e a ideologia estética nas construções femininas, demonstrando que o controle moral, papel determinado às mulheres na sociedade patriarcal, é repassado pela sua arquitetura (SILVA, Joseli, 2003, p. 38).</i></p>
<p>- À categoria “segregação espacial” deve ser incorporado a percepção feminista e de gênero, pois deve-se observar: (i) o “modelo social patriarcal”; (ii) que “muitas áreas são compostas pelo trabalho feminino</p>	<p><i>- Huxley e Winchester argumentam que os processos de segregação espacial, além da compreensão da lógica capitalista que os define, deve contemplar o modelo social patriarcal, visto que muitas áreas são</i></p>

<p>remunerado de forma desigual em relação ao trabalho masculino, gerando uma “feminização da pobreza urbana”; (iii) “as relações de poder ao espaço” (segundo Joseli Silva, 2003).</p>	<p><i>compostas pelo trabalho feminino remunerado de forma desigual em relação ao trabalho masculino, gerando uma feminização da pobreza urbana (SILVA, Joseli, 2003, p. 38).</i></p>
<p>- No tocante à relação entre as categorias “gênero”, “relações de poder” e “espaço”, se pode observar o seguinte exemplo: a cozinha sendo um espaço de liberdade à mulher pois ali é permitida sua autoridade; já o quarto sendo um espaço opressivo sendo oferecido o corpo feminino ao homem como retribuição aos papéis sociais representados, segundo Joseli Silva.</p>	<p><i>- Rose apresenta uma série de exemplos associando as relações de poder ao espaço. Apresenta, por exemplo, a cozinha significada como um espaço de liberdade, pois aí é permitido à mulher ter autoridade, porque é conferido a ela o papel de provedora da alimentação familiar”. Entretanto, o quarto já é representado por um espaço opressivo, já que o corpo feminino é oferecido ao homem como retribuição aos papéis sociais desempenhados, aparecendo nesse caso, a sexualidade como uma dimensão subjugada ao projeto familiar/social (SILVA, Joseli, 2003, p. 38).</i></p>
<p>- Ainda sobre a “segregação social” em uma perspectiva feminista e de gênero pode se relacionar com a categoria “rua” onde: a depender do horário ou da localidade existem dificuldades de acesso às mulheres a determinados espaços, é como se existem barreiras invisíveis criadas por olhares e pela força, segundo Joseli Silva.</p>	<p><i>- Enfim, os espaços de constrangimento, como a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são claramente elementos que tanto se referem às diferenças de acesso físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como a construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade (SILVA, Joseli, 2003, p. 38).</i></p>
<p>- Sobre a categoria das “cidades”, percebe-se que: “formam uma teia multidimensional de inúmeras sociabilidades” (possuindo espacialidades próprias); essas teias podem se interceptar, serem autônomas, complementares, contraditórias, estão em constante movimento de transformação no tempo e espaço (SILVA, Joseli, 2003, p. 38). E nesse interim, as mulheres alcançam visibilidade no espaço através de espaços de luta e resistência.</p>	<p><i>- Uma interessante proposta conceitual é apresentada por Gillian Rose, a qual afirma que as cidades formam uma teia multidimensional de inúmeras sociabilidades que possuem suas próprias espacialidades. Algumas destas teias se interceptam, outras são autônomas, complementares e ainda contraditórias e, além disso, estão em constante movimento de transformação no tempo e espaço. Em sua proposta teórica, as mulheres somente alcançam visibilidade no espaço quando observadas através do espaço da luta e resistência. E tal perspectiva implica ultrapassar o discurso dominante da geografia e reconhecer um particular senso de espacialidade que ela nomeia de espaço paradoxal (SILVA, Joseli, 2003, p. 38).</i></p>
<p>- A categoria “território” é criticada em seu sentido tradicional de apropriação do espaço pelo poder, pois: esta concepção vem da geografia baseada na teoria masculina heterossexual burguesa; engloba a visão da propriedade conquistada pela violência; percebe o território como proteção com a exclusão dos outros; invisibiliza os outros</p>	<p><i>- Gillian Rose (...) reivindica uma relação existente entre sujeito e território e argumenta que a noção de território desenvolvida pela geografia baseada na teoria masculina heterossexual burguesa envolve um tipo de propriedade conquistada historicamente, sempre pela violência, e imaginada e estruturada como uma fortaleza, como proteção de si e a exclusão de outros. Nesse</i></p>

<p>oprimidos e capturados no território, segundo Joseli Silva.</p>	<p><i>sentido, observa-se que há uma universalidade em termos de conquista espacial e esta não deixa de ser uma estratégia subjetiva de tornar invisíveis os outros oprimidos e capturados dentro do território (SILVA, Joseli, 2003, p. 39).</i></p>
<p>- Assim, a categoria do “território” em uma perspectiva feminista e de gênero permitiria observar: i) “a invisibilidade da mulher no espaço”; ii) no “território conquistado pela força masculina também existe o espaço do outro, o feminino”; iii) “o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exerce uma pressão para influenciar a ordem estabelecida”; iv) “o feminino é também elemento do território do conquistador masculino” (SILVA, Joseli, 2003, p. 39).</p>	<p><i>- Para escamotear a invisibilidade da mulher no espaço é preciso encontrar também saídas epistemológicas e a abordagem feminista argumenta que o território possui suas diferenciações internas e que no território conquistado pela força masculina também existe o espaço do outro, o feminino. Nessa perspectiva, o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exerce uma pressão para influenciar a ordem estabelecida. Portanto, o feminino é também elemento do território do conquistador masculino (SILVA, Joseli, 2003, p. 39).</i></p>
<p>- As feministas percebem que categorias “o mesmo” e “os outros” (e “centro” e “margem”) são interdependentes entre si. Pois a existência dessas categorias é relacional, onde “o centro” existe diante da “margem” e assim por diante reposicionando os sujeitos no território (segundo Joseli Silva).</p>	<p><i>- As feministas argumentam a impossibilidade de considerar as categorias (o mesmo e os outros), sem estabelecer a interdependência entre elas e adotam a perspectiva de “centro”, posicionando o sujeito com força hegemônica e a “margem”, constituindo os oprimidos. É o jogo tenso entre centro e margem que rearticula e reposiciona os sujeitos sociais no território (SILVA, Joseli, 2003, p. 40).</i></p>
<p>- Joseli Silva ensina que a categoria do “espaço paradoxal” externaliza que: (i) o espaço é complexo, pois envolve variadas articulações e dimensões; (ii) nesse espaço, uma mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social; (iii) todos os elementos constituintes dos sujeitos e dos espaços ocorrem simultaneamente; (iv) as tensões entre “os mesmos” e “os outros” podem ser subvertidas devido a plurilocalização no território; (v) as posições no espaço são imaginadas através dos múltiplos espaços sociais e dos pólos de cada dimensão; (v) existe pluralidade de masculinidades e de feminilidades e estes não são blocos homogêneos. (SILVA, Joseli, 2003, p. 40).</p>	<p><i>- O espaço paradoxal constitui-se numa interessante construção metodológica na geografia, sendo complexo, pois envolve variadas articulações e dimensões. Qualquer mulher não pode ser vista constituindo apenas um gênero, mas também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social. Todos esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo, portanto, subverter a ordem de forças entre os “mesmos” e os “outros” devido sua plurilocalização no território. Qualquer posição é imaginada não apenas por ser localizada por múltiplos espaços sociais, mas também por ambos os pólos de cada dimensão. É importante conceber que há pluralidade de masculinidades tanto quanto de feminilidades e que eles não são blocos homogêneos (SILVA, Joseli, 2003, p. 40).</i></p>
<p>- Sobre a categoria da “multidimensionalidade e plurilocalização”, essa constrói: “inúmeras configurações sociais/ territoriais”; é uma das características do conceito do “espaço paradoxal”; seu “movimento pode provocar uma desestabilização da configuração estabelecida e gerar uma nova posição entre</p>	<p><i>- As características de multidimensionalidade e plurilocalização oscilam e podem constituir assim, inúmeras configurações sociais/ territoriais. O movimento pode provocar uma desestabilização da configuração estabelecida e gerar uma nova posição entre os “mesmos”, considerados como centro da</i></p>

<p>os 'mesmos', considerados como centro da configuração e os 'outros', considerados margem da configuração, entretanto, sempre compreendidos como simultaneamente separados/ conectados. (SILVA, Joseli, 2003, p. 40).</p>	<p><i>configuração e os "outros", considerados margem da configuração, entretanto, sempre compreendidos como simultaneamente separados/ conectados. Essa compreensão envolve a separação que está na construção de identidades diferenciadas, contudo, só possíveis porque são construídas através de um processo de mutualidade e reconhecimento. Através da revisão epistemológica advoga-se que a realidade sócio-espacial construída é um campo contratual, na qual a realidade é redesenhada, redefinida e transformada (SILVA, Joseli, 2003, p. 40).</i></p>
<p>- Assevera Joseli Silva que a categoria do "espaço da transformação" pode ser uma estratégia metodológica em estudos feministas e de gênero, pois: engloba elementos materiais e simbólicos; elementos, esses, típicos das relações gênero/espaço. Ainda o "espaço da transformação" está para além do mero "espaço de reprodução".</p>	<p><i>- É a partir da contemplação dos elementos materiais e simbólicos que constituem as relações entre gênero e espaço que se pode ir além do espaço da reprodução, instituindo, assim, o espaço da transformação, conforme argumenta James Duncan (SILVA, Joseli, 2003, p. 41).</i></p>
<p>- A categoria da "geografia paradoxal" seria uma forma feminista de reconhecer que existe um "discurso geográfico hegemônico que pode ser subvertido através do reconhecimento de um espaço estruturado por uma dinâmica de tensão de localizações de força, multidimensional e caracterizado pela diversidade contraditória e simultânea das relações sociais" (SILVA, Joseli, 2003, p. 41).</p>	<p><i>- O objeto do feminismo depende de uma geografia paradoxal, de acordo com o reconhecimento de que há um discurso geográfico hegemônico que pode ser subvertido através do reconhecimento de um espaço estruturado por uma dinâmica de tensão de localizações de força, multidimensional e caracterizado pela diversidade contraditória e simultânea das relações sociais tal qual Gillian Rose tem afirmado (SILVA, Joseli, 2003, p. 41).</i></p>
<p>- A categoria da "política" também poderia ser representada por uma perspectiva feminista e de gênero que: envolveria as relações de vizinhança; o universo cotidiano visível; e as relações comunitárias (segundo Joseli Silva).</p>	<p><i>- Um dos aspectos que Gillian Rose toma como importante é a revisão do conceito de política, que deve contemplar as atividades de vizinhança, implicando o envolvimento do universo cotidiano visível nas políticas de base comunitária (SILVA, Joseli, 2003, p. 41).</i></p>
<p>- A categoria do "gênero" geograficamente deve ser vista de: forma dinâmica; constrói/construído "por experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações"; as representações são "fundadas em uma ordem sócio-espacial específica e, portanto, envolvendo tempo, espaço e escala"; "que a construção de gênero envolve tanto pressões de contexto, como escolhas individuais"; "as identidades e papéis sociais são exercidos concretamente através do espaço" (SILVA, Joseli, 2003, p. 42).</p>	<p><i>- A utilização do conceito de gênero na geografia deve levar em consideração que é dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações. Tais representações são fundadas em uma ordem sócio-espacial específica e, portanto, envolvendo tempo, espaço e escala. Assim, compreende-se que a construção de gênero envolve tanto pressões de contexto, como escolhas individuais. Essa condição permite a construção da abordagem geográfica do gênero, pois as identidades e papéis sociais são exercidos concretamente através do espaço (SILVA, Joseli, 2003, p. 42).</i></p>

<p>- O estudo da categoria do espaço paradoxal percebe processos socioespaciais contraditórios envolvendo gênero e espaço. Tendo como exemplo: a “participação feminina nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica” através das redes de economia solidária. Onde, as mulheres ali estão à margem da configuração do poder da Igreja Católica. No entanto, elas sustentam essas estruturas de base da Igreja Católica (SILVA, Joseli, 2003, p. 42).</p>	<p>- Nesse sentido, creio que um importante processo sócioespacial envolvendo gênero e espaço pode ser estudado através da participação feminina nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. A expressividade das mulheres nestes espaços de sociabilidade é significativa e a partir delas se constituem redes de solidariedade, envolvendo o funcionamento de muitos modelos baseados na “Economia Solidária”. O “espaço paradoxal” caracteriza-se pela localização das mulheres na margem da configuração do poder da Igreja Católica, embora representem a maioria dos fiéis e ativistas. Pode-se dizer, assim, que, paradoxalmente, o poder da Igreja é sustentado pela atuação das mulheres, cujos papéis sociais são de exclusão e marginalização do poder eclesiástico, embora a dominação masculina apareça como natural. As mulheres pobres, duplamente marginalizadas, muitas vezes encontram possibilidades abertas por estas instituições para atuação social e política. Assim, como compreender a relação entre a mulher pobre, a Igreja e o espaço? (SILVA, Joseli, 2003, p. 42).</p>
---	---

SEÇÃO 4

**AS REALIDADES DAS MULHERES
BRASILEIRAS EM SI: ESTATÍSTICAS
SOBRE GEOGRAFIA FEMINISTA (E DE
GÊNERO); E SOBRE COMO O LAR SE
COMPORTA COMO “TERRITÓRIO
INTENCIONALMENTE DE RISCO”.**

SEÇÃO 4 – AS REALIDADES DAS MULHERES BRASILEIRAS EM SI: ESTATÍSTICAS SOBRE GEOGRAFIA FEMINISTA (E DE GÊNERO); E SOBRE COMO O LAR SE COMPORTA COMO “TERRITÓRIO INTENCIONALMENTE DE RISCO”.

Essa seção visa aplicar a Geografia Feminista e de Gênero nas estatísticas brasileiras sobre o tema.

O intuito é promover uma reflexão sobre o Brasil a partir das construções de autoras dessa área da geografia.

Como são poucas as pesquisas que aplicam os conceitos da Geografia Feminista e de Gênero, essa pesquisa pretende aplicar esse olhar inovador na geografia brasileira.

O método de interpretação das violências contra as mulheres passará pelo olhar geográfico de Doreen Massey, Maria Dolores Garcia-Ramon e Joseli Maria Silva (autoras que optam, em geral, por métodos qualitativos).

Assim, os métodos de análise utilizados nessa tese são: o método qualitativo (através de análises críticas) e o método descritivo (ao descrever o arcabouço-teórico metodológico das autoras).

Cabe salientar, que o método pode ser definido como:

“Um instrumento que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação (SPOSITO, 2004, p. 23).

Ainda, serão promovidas reflexões acerca de estatísticas sobre as mulheres brasileiras e, depois, uma construção sobre como o “lar” se comporta como “território intencionalmente de risco” (conceito próprio, de Érica Ferrer).

A aspiração pretendida é a aplicação do arcabouço teórico-metodológico da Geografia Feministas e de Gênero (abordadas nas seções anteriores) em

reflexões sobre algumas realidades fáticas das mulheres, observadas através de dados estatísticos.

O método de análise da presente pesquisa se deu a partir das colocações metodológicas de Doreen Massey, Maria Dolors Garcia-Ramon e Joseli Maria Silva.

A escolha pelas geógrafas Doreen Massey, Maria Dolors Garcia-Ramon e Joseli Silva não se deu ao acaso. As pesquisadoras Doreen Massey e Maria Dolors Garcia-Ramon tiveram reconhecidas suas produções acadêmicas através da condecoração com o Prêmio Vautrin Lud (uma espécie de “Nobel da geografia”). Joseli Maria Silva é a geógrafa brasileira mais conhecida no ramo da geografia feminista e de gênero (o que possibilita trazer esse ramo do conhecimento para a realidade brasileira).

A Geografia Feminista e de Gênero busca uma mudança de mentalidade no campo da geografia como um todo.

Dessa forma, alguns conceitos dessa área do conhecimento são utilizados para explicar vários aspectos dessa pesquisa.

Ainda, a realidade fática das mulheres na Geografia é coletada nessa pesquisa através de dados estatísticos escancarando a realidade feminina, sendo interpretados através de reflexões qualitativas (mais compatíveis com estudos feministas e de gênero).

Isso porque, sobre métodos feministas e de gênero: “a única coisa importante na escolha do método é o rigor da análise e os objetivos do estudo” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 251), “na atual geografia de gênero não existe um método feminista de análise, embora na prática haja um claro viés para métodos qualitativos e intensivos” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250-251).

As ferramentas estatísticas do método qualitativo são incorporadas de forma a trazer a realidade fática das mulheres brasileiras, porém o foco central é a reflexão feminista (e de gênero).

Desse modo, geograficamente, as violências contra as mulheres aqui estudadas serão:

- i) Homicídios de mulheres em casa;
- ii) Divisão desigual do trabalho doméstico entre mulheres e homens;
- iii) Desigualdade salarial entre mulheres e homens; e,
- iv) Desigualdade na representação política entre mulheres e homens.

Assim, aplicam-se métodos da Geografia Feminista e de Gênero à questão das violências contra as mulheres, trazendo uma “visão gendrada” (de gênero) e feminista.

Para exemplificar como se deu a análise dessa pesquisa, a seguir, tem-se um modelo de interpretação das situações do cotidiano das mulheres a partir da lógica da Geografia Feminista e de Gênero (no Quadro 7):

Quadro 7 – Modelo de interpretação nessa pesquisa pretendida na área de Geografia Feminista e de Gênero.

Geografias Feministas e de Gênero	Em Doreen Massey	Em Maria Dolors Garcia-Ramon	Em Joseli Maria Silva
Estatísticas sobre as Mulheres brasileiras			
i) Homicídios de mulheres em casa	//	//	//
ii) Divisão desigual do trabalho doméstico entre mulheres e homens	//	//	//
iii) Desigualdade salarial entre mulheres e homens	//	//	//
iv) Desigualdade na representação política entre mulheres e homens	//	//	//

A Geografia Feminista e de Gênero busca uma mudança de mentalidade no campo da geografia como um todo.

A inovação dessa pesquisa é a aplicação dos conceitos dessas pesquisadoras de renome internacional, mas pouco conhecidas no Brasil.

Sobre a categoria “lar”, Massey critica que não estamos todos querendo voltar a um “lar autocorrespondente”. Isto porque, diante da crítica feminista: As mulheres gostariam de voltar a esse lar do passado? Voltar às desigualdades da divisão do trabalho doméstico constantes nesse lar? Ou esta teoria é pensada “para” e “pelos” homens? Ainda, sobre a distinção das categorias “lar” e “comunidade”: o “lar” não seria um lugar que todos nós almejaríamos. Massey ensina que:

É uma distinção que me deixa cautelosa, especialmente em suas asserções/imposições universalizantes (que ‘nós’ estamos todos almejando algum Lar autocorrespondente) e, é claro, na visão da mordaz crítica feminista” (MASSEY, 2015, p.285).

Ainda, a categoria espacial do “lar” reflete: (i) tanto posicionar a mulher no espaço doméstico (e não nos espaços públicos, espaços de laboratórios de alta tecnologia, ou espaços políticos como o Congresso Nacional), (ii) quanto o lar reflete relações desiguais de gênero, de acordo com Massey:

Em poucas palavras, os agrupamentos de eixos em torno dos quais essa dominância parecia estar construída reuniam-se ao redor do seguinte: (...) (iii) gênero como influente e reproduzido tanto através da ‘masculinidade’ do laboratório e da ‘feminilidade’ do lar quanto das permanentes relações cotidianas desiguais entre os gêneros já-estabelecidas dentro do lar (MASSEY, 2015, p.285).

Ainda, foi utilizada a perspectiva do conceito do “território intencionalmente de risco”. Isto porque o espaço do “lar” careceu de proteção às mulheres durante um longo período histórico.

Apenas na contemporaneidade que legislações foram construídas para tornar o lar, um espaço mais seguro para as mulheres. Como por exemplo, com a legislação sobre violência doméstica. O conceito do “território intencionalmente

de risco” estaria no âmbito da infraestrutura ausente/presente em territórios qualificando-os como “de risco” ou “seguros”. No caso do espaço do “lar”, este não possuía regulações e instrumentos de proteção às mulheres. Assim:

Logo, à medida que são realizadas diversas decisões políticas, territórios são requalificados e dotados de equipamentos de infraestrutura. No entanto, caso não sejam tomadas tais decisões, um território permanece como está ou tem suas características desqualificadas. A reflexão tendo por base o território intencionalmente de risco serve para trazer à tona a opção política motivadora do aparelhamento de infraestrutura nas regiões que se reflete no índice de homicídios” (FERRER, 2014, p. 12).

O conceito de “território intencionalmente de risco” pode ser visto também como fruto da omissão do poder público. No espaço do “lar”, essa omissão se constitui como a ausência de proteção à vida das mulheres. Dessa forma:

O conceito do território intencionalmente de risco contribui para estudos em geografia urbana, geografia do crime, sociologia, urbanismo, arquitetura, administração pública, direito, saúde pública, segurança, história, direitos humanos, engenharia, dentre outras. O Estado ao realizar o planejamento urbano e o ordenamento territorial equipa os territórios de forma desigual, criando espaços com mais infraestrutura em comparação a outros, os quais sofrem com a carência desses objetos estatais. Dessa forma, a omissão estatal pode criar territórios intencionalmente de risco, pois a intencionalidade reside no “não fazer” governamental. Nesse viés, a violência pode ser expressa em diferentes níveis (FERRER, mar 2021, p. 28477).

Ainda, Massey aponta o método de visibilizar as mulheres, de observar os “pontos cegos” da geografia (pois as mulheres não estavam visíveis a esse campo, tendo a geografia “olhos cegos” às mulheres).

As novas cartografias desafiam a construção clássica do mapa como “tecnologia de poder” que, por vezes, invisibilizou as mulheres (através de “pontos cegos”) segundo Massey, pois:

O que acontece aqui, então - nessas re-imaginações feministas e pós-coloniais das possibilidades da cartografia -, é um avanço da crítica dos mapas como ‘tecnologias de poder’ para forçar nossa compreensão da própria forma do mapa. E mais ainda ‘pontos cegos’, o esquecimento das configurações espaciais precedentes’. E, de Spivak, a ‘necessária, porém

contraditória, suposição de uma terra não inscrita' (1985, p. 133), todos, no contexto pós-colonial, baseados na noção do texto colonial como escritura sobre, desse modo, um outro obliterado" (MASSEY, 2015, p.163-164).

Ou seja, um dos métodos é o de cartografar os sujeitos da literatura feminista e pós-colonial a partir da sua própria ótica (da abordagem feminista ou da pós-colonial), por isso serão visibilizadas violências contra as mulheres brasileiras em determinados temas.

Assim, os estudos dessa pesquisa aplicam tal método de Doreen Massey ao visibilizar as mulheres através das análises das estatísticas selecionadas nessa tese.

A baixa importância às questões das mulheres (e às questões feministas) na geografia pode ser observada através da dicotomia "local" X "global".

Segundo Massey, A distinção entre o "local" e o "global" associava: o "local" como de menor importância, o "global" como sendo mais importante. No "local" incluíam questões e lutas pertinentes ao: antirracismo, feminismo, preocupações ambientais, dentre outras. No entanto, essa pesquisa traz a importância de analisar as questões feministas como a das violências contra as mulheres.

Ao "global" e ao "universal" (utilizando os termos como se fossem sinônimos) se colocavam os temas relacionados à "classe", ou seja, os temas relacionados às mulheres eram tratados como de importância menor, segundo Massey:

Além disso (e bem à parte de todas as confusões metodológicas em que o termo tornou-se emaranhado), a designação negativa das coisas como (meramente) locais saiu de seu significado geográfico para ser usado em relação a toda uma variedade de questões e lutas. Então, anti-racismo, feminismo e as preocupações ambientais, entre outras, foram criticadas como sendo 'apenas questões locais' (ver parte III, especialmente 'Sexismo flexível'). E a global e a universal (e a confusão entre os dois termos era ela própria sintomática) preocupação com a qual essas questões estavam sendo comparadas era a de classe (MASSEY, 2001, p. 119, tradução nossa).

Logo, as questões feministas foram colocadas como de menor importância (em relação às questões “de classe”).

Portanto, o método de estudar as mulheres por um viés de visibilizar tais sujeitas é uma novidade das áreas da Geografia Feminista e da Geografia e Gênero.

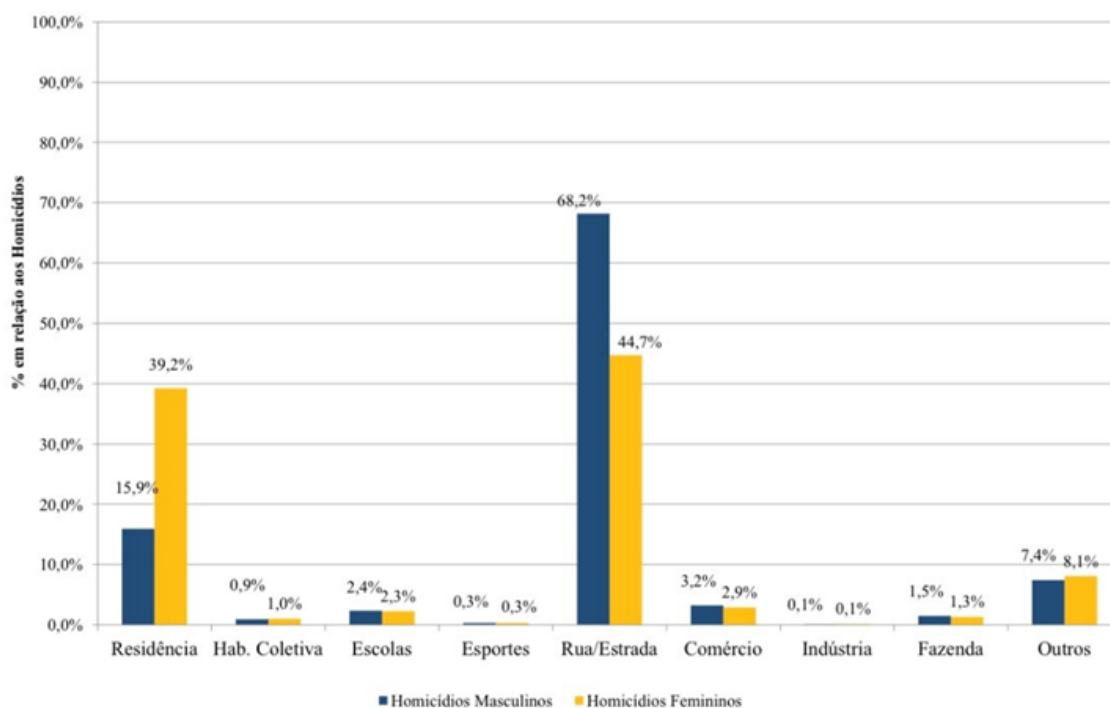
4.1. HOMICÍDIOS DE MULHERES EM CASA

A escolha pela estatística de homicídios de mulheres em casa se dá principalmente para o estudo geográfico do espaço do “lar”, da “casa”. Ou seja, o destaque é para o que ocorre no espaço geográfico presente “em casa”.

Segundo o Atlas da Violência 2019 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que reuniu dados no período entre 2007 e 2017: (i) Sobre os homicídios dos homens, 68,2% foram mortos em ruas/estradas, enquanto 15,9% foram assassinados em casa; (ii) Sobre os homicídios de mulheres, 44,7% morreram na rua/estrada, enquanto 39,2% foram mortas em casa.

O Gráfico 1, a seguir, apresenta o perfil dos homicídios e sua questão espacial relacionada ao sexo da vítima:

Gráfico 1 – Padrão de vitimização dos homicídios em relação ao espaço do incidente e o sexo da vítima.



Fonte: IPEA-ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019, 2019, p. 75.

Ainda, estudos do Atlas da Violência de 2020 ressaltam o aumento de homicídios dentro de casa, o que pode ser reflexo da posse de armas pela população. Assim:

“(...) verificamos que, entre 2013 e 2018, ao mesmo tempo em que a taxa de homicídio de mulheres fora de casa diminuiu 11,5%, as mortes dentro de casa aumentaram 8,3%, o que é um indicativo do crescimento de feminicídios. Nesse mesmo período, o aumento de 25% nos homicídios de mulheres por arma de fogo dentro das residências, por sua vez, parece refletir o crescimento na difusão de armas, cuja quantidade aumentou significativamente nos últimos anos (IPEA-ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020, 2020, p. 39).

No âmbito dos homicídios ocorridos em residência (no “lar”, na “casa”): 39,2% são homicídios de mulheres, enquanto apenas 15,9% dos homicídios são de homens, no período entre 2007 e 2017 (IPEA-ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p. 75).

A questão da violência doméstica é um dos focos da Geografia Feminista e de Gênero nos países da América Latina (segundo Garcia-Ramon). Tal realidade expressa a necessidade constante de observar a Geografia numa perspectiva de gênero e feminista, sendo tal visão fundamental na atualidade.

Perspectiva necessária, principalmente, em sociedades onde existem elevados índices de desigualdade de gênero e dados chocantes de violência contra a mulher.

O Brasil é uma dessas sociedades onde essa perspectiva é necessária, devido aos altos índices de violência contra as mulheres.

Fato é que a geografia clássica ao não observar a questão da violência contra a mulher, não percebeu a desigualdade na dinâmica de poder existente no âmbito do “lar”.

Assevera Massey que a geografia clássica analisava as questões locais e as questões feministas (como os homicídios de mulheres) como de menor importância:

Além disso (e bem à parte de todas as confusões metodológicas em que o termo tornou-se emaranhado), a designação negativa das coisas como (meramente) locais saiu de seu significado geográfico para ser usado em relação a toda uma variedade de questões e lutas. Então, anti-racismo, feminismo e as preocupações ambientais, entre outras, foram criticadas como sendo 'apenas questões locais' (ver parte III, especialmente 'Sexismo flexível'). E a global e a universal (e a confusão entre os dois termos era ela própria sintomática) preocupação com a qual essas questões estavam sendo comparadas era a de classe (MASSEY, 2001, p. 119, tradução nossa).

A confusão metodológica de colocar as questões feministas e de gênero como “locais”, pode ser criticada dentro do âmbito da geografia. Isso porque se colocava como mais importantes as questões “globais” e “universais” que eram associadas às questões de “classe” (MASSEY, 2001, p. 119).

Já a questão feminista e de gênero (como a dos homicídios de mulheres) era associada às questões “locais” e de “lugar” (e sendo consideradas menos importantes), segundo Massey.

Especificamente sobre a questão da violência, vale salientar o aspecto do homicídio de mulheres dentro de “casa”, do “lar”. A perspectiva da Geografia Feminista e de Gênero, visa perceber a escala do “lar”, da “casa” (tradicionalmente pouco observadas na geografia clássica).

Segundo Doreen Massey, o lar reflete tanto posicionar a mulher dentro do espaço doméstico, quanto as relações desiguais de gênero. Pois, o conceito do “lar” reflete tanto a “feminilidade” do lar quanto as permanentes relações cotidianas desiguais entre os gêneros já-estabelecidas dentro do lar (MASSEY, 2015, p.285).

Sobre o espaço “do lar”: nele é exercido classicamente uma luta de poderes entre gêneros. Pois, o “domínio masculino” acaba controlando as mulheres colocando-as no lar, para controlar a atividade reprodutiva das mulheres (e a sexualidade feminina).

Isso não exclui que o controle da atividade reprodutiva das mulheres - e mais especificamente da sexualidade feminina - seja uma das manifestações básicas do domínio dos homens sobre as mulheres, e isso tem como

consequência que o lar passa a ser o foco central do trabalho das mulheres (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258).

Outro exemplo dessa relação de poder entre os gêneros no espaço do “lar” ocorre ao se observar: a cozinha como um espaço de liberdade à mulher pois ali é permitida sua autoridade; já o quarto como um espaço opressivo sendo oferecido o corpo feminino ao homem como retribuição aos papéis sociais representados (segundo Joseli Silva). Dessa forma:

Rose apresenta uma série de exemplos associando as relações de poder ao espaço. Apresenta, por exemplo, a cozinha significada como um espaço de liberdade, pois aí é permitido à mulher ter autoridade, porque é conferido a ela o papel de provedora da alimentação familiar”. Entretanto, o quarto já é representado por um espaço opressivo, já que o corpo feminino é oferecido ao homem como retribuição aos papéis sociais desempenhados, aparecendo nesse caso, a sexualidade como uma dimensão subjugada ao projeto familiar/social (SILVA, Joseli, 2003, p. 38).

Ou seja, o espaço do “lar” não é um espaço totalmente seguro para as mulheres. Pelo contrário, é um espaço tradicionalmente opressivo utilizado para controlar a atividade reprodutiva das mulheres. As estatísticas aqui apresentadas reforçam esse caráter opressor ao mostrar os homicídios de mulheres em casa.

Assim, pode-se alcançar a categoria do “território” (que engloba relações de poder – nesse caso entre gêneros) em uma perspectiva feminista e de gênero que permite observar: i) “a invisibilidade da mulher no espaço”; ii) no “território conquistado pela força masculina também existe o espaço do outro, o feminino”; iii) “o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exerce uma pressão para influenciar a ordem estabelecida”; iv) “o feminino é também elemento do território do conquistador masculino” (SILVA, Joseli, 2003, p. 39). Assim:

Para escamotear a invisibilidade da mulher no espaço é preciso encontrar também saídas epistemológicas e a abordagem feminista argumenta que o território possui suas diferenciações internas e que no território conquistado pela força masculina também existe o espaço do outro, o feminino. Nessa perspectiva, o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado

e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exerce uma pressão para influenciar a ordem estabelecida. Portanto, o feminino é também elemento do território do conquistador masculino (SILVA, Joseli, 2003, p. 39).

Destarte, na geografia clássica tem-se que, classicamente, grande parte das concepções são pensadas através/para homens, e não através/para mulheres.

Ainda, os movimentos feministas vêm até a atualidade trazendo, a importância de manter as mulheres vivas (e de tentar se diminuir o índice de homicídios de mulheres). Um exemplo dessa luta foi: a pressão dos movimentos feministas que contribuíram para a criação da Lei Maria da Penha.

Os dados estatísticos nacionais reforçam as concepções teórico-metodológicas da Geografia Feminista e de Gênero no tema das violências contra as mulheres em casa. As estatísticas sobre a realidade das mulheres são essenciais para o estudo de uma realidade até recentemente, pouco estudada. Fato este, devido ao foco dos estudos serem a vida dos homens, não das mulheres.

O conceito do “território intencionalmente de risco” seria útil nessa análise, pois reflete o âmbito da infraestrutura ausente/presente em territórios qualificando-os como “de risco” ou “seguros”.

No caso do lar (no tema da violência dentro da casa/lar), este espaço não possuía regulações e instrumentos (“infraestruturas”) de proteção às mulheres. Assim:

Logo, à medida que são realizadas diversas decisões políticas, territórios são requalificados e dotados de equipamentos de infraestrutura. No entanto, caso não sejam tomadas tais decisões, um território permanece como está ou tem suas características desqualificadas. A reflexão tendo por base o território intencionalmente de risco serve para trazer à tona a opção política motivadora do aparelhamento de infraestrutura nas regiões que se reflete no índice de homicídios” (FERRER, 2014, p. 12).

Outra questão é abarcar a vivência da pluralidade da vida das mulheres, trazendo a vivência das mulheres negras.

O uso do termo “mulheres” visa abranger tal diversidade, pois:

(...) novas posições teóricas convidam ao estudo da complexidade das experiências de vida de "mulheres" (e não da "mulher"); também nos convidam a combinar a dimensão de gênero (aplicável tanto a mulheres quanto a homens) com outras causas de diferença, como etnia, classe social, sexualidade ou nacionalidade (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250, tradução nossa).

As análises que compreendem as questões de “raça” e “gênero” são essenciais. Por isso, a importância do uso do termo “mulheres” (GARCIA-RAMON, 2019, p. 250) para abranger a pluralidade de mulheres nos quesitos raciais, de renda, classe social, de orientação sexual etc.

Assim, cabe ressaltar a questão do aumento de homicídios de mulheres negras, no período entre 2017 e 2018. Assevera o Atlas da Violência de 2020 que:

Se, entre 2017 e 2018, houve uma queda de 12,3% nos homicídios de mulheres não negras, entre as mulheres negras essa redução foi de 7,2%. Analisando-se o período entre 2008 e 2018, essa diferença fica ainda mais evidente: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4% (IPEA-ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020, 2020, p. 37).

Ainda, no Brasil a maioria das mulheres assassinadas são negras. É uma questão importante para analisar o recorte racial que vitimiza mais algumas mulheres pela cor da pele. Assim:

Em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Enquanto entre as mulheres não-negras a taxa de mortalidade por homicídios no último ano foi de 2,8 por 100 mil, entre as negras a taxa chegou a 5,2 por 100 mil, praticamente o dobro (IPEA-ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020, 2020, p. 37).

Dessa forma, é perceptível a importância de analisar questões raciais e de gênero nas pesquisas sobre homicídios.

4.2. DIVISÃO DESIGUAL DO TRABALHO DOMÉSTICO ENTRE MULHERES E HOMENS

A estatística aqui analisada pretende observar como ocorre o trabalho doméstico no espaço do “lar”. O foco é a relação geográfica entre “trabalho”, “gênero” e “espaço”, que tem por um dos resultados: a divisão sexual do trabalho.

Raros são os estudos que investigam a desigualdade do trabalho doméstico entre mulheres e homens, investigando o fenômeno de forma mais profunda.

Um dos raros estudos, foi apresentado pelo Jornal O Globo. O estudo é evidenciado a seguir pelo Gráfico 2:

Gráfico 2 – Divisão do trabalho doméstico (em horas) entre homens e mulheres



Fonte: ALMEIDA-O GLOBO, 2020.

Esse estudo apresenta que no ano de 2019, as mulheres realizaram 21h44m de trabalho doméstico, ao passo que os homens o realizaram em apenas 11h. Ou seja, em comparação aos homens, as mulheres dedicaram praticamente o dobro de horas no serviço doméstico.

As estatísticas relacionadas à divisão desigual do trabalho doméstico entre mulheres e homens reforçam o arcabouço teórico-metodológico da Geografia Feminista e de Gênero.

O arcabouço teórico-metodológico da Geografia Feminista e de Gênero percebe que, a alta carga horária das mulheres no trabalho doméstico diminui as horas em que estas poderiam se dedicar ao: trabalho remunerado fora de casa, profissionalização, busca por melhores colocações profissionais, tempo de descanso etc.

Assim, percebe-se que além da desigualdade na divisão do trabalho doméstico, ainda tal desigualdade afeta diversas outras atividades das mulheres. Situação essa que fragiliza a situação das mulheres em diversos setores.

Ao pesquisar o trabalho das mulheres na agricultura, Garcia-Ramon forneceu a base da percepção sobre a desvalorização dos salários das mulheres. Isto, devido ao fato do trabalho da mulher ser relacionado ao “valor de uso” (utilidade), mas não ao “valor de troca” (remuneração). Historicamente, o trabalho feminino foi relacionado ao trabalho doméstico. Dessa forma, o trabalho feminino possuía “valor de uso” (utilidade), mas não “valor de troca” (não-remunerado). Assim, percebe-se uma desvalorização histórica do trabalho da mulher. Assevera Garcia-Ramon:

Para amenizar essa subestimação da contribuição das mulheres para o trabalho, a teoria feminista recente aponta a necessidade de levar em conta não só a produção de valores de troca, mas também a de valores de uso, que são aqueles que são basicamente criados na esfera doméstica (Pahl, 1988) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 259-260, tradução nossa).

A partir da leitura de Garcia-Ramon, percebemos dois fatores que envolvem o trabalho das mulheres: (i) segregação da mulher em trabalhos de menor cargo hierárquico ou menos-qualificados; (ii) associação do trabalho da

mulher ao valor de uso (utilidade), mas não ao valor de troca (remuneração); devido à correlação com trabalho doméstico não-remunerado das mulheres.

Destarte, diversas outras pesquisas reforçam como se dá tal desigualdade entre gêneros.

Como, por exemplo, o estudo apresentado pela SINERGIA evidenciou que, no mundo, 75% do trabalho do cuidado não-remunerado é realizado por mulheres, segundo dados do ano de 2021.

A Figura 2, a seguir, evidencia tal pesquisa:

Figura 2 – Segundo dados de 2021, 75% do trabalho do cuidado não remunerado é realizado por mulheres



Fonte: DIAS-SINERGIA,2021.

Tais dados reforçam as abordagens da Geografia Feminista e de Gênero demonstrado ser essencial tratar das dicotomias: público/privado, casa/rua, homem/mulher. Assevera Garcia-Ramon que à mulher foi dada a esfera do “lar”,

da “casa” e dos trabalhos relacionados ao trabalho doméstico (como o cuidado) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258-259). Já aos homens foi dada a liberdade de acesso amplo aos outros espaços.

Segundo Garcia-Ramon, o domínio masculino, se desenvolveu historicamente para controlar a reprodução em seus diferentes aspectos: (i) reprodução biológica; (ii) reprodução da força de trabalho, (iii) reprodução social (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258). Sendo que as mulheres são estritamente necessárias no aspecto da reprodução biológica, o que assevera o forte controle sobre a reprodução biológica das mulheres. Dessa forma:

A teoria feminista atual (Beneria, 1979; 1987) afirma que esse domínio se desenvolveu historicamente em torno da necessidade de controlar a reprodução em seus diferentes aspectos. Com efeito, deve-se entender que o conceito de reprodução não abrange apenas a reprodução biológica (desenvolvimento físico dos seres humanos), mas também a reprodução da força de trabalho (processo pelo qual os seres humanos se tornam trabalhadores por meio da escolaridade, educação, etc.) e reprodução social (transmissão do acesso e controle dos recursos econômicos de uma geração para outra) e é evidente que as mulheres são estritamente necessárias apenas para o primeiro aspecto, o da reprodução biológica (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258, tradução nossa).

Assim o “domínio masculino” acaba controlando as mulheres colocando-as no lar. Por isso, o lar passaria a ser o foco do trabalho das mulheres, de forma a controlá-las. Assevera Garcia-Ramon que:

Isso não exclui que o controle da atividade reprodutiva das mulheres - e mais especificamente da sexualidade feminina - seja uma das manifestações básicas do domínio dos homens sobre as mulheres, e isso tem como consequência que o lar passa a ser o foco central do trabalho das mulheres (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258).

Segundo Garcia-Ramon, a categoria “divisão sexual do trabalho” explica tal situação, pois esta é: (i) um mecanismo para manter a subordinação da mulher; (ii) permite discriminação de salários, que em parte, empurra mulheres para o casamento; (iii) no casamento as mulheres são empurradas para a maior

parte do trabalho doméstico; (iv) gerando por consequência uma piora de posição no mercado de trabalho (GARCIA-RAMON, 1990, p. 256). Assim:

Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução: Hartman (1976) aponta que a divisão do trabalho constitui na sociedade capitalista o mecanismo básico para manter a subordinação das mulheres. Essa divisão permite a discriminação salarial que, em parte, leva as mulheres ao casamento; as mulheres casadas são normalmente responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico, o que por sua vez piora sua posição no mercado de trabalho. Mas esta situação também se deve à organização da nossa sociedade em unidades familiares em que predominam as relações de poder patriarcais, sendo evidente que este tipo de unidade familiar não é essencial para o funcionamento da sociedade mas é apenas uma entre várias formas de organização possíveis. deste (Hartman, 1981). Em suma, quando falamos da divisão sexual do trabalho, estamos na verdade falando das relações de poder entre homens e mulheres, que têm uma de suas manifestações mais importantes na divisão do trabalho (Gasson, 1988) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 256, tradução nossa).

Assim, segundo Garcia-Ramon, a divisão sexual do trabalho manifesta as relações de poder entre homens e mulheres, tendo como desdobramento a divisão do trabalho. Ainda, ela pontua como a jornada do trabalho doméstico dificulta a inserção da mulher no mercado de trabalho, devido à sobrecarga de trabalho.

De acordo com Joseli Silva, através da cultura e da “dominação masculina” existe uma correlação entre o que se espera de uma pessoa a partir do seu corpo e do sexo biológico. Um dos desdobramentos é a divisão do trabalho doméstico. Assim:

A cultura é construída permanentemente e há uma co-determinação entre indivíduo e sociedade, tornando difícil o olhar sobre as relações de poder que determinam suas características, pois as práticas estão encravadas nos gestos mais automáticos ou aparentemente mais insignificantes do corpo. (...) Pierre Bourdieu em seu estudo sobre a dominação masculina argumenta que o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a

diferença entre os sexos biológicos, conformando- a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU, 1999) (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).

Afirma Joseli Silva que : i) “o ambiente construído reflete os estereótipos dos lugares femininos e masculinos”; ii) “houve uma ótica masculina na produção do espaço urbano”; iii) “o planejamento urbano funcionalista, racionalista que dominou durante muito tempo o modo de concepção de cidade aprisiona as mulheres em determinados lugares ao separar as áreas comerciais, industriais e residenciais”; iv) essa separação acentua “a divisão do trabalho entre os sexos”; v) “a leitura da distribuição funcional da paisagem urbana reflete a dominância da perspectiva masculina sobre o espaço”; vi) “retrata uma relação entre gênero e a ideologia estética nas construções femininas, demonstrando que o controle moral, papel determinado às mulheres na sociedade patriarcal, é repassado pela sua arquitetura” (SILVA, Joseli, 2003, p. 38).

Assim, através da categoria dos “estereótipos dos lugares femininos e masculinos” percebe-se essa correlação entre o lar/casa e a mulher, observando que o planejamento urbano acentua a divisão de trabalho entre os sexos.

Na visão de Joseli Silva, essa divisão desigual do trabalho doméstico pode ser observada através da a categoria “dominação masculina”, onde: “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes”; “é um programa social de percepção incorporada”; “,conformando- a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres” (dominação “inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social”), segundo Joseli Silva:

A cultura é construída permanentemente e há uma co-determinação entre indivíduo e sociedade, tornando difícil o olhar sobre as relações de poder que determinam suas características, pois as práticas estão encravadas nos gestos mais automáticos ou aparentemente mais insignificantes do corpo.

(...) Pierre Bourdieu em seu estudo sobre a dominação masculina argumenta que o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa

social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando- a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU, 1999) (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).

Ou seja, essa dominação masculina cria uma expectativa diante do corpo feminino, onde são depositados valores como por exemplo a divisão do trabalho (sendo aplicado ao corpo feminino essa correlação ao trabalho doméstico).

Segundo Doreen Massey, o lar reflete: (i) posicionar a mulher dentro do espaço doméstico, (ii) as relações desiguais de gênero (MASSEY, 2015, p.285). Tanto acomodando a mulher no lar, quanto também gerando a divisão desigual do trabalho doméstico.

Ainda, segundo Massey, a construção da categoria do “lugar de mulher” ou “*woman’s place*” tem relação com o lar. Houve mudança de paradigma quando as mulheres se tornaram economicamente ativas, não trabalhando somente no “trabalho doméstico não-remunerado”. Assevera Massey:

'A woman's place?' illustrates this theme, by pointing to the specific (though not unique) importance of the spatial separation of home and workplace in generating dismay in certain quarters at women becoming 'economically active' (MASSEY, 2001, p. 179).

‘O lugar de mulher’? ilustra este tema, apontando para a importância específica (embora não única) da separação espacial de casa e do local de trabalho em gerar consternação em certos bairros com mulheres se tornando 'economicamente ativas' (MASSEY, 2001, p. 179, tradução nossa).

No entanto, a visão a categoria “*woman’s place*” (“lugar de mulher”) sendo sinônimo de “lar”, segue até os dias de hoje. Exemplo é a correlação da mulher ao trabalho doméstico (através da divisão desigual do trabalho doméstico) onde as mulheres dedicam muito mais horas a este do que os homens.

4.3. DESIGUALDADE SALARIAL ENTRE MULHERES E HOMENS

A análise sobre desigualdade salarial entre mulheres e homens visa investigar o fenômeno através de uma análise da Geografia Feminista e de Gênero, investigando: “divisão sexual do trabalho”, “valor de uso e valor de troca”, dentre outros aspectos.

Recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2019, evidenciou questões sobre a desigualdade salarial entre mulheres e homens. A pesquisa observou que: As mulheres ganham 77,7% do salário dos homens, sendo que em cargos de maior rendimento (como de diretores e gerentes), a diferença é pior, pois, nesse caso, elas somente recebem 61,9% do salário dos homens (GUEDES-CNN, 2021).

Essa abissal disparidade se faz presente ainda que as mulheres (estatisticamente) concluam em maior número o Ensino Superior (se comparadas aos homens), conforme evidenciado na Figura 3, a seguir.

Figura 3 – Manchete com dado sobre a desigualdade salarial entre homens e mulheres

Mulheres ganham 77,7% do salário dos homens no Brasil, diz IBGE

Para cargos como gerentes e diretores, a diferença salarial entre homens e mulheres é ainda maior

As mulheres receberam 77,7% do salário dos homens em 2019. A diferença é ainda mais elevada em cargos de maior rendimento, como diretores e gerentes. Nesse grupo, as mulheres ganharam apenas 61,9% do rendimento dos homens. Os dados são de uma publicação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgada nesta quinta-feira (4).

Fonte: GUEDES-CNN, 2021.

As estatísticas relacionadas à desigualdade salarial entre mulheres e homens reforçam o arcabouço teórico-metodológico da Geografia Feminista e de Gênero.

No Brasil, percebe-se profissionalmente que mesmo as mulheres possuindo melhor formação acadêmica, a desigualdade salarial persiste.

Outra diferença observada no Brasil é, ainda que em cargos de mesma hierarquia, as mulheres permanecem ganhando menos.

Ainda, percebe-se que o maior número de horas dedicadas ao trabalho doméstico, gera: limitações à ocupação do mercado de trabalho pelas mulheres; e às direciona para serviços menos remunerados. A Figura 4 evidencia tal fenômeno:

Figura 4 – Matéria sobre jornada dupla das mulheres em relação ao direcionamento para serviços menos remunerados

Jornada dupla

A responsabilidade quase duas vezes maior por afazeres domésticos permanece como fator limitador para o sexo feminino, pois tende a reduzir a ocupação das mulheres ou a direcioná-las para serviços menos remunerados.

Semanalmente, são 21,4 horas gastas por mulheres, enquanto os homens dedicam apenas 11 horas do tempo para tarefas de casa. O Sudeste lidera o tempo gasto com esses afazeres, são 17,3 horas semanais na região, sendo 22,1 horas gastas por mulheres e 11,3 horas gastas por homens. Os dados mostram, portanto, que a inserção feminina no mercado é dificultada também pela necessidade de conciliação da dupla jornada.

Fonte: GUEDES-CNN, 2021.

Essa análise (sobre a jornada dupla) é similar à observada por Garcia-Ramon (2019) nas teorias sobre a questão da mulher no mercado de trabalho.

A limitação criada pela jornada dupla é também observada por Garcia-Ramon. Ela explica a situação da desigualdade salarial (entre homens e

mulheres) através da categoria “divisão sexual do trabalho” pois essa é: i) um mecanismo para manter a subordinação da mulher; ii) permite discriminação de salários, que em parte, empurra mulheres para o casamento; iii) no casamento as mulheres são empurradas para a maior parte do trabalho doméstico; iv) gerando por consequência uma piora de posição no mercado de trabalho (GARCIA-RAMON, 1990, p. 256). Assim:

Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução: Hartman (1976) aponta que a divisão do trabalho constitui na sociedade capitalista o mecanismo básico para manter a subordinação das mulheres. Essa divisão permite a discriminação salarial que, em parte, leva as mulheres ao casamento; as mulheres casadas são normalmente responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico, o que por sua vez piora sua posição no mercado de trabalho. Mas esta situação também se deve à organização da nossa sociedade em unidades familiares em que predominam as relações de poder patriarcais, sendo evidente que este tipo de unidade familiar não é essencial para o funcionamento da sociedade mas é apenas uma entre várias formas de organização possíveis. deste (Hartman, 1981). Em suma, quando falamos da divisão sexual do trabalho, estamos na verdade falando das relações de poder entre homens e mulheres, que têm uma de suas manifestações mais importantes na divisão do trabalho (Gasson, 1988) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 256, tradução nossa).

Afirma Garcia-Ramon, que a segregação do emprego (as mulheres estarem em empregos menos qualificados ou de menor hierarquia) estaria na base das baixas qualificações e baixos salários das mulheres, já que:

A fraca posição das mulheres no mercado de trabalho contribui para a concentração e segregação do emprego em determinados setores, geralmente muito pouco qualificados. Na verdade, essa segregação está na base das baixas qualificações e baixos salários das mulheres (GARCIA-RAMON, 2019, p. 248, tradução nossa).

No entanto, no Brasil, mesmo mulheres com a mesma qualificação ou mesmo cargo hierárquico, ainda recebem menores salários.

Ao pesquisar o trabalho das mulheres na agricultura, Garcia-Ramon forneceu a base da percepção sobre a desvalorização dos salários das

mulheres. Isto, devido ao fato do trabalho da mulher ser relacionado ao “valor de uso” (utilidade), mas não ao “valor de troca” (remuneração). Assim:

De fato, só se considera trabalho 'real' o que está relacionado com a produção de mercadorias, e a maioria das tarefas da mulher na exploração agrária não estão diretamente orientadas ao mercado, dessa forma sua contribuição está subvalorizado e subestimado. Para amenizar essa subestimação da contribuição das mulheres para o trabalho, a teoria feminista recente aponta a necessidade de levar em conta não só a produção de valores de troca, mas também a de valores de uso, que são aqueles que são basicamente criados na esfera doméstica (Pahl, 1988) (GARCIA-RAMON, 1990, p. 259-260, tradução nossa).

Historicamente, o trabalho feminino foi relacionado ao trabalho doméstico. Dessa forma, o trabalho feminino possuía “valor de uso” (utilidade), mas não “valor de troca” (não-remunerado). Assim, percebe-se uma desvalorização histórica do trabalho da mulher.

A partir da leitura de Garcia-Ramon, percebemos dois motivos centrais para a desigualdade salarial entre homens e mulheres: (i) segregação da mulher em trabalhos de menor cargo hierárquico ou menos-qualificados; (ii) associação do trabalho da mulher ao valor de uso (utilidade), mas não ao valor de troca (remuneração); devido à correlação com trabalho doméstico não-remunerado das mulheres.

Ainda, existe a “exclusão das mulheres em alguns lugares” (e dos lugares e cargos com salários mais altos) sendo esta resultado de uma história da construção do gênero, segundo Massey:

Uma longa história, de fato, não apenas da exclusão das mulheres, mas da contestada constituição do que iria significar ser (um certo tipo de) homem ou mulher. A ‘masculinidade’ dos tecnopolos do mundo, hoje, não é apenas um produto de, nem pode ser medido pelo fato da esmagadora dominância, nele, de empregados homens. É um resultado de uma história mais longa e mais profunda da construção do gênero que, ela própria, foi/é incluída espacialmente na construção de ‘lugares do conhecimento’ defensivos, especializados” (MASSEY, 2015, p. 208).

A categoria da “exclusão das mulheres” explica o porquê da falta de mulheres em alguns espaços (como em tecnopolos, em espaços de representação política como no Congresso Nacional, em cargos de alto escalão com salários maiores).

Segundo Massey, essa exclusão das mulheres reúne: a masculinidade dos tecnopolos, é o resultado da história profunda da construção do gênero, passa pela ideia de “lugares do conhecimento, defensivos, especializados”, segundo Massey.

Na obra de Joseli Silva, essa desigualdade salarial pode ser observada através da categoria “segregação espacial” que reflete: (i) o “modelo social patriarcal”; (ii) que “muitas áreas são compostas pelo trabalho feminino remunerado de forma desigual em relação ao trabalho masculino, gerando uma “feminização da pobreza urbana”; (iii) “as relações de poder ao espaço” (segundo Joseli Silva, 2003).

Huxley e Winchester argumentam que os processos de segregação espacial, além da compreensão da lógica capitalista que os define, deve contemplar o modelo social patriarcal, visto que muitas áreas são compostas pelo trabalho feminino remunerado de forma desigual em relação ao trabalho masculino, gerando uma feminização da pobreza urbana (SILVA, Joseli, 2003, p. 38).

Ou seja, essa desigualdade salarial gera também uma feminização da pobreza urbana.

Sendo que a própria configuração das cidades marcadas pela segregação urbana evidencia que mulheres são mais afetadas pela pobreza.

Considerando que quase metade dos lares brasileiros são sustentados por mulheres (IDADOS 2020), pode-se perceber o impacto causado por essa desigualdade salarial (e feminização da pobreza urbana).

Outras questões são as condições de vida das mulheres em geral e a questão do recorte racial: (i) as mulheres são mais pobres que os homens; (ii) as mulheres negras ganham menos ainda; (iii) as mulheres negras são as que estão mais no trabalho informal (BARSTED, 2019. p. 146).

Existe também a relação entre desigualdade salarial e violência contra as mulheres, onde mulheres negras e pobres sofrem mais violência (Salete Silva, 2018), pois:

“A desigualdade salarial também se coloca como fragilidade nas questões das violências contra a mulheres, pois: as mulheres negras e pobres são as mais afetadas nos índices de violência contra a mulher” (SALETE SILVA, 2018, p. 236).

Atualmente no Brasil, “quase metade dos lares brasileiros são sustentados por mulheres” segundo Pesquisa da IDADOS (2020). Logo, tal desigualdade salarial afeta (geograficamente), metade das casas brasileiras. Atingindo não somente as mulheres, mas também as crianças, os idosos e, inclusive, homens sustentados por essas mulheres.

4.4. DESIGUALDADE NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA ENTRE MULHERES E HOMENS

A desigualdade na representação política é essencial para compreender: tanto a qual gênero é dado esse espaço de ocupar o Congresso Nacional, quanto os reflexos dessa desigualdade de gênero (na criação de leis e de políticas públicas).

No Brasil, na Câmara dos Deputados (CD) do total de 513 deputados, apenas 77 são mulheres.

Sendo que, estas ocupam menos cargos na Mesa Diretora e também menos cargos nas Comissões Permanentes, conforme evidenciado na Figura 5, a seguir:

Figura 5 – Notícia com dado sobre baixa representatividade política

Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara

Dos 513 deputados só 77 são mulheres; dos 11 cargos da Mesa Diretora (incluindo os suplentes) as deputadas ocupam apenas dois; e das 25 comissões permanentes somente 4 são presididas por mulheres

Fonte: HAJE-AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2019.

A baixa representação política das mulheres é um dos exemplos da estratificação de gênero no Brasil, conforme se observa através da ótica da Geografia Feminista e de Gênero.

É uma realidade que evidencia que aspectos como desigualdade, patriarcado e hierarquização se movem para além das relações do “lar”.

Inclusive, atingindo vários âmbitos da sociedade brasileira, inclusive o âmbito do poder político.

Sobre os espaços políticos, como o caso da Câmara, percebe-se que historicamente esse foi um espaço que as mulheres eram excluídas, enquanto eram destinadas ao espaço do lar.

A categoria de que “mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo” explica que: i) as relações de mulheres e homens “com os lugares são diferentes também”; e ii) “essas diferenças são resultado de um conjunto de elementos reveladores da opressão das mulheres pelos homens em diferentes lugares e em diferentes tempos” (SILVA, Joseli, 2003, p. 36).

Ainda, a análise teórico-metodológica feminista e de gênero também ressalta o alto nível de desigualdade de gênero nas sociedades latino-americanas no universo doméstico e em outras esferas (segundo Joseli Silva, 2003, p. 41).

Exemplo seria a baixa representatividade das mulheres na política:

Notadamente, as sociedades latino-americanas apresentam acentuados níveis de desigualdade social entre os sexos, que envolvem as relações entre homem e mulher tanto no universo doméstico como nas esferas sociais mais amplas (SILVA, Joseli, 2003, p. 41).

A categoria da “expulsão das mulheres”, seria uma forma pela qual Massey explica como alguns lugares se qualificam através da distinção de gênero e da expulsão das mulheres.

Especificamente, Massey falava dos espaços de alta tecnologia e dos tecnopolos. No entanto, nos espaços da política, como é o caso da Câmara, é observada também essa “expulsão das mulheres”.

Pois, apenas na história recente que as mulheres puderam votar e serem votadas no Brasil (no ano de 1932).

Sendo ainda um feito recente na história mundial, já que apenas no ano de 1893 houve o primeiro país a garantir o sufrágio feminino (na Nova Zelândia). Assim:

Outra é que, através da história ocidental, eles fizeram parte e compuseram uma parcela da luta em torno da criação de gêneros inteligíveis, de certas formas do 'masculino' e do 'feminino'. Inúmeras vezes o estabelecimento desses lugares estava ligado com a distinção de gênero e a expulsão das mulheres. Brown, escrevendo a respeito dos primeiros desses espaços, afirma que 'O temor das mulheres caiu como uma sombra sobre os caminhos que levavam de volta do deserto para as cidades e vilas' (1989, p. 242), e David Noble, em seu maravilhoso relato dessa intrincada história de mais de dois milênios, escreve sobre 'a fuga monástica dos homens em relação às mulheres' (1992, p.77) e documenta em detalhes a ferrenha continuação dessa fuga para dentro das universidades e da ciência moderna. (Somos levados a refletir sobre o retorno do pós-moderno para o deserto, ou, pelo menos, para a imagem do deserto - o espaço de uma ausência de mulheres?) (MASSEY, 2015, p. 207).

Ainda, essa "expulsão das mulheres" é resultado de uma história da construção do gênero. A masculinidade de alguns espaços e a expulsão das mulheres é um fenômeno historicamente realizado através da construção do gênero. Assim, segundo Massey:

Uma longa história, de fato, não apenas da exclusão das mulheres, mas da contestada constituição do que iria significar ser (um certo tipo de) homem ou mulher. A 'masculinidade' dos tecnopolos do mundo, hoje, não é apenas um produto de, nem pode ser medido pelo fato da esmagadora dominância, nele, de empregados homens. É um resultado de uma história mais longa e mais profunda da construção do gênero que, ela própria, foi/é incluída especialmente na construção de 'lugares do conhecimento' defensivos, especializados" (MASSEY, 2015, p. 208).

Ainda, essa "exclusão das mulheres em alguns lugares" é resultado de uma história da construção do gênero, segundo Massey.

A categoria da "exclusão das mulheres" explica o porquê da falta de mulheres em alguns espaços (como em tecnopolos, em espaços de

representação política como no Congresso Nacional, em cargos de alto escalão com salários maiores).

Segundo Massey, essa exclusão das mulheres reúne: a masculinidade dos tecnopolos, é o resultado da história profunda da construção do gênero, passa pela ideia de “lugares do conhecimento, defensivos, especializados”, segundo Massey.

A “exclusão das mulheres” em alguns espaços é algo que ocorre em locais para além dos tecnopolos, como nos setores da política: no Congresso Nacional e no Senado Federal do Brasil.

Um dos exemplos da “exclusão das mulheres” do Congresso Nacional é: até o ano de 2016 não existia banheiro feminino no plenário do Senado Federal do Brasil (Folha de São Paulo, 2016). Cabe ressaltar, 2016 é um ano extremamente recente na história política do Brasil.

Assim, na categoria de “lugares não-femininos” (de “exclusão das mulheres”), em contraposição com os “lugares femininos” (*woman’s place*) estariam: mosteiros medievais, tecnopolos (MASSEY, 2015, p. 208). Na presente análise, podemos incluir inclusive o Congresso Nacional brasileiro, como um desses espaços. Segundo Massey:

Os tempo-espacos dos mosteiros medievais, as velhas universidades e os tecnopolos de hoje são todos momentos no entrelaçar das histórias da legitimação de uma certa forma de produção de conhecimento, a geração e manutenção de uma casta masculinizada que se especializa na definição e produção de tal conhecimento e no próprio moldar de tal tipo de masculinidade” (MASSEY, 2015, p.208).

Ainda, o patriarcado através da baixa representatividade das mulheres na política gera: tanto um parlamento androcêntrico, quanto a criação/permanência de leis engendradas e masculinistas (Thurler, 2019, p. 170-171).

Por fim, no Poder Legislativo, essa reduzida representatividade política das mulheres perpetua o androcentrismo no sistema normativo/legislativo, resultando na aprovação de leis que são excludentes para as mulheres, que

perpetuam o patriarcado e mantêm os homens em posições mais vantajosas (Thurler, 2019, p. 170-171).

No Poder Executivo, torna as políticas públicas e a aplicação do sistema jurídico pouco condizentes com vivências da realidade concreta/fática da vida das mulheres.

Ao refletirmos sobre a baixa representação política das mulheres, podemos recorrer à categoria “trabalho da mulher” onde dentre suas características teríamos: 1) ser realizado perto de casa; 2) condicionado por sua classe social e idade; 3) não pode “ameaçar o homem”; 4) ser correlacionadas ao tema das ditas atividades domésticas (exemplo como artesanato, enfermagem e cuidado, professoras primárias etc); 5) tendo caráter não-permanente e remuneração baixa, segundo Garcia-Ramon:

Em primeiro lugar, o trabalho feminino tende a concentrar-se nas atividades compatíveis com a reprodução e, em particular, com a criação dos filhos, o que implica pouca mobilidade espacial; por esta razão, o trabalho das mulheres no campo é normalmente realizado perto de casa, por exemplo, cuidando dos animais domésticos ou cultivando a horta. Em segundo lugar, seu trabalho também é condicionado pela classe social e pela idade. Em terceiro lugar, o trabalho feminino não deve "ameaçar o dos homens", como também afirma Ruth Gasson (1981), por isso tende a ser útil para os últimos, o que se reflete na terminologia usada nos censos agrários ("ajudar a família"). Em quarto lugar, as atividades remuneradas femininas costumam ser uma extensão das tarefas domésticas, fato muito claro no mundo rural (beneficiamento de produtos, trabalhos manuais etc.). E, finalmente, o trabalho feminino geralmente não é permanente e a remuneração é relativamente baixa; por exemplo, as mulheres assalariadas do campo ganham salários consideravelmente mais baixos e normalmente se concentram em certas tarefas - chamadas “femininas” - o que facilita a discriminação salarial (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258-259, tradução nossa).

Assim, as mulheres não são estimuladas a concorrer a cargos políticos, pois esses não são culturalmente vistos como “trabalho da mulher”.

Ainda, tal trabalho político poderia ferir a concepção de que o trabalho da mulher não pode ameaçar o homem (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258-259).

O “domínio masculino”, segundo a teoria feminista, tem como uma das características mais básicas o controle da atividade reprodutiva das mulheres (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258).

Assim o “domínio masculino” acaba controlando as mulheres colocando-as no “lar” (segundo a teoria feminista). Por isso, o lar passaria a ser o foco do trabalho das mulheres, de forma a controlá-las.

Isso não exclui que o controle da atividade reprodutiva das mulheres - e mais especificamente da sexualidade feminina - seja uma das manifestações básicas do domínio dos homens sobre as mulheres, e isso tem como consequência que o lar passa a ser o foco central do trabalho das mulheres (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258).

Dessa forma, a mulher acaba sendo estimulada a ter trabalhos mais focados no lar (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258). E que conjuntamente à categoria do “domínio masculino (GARCIA-RAMON, 1990, p. 258-259) desestimula as mulheres a exercerem cargos políticos.

4.5. SOBRE COMO O LAR SE COMPORTA COMO “TERRITÓRIO INTENCIONALMENTE DE RISCO”

A perspectiva do conceito do “território intencionalmente de risco” (FERRER, 2014, p. 12) pode auxiliar na análise ao se perceber que o espaço do lar careceu de proteção às mulheres durante um longo período histórico.

Apenas na atualidade que legislações foram construídas para tornar o lar um espaço mais seguro para as mulheres, como por exemplo com a legislação sobre violência doméstica, ou seja, existia omissão do poder público quanto ao tema.

Nesse interim da omissão governamental, o conceito do “território intencionalmente de risco” estaria no âmbito da infraestrutura ausente/presente em territórios qualificando-os como “de risco” ou “seguros”. No caso do lar, este espaço não possuía regulações e instrumentos de proteção às mulheres. Assim:

Logo, à medida que são realizadas diversas decisões políticas, territórios são requalificados e dotados de equipamentos de infraestrutura. No entanto, caso não sejam tomadas tais decisões, um território permanece como está ou tem suas características desqualificadas. A reflexão tendo por base o território intencionalmente de risco serve para trazer à tona a opção política motivadora do aparelhamento de infraestrutura nas regiões que se reflete no índice de homicídios” (FERRER, 2014, p. 12).

Ou seja, o conceito de “território intencionalmente de risco” pode ser visto como fruto da omissão do poder público.

Omissão, essa, que torna o “lar” um espaço perigoso para a vida das mulheres (como pode ser perceptível no caso dos homicídios de mulheres em casa (um dos temas tratados nessa pesquisa).

No espaço do “lar”, essa omissão se constitui como a ausência de proteção à vida das mulheres. Sendo esse espaço, carente de proteção à vida das mulheres. Dessa forma:

O conceito do território intencionalmente de risco contribui para estudos em geografia urbana, geografia do crime, sociologia, urbanismo, arquitetura, administração pública, direito, saúde pública, segurança, história, direitos

humanos, engenharia, dentre outras. O Estado ao realizar o planejamento urbano e o ordenamento territorial equipa os territórios de forma desigual, criando espaços com mais infraestrutura em comparação a outros, os quais sofrem com a carência desses objetos estatais. Dessa forma, a omissão estatal pode criar territórios intencionalmente de risco, pois a intencionalidade reside no “não fazer” governamental. Nesse viés, a violência pode ser expressa em diferentes níveis (FERRER, mar 2021, p. 28477).

Assim, essa concepção do “território intencionalmente de risco” versa tanto sobre as “ações” quanto “omissões” do poder estatal quanto a certos territórios.

Considerando que a categoria “território” versa sobre disputas de poder, é importante analisar que o espaço do lar também possui disputas de poder.

Segundo Joseli Silva, a categoria “território” deve ser criticada em seu sentido tradicional de apropriação do espaço pelo poder, pois: esta concepção vem da geografia baseada na teoria masculina heterossexual burguesa; engloba a visão da propriedade conquistada pela violência; percebe o território como proteção com a exclusão dos outros; invisibiliza os outros oprimidos e capturados no território, segundo Joseli Silva. Pois:

Gillian Rose (...) reivindica uma relação existente entre sujeito e território e argumenta que a noção de território desenvolvida pela geografia baseada na teoria masculina heterossexual burguesa envolve um tipo de propriedade conquistada historicamente, sempre pela violência, e imaginada e estruturada como uma fortaleza, como proteção de si e a exclusão de outros. Nesse sentido, observa-se que há uma universalidade em termos de conquista espacial e esta não deixa de ser uma estratégia subjetiva de tornar invisíveis os outros oprimidos e capturados dentro do território (SILVA, Joseli, 2003, p. 39).

Joseli Silva ao analisar o território, aponta a importância de tornar visíveis os sujeitos oprimidos e capturados no território.

Assim, a categoria do “território intencionalmente de risco” ao utilizar uma concepção feminista pode auxiliar no tema das violências contra as mulheres ao torná-las visíveis.

Assim, a categoria do “território” (de Joseli Silva) em uma perspectiva feminista e de gênero permitiria observar: i) “a invisibilidade da mulher no espaço”; ii) no “território conquistado pela força masculina também existe o espaço do outro, o feminino”; iii) “o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exerce uma pressão para influenciar a ordem estabelecida”; iv) “o feminino é também elemento do território do conquistador masculino” (SILVA, Joseli, 2003, p. 39). Assim:

Para escamotear a invisibilidade da mulher no espaço é preciso encontrar também saídas epistemológicas e a abordagem feminista argumenta que o território possui suas diferenciações internas e que no território conquistado pela força masculina também existe o espaço do outro, o feminino. Nessa perspectiva, o outro não está necessariamente fora, mas, embora capturado e oprimido, ele desenvolve táticas desconstrucionistas e exerce uma pressão para influenciar a ordem estabelecida. Portanto, o feminino é também elemento do território do conquistador masculino (SILVA, Joseli, 2003, p. 39).

Nesse caso, perceber as disputas de poder presentes nos territórios tornando visíveis as mulheres, é uma estratégia que a Geografia Feminista e de Gênero trouxe para a área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONCLUSÕES FINAIS

A pesquisa observou uma série de contribuições possíveis da Geografia Feminista e de Gênero na área da Geografia como um todo. Especialmente nessa tese, tal olhar inovador foi aplicado ao tema das violências contra as mulheres. Análise essa, através da aplicação desta área em reflexões sobre estatísticas brasileiras.

Dentre as contribuições dessa tese, destacam-se: realização de um compêndio teórico na área de Geografia Feminista e de Gênero (através das obras de Doreen Massey, Maria Dolors Garcia-Ramon e Joseli Silva – nas Seções 1, 2 e 3); exemplificação de como aplicar tal teoria em análises sobre estatísticas brasileiras (na Seção 4); e visibilizar as mulheres na ciência geográfica.

Assim, essa tese pretendeu facilitar o acesso às obras de Massey, Garcia-Ramon e Joseli Silva através de quadros-resumo ao final de cada subseção com seus métodos e categorias de análise.

Ao utilizar as citações em seu inteiro teor, (no idioma original, com a tradução em seguida), permite-se facilitar a busca pelas obras originais virtualmente, proporcionando maior acessibilidade às autoras.

A aplicação desse compêndio teórico em análises de estatísticas brasileiras (na Seção 4) é a tentativa de demonstrar como a área da Geografia Feminista e de Gênero pode propor análises inovadoras.

Dentre as inovações da área da Geografia Feminista e de Gênero, destacam-se: a investigação sobre o que ocorre dentro do espaço do lar/casa (como as estatísticas sobre homicídios de mulheres em casa, ou a divisão sexual do trabalho doméstico); questões sobre qual valor que é dado ao trabalho realizado pelas mulheres (ao investigar o trabalho doméstico e a desigualdade salarial); análises sobre quais espaços são dados às mulheres e em quais ocorre a “expulsão das mulheres” (como no caso da presença delas em espaços de representação política).

Assim, a produção das geógrafas Doreen Massey, Maria Dolors Garcia-Ramon e Joseli Silva é valiosa pois traz uma perspectiva geográfica importante ao analisar a vida das mulheres. Perspectiva, essa, pouco aplicada nos estudos geográficos brasileiros.

Ainda, tornar as mulheres visíveis é um dos objetivos da Geografia Feminista e de Gênero. Por esse motivo, essa tese avaliou quatro temas que envolvem violências contra as mulheres que são:

- i) Homicídios de mulheres em casa;
- ii) Divisão desigual do trabalho doméstico entre mulheres e homens;
- iii) Desigualdade salarial entre mulheres e homens; e,
- iv) Desigualdade na representação política entre mulheres e homens.

Ao analisar tais estatísticas, a categoria geográfica mais abordada foi a do “lar”. Pois, ao longo do estudo foi observada como a desigualdade presente nesse espaço se reflete em várias violências contra as mulheres (como homicídios em casa, divisão desigual do trabalho doméstico, desigualdade salarial e desigualdade de representação política).

A reflexão acerca dos homicídios de mulheres em casa expôs como o espaço do lar/casa reflete a desigualdade entre homens e mulheres. Reflete também como o espaço do lar/casa é de difícil acesso.

Esse difícil acesso ao espaço do lar/casa ocorre: tanto pela dificuldade das políticas públicas em diminuir os casos de violência ali existentes, quanto pelo difícil acesso à realidade vivida nesse espaço (como no caso de poucas estatísticas sobre a divisão sexual do trabalho doméstico).

Historicamente, a ausência de mecanismos de proteção no espaço do lar/casa reflete a omissão governamental histórica de proteger as mulheres. Fato esse, refletido também através da ótica da categoria do “território

intencionalmente de risco”. Essa omissão histórica na proteção das mulheres no espaço do lar/casa, possui reflexos até hoje.

Ainda, as disputas de poder dentro do território do lar/casa refletem também os dados alarmantes sobre os homicídios de mulheres em casa.

A própria aplicação clássica da categoria de território (como espaço de disputas de poder) tem seu conceito modificado a partir da área da Geografia Feminista e de Gênero. Nessa área, o conceito de território traz a importância de perceber os sujeitos aprisionados e capturados nesse território, pois é necessário visibilizar tais sujeitos (análise conceitual realizada por Joseli Silva).

Essa visibilização dos sujeitos capturados nos espaços com disputas de poder (territórios), traz a importância de serem criados novos estudos a partir dessa nova ótica. Assim, se mostra importante visibilizar as mulheres no espaço do lar/casa (por isso a análise de homicídios de mulheres dentro de casa e a investigação da divisão sexual do trabalho doméstico).

Por isso, os métodos feministas e de gênero são tão importantes para a geografia, pois retiram da invisibilidade os sujeitos (e temas) até então invisíveis às análises geográficas.

Ainda, é importante ressaltar o impacto que as pesquisas sobre homicídios de mulheres (no espaço do lar/casa) possuem sobre a dominação masculina.

Tais estudos modificam a concepção clássica de que a mulher estaria segura no espaço do lar/casa, estando casada com um homem.

Análise, essa, a partir dos dados que refletem que para as mulheres o lar/casa é um espaço de risco.

Nesse espaço (lar/casa) são recorrentes os assassinatos de mulheres por maridos (companheiros, namorados, tanto atuais, quanto do passado).

Já a percepção da divisão desigual do trabalho doméstico aponta para a atribuição do trabalho doméstico às mulheres, refletindo em: largas escalas de

trabalho não-remunerado; dificuldade de inserção no trabalho remunerado devido às longas jornadas domésticas; desvalorização do trabalho doméstico por este ser associado a valor de uso (utilidade) e não a valor de troca (remuneração).

Essa associação entre trabalho da mulher e trabalho doméstico, somada ao fato do trabalho doméstico ser considerado valor de uso e não valor de troca, tem como resultado: tanto a divisão desigual do trabalho doméstico (sendo este mais executado por mulheres), quanto a desigualdade salarial entre mulheres e homens.

A ponderação sobre a desigualdade salarial entre homens e mulheres explana: a dificuldade de inserção das mulheres em cargos de nível hierárquico maior e, ainda aponta, que a desvalorização salarial persiste em cargos de mesma hierarquia.

Fato, este, que se evidencia na desvalorização do trabalho da mulher, ainda que realizado por mulheres de alto nível de escolaridade e em cargos de mesma hierarquia.

Denotando assim, que a desigualdade salarial nasce de uma desvalorização do trabalho da mulher em geral.

Sendo, um dos motivos, a associação do trabalho da mulher ao valor de uso (utilidade), mas não ao valor de troca (remuneração), como ocorreu historicamente através do trabalho doméstico não-remunerado das mulheres (conceito explorado por Maria Garcia-Ramon).

Assim, tais pesquisas sobre desvalorização salarial da mulher apontam para a necessidade em promover mecanismos que permitam que as mulheres ganhem salários iguais aos dos homens,

A análise sobre a desigualdade da representação política entre homens e mulheres trouxe a percepção sobre o posicionamento da mulher no lar, ou em espaços vistos como “lugar de mulher” (“*woman’s place*”).

Assim, a Câmara, ou o Congresso Nacional foram locais onde predominava a “expulsão das mulheres” (conceito elaborado por Doreen Massey).

Outro fator é o recente sufrágio feminino na história mundial, pois no Brasil as mulheres tiveram acesso ao voto apenas em 1932 e na história mundial o primeiro país a permitir os direitos políticos das mulheres só o fez em 1893 (na Nova Zelândia).

A baixa representação política das mulheres também pode ser associada a falta de estímulo às mulheres concorrerem a cargos políticos por esses não serem considerados “trabalhos de mulher” ou por eles terem conotação de serem trabalhos que “ameaçam os homens”.

Dessa forma, é necessário estimular a presença de mulheres nas disputas aos cargos políticos de forma a tornar tal representação mais equilibrada.

A falta de mulheres em cargos políticos gera menos políticas e leis que poderiam beneficiar as mulheres, ou ainda as questões das mulheres são tornadas invisíveis, já que os homens não podem sentir a realidade fática da vida das mulheres.

O paradigma da Geografia Feminista e de Gênero ao visibilizar as mulheres tem um impacto altamente destruturador, pois consegue através do seu propósito de mudança questionar a desigualdade entre os gêneros.

Os temas dessa tese explanam que é essencial tornar os espaços do mundo mais acessíveis às mulheres.

As propostas observáveis através dessa tese reforçam: a importância de aumentar o número de mulheres no Congresso Nacional (pois ali são criadas leis e políticas públicas que mudam a vida das mulheres); promover leis e mecanismos que evitem a violência ocorrida no espaço do “lar/casa” (como por exemplo a Lei estadual nº 17.406/2021 de São Paulo, que obriga os síndicos a comunicar casos de violência contra a mulher); a luta diária através dos movimentos feministas (que conseguem pressionar a opinião pública, promovendo mudança social); a importância do ensino às crianças e aos

adolescentes do tema da violência contra as mulheres para evitar casos futuros de violência (como projetos de Lei Maria da Penha na escola); dentre outras medidas que visibilizem as mulheres tornando o mundo um espaço mais seguro para elas.

Muitas mudanças são recentes na história brasileira, vários avanços podem ser percebidos na atualidade. Porém, as análises das estatísticas sobre o tema demonstram que ainda são necessários mais mecanismos para promover um mundo justo para as mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cássia. Aumenta diferença na carga de trabalho doméstico entre homens e mulheres. **O Globo**. 04 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/celina/aumenta-diferenca-na-carga-de-trabalho-domestico-entre-homens-mulheres-24461795>. Acesso em: 29 ago. 2021.

ALBET & BENACH, Abel; Núria. *Doreen Massey: un sentido global del lugar*. Barcelona: Icaria editorial. 2012.

BARSTED, Leila Linhares. Recuperando a memória: a atuação das feministas na conquista dos direitos das mulheres e os desafios atuais para assegurar os direitos conquistados. *In: CONSÓRCIO LEI MARIA DA PENHA PELO ENFRENTAMENTO A TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES* (org.). **Tecendo fios das críticas feministas ao Direito no Brasil**. Ribeirão Preto, SP: FDRP/USP, 2019. p. 146

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 19-20.

BROWN, Peter. **The Body and Society: Men, Women, and Sexual Renunciation in Early Christianity**. Londres: Faber and Faber, 1989.

DESOTI, Carolina. Famílias chefiadas por mulheres: IDADOS no jornal O Globo. **IDADOS**, 27 jan. 2020. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://idados.id/familia-chefiada-por-mulheres/>. Acesso em: 14 set. 2020.

DIAS, Pedro Neves. Dossiê aborda “trabalho invisível” de mulheres e meninas ao redor do mundo. *In: SINERGIA – Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo*, 16 mar. 2021. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.sinergiaspcut.com.br/2021/03/16/dossie-aborda-trabalho-invisivel-de-mulheres-e-meninas-ao-redor-do-mundo/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

FERRER, Érica. Territórios intencionalmente de risco: uma reflexão sobre o Rio de Janeiro e o Distrito Federal. **Anais do XIII Coloquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona, 2014. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Erica%20Ferrer%20Santos.pdf>. Acesso em: 8 nov 2022.

FERRER, Érica.; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. O ordenamento territorial e o território intencionalmente de risco: pelo direito à cidade/ Spatial planning and intentionally risky territory: for the right to the city. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 28477–28495, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n3-524. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/26701>. Acesso em: 8 nov. 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2016. Pela primeira vez, Senado terá banheiro feminino dentro do Plenário. **Folha de São Paulo**. 05 jan 2016. São Paulo, 2016. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1726243-pela-primeira-vez-senado-tera-banheiro-feminino-dentro-do-plenario.shtml> , acesso em 29 out 2021.

GARCIA-RAMON & CABALLÉ, Maria Dolors; Alba. «Situating Gender Geographies: A Bibliometric analysis». **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, 89(2); 1998, pp. 210-216.

GARCIA-RAMON, Maria Dolors. La división sexual del trabajo y el enfoque de género en el estudio de la agricultura de los países desarrollados. **Agricultura y Sociedad**, n. 55; 1990, pp. 251-277.

GARCIA-RAMON, Maria Dolors. **Geografía y género, disidencia e innovación**. Barcelona: Icaria Editorial, 2019.

GUEDES, Mylena. Mulheres ganham 77,7% do salário dos homens no Brasil, diz IBGE. **CNN Brasil**, 04 mar. 2021. São Paulo, 2021. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/business/mulheres-ganham-77-7-dos-salarios-dos-homens-no-brasil-diz-ibge/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

HAJE, Lara. Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara. **Agência Câmara de Notícias**, 29 mar. 2019. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

HARTMANN, H. I. **Capitalism, patriarchy, and job segregation by sex**. *Signs*, 1 (3), 1976, pp. 137-169.

HARTMANN, H. I. **The family as the locus of gender, class and political struggle: the example of housework**. *Signs*, 6 (3), 1981, pp. 266-394.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPEA, Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2019**. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA: Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

IPEA, Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2020**. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA: Brasília, 2020. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf> . Acesso em 01 nov 2021.

LISBOA, Vinícius. IPEA: homicídios de mulheres cresceram acima da média nacional. **Agência Brasil**, 05 jun. 2019. Brasília, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-06/ipea-homicidios-de-mulheres-cresceram-acima-da-media-nacional>. Acesso em: 29 ago. 2021.

MASSEY, Doreen. Politicising space and place. **Scottish Geographical Magazine**, v. 112, n. 2, p. 117-123, 1996.

MASSEY, Doreen. **Space, Place and Gender**. Cambridge: Polity Press, 2001.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: Uma nova política da Espacialidade**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 5ª ed, 2015.

MCDOWELL, Linda; MASSEY, Doreen. A woman's place. **Geography matters**, p. 128-147, 1984.

NOBLE, D. F. **A world without women: the Christian clerical culture of Western science**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

PAHL, R. E. Historical of work, employment, unemployment and the sexual division of labour. In: PAHL, R. E. (ed.) **On work: historical comparative and theoretical approaches**. London, Blakwell, 1988, pp. 7-20.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**. 2003.

SILVA, Joseli Maria (org.). **Geografias subversivas. Discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Brasil: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria et al (org.) **Geografias feministas e das sexualidades: encontros e diferenças**. Ponta Grossa: Editora Todapalavra, 2016.

SILVA, Salete Maria da. Feminismo jurídico: um campo de reflexão e ação em prol do empoderamento jurídico das mulheres. *In: SEMINÁRIOS: GÊNERO E DIREITO: DESAFIOS PARA A DESPATRIARCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA NA AMÉRICA LATINA. Anais...* 2018. p. 236. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/serie_anais_de_seminarios/volume2/anais_de_seminarios_da_emerj_volume2_235.pdf. Acesso em: 29 ago. 2021.




SPOSITO, E. *Geografia e Filosofia*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

THURLER, Ana Liési; SIMIONI, Fabiane; BOERO, Susana Chiarotti; LIMA, Rita de Castro Hermes Meira. 15 anos do novo Código Civil de 2002 e a garantia dos direitos das mulheres: família, guarda compartilhada e a síndrome da alienação parental. *In*: CONSÓRCIO LEI MARIA DA PENHA PELO ENFRENTAMENTO A TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES (org.). **Tecendo fios das críticas feministas ao Direito no Brasil**. Ribeirão Preto, SP: FDRP/USP, 2019. p. 173.


ANEXO A

ANEXO A

Currículo Lattes com a produção acadêmica durante o Doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília – UnB

Dados Gerais | Formação | Atuação | Projetos | Produções | Patentes e Registros | Inovação | Educação e Popularização de C&T | Eventos | Orientações | Bancas | Citações



Érica Ferrer
 Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/6350032955616726>
 Última atualização do currículo em 04/11/2022

Resumo informado pelo autor

Érica Ferrer é estudante de doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília (UNB). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UNICEUB). Atuou como professora do Governo do Distrito Federal (GDF). cursou Mestrado em Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional na área de Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). Graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Estágio em Geografia no Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). Publicações nas áreas de: Geografia Urbana, Geografia do Crime, Segurança Pública, Meio Ambiente, Geografias Feministas, Geografia e Gênero. E-mail: ericaferrergeografia@gmail.com
 (Texto informado pelo autor)

Nome civil

Nome Érica Ferrer

Dados pessoais

Filiação
 Nascimento
 Carteira de Identidade
 CPF

Formação acadêmica/titulação

- 2016** Doutorado em Geografia.
Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil
Título: A contribuição da Geografia Feminista e de Gênero no tema das violências contra as mulheres: de Doreen Massey, à Maria Garcia-Ramon, até Joseli Maria Silva
Orientador: Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Palavras-chave: *geografia humana, Violência contra a mulher, geografia feminista, geografia e gênero, Teorias da geografia, Epistemologia da geografia*
Áreas do conhecimento: *Geografia Humana, Teorias da geografia, História do pensamento geográfico*
- 2013 - 2015** Mestrado em Geografia.
Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil
Título: Territórios intencionalmente de risco : estudo de caso a respeito da violência na cidade do Rio de Janeiro e no Distrito Federal, Ano de obtenção: 2015
Orientador: Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Palavras-chave: *Planejamento Urbano e Regional*
Áreas do conhecimento: *Planejamento Urbano e Regional*
- 2017 - 2021** Graduação em Direito.
Centro Universitário de Brasília, UniCEUB, Brasília, Brasil
Título: Violências contra as mulheres e a relação entre Direito e Feminismo: uma análise
Orientador: Prof Marlon Eduardo Barreto
- 2005 - 2010** Graduação em Geografia.
Universidade Federal Fluminense, UFF, Niteroi, Brasil
Bolsista do(a): Pró Reitoria de Extensão
- 2001 - 2003** Ensino Médio (2o grau) .
Colégio Pedro II, CP II, Rio De Janeiro, Brasil

Formação complementar

- 2020 - 2020** Curso as disciplinas: Geografia e Gênero(...); Migrações e Espaços(...). (Carga horária: 300h).
Universidade de Lisboa, UL, Lisboa, Portugal
Palavras-chave: *geografia e gênero, migrações, geografia*
- 2013 - 2013** Extensão universitária em I Colóquio Internacional: Dinâmicas da Reestruturação Urbana, Novas Lógicas. (Carga horária: 46h).
Universidade de Brasília, UnB, Brasília, Brasil
Palavras-chave: *Geografia Urbana*
- 2013 - 2013** Curso de curta duração em SIG - Sistemas de Informações Geográficas ARCGIS. (Carga horária: 40h).
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio De Janeiro, Brasil
Palavras-chave: *SIG Sistemas de Informações Geográficas, ARCGIS, Geoprocessamento*
- 2003 - 2003** Curso de curta duração em Curso de Matemática (Carga horária: 92h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Rio De Janeiro, Brasil
- 2002 - 2002** Curso de curta duração em Curso de Iniciação à Virologia. (Carga horária: 52h).
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio De Janeiro, Brasil
- 2002 - 2002** Curso de curta duração em Plantas em Movimento. (Carga horária: 40h).
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio De Janeiro, Brasil
- 2001 - 2001** Curso de curta duração em Repórter do Futuro.
Revista Galileu da Editora Globo, GALILEU, Sao Paulo, Brasil
- 1999 - 2001** Espanhol .
Excel - Escola de Idiomas, EXCEL, Brasil
- 1997 - 1997** Curso de curta duração em Clube de francês - 1997.
Colégio Pedro II, CP II, Rio De Janeiro, Brasil

Atuação profissional

1. Governo do Distrito Federal - GDF

Vínculo institucional

2015 - 2018 Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professora , Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva

2. Universidade Federal Fluminense - UFF

Vínculo institucional

2009 - 2009 Vínculo: Outro (especifique) Bolsista , Enquadramento funcional: Bolsista / Co-autora / Executora , Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Bolsista PROEX do Projeto "Educação Ambiental na Bacia do Rio São João" coordenado pelo Professor Raul Sanchez na UFF.

3. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP

Vínculo institucional

2007 - 2008 Vínculo: Estagiária , Enquadramento funcional: Estagiária , Carga horária: 30, Regime: Parcial

Projetos

Projeto de extensão

2009 - 2009 Educação Ambiental na Bacia do Rio São João
Descrição: Realizar atividades de Educação Ambiental em cidades da Bacia do Rio São João.
Situação: Concluído Natureza: Projeto de extensão
Alunos envolvidos: Graduação (1), Doutorado (1);
Integrantes: Érica Ferrer, Raúl Sánchez Vicens (Responsável)
Financiador(es): Pró Reitoria de Extensão-PROEX

Idiomas

- Inglês** Compreende Razoavelmente , Fala Razoavelmente , Escreve Pouco , Lê Razoavelmente
- Espanhol** Compreende Bem , Fala Bem , Escreve Bem , Lê Bem



Produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1.  Ferrer, Erica; Araujo Sobrinho, Fernando Luiz
As violências contra as mulheres e a Geografia Feminista e de Gênero: de Doreen Massey, Maria Garcia-Ramon, até Joseli Maria Silva. CONJECTURAS. , v.22, p.1287 - 1307, 2022.
Palavras-chave: geografia feminista, geografia e gênero, geografia do crime
Áreas do conhecimento: Geografia
Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/591/452]
2.  Ferrer, Erica; Araujo Sobrinho, Fernando Luiz
Entre a Geografia e o Direito; as violências contra a mulher e a Geografia Feminista e de Gênero: de Doreen Massey, Maria Garcia-Ramon, até Joseli Maria Silva. CONCILÍUM (BRASIL). , v.22, p.111 - 131, 2022.
Palavras-chave: geografia feminista, geografia e gênero, Violência contra a mulher
Áreas do conhecimento: Geografia Feminista, Geografia Humana
Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [https://cliu.org/index.php/edicoes/article/view/262/208]
3.  Lucena, Rebeca Luna; Guilhermino, Magda Maria; Ferrer, Érica
Mitigando os riscos da seca através de ações de recuperação e preservação do bioma caatinga no semiárido brasileiro. Brazilian Journal of Development. , v.7, p.36546 - 36557, 2021.
Palavras-chave: áreas degradadas, desertificação, monitoramento climático, renques, barramentos
Áreas do conhecimento: Geografia, Climatologia
Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/27917]
[doi:10.34117/bjdv7n4-221]
4.  Ferrer, Érica; SOBRINHO, FERNANDO LUIZ ARAÚJO
O ORDENAMENTO TERRITORIAL E O TERRITÓRIO INTENCIONALMENTE DE RISCO: PELO DIREITO À CIDADE/ SPATIAL PLANNING AND INTENTIONALLY RISKY TERRITORY: FOR THE RIGHT TO THE CITY. Brazilian Journal of Development. , v.7, p.28477 - 28495, 2021.
Palavras-chave: Geografia Urbana, geografia do crime, violência, Brasília, Rio de Janeiro, cidadania
Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/26701]
[doi:10.34117/bjdv7n3-524]
5.  Ferrer, Érica
Riscos sociais e as motivações dos territórios intencionalmente de risco: percepções sobre o rio de janeiro e o distrito federal. Latin American Journal of Development. , v.3, p.600 - 605, 2021.
Palavras-chave: território intencionalmente de risco, Criminalidade, infraestrutura, geografia
Áreas do conhecimento: Geografia, criminologia
Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://https://latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/jdev/article/view/244]
6.  Ferrer, Erica; ARAUJO SOBRINHO, F. L.
Territorial Organization and Territories of Intentional High Risk: For the Right to the City. MODERN ENVIRONMENTAL SCIENCE AND ENGINEERING. , v.4, p.2012 - 2020, 2018.
Palavras-chave: urban geography, geography of crime, violence, Brasília, Rio de Janeiro, civics
Áreas do conhecimento: Geografia
Referências adicionais: Inglês. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://academicstar.us/UploadFile/Picture/2019-1/20191285431476.pdf]
Doi: 10.15341/mese(2333-2561)10.04.2018/012
7.  Ferrer, Erica
As relações Saúde-Escola e os territórios intencionalmente de risco. (DOI: http://dx.doi.org/10.18569/tempus.v9i1.1706.g1388). TEMPUS ACTAS DE SAÚDE COLETIVA. , v.9, p.230 - 231, 2015.
Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: [http://www.tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/1706]
8. Ferrer, É.
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, POLÍTICAS TERRITORIAIS E A COMPARAÇÃO ENTRE AS CRIMINALIDADES EM BRASÍLIA, CEILÂNDIA E TAGUATINGA: UMA QUESTÃO DE POLÍCIA, DE SEGREGAÇÃO SÓCIOESPACIAL OU DE FALTA DA PRESENÇA DO PODER PÚBLICO?. Revista Geonorte. , v.7, p.1686 - 1693, 2013.
Palavras-chave: Políticas territoriais, Criminalidade, Brasília, Taguatinga, Ceilândia
Áreas do conhecimento: Geografia Urbana, Geografia do Crime
Referências adicionais: Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: [http://https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1259]

Livros publicados

1. Toledo, Fabiane dos Santos; Nunes, Nelton Nattan Amaral; Calvis, Lucimara de Oliveira; Aredes, Airlton; Vilamaior, Maria Elisa; Taveros, Thais dos Santos; Nascimento, Polyana Raquel Silva do; Belizário, Maria Aletheia Stedile; Monteiro, Rafael de Melo; Oliveira, Allain Wilham Silva de; Hespagnol, Antônio Nivaldo; Ferrer, Erica; Araujo Sobrinho, Fernando Luiz; Rossi, Rodrigo; Santos, Orlando Bispo; Sousa, Rúbia Elza Martins de; Melo, Kelli Carvalho; Costa, Wesley Borges; Catuzzo, Humberto; Veiga, Ronaldo de Souza; Silva, Vinicius de Amorim; Santos, Igor de Luccas; Castro, Érika Lopes de; Chaves, José Alberto Pestana; Souza, Ulisses Denache Vieira; Mendonça, José Angelo Cordeiro; Abreu, José de Arimatéia; Santos, Ana Alice Lima dos; Cunha, Victor Lisboa da; Pedro, Jolison Batista de São; Malta, Arithana Correia; Santana, Bárbara Elaine Correia de; Santos, Teima Maria Pereira dos; Santos, Janeide Bispo dos; Monteiro, Ricardo Rodrigues; Ferreira, Márcia Regina; Fleig, Daniel Gustavo; Lozano, Lina Patricia Giraldo; Honorato, André Wallace Balica; Rocha, Elaine Cristina Osorio; Araújo, Francisco de Assis da Silva; Cardoso, Carina Foleira; Rocha, Mariana Silva Seabra da; Cortizo, Eduardo Cabaleiro
Geografia no Século XXI - Volume 2, 2019
Referências adicionais: Brasil/Português. ISBN: 9788570420961, Home page: http://www.poisson.com.br/livros/geografia/seculo/volume2/GeoSec_voi2.pdf
Autoria do Capítulo 6 - Por uma cidade para todas e todos: O território intencionalmente de risco, um estudo de caso sobre Brasília e Rio de Janeiro
2.  Ferrer, Erica; Pereira, Adriana; NOBRE, A.; CLAUDINO, B.; RAIMUNDO, C.; GONCALO, C.; SOUSA, E.; FONSECA, E.; ALCANTARA, F.; ARAUJO SOBRINHO, F. L.; RAIMUNDO, G.; DOS SANTOS, G.; COSTA, I.; MOURA, J.; PIZAIÁ, J.; DA SILVA, J.; DOS SANTOS, J.; DA SILVA, J.; COSTA, K.; DE FREITAS, L.; FERREIRA, L.; NUNES, M.; PEREIRA NETO, M.; ALMEIDA NETO, A.; SANTOS, M.; MUNIZ, M.; ABRANCHES JUNIOR, N.; CALUETE, P.; FARIAS, R.; DO NASCIMENTO, R.; MENDES, R.; MARCO, R.; FERREIRA, R.; ALVES, V.
Geografias Feministas, Geografias LGBTQI+ e Geografias Negras: A diversidade no Encontro Nacional de Geógrafos de 2018. Rio de Janeiro: Louisiana, 2019, v.1, p.162.
Palavras-chave: geografias feministas, geografias lgbtqi+, geografias negras, geografia, gênero, racismo
Áreas do conhecimento: Geografia, Geografia Humana
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9786550230012, Home page: https://clubedeautores.com.br/livro/geografias-feministas-geografias-lgbtqi-e-geografias-negras
3.  Ferrer, Erica
TERRITORIES OF INTENTIONAL HIGH RISK: Violence and infrastructure in Brazil. Joinville: Clube de Autores, 2015, v.1, p.199.
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788591970902, Home page: https://www.clubedeautores.com.br/book/190792--TERRITORIES_OF_INTENTIONAL_HIGH_RISK?topic=americas#.Vp6F1_xrLIU

Capítulos de livros publicados

1. CARMOZINI, M.; Ferrer, Érica
 Inmigración en Brasil: identidades invisibles In: Inmigración en Brasil: identidades invisibles. 1 ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2021, v.1, p. 903-913.
 Palavras-chave: *Linguística Aplicada Crítica, Inclusão, Imigrantes, Identidades, Representações sociais*
 Áreas do conhecimento: *Linguística Aplicada, Migração*
 Referências adicionais: *Espanha/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788413114675, Home page: https://eusal.es/index.php/eusal/catalog/view/978-84-1311-467-5/5556/6271-1*
2. Ferrer, Érica; Araujo Sobrinho, Fernando Luiz
 Migraciones y representación de mujeres brasileñas en Portugal: por una geografía feminista In: Migraciones y representación de mujeres brasileñas en Portugal: por una geografía feminista. 1 ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2021, v.1, p. 115-125.
 Palavras-chave: *geografia feminista, representação da mulher brasileira, migrações, mulheres*
 Áreas do conhecimento: *Geografia Humana, Direitos Humanos, Migração*
 Referências adicionais: *Espanha/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788413114675, Home page: https://eusal.es/index.php/eusal/catalog/view/978-84-1311-467-5/5556/6271-1*
3. Lucena, Rebeca Luna; Ferrer, Érica; Steinke, Ercila Torres; Guilhermino, Magda Maria
 Mitigando os riscos da seca através de ações de recuperação e preservação do bioma caatinga no semiárido brasileiro In: Riscos e Educação. 1 ed. Coimbra: Riscos - Associação portuguesa de riscos, presença e segurança, 2017, v.1, p. 265-265.
 Palavras-chave: *seminário brasileiro, recuperação e preservação, caatinga*
 Áreas do conhecimento: *Geografia Física, Climatologia*
 Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9789892075877, Home page: https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/Outras_Pub/livros_resumos/Ebook_Riscos_e_Educacao.pdf*
4. Ferrer, Érica; Araujo Sobrinho, Fernando Luiz
 O Ordenamento Territorial E O Território Intencionalmente De Risco: Pelo Direito À Cidade In: Riscos e Educação. 1 ed. Coimbra: Riscos - Associação portuguesa de riscos, presença e segurança, 2017, v.1, p. 269-269.
 Palavras-chave: *Geografia Urbana, geografia do crime, violência, Brasília, Rio de Janeiro*
 Áreas do conhecimento: *Geografia Humana, Geografia Urbana*
 Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9789892075877, Home page: https://www.riscos.pt/wp-content/uploads/2018/Outras_Pub/livros_resumos/Ebook_Riscos_e_Educacao.pdf*
5. Ferrer, Érica
 Refletindo sobre os territórios intencionalmente de risco: os casos do Rio de Janeiro e do Distrito Federal In: UPE 11 Conducir las Transformaciones Urbanas: un debate sobre direcciones, orientaciones, estrategias y políticas que modelan la ciudad futura. 1 ed. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014, v.1, p. 1383-1389.
 Palavras-chave: *geografia do crime, Rio de Janeiro, Distrito Federal*
 Áreas do conhecimento: *Geografia, Geografia Humana, Geografia Urbana*
 Referências adicionais: *Argentina/Português. Meio de divulgação: Meio digital, ISBN: 9789503411339, Home page: http://www.upe.unlp.edu.ar/libro_digital/Home page do trabalho (URL) - http://www.upe.unlp.edu.ar/libro_digital - http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/33984/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1 - http://www.upe.unlp.edu.ar/uploads/docs/libro_tomo_1.pdf - http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/52977*
6. Ferrer, Érica
 Riscos sociais e as motivações dos territórios intencionalmente de risco: percepções sobre o Rio de Janeiro e o distrito federal In: Multidimensão e territórios de risco. 1 ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, v.1, p. 651-654.
 Palavras-chave: *território intencionalmente de risco, infraestrutura, Criminalidade*
 Áreas do conhecimento: *Geografia, Geografia Humana, Urbanismo*
 Referências adicionais: *Portugal/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9789899625334, Home page: https://digitalis.uc.pt/handle/10316.2/34913*

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. Ferrer, Érica; ARAUJO SOBRINHO, F. L.
 POR UMA CIDADE PARA TODAS E TODOS: O TERRITÓRIO INTENCIONALMENTE DE RISCO. UM ESTUDO DE CASO SOBRE BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE ANAIS DO XIX Encontro Nacional de Geógrafos 2018. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros AGB, 2018.
 Palavras-chave: *geografia do crime, território intencionalmente de risco, Brasília, Rio de Janeiro*
 Áreas do conhecimento: *Geografia*
 Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, Home page: [http://www.eng2018.agb.org.br/resources/analais/1533604813_ARQUIVO_Erica.Ferrer.ENG.2018.enviado.ok]*
2. Ferrer, Érica
 IMAGENS DA VIOLÊNCIA, SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E A INDÚSTRIA DO MEDO: DISTRITO FEDERAL VERSUS RIO DE JANEIRO In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014, Vitória
 IMAGENS DA VIOLÊNCIA, SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E A INDÚSTRIA DO MEDO: DISTRITO FEDERAL VERSUS RIO DE JANEIRO. , 2014.
 Palavras-chave: *violência, Brasília, Rio de Janeiro, território intencionalmente de risco*
 Áreas do conhecimento: *Geografia do Crime, Geografia Humana*
 Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, Home page: [http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/analais/11404375937_ARQUIVO_CBG.Artigo.Erica.Ferrer.pdf]*
3. Ferrer, É.
 REFLETINDO SOBRE OS TERRITÓRIOS INTENCIONALMENTE DE RISCO: OS CASOS DO RIO DE JANEIRO E DO DISTRITO FEDERAL In: UPE 11 - 11TH SYMPOSIUM OF INTERNATIONAL U ASSOCIATION - IUPEA, 2014, La Plata.
 REFLETINDO SOBRE OS TERRITÓRIOS INTENCIONALMENTE DE RISCO: OS CASOS DO RIO DE JANEIRO E DO DISTRITO FEDERAL. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2014.
 Palavras-chave: *geografia do crime, território de risco, Rio de Janeiro, Distrito Federal*
 Áreas do conhecimento: *Geografia Humana, Urbanismo, Geografia do Crime*
 Referências adicionais: *Argentina/Português. Meio de divulgação: Vários, Home page: [http://www.upe.unlp.edu.ar/articulo/2014/9/12/programa_general]*
4. Ferrer, É.
 TERRITÓRIOS INTENCIONALMENTE DE RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE O RIO DE JANEIRO E O DISTRITO FEDERAL In: XIII COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRITICA, 2014, Barcelona
 TERRITÓRIOS INTENCIONALMENTE DE RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE O RIO DE JANEIRO E O DISTRITO FEDERAL. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014.
 Palavras-chave: *planejamento urbano, Criminalidade, investimento público, ordenamento territorial*
 Áreas do conhecimento: *Geografia Urbana*
 Referências adicionais: *Espanha/Português. Meio de divulgação: Meio digital*
5. Ferrer, É.; Santos, T.
 MEIO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL, REVOLUÇÃO VERDE E A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO: O CASO DA URBANIZAÇÃO EM GOIÁS In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária 2013, João Pessoa.
 MEIO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL, REVOLUÇÃO VERDE E A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO: O CASO DA URBANIZAÇÃO EM GOIÁS. João Pessoa: UFPB, 2013.
 Palavras-chave: *Urbanização, goiás, Meio técnico-científico-informal*
 Áreas do conhecimento: *Geografia Urbana, Geografia Agrária*
 Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, Home page: [http://www.geociencias.ufpb.br/singa2013/certificados/certificados_apresentacao/10887736726.pdf]*
6. Ferrer, É.
 Produção do Espaço Urbano e a comparação entre as Criminalidades em Brasília, Ceilândia e Taguatinga: uma questão de polícia, de segregação sócio-espacial ou de falta da presença política, 2013, Manaus.
 Produção do Espaço Urbano e a comparação entre as Criminalidades em Brasília, Ceilândia e Taguatinga: uma questão de polícia, de segregação sócio-espacial ou de falta da presença política, 2013, Manaus.
 Palavras-chave: *Criminalidade, Segregação sócio-espacial, Distrito Federal*
 Áreas do conhecimento: *Geografia Urbana*
 Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, Home page: [http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/article/14/PRODU%C3%87%C3%83O%20DO%20ESPA%C3%87O%20URBANO%20POL%C3%87O%20TERRITORIAIS%20E%20A%20CIVILIZA%C3%87O%20EM%20MANAUS]*
7. Ferrer, É.; Santos, T.
 Segregação espacial e a comparação entre as criminalidades: Rio de Janeiro e Brasília In: X ENANPEGE, 2013, Campinas.
 Segregação espacial e a comparação entre as criminalidades: Rio de Janeiro e Brasília. Campinas: ANPEGE, 2013.
 Palavras-chave: *Geografia Urbana, Criminalidade, Segregação sócio-espacial*
 Áreas do conhecimento: *Geografia Urbana*
 Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, Home page: [http://www.enanpege.ggf.br/2013/resumos_ap.php]*
8. Ferrer, É.
 Terra Indígena Raposa Serra do Sol: Por uma Interação Homem-Natureza Sustentável In: IV Simpósio Internacional de Meio Ambiente, 2009, Rio de Janeiro.
 Terra Indígena Raposa Serra do Sol: Por uma Interação Homem-Natureza Sustentável. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
 Palavras-chave: *Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Ecologia Humana*
 Áreas do conhecimento: *Geografia, Ciências Ambientais*
 Referências adicionais: *Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso*

11. Ferrer, Erica
As relações Saúde-Escola e os territórios intencionalmente de risco. 2015. (Outra Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://www.tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/1706/1388>; Local: Cre Paranoá e Itapoã, Cidade: Brasília, Evento: I Mostra da Parceria Ensino Serviço e Comunidade da UnB-Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal/Regional Paranoá e Itapoã, Inst.promotora/financiadora: UNB / CRE Paranoá e Itapoã
12. Ferrer, Erica
Intentionally territories of risk and the government's responsibility to reduce indices of homicides, 2015. (Conferência ou palestra, Apresentação de Trabalho)
Referências adicionais: Rússia/Inglês. Meio de divulgação: Vários. Home page: https://istina.msu.ru/media/publications/article/ab8/a57/10727122/GU_2015_Book_of_Abstracts.pdf; Local: Lomonosov Moscow State University, Cidade: Moscou; Evento: IGU Regional Conference 2015, Inst.promotora/financiadora: International Geographical Union - IGU
13. Ferrer, Erica
IMAGENS DA VIOLÊNCIA, SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E A INDÚSTRIA DO MEDO: DISTRITO FEDERAL VERSUS RIO DE JANEIRO, 2014. (Congresso, Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: violência, Rio de Janeiro, Brasília, território intencionalmente de risco
Áreas do conhecimento: Geografia do Crime, Geografia Humana
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404375937_ARQUIVO_CBG.Artigo.Erica.Ferrer.pdf; Local: UFES, Cidade: Vitória, Evento: VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Inst.promotora/financiadora: AGB
14. Ferrer, É.
REFLETINDO SOBRE OS TERRITÓRIOS INTENCIONALMENTE DE RISCO: OS CASOS DO RIO DE JANEIRO E DO DISTRITO FEDERAL, 2014. (Simpósio, Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: geografia do crime, território de risco, Rio de Janeiro, Distrito Federal
Áreas do conhecimento: Geografia Humana, Urbanismo, Geografia do Crime
Referências adicionais: Argentina/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: http://www.upe.unlp.edu.ar/articulo/2014/9/12/programa_general; Local: Universidad Nacional de La Plata, Cidade: La Plata; Evento: IUPÉ 11 - 11th Symposium of International Urban Planning and Environment Association - IUPEA, Inst.promotora/financiadora: International Urban Planning and Environment Association - IUPEA
15. Ferrer, É.
RISCOS SOCIAIS E AS MOTIVAÇÕES DOS TERRITÓRIOS INTENCIONALMENTE DE RISCO: PERCEPÇÕES SOBRE O RIO DE JANEIRO E O DISTRITO FEDERAL, 2014. (Congresso, Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: território intencionalmente de risco, Criminalidade, infraestrutura
Áreas do conhecimento: Geografia Humana, Urbanismo, Geografia do Crime
Referências adicionais: Portugal/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: http://dx.doi.org/10.14195/978-989-96253-3-4_113; Local: Universidade de Coimbra, Cidade: Guimarães; Evento: III Congresso Internacional, I Simpósio Ibero-Americano e VIII Encontro Nacional de Riscos, Inst.promotora/financiadora: Universidade de Coimbra
16. Ferrer, É.
TERRITÓRIOS INTENCIONALMENTE DE RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE O RIO DE JANEIRO E O DISTRITO FEDERAL, 2014. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: planejamento urbano, Criminalidade, investimento público, ordenamento territorial
Áreas do conhecimento: Geografia Urbana
Referências adicionais: Espanha/Português. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Erica%20Ferrer%20Santos.pdf>; Local: Universitat de Barcelona, Cidade: Barcelona; Evento: XIII Coloquio Internacional de Geocrítica, Inst.promotora/financiadora: Universitat de Barcelona
17. Ferrer, É.; Santos, T.
MEIO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL, REVOLUÇÃO VERDE E A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO: O CASO DA URBANIZAÇÃO EM GOIÁS., 2013. (Simpósio, Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Urbanização, Meio técnico-científico-informal, goiás, Complexo agro-industrial
Áreas do conhecimento: Geografia Urbana, Geografia Agrária
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital; Local: UFPB, Cidade: João Pessoa; Evento: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Inst.promotora/financiadora: Universidade Federal da Paraíba
18. Ferrer, É.
Produção do Espaço Urbano e a comparação entre as Criminalidades em Brasília, Ceilândia e Taguatinga: uma questão de polícia, de segregação sócio-espacial ou de falta da presença do poder público?, 2013. (Simpósio, Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Criminalidade, Planejamento Urbano e Regional, Governança Metropolitana, Geografia Urbana, Segregação sócio-espacial
Áreas do conhecimento: Planejamento Urbano e Regional, Geografia Urbana
Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://geosimposio.files.wordpress.com/2012/08/trabalhos-aprovados-eixo-5-territorial.pdf>; Local: Manaus, AM, Cidade: Manaus; Evento: III Simpósio Nacional de Geografia Política, Inst.promotora/financiadora: CNPQ
19. Ferrer, É.; Santos, T.
Segregação espacial e a comparação entre as criminalidades: Rio de Janeiro e Brasília, 2013. (Congresso, Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Criminalidade, Brasília, Rio de Janeiro, Segregação espacial
Áreas do conhecimento: Geografia do Crime, Geografia Urbana
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital; Local: Universidade Estadual de Campinas, Cidade: Campinas; Evento: X ENANPEGE, Inst.promotora/financiadora: ANPEGE
20. Ferrer, É.
Terra Indígena Raposa Serra do Sol: por uma interação homem-natureza sustentável, 2009. (Simpósio, Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Ecologia Humana
Áreas do conhecimento: Ciências Ambientais, Geografia Regional
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso; Local: UFRJ - Campus Praia Vermelha, Cidade: Rio de Janeiro; Evento: IV Simpósio Internacional de Meio Ambiente, Inst.promotora/financiadora: Instituto de Química - UFRJ
21. Ferrer, É.
Projeto de urbanização do Complexo do Alemão: para quem?, 2007. (Simpósio, Apresentação de Trabalho)
Palavras-chave: Complexo do Alemão, Urbanização
Áreas do conhecimento: Planejamento Urbano e Regional, Urbanismo
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Impresso. Home page: <http://www.eesc.usp.br/silecc2007/selecionados/st3.htm>; Local: USP - São Carlos, SP - Brasil, Cidade: São Carlos; Evento: Simpósio Latino Americano - Cidade e Cultura: Dimensões Contemporâneas, Inst.promotora/financiadora: USP e EESC

Demais produções bibliográficas

1. Érica Ferrer Santos: ARAUJO SOBRINHO, F. L.
Territórios intencionalmente de risco : estudo de caso a respeito da violência na cidade do Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Dissertação. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. (Outra produção bibliográfica)
Palavras-chave: violência, infraestrutura, Distrito Federal, Rio de Janeiro, geografia do crime
Áreas do conhecimento: Geografia
Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários. Home page: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/18895>
DOI: <http://dx.doi.org/10.26512/2015.07.D.18895>

Inovação

Projetos

Projeto de extensão

2009 - 2009 Educação Ambiental na Bacia do Rio São João

Descrição: Realizar atividades de Educação Ambiental em cidades da Bacia do Rio São João.
Situação: Concluído Natureza: Projeto de extensão
Alunos envolvidos: Graduação (1), Doutorado (1);
Integrantes: Érica Ferrer; Raúl Sánchez Vicens (Responsável)
Financiador(es): Pró Reitoria de Extensão-PROEX

Educação e Popularização de C&T

Participação em eventos, congressos, exposições, feiras e olimpíadas

1. Apresentação de Poster / Painel no(a) **Semana Nacional de Ciência e Tecnologia**, 2009. (Outra)
Atividades Sustentáveis na Bacia do Rio São João.

Eventos

Eventos

Participação em eventos

1. Apresentação Oral no(a) **2020 Virtual Annual Meeting of the American Association of Geographers.**, 2020. (Congresso)
A Gender Perspective About Territories of 'Intentional At-Risk'. A Quest for the Right to the City.
2. **III Congreso Internacional Políticas Públicas en defensa de la Inclusión, la Diversidad y el Género "Migraciones y Derechos Humanos**, 2020. (Congresso)
Migraciones y representación de mujeres brasileñas en Portugal: por una geografía feminista.
3. **III Congreso Internacional Políticas Públicas en defensa de la Inclusión, la Diversidad y el Género "Migraciones y Derechos Humanos**, 2020. (Congresso)
Inmigración en Brasil. Identidades invisibles.
4. Apresentação Oral no(a) **IX SINGA - 9º Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, 2019. (Simpósio)
Lançamento do livro: Geografias Feministas, Geografias LGBTQI+ e Geografias Negras.
5. Apresentação Oral no(a) **XIII ENANPEGE - 13º Encontro Nacional da Assoc Nac de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**, 2019. (Encontro)
Lançamento do livro: Geografias Feministas, Geografias LGBTQI+ e Geografias Negras.
6. **56º Congreso Internacional de Americanistas - ICA**, 2018. (Congresso)
Cartografias da violência contra a mulher na América Latina: Entre desigualdades de gênero e étnico-raciais.
7. **IV Congreso Internacional de Riscos**, 2017. (Congresso)
O ordenamento territorial e o território intencionalmente de risco: Pelo direito à cidade.
8. **IV Congreso Internacional de Riscos**, 2017. (Congresso)
Mitigando os riscos da seca através de ações de recuperação e preservação do bioma caatinga no semiárido brasileiro.
9. **XVI Encuentro de Geógrafos de América Latina – EGAL**, 2017. (Encontro)
Do Estado-Polícia para o Estado-Cidadão: A violência jurídico-legislativa e policial nos espaços de população pobre, negra e parda.
10. **I Mostra da Parceria Ensino Serviço e Comunidade da UnB-Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal/Regional Paranoá e Itapoá**, 2015. (Outra)
As relações Saúde-Escola e os territórios intencionalmente de risco.
11. Apresentação Oral no(a) **IGU Regional Conference 2015**, 2015. (Outra)
Intentionally territories of risk and the government's responsibility to reduce indices of homicides.
12. **III Congreso Internacional, I Simpósio Ibero-Americano e VIII Encontro Nacional de Riscos**, 2014. (Congresso)
RISCOS SOCIAIS E AS MOTIVAÇÕES DOS TERRITÓRIOS INTENCIONALMENTE DE RISCO: PERCEPÇÕES SOBRE O RIO DE JANEIRO E O DISTRITO FEDERAL.
13. **UPE 11 - 11th Symposium of International Urban Planning and Environment Association - IUPEA**, 2014. (Simpósio)
REFLETINDO SOBRE OS TERRITÓRIOS INTENCIONALMENTE DE RISCO: OS CASOS DO RIO DE JANEIRO E DO DISTRITO FEDERAL.
14. **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2014. (Congresso)
IMAGENS DA VIOLÊNCIA, SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E A INDÚSTRIA DO MEDO: DISTRITO FEDERAL VERSUS RIO DE JANEIRO.
15. **XIII Coloquio Internacional de Geocrítica**, 2014. (Outra)
TERRITÓRIOS INTENCIONALMENTE DE RISCO: UMA REFLEXÃO SOBRE O RIO DE JANEIRO E O DISTRITO FEDERAL.
16. **4ª Oficina de Trabalho do projeto "Governança Metropolitana no Brasil"**, 2013. (Oficina)
17. **Debate dos Resultados da Pesquisa "Quem é suspeito do crime de tráfico de drogas?"**, 2013. (Outra)
18. **Evento Governo, Administração pública e burocracia**, 2013. (Outra)
19. **III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA**, 2013. (Simpósio)
Produção do Espaço Urbano e a comparação entre as Criminalidades em Brasília, Ceilândia e Taguatinga: uma questão de polícia, de segregação sócio-espacial ou de falta da presença do poder público?
20. **Seminário Segurança pública e direitos humanos: UPP e juventude**, 2013. (Seminário)
21. **Simpósio "O direito às cidades sustentáveis"**, 2013. (Simpósio)
22. **VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, 2013. (Simpósio)
MEIO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL, REVOLUÇÃO VERDE E A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO: O CASO DA URBANIZAÇÃO EM GOIÁS.
23. **X ENANPEGE**, 2013. (Encontro)
Segregação espacial e a comparação entre as criminalidades: Rio de Janeiro e Brasília.
24. **IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária / V Simpósio Nacional de Geografia Agrária**, 2009. (Simpósio)
25. Apresentação Oral no(a) **IV Simpósio Internacional de Meio Ambiente**, 2009. (Simpósio)
Terra Indígena Raposa Serra do Sol: Por uma Interação Homem-Natureza Sustentável.
26. Apresentação de Poster / Painel no(a) **Semana Nacional de Ciência e Tecnologia**, 2009. (Outra)
Atividades Sustentáveis na Bacia do Rio São João.
27. **Encontro Regional dos Estudantes de Direito do Rio de Janeiro - O Tratamento Penal da Miséria**, 2007. (Encontro)
28. Apresentação Oral no(a) **Simpósio Latino-Americano de Cidade e Cultura: dimensões contemporâneas**, 2007. (Simpósio)
Projeto de Urbanização do Complexo do Alemão: para quem?

Organização de evento

1. **LARSON, O.; Ferrer, Erica**
Virtual Annual Meeting of the American Association of Geographers (AAG) - Primary organizer of the session "Urban Geography, Planning, and Community Building, 2020. (Congresso, Organização de evento)
Palavras-chave: urban geography, planning, community building
Áreas do conhecimento: Geografia Humana, Geografia Urbana, Planejamento Urbano e Regional
Referências adicionais: Estados Unidos/Inglês. Meio de divulgação: Meio digital
Primary organizer of the session "Urban Geography, Planning, and Community Building 1" on Apr/9/2020 at the 2020 Virtual Annual Meeting of the American Association of Geographers.

Citações**Outras**

Total de trabalhos: 2

Total de citações: 2

É Ferrer; ÉF Santos

Totais de produção**Produção bibliográfica**

Artigos completos publicados em periódico	8
Livros publicados	1
Livros publicados	1
Livros publicados	1
Capítulos de livros publicados	6
Trabalhos publicados em anais de eventos	12
Apresentações de trabalhos (Comunicação)	3
Apresentações de trabalhos (Conferência ou palestra)	1
Apresentações de trabalhos (Congresso)	9
Apresentações de trabalhos (Simpósio)	5
Apresentações de trabalhos (Outra)	3
Demais produções bibliográficas	1

Eventos

Participações em eventos (congresso)	8
Participações em eventos (seminário)	1
Participações em eventos (simpósio)	8
Participações em eventos (oficina)	1
Participações em eventos (encontro)	4
Participações em eventos (outra)	6
Organização de evento (congresso)	1